

projectare 13

revista de arquitetura e urbanismo

TEORIA E PRÁTICA CONTEMPORÂNEA



Coordenação da Revista

André de Oliveira Torres Carrasco

Lisandra Fachinello Krebs

Coordenação da Edição

Ana Elísia da Costa

Célia Gonsales

Arte da capa

Ana Paula Viecele

Comissão Científica

Aline Montagna da Silveira

Ana Carolina Bierrenbach

Ana Lúcia Costa de Oliveira

Ana Luiza Nobre

Ana Paula Viecele

André de Oliveira Torres Carrasco

Bruno Cesar Euphrasio de Mello

Carlos Fernando Bahima

Camila Dottaviano

Daniela Cidade

Daniele Caron

Fábio Müller

Flávia Araújo

Frederico de Holanda

Fernando Fuão

Iazana Guisso

Jorge Bassani

Lígia Maria Chiarelli

Louise Prado Alfonso

Maurício Polidori

Paulo Belo Reyes

Patricia Zandonade

Raúl Vallés

Ricardo de Souza Rocha

Ricardo Luis Sampaio Pintado

Sylvio Jantzen

Thaís Troncon Rosa

Projectare - Revista de Arquitetura e Urbanismo é uma publicação do Laboratório de Urbanismo (LabUrb) e do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (PROGRAU) da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAUrb) da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL).

Periódico digital disponível em:
<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/Projectare>

Sumário

EDITORIAL	
Ana Elísia da Costa, Célia Gonsales	06
ENTRE TEORIAS PARA AS CIÊNCIAS DA CONSTRUÇÃO: EFEITOS DAS FRATURAS EPISTÊMICAS ESTABELECIDAS HISTORICAMENTE NA TEORIA DA ARQUITETURA PARA A PRÁTICA CONTEMPORÂNEA	
Carolina Rosa.....	10
LINGUAGENS DA ARQUITETURA - SEMÂNTICA, SINTÁTICA E PRÁXIS	
Jorge Bassani.....	27
MONTAGENS, SINTOMAS E IMAGENS: ALTERNATIVAS PARA UMA PRÁXIS URBANA EMERGENTE NA CONTEMPORANEIDADE	
Lucas Boeira Bittencourt, Paulo Reyes.....	44
ELA FALA, EU ESCUTO: PREFIGURAÇÕES URBANAS DO DEVIR-MULHER	
Daniele Caron, Bruna Bergamaschi Tavares, Bárbara Rodrigues Marinho.....	61
A BRANQUIDADE DAS INTERVENÇÕES URBANAS E A VIDA NAS MARGENS: SALVADOR, ESSA BOLSA DE HISTÓRIAS	
Juliana de Faria Linhares , Marina Silveira Muniz Ferreira.....	77
O(S) PROJETO(S) HEGEMÔNICO(S), O CONFLITO E A CENA POLÍTICA NO CAIS DO PORTO DE PORTO ALEGRE: PARA PENSAR UMA OUTRA PRÁXIS	
Eduardo Paiva Ribeiro, Paulo Edison Belo Reyes.....	94
PRÁXIS EXTENSIONISTA TRANSFORMADORA: PANORAMA DA ASSESSORIA SOCIOTÉCNICA DO GRUPO PERIFÉRICO NA LUTA PELO DIREITO À CIDADE	
Gabriel Ribeiro Couto, Liza Maria Souza de Andrade, Juliette Anna Fanny Lenoir.....	106
ENSAIO A PARTIR DE UMA BANCA: PLANO POPULAR DO CORREDOR DAS TROPAS (PELOTAS-RS)	
Bruno Cesar Euphrasio de Mello.....	124
URBANOS FURORES: A FEBRE DA PRÁXIS	
Ana Paula Vieceli.....	136
TEORIA CRÍTICA, INTERFACES E ATUAÇÃO FEMININA NA AUTOPRODUÇÃO HABITACIONAL: OUTRA POSSIBILIDADE DE PRODUÇÃO ARQUITETÔNICA	
Carolina de Sousa Cardoso.....	151
ENTRE PAISAGENS: ÀS FRESTAS DA CIDADE CONTEMPORÂNEA	
Isabella Khauam Maricatto, Eduardo Rocha.....	168

O RESTAURO DO MODERNO: APLICABILIDADE DA TEORIA DE CESARE BRANDI NA RESTAURAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SÉCULO XX

Magda Rosí Brodbeck, Fabio Bortoli, Marlon Uliana Calza..... 180

ADAPTAÇÃO DE METODOLOGIA PARA ANÁLISE DE PLANOS URBANOS SOB A ÓTICA DO CONCEITO CIDADE DE 15 MINUTOS

Daniela Pereira Almeida, Cléo Nicolau Adário Lima Nascimento, Ítalo Itamar Caixeiro Stephan, Maria Isabel de Jesus Chrysostomo..... 201

EDITORIAL

**O LUGAR DA TEORIA
NAS PRAXIS ARQUITETÔNICA E URBANÍSTICA CONTEMPORÂNEAS**

Ana Elísia da Costa¹
ana_elisia_costa@hotmail.com

Célia Gonsales²
celia.gonsales@gmail.com

A chamada para a edição 13 da Revista Projectare teve como tema-base “Teoria nas Práxis Arquitetônica e Urbanística Contemporâneas”. Essa chamada reconhecia a constituição de campo de atuação “emergente” na Arquitetura e Urbanismo, entendendo esse campo como aquele que, como enunciado comum, sustentava o projeto não só como dado estético, mas também ético-político. Por essa dimensão, entendia-se que propostas projetuais que daí emergiam tendiam a ser mais compromissados com os tecidos físico-sociais envolvidos e que, por isso, perseguiam mais processos do que produtos; contemplavam saberes e valores locais e punham em estado de crítica repertórios acadêmicos, científicos, eruditos (e midiáticos); bem como requereriam novos papéis de seus profissionais: de “intelectuais-criadores” a “mediadores-educadores” dispostos a colaborar em uma relação horizontal com outros sujeitos.

Percebendo que essas práticas-emergentes ampliavam e/ou desestabilizavam a cultura disciplinar e a própria profissão, nos interessava refletir sobre teorias-emergentes desse campo, suas potencialidades e limitações. Diante disso, provocamos autores a apresentarem trabalhos que ponderassem sobre a validade ou não de teorias “essenciais” ou “universais” da disciplina para a práxis contemporânea; bem como trabalhos que alimentassem ou fossem alimentados por teorias operantes em-desde outras disciplinas, podendo levar a atravessamentos ou hibridizações que tornassem imprecisos os limites da disciplina ou que compusessem um “entre”.

¹ Doutora em Teoria, História e Crítica da Arquitetura. Professora e pesquisadora na Universidade Federal do Rio Grande do Sul e professora colaboradora no PROGRAU, na Universidade Federal de Pelotas.
<https://orcid.org/0000-0003-4829-5699>

² Doutora em Arquitetura e Urbanismo. Professora e pesquisadora na Universidade Federal de Pelotas e professora permanente e coordenadora do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo – Prograu, UFPel.
<https://orcid.org/0000-0002-9249-1390>

Diante disso, sugerimos temas que, abordados de modo isolado ou híbrido, colocassem o projeto como objeto privilegiado de investigação, por mediar teoria e práxis e por, como nos lembra Marina Waisman, expressar visões de mundo e concepções de vida social. Assim, pautamos temas que tomassem o projeto desde: a) conflitos: como deflagrador de disputas e/ou potencial promotor de uma política de partilha; b) hegemonia: como afirmador de poderes dominantes e/ou ativador de valores como igualdade-diferença, multiplicidade e democracia; c) complexidade: como dado redutor, expresso em um produto assertivo, e/ou deflagrador de um processo incerto e conciliador de múltiplos saberes; d) decolonidade e globalização: como reprodutor de imposições culturais e/ou ator na ressignificação de realidades locais; e) subjetividade: como tradutor de uma racionalidade historicamente imposta e/ou ativador de sujeitos, corpos, e simbolismos; f) consumo e sustentabilidade: como apagador de memórias e degradador ambiental e/ou perseguidor de uma ética planetária.

Recebemos inúmeros trabalhos oriundos de diversas geografias - Rio Grande do Sul, Bahia, São Paulo, Minas Gerais, Distrito Federal - e de diversos contextos de atuação, do mundo profissional ao acadêmico. Desde a academia, se vislumbra práticas isoladas ou tramadas entre pesquisa, ensino e extensão. O que resulta, portanto, é um mosaico rico em pluralidades que comentamos brevemente:

Ainda Teoria - Prospecções para novas práxis

Três trabalhos revisitam historicamente o campo de conhecimento da Arquitetura e Urbanismo, buscando identificar fragilidades teóricas e práticas, bem como propor, também a partir de aportes teóricos externos à disciplina, novos encaminhamentos frente aos desafios impostos pela realidade contemporânea. No trabalho *Entre Teorias para as Ciências da Construção: efeitos das fraturas epistêmicas estabelecidas historicamente na teoria da arquitetura para a prática contemporânea*, evidencia-se o descolamento progressivo da teoria arquitetônica em seu devir histórico dos aspectos relativos à sua produção material, colocando a disciplina em um longo estado de crise e em uma posição marginal no contexto de produção do ambiente construído. Diante disso, reclama-se pela emergência de teorias que ressignifiquem a relação com a prática desde a produção material e a tecnologia.

Outros dois trabalhos tensionam a episteme arquitetônica moderna e pós moderna, sustentada por enunciados cartesianos, funcionalistas, pragmáticos e/ou estetizantes, e buscam legitimar outras perspectivas para construção de imagens e de linguagens na contemporaneidade. Neste contexto, o trabalho *Linguagens da Arquitetura - Semântica, Sintática e Práxis* encontra na práxis das subculturas posteriores a 1970, entendida não como simples prática ou aplicação de uma teoria, um potencial criador de novas teorias ou reflexões, desviantes ao que se impõe como norma. Desde aí defende a promoção não de excepcionalidades, mas de vida cotidiana e comunitária, em significados e formas. O artigo *Montagens, Sintomas e Imagens: Alternativas para uma práxis urbana emergente na contemporaneidade*, por sua vez, refuta operações de projeto por meio de imagens sintéticas e

apaziguadoras de conflito, como as especuladas por Lynch, e persegue a exploração de imagens plurais e heterogêneas que deem luz não só a dimensões estéticas, mas também políticas.

Sob marcos teóricos que colocam a cidade como território de disputas hegemônicas e de exclusões sociais, destacamos três trabalhos que dão luz a conflitos invisibilizados ou silenciados, propondo que esses sejam pautas para outras práxis, outras formas de pensar-atuar com a cidade, de forma a conduzir a configurações urbanas mais inclusivas, abertas e flexíveis. Registram narrativas e imaginários deflagrados desde conflitos cotidianos, especialmente aqueles impostos por marcadores sociais como raça, gênero e classe, os trabalhos *Ela Fala, Eu Escuto: Prefigurações Urbanas do Devir-Mulher* e *A Branquidade das Intervenções Urbanas e a Vida nas Margens: Salvador, essa Bolsa de Histórias*. Em tom de denúncia, o trabalho *O(s) Projeto(s) Hegemônico(s), o Conflito e a Cena Política no Cais do Porto de Porto Alegre: Para Pensar Uma Outra Práxis* destaca as sucessivas proposições de soluções para aquele contexto e que ignoram as disputas entre os agentes afetados, especialmente as explicitadas em audiência pública.

Novas (ou nem tanto) práticas

Neste contexto, destacamos trabalhos que, com o suporte de um corpo diverso de teorias emergentes na disciplina e fora dela, documentam e analisam práticas de assistência técnica universitária. Esse tem sido um importante campo de tensionamento da cultura disciplinar, dos limites da profissão e do projeto, e, sobretudo, do próprio papel da universidade, ao recobrar a sua função de não só produzir o conhecimento, mas também de coletivizá-lo na perspectiva de uma emancipação social. Os projetos emergentes dessas práticas, ao serem desenvolvidos num diálogo entre ensino-pesquisa-extensão e para-com comunidades, experimentam novos modos de ensino-aprendizagem e novos modos de produção de conhecimento e espaço, já que se mostram abertos à conciliação de diversos saberes. Neste contexto, destacamos os trabalhos *Práxis Extensionista Transformadora: panorama da assessoria sociotécnica do Grupo Periférico na luta pelo direito à cidade* e o *Ensaio a Partir de uma Banca: Plano Popular do Corredor das Tropas (Pelotas-RS)*, que respectivamente versam sobre práticas desenvolvidas na UNB e na UFPel.

Sob viés mais experimental, agrupamos três trabalhos - *Urbanos Furores: a febre da práxis; Teoria Crítica, Interfaces e Atuação Feminina na Autoprodução Habitacional: outra possibilidade de produção arquitetônica*; e *Entre Paisagens: às frestas da cidade contemporânea* -, por pautarem outros modos de enfrentamento da cidade e, conseqüentemente, de construí-la. O primeiro, baseando-se em suportes teóricos que defendem as potencialidades inventivas do lúdico, experimenta uma práxis, um jogo coletivo de experimentação, apropriação e invenção do espaço urbano que toma seus conteúdos diversos e plurais como matéria de expressão e que converte jogadores em agentes engajados na sua construção. O segundo artigo também apresenta e analisa jogos/interfaces, aqui, contudo, valendo-se de teorias críticas e feministas, é proposta a ruptura com a ideia do projeto como um produto final e

prescritivo e a busca por uma perspectiva crítica de gênero na prática arquitetônica. O terceiro, baseando-se em conceitos ecológicos, se debruça sobre uma práxis: o plano de Gestão Estratégica de Terrenos Abandonados de Montpellier – França. Ao reconhecer a rede de abandonos daquele contexto como um patrimônio fundamental para o enfrentamento dos desafios urbanos contemporâneos, esse plano fomenta a construção de uma outra cultura da paisagem urbana.

Contraopondo-se a essas experiências que se amparam em teorias de outras disciplinas e/ou que tensionam teorias essenciais ou universais da disciplina, destacamos dois trabalhos que, de certa forma, validam o corpo teórico disciplinar tradicional na práxis contemporânea. *O Restauro do Moderno: aplicabilidade da teoria de Cesare Brandi na restauração do patrimônio do Século XX* toma a arquitetura moderna como patrimônio e investiga a aplicabilidade da teoria brandiana no seu restauro. Validando-a, o trabalho contribui para o debate sobre a vigência ou necessidade de readequação de princípios que guiam o restauro na contemporaneidade. O artigo *Adaptação de Metodologia para análise de Planos Urbanos sob a Ótica do Conceito Cidade de 15 Minutos*, por sua vez, sustenta questões postas já no contexto de crítica urbana dos anos 60, como a incorporação de uma dimensão temporal no planejamento das cidades e a busca por uma melhor qualidade de vida. Apesar de não versar sobre uma práxis específica, o trabalho tem dimensões pragmáticas, ao buscar sistematizar uma metodologia de análise que, aqui, avança por pautar questões contemporâneas, como acessibilidade, distribuição de recursos e caminhabilidade, colocando o pedestre no centro de discussão do espaço urbano.

Lugares

No conjunto, esses trabalhos não traduzem um só “lugar da teoria nas práxis contemporâneas”, mas vários lugares. Os aportes teóricos apresentados são muitos: não se restringem à produção do campo do conhecimento arquitetônico e se enlaçam a reflexões emergentes de fora da disciplina. Há nisso uma indicação de que os saberes especializados não dão conta de compreender as complexidades da realidade. Essa realidade, por sua vez, ao se apresentar como opressora e excludente, aciona modos renovados de refletir e agir, onde o ético-político relativiza imposições estéticas alimentadas pelo isolamento disciplinar.

O que resulta disso, portanto, é uma tessitura complexa que, longe de enunciar sentidos únicos ou prescrever possibilidades, dão apenas pistas para ressignificar nossas práxis diante das fragilidades e potencialidades contemporâneas. São pistas que requerem constantes reflexões e/ou contínuas ações-reflexões, reposicionando-as em um mundo que, por estar em constante devir, não é constituído como um lugar, mas como lugares.

**ENTRE TEORIAS PARA AS CIÊNCIAS DA CONSTRUÇÃO: EFEITOS DAS
FRATURAS EPISTÊMICAS ESTABELECIDAS HISTORICAMENTE NA TEORIA DA
ARQUITETURA PARA A PRÁTICA CONTEMPORÂNEA**

*BETWEEN THEORIES FOR THE BUILDING SCIENCES: EFFECTS OF
HISTORICALLY ESTABLISHED EPISTEMIC FRACTURES IN ARCHITECTURAL THEORY
ON CONTEMPORARY PRACTICE*

*ENTRE TEORÍAS PARA LAS CIENCIAS DE LA CONSTRUCCIÓN: EFECTOS DE
LAS FRACTURAS EPISTÉMICAS HISTÓRICAMENTE ESTABLECIDAS EN LA TEORÍA
ARQUITECTÓNICA PARA LA PRÁCTICA CONTEMPORÁNEA*

Carolina Rosa

carolinarosa.arq@gmail.com

RESUMO

Este artigo analisa a evolução histórica da teorização da arquitetura, abordando aspectos determinantes para as presentes crises do campo intelectual e da praxis, as quais se encontram intrinsecamente relacionadas. O objetivo é desenvolver, sob uma perspectiva epistemológica, uma análise crítica da estruturação da arquitetura enquanto campo de conhecimento, destacando a incidência de fraturas epistêmicas estabelecidas em seu processo de disciplinarização. Por meio de uma revisão bibliográfica e da reconstrução lógico-interpretativa, são levantados condicionantes econômico-sociais, bem como pressupostos filosóficos que interferiram nesse processo. Sugere-se que essas fraturas promoveram um descolamento da teoria arquitetônica dos aspectos relativos à produção material, conduzindo a profissão a uma condição de crise teórica e posição de marginalidade no contexto geral de produção do ambiente construído. Conclui-se que, após dois séculos de crise, é chegado o momento de repensar a teoria em sua relação com a prática e, portanto, suas relações com a produção material e com a tecnologia.

Palavras-chave: Arquitetura; Teoria; Prática; Construção; Epistemologia.

ABSTRACT

This article analyzes the historical evolution of architectural theorization addressing determining aspects of the present crises of the intellectual field and praxis, which are intrinsically related. The aim is to develop, from an epistemological perspective, a critical analysis of the structuring of architecture as a field of knowledge, highlighting the incidence of epistemic fractures established in its disciplinary process. Through a bibliographical review and a logical-interpretative reconstruction, social-economic conditioning factors are raised, as well as philosophical assumptions that interfered in this process. It is suggested that these fractures promoted a detachment of architectural theory from the aspects related to material production, leading the profession to a condition of theoretical crisis and marginality in the general context of production of the built environment. It is concluded that after two centuries of crisis, the time has come to rethink theory in its relation to practice and, therefore, its relations with material production and technology.

Keywords: Architecture; Theory; Practice; Construction; Epistemology.

1. Introdução

Nada de desesperar e não receiemos que morra a architectura. Ella actualmente por vezes tem andado as palpadellas por admitir elementos estranhos que procura assimilar, todavia não esta em decadencia, ainda menos no aniquilamento; consideremos o estado actual como trabalho de uma epocha de transição, mas transição estudiosa e fecunda (ARAÚJO VIANA apud SOBRAL FILHA, 2016, p. 18).

Não é exatamente novidade o fato de que, no campo da arquitetura, a teoria tem faltado à práxis. Parecemos nos encontrar em um permanente estado de crise, sem saber ao certo onde se situa a disciplina que nos formou enquanto profissionais. Se, por um lado, a prática anda marginalizada no âmbito da produção do ambiente construído – posto que apenas uma pequena parcela dessa produção é mediada pelo conhecimento especializado na área de arquitetura –; por outro, o desenvolvimento teórico parece encontrar-se marcado por uma espécie de impotência, diante da realidade concreta de nossas cidades, que se materializa quase que alheia ao ideário propagado no interior das academias.

Segundo Gutman (2010, p. 40-41), uma das faces da crise da arquitetura é a crise da fundamentação teórica, cujo resultado é uma “angustiante perda de convicção intelectual”. De acordo com o autor, arquitetos têm se deparado com uma grande dificuldade de encontrar na teoria princípios efetivamente capazes de orientar e legitimar a prática projetual. De certa forma, esse estado de coisas pode ser relacionado ao descolamento entre os fundamentos teórico-doutrinários da disciplina e os produtos concretamente realizados pelos profissionais por ela formados: trata-se do amplo privilégio concedido pela produção teórica a valores abstratos, com vistas a orientar a produção de objetos concretos – edifícios – em que se configura uma espécie de paradoxo. Um “emaranhado de significados” que tenta sustentar a forma construída.

Tal predominância dos valores abstratos na produção teórica tem como consequência a alienação dos procedimentos e das questões práticas inerentes à objetividade construtiva, além daquelas concernentes às condições reais de produção. Os efeitos para a prática são severos, uma vez que os profissionais formados quase que desconhecem a natureza de seu trabalho: não são devidamente treinados para atuar em um mercado no qual as questões e limitações técnicas naturalmente se impõem, e a organização do modo de produção parece ir de encontro ao conhecimento adquirido teoricamente, gerando frustração e sentimentos de inadequação e vulnerabilidade no meio profissional.

O caráter inexato da discussão em torno da qualidade arquitetônica, ou do que seria seu sentido de correção, acaba por configurar também uma tendência de busca por legitimação: ora nos valores abstratos e irrefutáveis próprios da discussão doutrinária, ora na autonomia e na liberdade expressiva da produção artística, fortemente marcada pela subjetividade. Tal crença, quando confrontada com a realidade de mercado, leva a uma sensação de incompreensão e conflito: seja entre subjetividades “arquiteto” e “cliente particular”, seja entre os valores da arquitetura e os outros valores cultivados por corporações, instituições e demais agentes contratantes.

Pode-se afirmar que esta crise da arquitetura se origina em sua evolução enquanto campo de conhecimento, ou seja, em seu processo de cientifização. A análise que conduz a esta afirmação apenas pode ser realizada se tomarmos a arquitetura sob uma perspectiva epistemológica. A epistemologia, ou ciência das ciências, caracteriza-se pelo estudo crítico dos princípios, hipóteses e resultados das ciências e, sendo assim, constitui uma teoria do conhecimento (TESSER, 1995). Procuraremos no presente trabalho construir uma análise epistemológica da estruturação da arquitetura enquanto campo de conhecimento, compreendendo condicionantes históricos, sociais, econômicos e culturais que interferiram nesse processo, além de elucidar e sistematizar os preceitos filosóficos dessa evolução. Utilizaremos aqui a expressão “fratura epistêmica” para designar rupturas que se deram no processo de disciplinarização da arquitetura, influenciando a formação de conceitos, a construção de teorias e, em última instância, a evolução das estruturas cognitivas.

Ainda que desde suas origens o ofício arquitetônico apresentasse um certo alinhamento com a erudição e a intelectualidade, a transformação do aparato cognitivo condicionado pelo conhecimento especializado ao longo dos séculos ficou marcada por duas fraturas epistêmicas que o apartaram da materialidade concreta da produção: uma primeira, entre pensar e fazer, que ocorre no Renascimento e transporta para a prancheta problemas antes resolvidos no canteiro de obras, e uma segunda, entre arte e técnica, que se consolida por volta do século XVIII na separação entre a arquitetura e as engenharias (PICON, 1992), e aparta o problema tecnológico do cerne do pensar arquitetônico, posicionando-o em outro território epistêmico.

É inevitável que em um relato conciso ocorram alguns saltos na escala temporal, recortes geográficos e simplificações. Sabemos que parte majoritária da historiografia arquitetônica se desenvolveu em torno do eixo diacrônico antiguidade clássica – idade média – renascimento – modernidade que, associado à perspectiva eurocêntrica, estabeleceu um paradigma para a interpretação das sociedades ocidentais. Embora a legitimidade desse modelo seja questionável, procederemos aqui conforme esse padrão devido à sua determinante influência para a formação da cultura profissional mais amplamente difundida.

Uma questão central para esta exposição é esclarecer a plena distinção entre o entendimento contemporâneo do exercício profissional da arquitetura e a atividade construtiva realizada pelos indivíduos que, como Vitruvius, entre outros, são aceitos pela historiografia como os primeiros arquitetos. Embora ambas as atividades possam ser classificadas como prática erudita, uma vez que mediadas por conhecimento sistematizado – em maior ou menor grau –, pode-se afirmar que a profissão contemporânea do arquiteto se relaciona àquela dos antigos construtores apenas por efeito de um alinhamento retrospectivo. Como veremos adiante, o desenvolvimento das relações sociais de produção, no sentido de uma especialização cada vez maior da divisão do trabalho, moldou a prática arquitetônica,

trazendo alguns efeitos perniciosos para o exercício profissional devido ao seu descolamento das dimensões da produção material dos objetos construídos.

2. Fraturas Epistêmicas: as ciências construtivas entre a arquitetura e a engenharia

Segundo Kostof (1984), não há dúvidas sobre a antiguidade da arquitetura enquanto profissão, havendo registros da transmissão de conhecimento por meio de símbolos gráficos desde o terceiro milênio antes de cristo. Se hoje podemos afirmar que os arquitetos são formados como generalistas, os registros históricos nos mostram que a atividade dos primeiros construtores profissionais poderia abranger desde a burocracia até a medicina, a astronomia e o sacerdócio (KOSTOF, 1984), estando o exercício da arquitetura contido numa ampla gama do que hoje compreendemos como disciplinas, mas que na antiguidade constituía uma amálgama de conhecimentos cuja segregação ocorre em um processo gradual ao longo dos séculos, atingindo acentuada aceleração a partir da idade moderna.

É interessante observar como desde sua origem o conhecimento arquitetônico se encontra associado à erudição e à alta sofisticação, caracterizando-se como uma atividade já um tanto apartada da produção material. Kostof (1984) afirma que é a partir da demanda por um ambiente artificial sofisticado que surge a arquitetura erudita, uma vez que empreendimentos de grande porte e certo grau de complexidade, tais como templos e palácios, precisam ser projetados antes que se inicie sua construção. Os registros dos meios pelos quais se dava a aplicação desse conhecimento, ou seja, do instrumental utilizado para a prática de projeto à época, provavelmente se perderam ao longo dos milênios, embora existam ainda testemunhos capazes de revelar alguns indícios, sendo um dos mais conhecidos a famosa estátua de Gudea (2300 a.C.) carregando o projeto do que seria uma fortaleza.

É justamente a exiguidade dos registros que deixa questões sobre o que seria a cultura arquitetônica também na Grécia antiga, existindo na literatura apenas algumas hipóteses em torno do debate sobre a atividade da construção poder ser compreendida como mecânica ou intelectual. Embora a prática da arquitetura fosse entendida como uma *techne*, algumas incursões em textos de Platão (428 a.C. - 347 a.C.) demonstram que o arquiteto não era compreendido como trabalhador braçal. O filósofo afirma que “nenhum construtor trabalha como operário, mas apenas dirige os operários” e que “sua contribuição é um conhecimento, e não uma colaboração manual” (PLATÃO, 1961, p. 273), reconhecendo já alguma aplicação das ciências na ação prática construtiva:

as ciências que se relacionam com a arquitetura ou com qualquer forma de construção manual, estão ligadas originalmente à ação e seu concurso à ciência faz com que sejam produzidos corpos que antes não existiam (PLATÃO, 1961, p. 271).

A análise do pensamento clássico relativo ao tema é relevante para a compreensão da perspectiva epistemológica. Em Aristóteles (384 a.C - 322 a.C), a arquitetura é uma arte, e como arte, uma disposição relacionada com o produzir, que envolve a aplicação do reto raciocínio. Essa perspectiva

coloca a atividade do mestre construtor (*arkhitekton*) como uma prática produtiva que prescinde de um determinado aparato intelectual especializado, mesmo que esse conhecimento não esteja teorizado, sistematizado e registrado. Silva (1994) explica que, para a cultura helenística, a arquitetura não se tratava de uma legítima episteme, isto é, não tinha um sentido de conhecimento intelectual, especulativo ou teórico, e por isso referiam-se a ela como uma *arkhitektonike techne* e não como uma *arkhitektonike logos* ou *arkhitektonike sofia*. Assim a arquitetura não se comparava às ciências ou à filosofia, mas era compreendida no âmbito das atividades essencialmente práticas.

É possível, entretanto, que as ciências que fundamentavam a arquitetura fossem aquelas vinculadas à geometria e à matemática, devido à estreita relação com o raciocínio espacial, tão necessário à produção de um edifício complexo. São evidências da aplicação prática desse tipo de conhecimento os desenhos gravados em pedra encontrados em ruínas de templos gregos, os quais constituem também o valioso testemunho de que esses arquitetos projetavam no local de execução das obras.

Um dos aspectos mais significativos para o período é a transformação do termo grego “*techné*” no termo latino “*ars*” na assimilação da cultura helenística pela romana. Como foi dito, em Platão e Aristóteles, a *techné* configura a capacidade prática de se produzir por meio da aplicação de um conhecimento, ou a execução correta de uma atividade a partir de um conjunto de regras (SILVA, 1994). Tal entendimento implica certo sentido de correção na aplicação dessas regras do fazer; ou uma noção de qualidade, isto é, a possibilidade de elaboração de uma espécie de juízo qualitativo a respeito do produto (BORBEIN, 1982 apud FRAMPTON, 1995). Por muitos séculos, a palavra “arte” assumiria este mesmo significado, com a posterior oposição ao entendimento de “técnica”: dois termos que etimologicamente encontram em sua origem o mesmo significado.

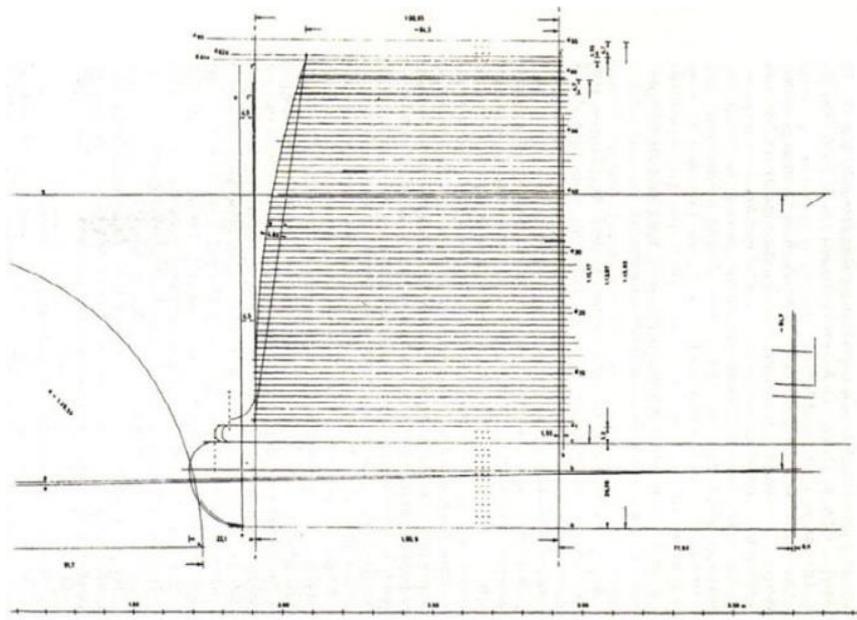


Figura 1: Desenho encontrado pelo arqueólogo Lothar Haselberger, em 1979, sobre a superfície de um muro no Templo de Apolo em Didyma, séc. III a.C. Fonte: SEQUEIRA, 2010, p. 61.

O registro de especialização do conhecimento arquitetônico com maior relevância na antiguidade clássica é o tratado vitruviano. Segundo Silva (1994), a progressiva especialização da arquitetura como categoria intelectual consciente vai ao encontro do maior legado da antiguidade clássica para o desenvolvimento da cultura arquitetônica ocidental, que consiste na transmissão do conhecimento por meio dos tratados. Vitruvius tenta sistematizar os aspectos utilitários das diversas disciplinas necessárias à produção e à avaliação crítica das construções no intuito de retransmiti-las (VITORINO, 2004). Há dúvidas, entretanto, de que o autor tenha logrado sucesso nos quatorze séculos que se seguiram à sua empreitada: sabe-se que foi graças às reproduções em manuscritos que o *De Architectura* sobreviveu e se difundiu – integral ou parcialmente – pelos centros de conhecimento, perpassando a idade média. Em que pesem as diversas referências ao tratado encontradas nos manuscritos do período, atribui-se à tradição oral a transmissão do saber prático construtivo devido ao restrito acesso ao conhecimento formalizado e ao latim enquanto língua erudita.

Ainda que a proposta vitruviana eleve o status intelectual da arquitetura, ela será retomada apenas durante o Renascimento, uma vez que no decorrer da Idade Média as *scientias*, na qualidade de artes liberais, estarão acessíveis apenas no interior dos mosteiros e das primeiras universidades. É pouco provável, portanto, que os construtores do período – desprovidos da primária condição intelectual que constituía o domínio do latim – tenham tido acesso mesmo a fragmentos do legado vitruviano, sendo seu ofício classificado puramente como uma arte mecânica (ou servil). Esses mestres de obra se referirão aos primeiros arquitetos formados pela vertente intelectual do ofício como “pedreiros que sabem latim” (SILVA, 2000, p. 200).

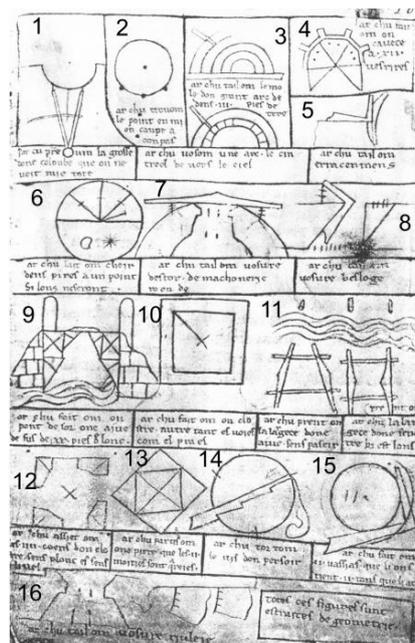


Figura 2: Folha 20r dos Manuscritos de Villard de Honcourt, um dos raros testemunhos da transmissão do conhecimento da construção na idade média. Fonte: BORGES FILHO, 2005, p. 103.

A transmissão empírica do conhecimento, prática comum nas corporações de ofício, se dava pela observação, imitação prática, como herança familiar ou pela tradição das irmandades de artífices, o que garantia, além do sentido de coletividade, um certo monopólio do conhecimento. Curiosamente, esse tipo de formação em artes mecânicas – pintura, escultura e arquitetura, à época, consideradas intelectualmente inferiores – pressupunha a possibilidade de aquisição de competências por meio apenas da prática, reforçando a viabilidade de transmissão do saber-fazer desprovido de teoria, método que virá a contrastar com a fundamentação doutrinária, a autonomia intelectual e a inspiração de gênio esperadas do arquiteto renascentista (SILVA, 2000).

O resgate da obra vitruviana, a partir do século XV, integrou o empreendimento humanista de recuperação dos saberes da antiguidade e representou um salto no sentido de uma intelectualização irreversível do ofício. Brunelleschi e Alberti são dois personagens centrais para este momento histórico. Nas palavras de Silva (2000), se Felipo Brunelleschi (1337-1446) incorpora ao processo de produção da arquitetura a distinção entre projeto e execução, transferindo para a prancheta o equacionamento de problemas antes resolvidos no canteiro de obras; Leon Battista Alberti (1404-1472), por sua vez, elabora teoricamente os feitos do primeiro, convertendo-os em doutrina e praxis:

Deve-se a ele, por exemplo, a definição literária do modelo ideal, quase platônico, do arquiteto voltado apenas para o âmbito intelectual da profissão, para a atividade projetual, sem comprometimento com os aspectos práticos do canteiro de obra. O afastamento material em relação ao canteiro reflete o afastamento espiritual em relação aos aspectos manuais da prática edificatória. Isso contraria a tradição conhecida, pois o *magister operis medieval* é essencialmente um profissional do canteiro, não da biblioteca (SILVA, 2000, p. 225).

O alicerce teórico lançado por Alberti, lastreado e desenvolvido a partir da obra de Vitruvius, está inserido em uma revolução epistêmica mais ampla, envolvendo o sentido da arte/técnica: uma das marcas do Renascimento é o ímpeto investigativo por uma abordagem científica para tais práticas. A partir de uma razão objetiva e absoluta, tal empreendimento buscava a identificação de leis da ordem natural e matemática, em um primeiro momento, amparando-se em uma dimensão divina que posteriormente evoluiria para o método empírico-científico iluminista. Nesse sentido, os humanistas promoveram uma significativa elevação intelectual das *ars* mecânicas, aproximando, em termos de uma hierarquia do conhecimento, os artífices pintores, escultores e arquitetos dos mestres das *ars* liberais: filósofos, matemáticos e teólogos. Importante observar que essa intelectualização do ofício não poderia prescindir da formação de um substrato científico e filosófico que amparasse a produção técnica: a partir desse momento, a aplicação do saber artesanal em atividades práticas passa a pressupor uma prévia assimilação e o emprego de conhecimento codificado na forma de uma teoria. Essa revolução abala a tradição do ensino corporativo e assistemático, embora este ainda venha a subsistir por alguns séculos em progressiva desvalorização.

Como dito, em um primeiro momento a abordagem científica buscou fundamentar na antiguidade clássica as ambicionadas leis divinas de ordem e proporção, por meio do pensamento de

caráter filosófico e matemático. Tal concepção passa a se refletir na autonomia do trabalho projetual, estabelecendo uma primeira fratura epistêmica entre pensar e fazer, entre a concepção intelectual da forma e o momento prático, de manipulação da matéria pelo trabalho. Sabe-se que desde Platão o entendimento do ofício do arquiteto não se equiparava ao do operário. Todavia, a partir desse momento, este personagem passa a ser irredutível também ao construtor, e seu trabalho deixa de estar centrado no emprego do conhecimento prático aplicado à construção para se concentrar na manipulação abstrata da forma. Instaura-se uma primeira ruptura cognitiva, que distancia os esforços da tarefa arquitetônica de seu contato com a dimensão material. Semelhante revolução da prática encontra correspondência no plano teórico: a transformação do problema arquitetônico em teorema filosófico-matemático materializável passa a admitir, a exemplo da literatura, da filosofia, do direito e da teologia, a elaboração discursiva como fundamento teórico-científico condutor da produção. Desta forma, as questões que passarão a reger o incipiente debate no campo intelectual da arquitetura concentrar-se-ão em torno da forma e das regras que devem nortear a sua definição (SILVA, 2000, p. 222–231).

Em paralelo à autonomização da atividade projetual em relação à matéria, a elevação do status intelectual do ofício dotará o arquiteto também de uma significativa autonomia criativa em relação ao seu cliente. Tal autonomia, vinculada à individuação e à adoração irrestrita do gênio típicas do Renascimento, trará consequências que ainda perduram para a inserção da arquitetura enquanto profissão na sociedade nas perspectivas econômica, política e cultural. Talvez uma das mais manifestas na contemporaneidade seja o entendimento genérico do papel social do arquiteto, representado no senso comum pela figura caprichosa e criativa, que se associa à imagem platônica e inspirada do artista, em nítido contraste com a praticidade, objetividade e até uma certa brutalidade atribuídas aos construtores e engenheiros.

Esta última condição representa uma segunda ruptura cognitiva da qual trataremos a partir daqui e que ocorre após três séculos de reprodução reflexiva daquele primeiro substrato teórico de natureza clássica, ampliado e difundido devido à popularização dos meios impressos e à multiplicação dos tratados de arquitetura. Importante ressaltar que a elevação do status intelectual da arquitetura conferiu à produção teórica uma relevância até então inexistente, principalmente em relação ao seu potencial de influência e direcionamento dos rumos tomados no campo da prática e da produção. Como já informara Vitruvius, a teoria é aquilo que pode demonstrar e explicar as coisas trabalhadas proporcionalmente a uma racionalidade, e é esse desejo de legitimação por meio da demonstração – seja pelos seus objetivos, métodos, ou resultados – que abrirá uma segunda fratura epistêmica no aparato cognitivo do arquiteto. O trabalho de Antoine Picon (1992) traz uma inestimável contribuição para o tema ao analisar o proeminente caso da teorização e da institucionalização do ensino da arquitetura na França durante o Iluminismo, paradigma que veio a influenciar a estruturação do ensino formal da arquitetura no Brasil, e em muitos outros países.

Segundo o autor, do Renascimento até o século XVIII, os tratados gradualmente se consolidaram como principal instrumento de transmissão do conhecimento das ciências da construção. Sua utilização disseminou-se entre arquitetos autodidatas, aprendizes e os institucionalmente formados, geralmente oriundos das escolas militares (SOUSA, 2001). O conhecimento sistematizado nos tratados teve como fonte inicial a investigação das ruínas da antiguidade clássica, em uma tentativa de reconstituir e identificar naquelas edificações leis e princípios de ordem, proporção e hierarquia que pudessem se estabelecer como uma verdade natural. O método científico empregado foi, num primeiro momento, classificatório e descritivo, visando à compreensão e ao domínio da natureza por meio da divisão, da mensuração e da ordenação. A partir do final do século XVII e início do XVIII, esse alicerce teórico impregnar-se-á de uma abordagem cartesiana cada vez mais rígida, cristalizando-se na conhecida doutrina classicista. Esta assume, basicamente, o formato de um sistema explicativo, integrado por um conjunto de elementos claramente definidos e pelas regras que regiam suas combinações e articulações com o todo.

No plano teórico, tal abordagem corresponde aos princípios ideológicos de ordem e de estabilidade associados à estrutura social vigente e, sendo assim, os princípios doutrinários da boa arquitetura se baseavam em uma coerência espacial e expressiva que se impusesse enquanto representação de uma realidade estática e fragmentada, traduzida nas regras fixas da geometria e das proporções harmônicas (PICON, 1992). Quando submetida aos primeiros exames de uma razão iluminista, essa linha teórica procurou encontrar na realidade empírica um lastro de racionalidade matemática e física, deparando-se, entretanto, com um profundo insucesso:

A mescla de judiciosos preceitos técnicos com relatos francamente fantásticos ou mitológicos veio, por volta do século XVIII, produzir o descrédito de sua doutrina, pois *la raison* dos filósofos iluministas não admitia um conhecimento comprometido por componentes que não fossem verificáveis, ou que pudessem ser considerados mera superstição (SILVA, 2000).

Segundo SILVA (2000), o clímax do processo de elevação intelectual da arquitetura via ensino padronizado, ou seja, sua “academização”, é também o princípio de sua “descientificação”. Diante do fracasso na descoberta de leis e regras dotadas de veracidade demonstrável, os fundadores da academia francesa passaram a buscar legitimidade na tradição, empregando categorias conceituais como caráter, gosto e *convenance*. A abordagem racionalista do classicismo passou a pregar uma expressão arquitetônica lógica, que comunicasse com clareza o status dos indivíduos, grupos e instituições dentro de uma dada ordem social. Tal expressão dar-se-ia pelo simbolismo dos componentes dessa arquitetura, caracterizando um forte apelo teórico à experiência, não aquela experimental, mas a sensorial, sempre sujeita a relativismos subjetivos, geográficos e diacrônicos.

No plano prático, PICON (1992) esclarece que a aplicação da teoria dos tratados carregava uma contradição: aparentemente rígida, mas de natureza essencialmente imprecisa – justamente pela

impossibilidade de afirmação e demonstração de suas leis – implicava obrigatoriamente a flexibilidade prática, uma vez que a produção material dependia dos gestos dos construtores e artesãos. Em termos do detalhamento construtivo, os projetos conseguiam fornecer no máximo diretrizes gerais, mais sujeitas à aproximação do que à precisão, e que necessariamente se submetiam a variações e adaptações no canteiro de obras, o que demandava um processo de negociação com os executores. Assim com o intuito de viabilizar os seus objetivos expressivos, os arquitetos precisavam estabelecer relações mais fluidas com as práticas e costumes das corporações de ofício ainda em atuação.

À medida que se aceleram as transformações sociais, econômicas e tecnológicas, uma nova abordagem veio a estabelecer a segunda fratura epistêmica no campo das ciências da construção. A fundação das primeiras academias de arquitetura no mesmo período já era um sintoma do surgimento de um novo aparato institucional e tecnológico que demandava novas organizações e codificações para conhecimento teórico e prático. No âmbito da construção, a *Académie Royale d'Architecture*, criada em 1671, foi a primeira instituição a ser concebida como instrumento de controle técnico e com o objetivo de se estabelecer enquanto autoridade normativa legitimadora da atuação profissional. Apenas sete anos após a sua fundação, mestres das guildas foram legalmente proibidos de reclamar o título de arquiteto, tendo sua capacidade de atuação ainda mais limitada, agora institucionalmente (PICON, 1992).

O surgimento do modo de produção capitalista – e de seu agente institucional representado na figura do estado liberal burguês – encontra correspondência espacial na adaptação dos territórios às necessidades da indústria e da livre circulação de pessoas e mercadorias. Configurou-se, a partir daí, uma grande demanda por empreendimentos de infraestrutura, tais como pontes e estradas, que vieram a exigir – pelo seu porte, custo e *complexidade* – a atuação de profissionais formados por um outro ethos. É nesse contexto que surge a figura do engenheiro civil, dotado de um novo e homogêneo *metier* técnico-científico.

Conforme argumenta Picon (1992), até a segunda metade do século XVIII, as engenharias em geral eram compreendidas como mais um ramo da arquitetura, e grande parte dos profissionais em exercício na França era formada ainda pela *Académie*. Todavia as características dos empreendimentos promovidos pelo Estado impuseram como requisito a otimização de recursos e a máxima redução de riscos, o que veio a exigir o controle cada vez mais rígido da produção. A estratégia adotada pelos primeiros arquitetos-engenheiros consistia na descrição exaustiva do processo produtivo, valendo-se de representações gráficas explícitas, complementadas por informações padronizadas e homogêneas, em sua maioria subordinadas ao cálculo matemático. A construção de pontes e de estradas em pontos mais remotos do território implicava a contratação de mão de obra menos qualificada do que aquela das guildas dos centros urbanos, o que acarretou uma necessidade de supervisão cada vez mais autoritária da produção.

É nesse contexto que o engenheiro surge e se estabelece como a figura responsável pelo gerenciamento do processo produtivo. Em um primeiro momento, o viés administrativo de sua atuação manifestou-se em uma abordagem crescentemente centrada no planejamento, em que os desenhos da forma arquitetônica se tornavam secundários, e assumiam protagonismo três preocupações principais: representação, cálculo e implementação. Tais princípios de eficiência do processo produtivo passaram, naquele momento, a se sobrepor à elaboração da forma construída. A subordinação da prática construtiva ao cálculo e à lógica da eficiência faz com que a estética da forma progressivamente dê lugar a uma estética embrionária do método (PICON, 1992).

Em consonância com a transformação do modo de produção, essa revolução dos fundamentos do design foi possível, segundo Picon (1992), devido à fragilidade da teoria da arquitetura naquele momento histórico. Alinhada com o ideal de uma sociedade racional e um Estado eficiente sob uma lógica produtivista, a ciência dos engenheiros passou a abordar a natureza não apenas como fonte de conhecimento, mas também como fonte de recursos e sobretudo de riqueza, de tal forma que a construção de seu novo aparato teórico-cognitivo tomaria como premissa uma rígida sinergia entre a ordem do conhecimento e a ordem da produção. Note-se que o método empregado pela nascente ciência das engenharias não divergia tanto daquele empregado pela arquitetura, pelo menos até o início do século XIX: dividir, mensurar e ordenar eram naquele momento os procedimentos disponíveis para a tarefa científica. Todavia os engenheiros visaram aplicá-los mais sobre o processo do que sobre o objeto. Em relação a este, a preocupação cada vez mais se deslocava dos atributos plásticos de sua forma para concentrar-se na substância: a matéria a ser empregada com a máxima eficiência. Com o incremento dos progressos científicos, principalmente aqueles dedicados ao estudo do comportamento dos materiais, a teoria nesse campo intelectual se torna sinônimo do cálculo físico-matemático, de tal forma que gradualmente os engenheiros passaram a dispor de um instrumental teórico verificável e legitimável, validado como expressão de forças ocultas da natureza (PICON, 1992).

A primeira instituição francesa comprometida com essa abordagem é a *École des Ponts et Chaussées*, que nasce diretamente vinculada a um órgão estatal dedicado ao projeto e à implementação de empreendimentos de infraestrutura: os *Corps des Ponts et Chaussées*. Com o objetivo de atender a demanda do Estado, a *École* irá formar, a partir de 1747, profissionais dotados desse novo ethos, caracterizado por uma forte objetividade técnica orientada para a produção. A face ideológica desse processo está ligada a uma espécie de legitimação social via ideais liberais: o desinteresse, a benevolência, a neutralidade científica, a utilidade e a eficiência, as quais são características esperadas de um agente de Estado comprometido com a *general will* da Revolução Francesa. Tal submissão aos interesses gerais, à ciência e ao Estado, virá a contrastar com a autonomia criativa e individuada relacionada à figura do arquiteto, usualmente vinculada ao atendimento de interesses privados ou específicos.

Da mesma forma como se procede a esta última comparação, é possível analisar o contraste entre esses dois *ethos* – arquitetos e engenheiros – sob muitos outros pontos de vista. Conforme afirma Picon (1992), enquanto os tratados de arquitetura ainda procediam a uma análise qualitativa dos edifícios, ensaios de resistência dos materiais se multiplicavam e um saber construtivo quantitativo baseado nas leis da física se constituía. Enquanto a teoria da arquitetura propunha uma análise estática baseada em suas partes e proporções, a engenharia trabalhava com o dinamismo e os fluxos da produção. Enquanto a *convenance* arquitetônica se vinculava não apenas aos aspectos funcionais, mas também à sua correspondência com a expressão plástica, assumindo inclusive os traços de uma ética, a utilidade se destacava para os engenheiros como um valor independente, atrelado a necessidades primárias e à economia, o que desenraiza a composição arquitetônica, tornando-a um mero conjunto de signos.

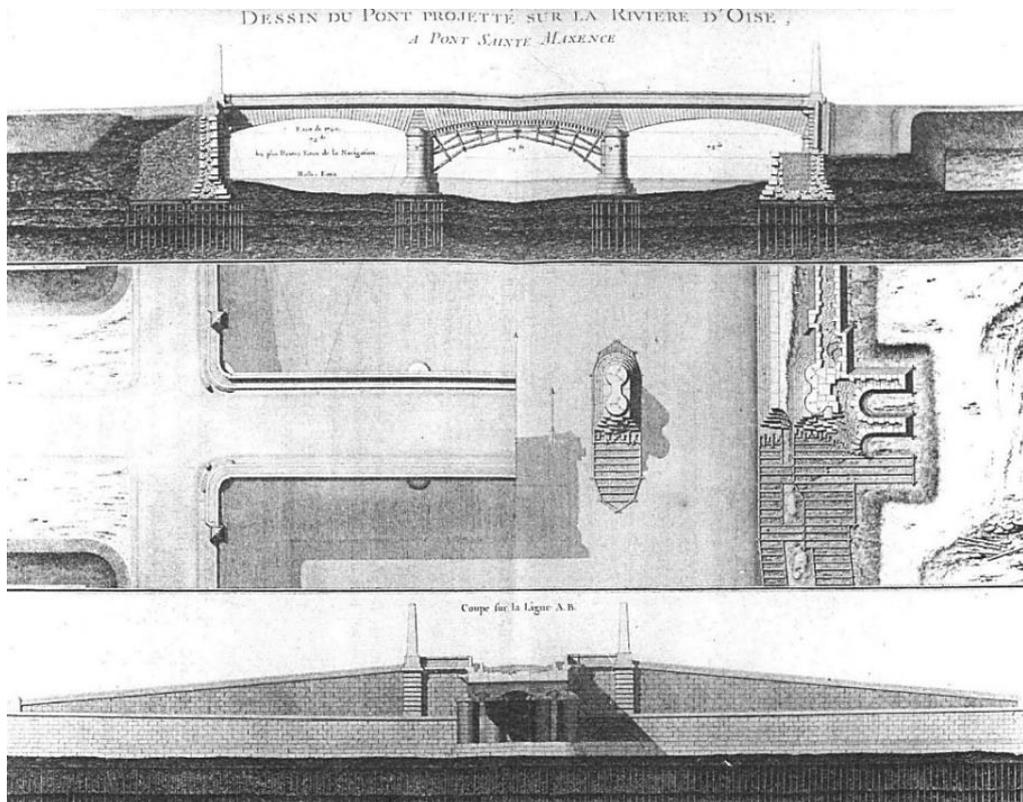


Figura 3: Desenhos executivos do arquiteto-engenheiro Jean-Rodolph Perronet para a Ponte Saint Maxence – Há uma preocupação maior com a representação do processo de execução, para além do objeto acabado. Fonte: PICON, 1992, p. 163.

Essas divergências podem ser colocadas nos termos de uma cisão entre arte e técnica, conforme avalia Benevolo (2016, p. 30):

Em relação à unidade cultural das épocas precedentes, esse dualismo constitui uma grave passividade. Aqueles que continuam a levar o nome de arquitetos colocam-se acima da contenda, proclamam-se artistas puros e ocupam-se dos problemas formais, descuidando dos técnicos. (...) Os técnicos estão em uma situação um pouco melhor e, embora sejam

considerados com certo desprezo, não perdem jamais inteiramente os contatos com a vida real (...) são os primeiros a se convencer de que as decisões sobre as finalidades remotas de seu trabalho cabem a outros, e sua ação torna-se abstrata (...) por estar pronta a adaptar-se a qualquer situação (...). A arquitetura em sua unidade é deixada de fora dos problemas importantes de seu tempo: os artistas, que deveriam discutir os fins da produção arquitetônica, ocupam-se de problemas fictícios em prudente isolamento; os técnicos, empenhados nos meios de realização, esquecem o objetivo último de seu trabalho e deixam-se empregar docilmente para qualquer fim.

Se a técnica, por um lado, assume esse caráter de neutralidade e objetividade; a arte, por outro, encarnará a sua antítese. Essa ruptura marca também a transformação da concepção de arte, um fazer que passa a assumir prerrogativas de pureza, autonomia e subjetividade. Um recurso à origem etimológica dos termos arte e técnica nos lembrará de um implícito sentido de correção do produzir, ou seja, um conjunto de regras do saber que determina o fazer. Nesse sentido, a técnica contemporânea parece encarnar o produzir que encontrou nas ciências naturais e nos aspectos ideológicos do modo de produção operante os requisitos determinantes de sua suposta correção; enquanto a arte, diante de seus aspectos qualitativos imponderáveis, conforma-se enquanto um produzir especulativo, em cujo domínio a definição de regras ou leis é inviável. Apesar de esse processo ter se iniciado ainda no Renascimento, em decorrência da elevação do status intelectual das artes, segundo Silva (1994), ele se concretiza na segunda metade do século XIX, quando a produção artística passa a designar “um privilegiado exercício de manifestações subjetivas comprometidas apenas com certas concepções estéticas, cujo propósito maior é o deleite da elite” (SILVA, 1994, p. 145). Seu reflexo para a prática arquitetônica será a assimilação da ideia de que a arte é um privilégio, irredutível e incomparável a questões práticas e utilitárias, assumindo, assim, o arquiteto-artista – contraditoriamente – uma função considerada superior às demais, uma vez que seu projeto se torna autojustificável e que os critérios para avaliação se reduzem basicamente à própria inspiração estética subjetiva.

Um dos sinais dessa ruptura no campo da construção é a dissolução, em 1793, da *Académie Royale d'Architecture* – no contexto do processo revolucionário e da supressão de instituições ligadas à monarquia – e o posterior remodelamento do ensino formal. Em 1794, é fundada a *École Polytechnique*, com sólida orientação técnico-científica e rigidamente alinhada aos interesses do Estado, que acolheria os arquitetos-engenheiros; e entre 1795-1806, a *École National Supérieure des Beaux-Arts*, onde também seriam ensinadas a pintura e a escultura, e que acolheria a formação direcionada aos arquitetos-artistas. Tal modelo foi importado pelo Brasil ainda nos anos de 1800, nas figuras da Academia Imperial de Belas Artes (1826) e da Escola Central/Politécnica (1858/1874), instituídas pela Missão Francesa no âmbito do governo imperial.

Não cabe ao escopo deste trabalho a análise da evolução do ensino de arquitetura no Brasil após a fundação dessas instituições. É válido, entretanto, destacar que a formação e a atuação de arquitetos e engenheiros tenham seguido rumos similares por aqui. Sousa (2001, p. 54) afirma que, já durante o século XIX, o ensino na Academia foi alvo de severas críticas devido ao seu “conservadorismo estético

e principalmente por preparar profissionais sem conhecimentos suficientes para bem resolver aspectos funcionais e tecnológicos dos edifícios”, o que conduziu a um gradual descrédito da instituição e, conseqüentemente, à dificuldade dos profissionais por ela formados de se inserirem no mercado. Segundo o autor, os arquitetos-engenheiros estavam em vantagem, pois eram igualmente capacitados para conceber composições estilísticas e formais, assumindo, além disso, a prerrogativa de gerenciar a execução das obras para as quais eram contratados. Sua atuação estava marcada pela simplicidade e pela economia aplicadas à produção de edificações.

Embora essas instituições tenham sido objeto de múltiplas reformas durante os séculos XIX e XX, as marcas das fraturas epistêmicas abertas nos séculos XV e XVIII são ainda reconhecíveis na contemporaneidade. Essas rupturas estão fundamentadas, sobretudo, na relação que a teoria e a prática arquitetônica estabelecem com a produção. Persiste no exercício contemporâneo um cômodo distanciamento de quase tudo aquilo que envolve a dimensão produtiva: seus aspectos materiais, as dificuldades técnicas da execução, os custos envolvidos na realização de um projeto. Tal condição se manifesta mesmo no instrumental de trabalho: as principais ferramentas adotadas no exercício do projetar arquitetônico são aquelas da representação gráfica que, muitas vezes, chegam a adquirir uma certa autonomia em relação ao objeto projetado. Na esfera cognitiva, abre-se um hiato entre a construção mental e a construção material.

Sabidamente, nas primeiras décadas do século XX, o movimento da arquitetura moderna tentará tardiamente uma reconciliação com a revolução produtiva e ideológica, buscando novamente uma abordagem científica, tecnicista e agora industriosa para a arquitetura, além da definição de novos princípios estéticos capazes de orientá-la. Os exemplos mais proeminentes dessa iniciativa – e que dispensam explicações mais extensas – são Le Corbusier, que virá a clamar explicitamente por uma estética do engenheiro, e o projeto didático para a Bauhaus de Walter Gropius.

Para Gropius, o referido dualismo estava colocado com clareza e precisava ser superado. Desde o início de sua carreira, ele intuiu que a solução se encontrava em uma concepção arquitetônica aderente às exigências técnicas. O projeto da Bauhaus revelaria um amadurecimento e um aprofundamento na compreensão do problema a ser contornado: as cisões entre arte e técnica, entre teoria e prática, entre produção artística e produção industrial. Entre os pilares do ensino, o próprio Gropius destacou o paralelismo entre o ensino teórico e prático e o contato contínuo com a realidade do trabalho, revelando um intuito de conciliação com a realidade produtiva:

O instrumento do espírito de ontem era a ‘academia’ que separava o artista do mundo da indústria e do artesanato (...) Estas pessoas, embaladas no sonho da genialidade e enredadas nos preconceitos artísticos, eram enviadas à ‘profissão’ da arquitetura (...) sem a bagagem de uma verdadeira educação. (...) Suas capacidades se limitavam, na essência, a uma espécie de composição pictórica independente da realidade dos materiais, dos processos técnicos e das relações econômicas (...) O erro pedagógico fundamental da academia constituía em preocupar-se com o gênio isoladamente, descuidando do valor de um digno nível médio de produção (...) era lógico estabelecer esses pressupostos para a futura educação de todos os

indivíduos dotados: uma severa experiência prática e manual em laboratórios ativamente empenhados na produção, unida a uma profunda instrução teórica sobre as leis formais (GROPIUS apud BENEVOLO, 2016, p. 410-411).

Corbusier (2014), por outro lado, parecia menos preocupado com uma conciliação do que com a definição e estabelecimento de uma ordem objetiva. Seu discurso defendia a superação do contraste entre a produção técnica e a produção artística, mas ainda carregada de entendimento de técnica e arte como dois valores paralelos. Tal postura, aparentemente contraditória, deriva do mesmo ímpeto racionalista que busca uma verdade estética, demonstrável por si mesma que, para ele – ainda que se tratasse de uma criação do espírito –, já estava manifesta na forma e na funcionalidade das máquinas, na produção seriada, na economia: bastava sua assimilação pelo fazer arquitetônico. Nas palavras de Benevolo (2016), para Corbusier não havia síntese a ser construída e, portanto, não se apresentava a necessidade de um novo método de produção e de ensino. A síntese está posta, bastando reconhecê-la:

Os engenheiros são viris e saudáveis, úteis e ativos, morais e alegres. Os arquitetos são desencantados e desocupados, faladores ou lúgubres. É que em breve não terão nada o que fazer. Não temos mais dinheiro para construir monumentos históricos. Precisamos nos justificar. Os engenheiros pensam nisso e construirão (...). Sem perseguir uma ideia arquitetural, porém simplesmente guiados pelos efeitos do cálculo (derivados dos princípios que geram nosso universo). (...) Os engenheiros de hoje empregam elementos primários e, coordenando-os segundo regras, provocando em nós emoções arquiteturais, fazendo ressoar assim a obra humana com a ordem universal. Eis aqui silos e fábricas americanas, magníficas primícias de novos tempos. Os engenheiros americanos esmagam com seus cálculos a arquitetura agonizante (LE CORBUSIER, 2014, p. 6).

Um outro aspecto a ser destacado, conforme a análise de Silva (2000), é que o projeto modernista envolve também uma proposta de recuperação da legitimidade perdida pela arquitetura no processo de sua “academização”. Esse desejo por legitimação não virá a se apoiar apenas em uma submissão ao domínio da técnica instrumental e da industrialização, em uma adesão irrestrita ao discurso tecnológico e do progresso, mas também irá impregnar o *ethos* do arquiteto de um ideário reformista que se manifesta tipicamente no engajamento com o processo de transformação social, com uma causa. Nesse sentido, a sistematização do conhecimento da Arquitetura passa a dissociar o conteúdo técnico-científico, supostamente neutro, daquele teórico-doutrinário, o qual, atuando como embasamento da elaboração projetual, visa antes convencer do que explicar. Para Silva (2000, p. 237), “o arquiteto torna-se um evangelista, com uma missão, a de melhorar o mundo através da imposição de sua própria sensibilidade”.

3. Conclusão

Passados cem anos, as ideias do projeto modernista para uma outra arquitetura parecem ter sido progressivamente conjuradas ao âmbito de seu repertório formal. Considerando a magnitude e a ambição da proposta inicial, é possível afirmar que os resultados obtidos – controversos sob alguns pontos de vista – não atingiram os resultados esperados na perspectiva de uma integração produtiva, social e

ideológica a médio e longo prazos. Em consequência, as problematizações em torno da produção poucas vezes voltaram a ser abordadas em profundidade, como se se tratasse de um assunto apartado da teorização arquitetônica, talvez menos pelas intenções colocadas no plano teórico do que pelos fatores econômicos determinantes no plano prático. A ênfase na investigação dos princípios estéticos capazes de orientar o arquiteto teria preterido uma abordagem técnico-científica integrada à indústria da construção? Ou as próprias condições produtivas e tecnológicas desta última teriam repellido, quando não inviabilizado, um debate arquitetônico a ela integrado? O fato é que a produção teórica se marginalizou, assim como a prática.

De certa maneira, a reforma do *ethos* do arquiteto induzida pelo movimento moderno jamais pretendeu ou alcançou desvencilhá-lo completamente do *ethos* do artista. Ao contrário, o ampliou, adicionando a ele novas características, como o caráter reformista e demiúrgico acima mencionado. Uma vez que a síntese proposta por Gropius e Le Corbusier não se concretizou, durante o século XX e no início do século XXI, o debate no plano teórico-doutrinário da arquitetura vem se desenvolvendo de maneira um tanto cíclica. Segundo Picon (1992), o campo está quase sempre marcado por uma espécie de impotência ou por certo mal-estar, quando se trata de suas relações com a tecnologia. Tal conjuntura conduziu a profissão a uma condição de crise teórica e posição de marginalidade no contexto geral de produção do ambiente construído. O arquiteto na contemporaneidade parece ter alguma consciência dessa marginalização e, muitas vezes, reivindicar de volta sua antiga autoridade sobre a produção do ambiente construído sem, contudo, saber-fazer: estar capacitado e envolver-se diretamente com processos inerentes à construção. Todavia a cultura profissional parece carregar a herança de um *ethos* vitruviano que a conjuntura da divisão do trabalho e de aprofundamento, expansão e especialização do conhecimento não lhe oferece as condições reais de possuir. Se na atual organização social cabe à academia a produção e transmissão do conhecimento, é possível que tenha chegado o momento de, mais do que criticar a prática, repensar a teorização em suas relações com a produção material e, portanto, com a tecnologia.

Referências

- ARANTES, P. F. **Arquitetura na era digital-financeira**. 308 f. 2010a. Tese (Doutorado em Tecnologia da Arquitetura) - FAUUSP, São Paulo, 2010.
- BENEVOLO, L. **História da Arquitetura Moderna**. São Paulo: Perspectiva, 2016.
- BORGES FILHO, F. **O desenho e o canteiro no Renascimento Medieval (séculos XII e XIII):** indicativos da formação dos arquitetos mestres construtores. 2005. 262 f. Tese (Doutorado em Estruturas Ambientais Urbanas) – FAUUSP, São Paulo, 2005.
- FRAMPTON, K. **Studies in tectonic culture: the poetics of construction in nineteenth and twentieth century architecture**. Cambridge MA: MIT Press, 1995.
- GUTMAN, R. **Architecture from the outside in: selected essays** by Robert Gutman. New York: Princeton Architectural Press, 2010. v. 64
- KOSTOF, S. **El Arquitecto: historia de una profesion**. Madrid: Catedra, 1984.

LE CORBUSIER. **Por uma arquitetura**. Trad. de Ubirajara Rebouças. São Paulo: Perspectiva, 2014.

PLATÃO. **Diálogos**: Fédon-Sofista-Politico. Porto Alegre: Globo, 1961.

PICON, A. **French Architects and Enginners in the Age of Enlightenment**. Cambridge MA: Cambridge University Press, 1992.

SEQUEIRA, J. M. Os desenhos do De Architectura (arcitektouikh) The Drawings of De Architectura. **AE... Revista Lusófona de Arquitectura e Educação**, [s. l.], n. 4, 2010.

SILVA, E. **Matéria, Ideia e Forma**: Uma definição de arquitetura. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1994.

_____. **O imaginário do Ofício da Arquitetura**: origem e desenvolvimento da auto-imagem de uma profissão. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

SOBRAL FILHA, D. Engenheiros e Arquitetos do século XIX no Rio de Janeiro e o Racionalismo Estrutural. *In*: ENCONTRO NACIONAL DA ANPARQ, 2016, Porto Alegre. **Anais do iv enanparq**. Porto Alegre: [s. n.], 2016. p. 1–18.

SOUSA, A. **O ensino da arquitetura no Brasil imperial**. João Pessoa: Editora Universitária – UFPB, 2001.

TESSER, G. J. Principais linhas epistemológicas contemporâneas. **Educar**. Curitiba, n. 10, p. 91-98, 1995.

VITORINO, J. C. Sobre a história do texto de Vitruvius. **Cadernos de Arquitetura e Urbanismo**. Belo Horizonte, v. 11, n. 12, p. 33–50, 2004.

VITRÚVIO. **Tratado de Arquitetura**. Trad. de M. Justino Maciel. São Paulo: Martins Fontes, 2019.

LINGUAGENS DA ARQUITETURA - SEMÂNTICA, SINTÁTICA E PRÁXIS

ARCHITECTURE LANGUAGES - SEMANTICS, SYNTACTICS AND PRAXIS

LENGUAJES DE LA ARQUITECTURA - SEMÁNTICA, SINTÁCTICA Y PRAXIS

Jorge Bassani
jbassani@usp.br

RESUMO

O artigo trata da linguagem em arquitetura enquanto práxis. A partir da interpretação de práxis na condição de instrumento metodológico, diferente da prática ou da aplicação da teoria, ela própria criadora de teorias, coloca-se o debate da produção de linguagens na arquitetura moderna e pós-moderna. A primeira limitou a linguagem à pragmática, a segunda à forma. O objetivo é contemplar outros agenciamentos na arquitetura atual em perspectiva de desvios dos enunciados do neoliberalismo. O entendimento de desvio é construído observando-se a práxis das subculturas a partir dos anos 1970. Sobre ele, procura-se posicionar a produção de linguagens da arquitetura e urbanismo na contemporaneidade com perspectivas desviantes. A ancoragem metodológica para proceder estes atravessamentos, subcultura / arquitetura e desvio / discurso hegemônico, é o conceito marxiano de práxis.

Palavras-chave: Linguagem; Práxis; Arquitetura contemporânea; Processos coletivos.

RESUMEN

El artículo se refiere al lenguaje en arquitectura como praxis. Entendiendo praxis como un instrumento metodológico, que difiere de la práctica o de la aplicación de la teoría, ella misma creadora de teorías, se evidencia el debate de la producción de lenguajes en la arquitectura moderna y posmoderna. La primera, limitó el lenguaje a la pragmática, y la segunda a la forma. El objetivo es abarcar otros agenciamentos en la arquitectura actual, tomando en cuenta los desvíos enunciados por el neoliberalismo. La comprensión de desvío es construida a partir de la observación de la praxis de las subculturas a partir de los años 1970. Sobre esta comprensión, se busca posicionar la producción de lenguajes de la arquitectura y urbanismo en la contemporaneidad con perspectiva desviantes. La metodología para trabajar con estos atravesamientos, subcultura/arquitectura y desvío/discurso hegemónico, es el concepto marxista de praxis.

Palabras claves: Lenguaje; Praxis; Arquitectura contemporánea; Procesos colectivos.

1. Desvio

Os filósofos só interpretaram o mundo de várias maneiras; o que se trata é de transformá-lo. (MARX; ENGELS, 1845)

Foi Jean Baudrillard com *Kool Killer* quem primeiro chamou a atenção (em 1972) para complexidade linguística dos *graffiti* (aqui chamaríamos as *tags* de pixo) que invadiam o metrô novaiorquino; nos anos 1980, com o desgaste do termo contracultura, passou-se a usar com frequência

seu, às vezes complementar, mas em geral, antagonista, subcultura. Um conceito difuso e disperso em muitas interpretações, como também foi o de contracultura; contudo, não o conceito, mas esta constelação de interpretações e, especialmente, as práticas, que facilmente classificamos como subcultura, carregam essências e fisionomias interessantes para introduzir o debate proposto a seguir.

A principal característica a se destacar, neste sentido, é seu vínculo indissociável com a cidade, não qualquer cidade, mas aquela que passamos a identificar como neoliberal. As artes historicamente floresceram e se desenvolveram destacadamente nos ambientes urbanos, especialmente nos momentos de grande efervescência no que dá materialidade a este ambiente, polis grega, burgos renascentistas, cidade moderna industrial. Entretanto, as práticas que associamos à subcultura não se relacionam com a cidade simplesmente, ou seja, não é uma esfera autônoma que troca ou dialoga com outra, é uma coisa que impregna a cidade e passa a fazer parte dela, sua essência é demarcada por este traço em sua materialidade.

Não se trata de uma questão temática, o urbano, a cidade, e sim uma questão de espaço; e corpo. Mesmo as vanguardas históricas, experimentalistas e fascinadas com a vida moderna urbana, agiam e materializavam suas ações nos interiores, seja no *Cabaret Voltaire*, seja nos *Vkhutemas* ou na *Bauhaus*, a contracultura lisérgica dos anos 1960 propunha a fundação de “sociedades alternativas” rurais, como negação e *drop-out* do consumismo e da materialidade agressiva da urbe contemporânea.

Na virada de século, após os *carnavais contra o capitalismo* e, especialmente, a redescoberta do *lado B* dos anos 60 representado principalmente pelos Situacionistas e pelos Provos, ou seja, após os eventos que demarcam o que passou a ser identificado como o “retorno às ruas”, o termo subcultura tornou-se frequente em todas as rodas e quadrados, academia, artistas, mídia, circuitos, mesas de bar. A diversidade das interpretações para o termo já foi apontada, assim como a inequívoca identificação das práticas que lhe dão sustentação, contudo, o mais importante em relação a elas é que não são práticas que resultam em (produzem) objetos sensíveis, suas materialidades são a ação (o corpo) e a manipulação do espaço. Exemplificá-las é sempre simplificar, coisificar, extrair-lhe toda a potência da experiência, mas parece incontornável aqui recorrer a exemplos: lembremos que a pintura mural é feita sobre uma parede preparada para ela, exclusiva, um recorte da realidade, o grafite (e a pichação, para nós no Brasil) estão mais para tatuagens nas peles da cidade, ela se inclui ao ambiente, ocupa. Da mesma forma, como os corpos que passam a ocupar as ruínas da modernidade decaída, o espaço, estar nele e construir o território é identificação imediata dos eventos nomeados de subcultura, a *breaking dance* só existe se for na rua, as hordas *punks* desfilam pelas ruas em geral nas áreas centrais (ou se socam nos clubes subterrâneos).

No olhar retrospecto para enquadrar o termo foi demarcado o movimento *Hip-Hop* uma de suas origens, os mesmos sujeitos que *pixavam* os trens do metrô observados por Baudrillard promoviam no *South Bronx* de Nova Iorque no início dos anos 70 uma massa linguística composta por música (na

verdade, sonoridades guturais e eletrônicas), gráficas, *performances*, *body-art*, em um sincretismo inominável para as modalidades de expressão (das artes) vigentes. Outra origem são os punks nos centros metropolitanos que, além das perambulações pelas ruas e ocupação de prédios abandonados, também direcionavam sua linguagem explícita e direta em uma massa disforme composta por sonoridade, corpos em movimento, indumentária, gráfica (*pixo* e *fanzines*), a partir de um lema que se tornará *slogan* e palavra de ordem, *do it yourself* (DIY).

Ainda duas observações sobre a *subcultura* que me parecem necessárias antes de entrarmos na discussão central deste artigo. O termo surgiu no pós-guerra, associado à delinquência e ao crime a partir da Escola de Chicago; nos anos 1970, principalmente por meio do *Centre for Contemporary Cultural Studies* de Birmingham, recebe outros direcionamentos, mais para o explicitamente cultural e, também, para o político. Destaca-se nestas outras direções apontadas pelo Centro britânico, que se trata de um conjunto de expressões que entram em choque com a “cultura dominante” e que são expressões e comportamentos da “classe dominada” frente à dominante. A segunda observação é que sempre é produzida por bandos, nunca por indivíduos isolados, nem sequer pelo conjunto de ações isoladas. A subcultura, tanto no direcionamento criminal da escola estadunidense, quanto na circunscrição ideológica dos ingleses, é criada, codificada, produzida, acionada e descodificada por sujeitos coletivos, seja a *gang*, seja a classe social.

Estas observações têm o objetivo de reforçar os impulsos da cultura alternativa a partir dos anos 1970 em direção à cidade, não a cidade como artefato social e histórico, mas a cidade na condição de produção e mercadoria no contexto do capitalismo tardio, do neoliberalismo e da globalização. A adoção e popularização do termo subcultura são coetâneas da movimentação nas metrópoles mundiais que desencadearão os *carnavais* de final do século, um movimento das e para as ruas, não à toa um dos principais corpos coletivos da cena política/cultural dos anos 1990 chama-se *Reclaim the streets*, bem como, nota-se claramente a incorporação dos códigos da subcultura nas manifestações políticas. Porém, não é só nesta chave do sincretismo “política e cultura nas ruas” que se pretende expor as relações das culturas desviantes com a cidade neoliberal. Esta já está plenamente codificada e materializada desde a adoção de seus princípios na divisão social do trabalho internacional da globalização e na ordem produtiva e reprodutiva do capital nas macroeconomias.

Na grande maioria das interpretações e análises que se faça das políticas neoliberais, dois pontos são praticamente consensuais por serem factuais: em escala internacional, elas concentraram ao extremo a riqueza e, na escala urbana, promoveram uma devastadora segregação socioespacial. A fragmentação e descontinuidade promovidas pela modernidade industrial foram atomizadas em tecidos contínuos, mas de extrema heterogeneidade, o termo *territórios* ficou inexoravelmente pregado ao urbano e tudo o que lhe diz respeito. A subcultura, em certa medida,

assumiu o papel histórico de expressar politicamente e artisticamente a multiplicidade de territórios das cidades imersas na lógica neoliberal.

Separar (ou desunir) é postulado do poder desde sempre e foi a ancoragem do capitalismo tardio nos ativos urbanos: por um lado na indústria da informação e conhecimento, por outro, o mais nefasto, no próprio solo urbano estruturado. Sua chegada na cidade impacta violentamente nos seus significados ontológicos (abrigo, trabalho e cultura) e, em especial, na política, conduta regulamentadora para que tanta gente compartilhe estes significados em limitadas áreas espaciais. Não há a necessidade de expor o recente declínio da política representativa, ou tradicional, como passou a ser discriminada, apoiada em partidos e representações de classe, agora nos cabe observar a atomização territorial elevada à condição política. A “classe dominada”, produtora da subcultura no entender do Centro de Estudos Culturais de Birmingham, não pode ser interpretada somente como o “proletariado”, os contratos sociais entre capital e trabalho da modernidade foram rasgados antes do final do século. As revoltas *punk* e *hip-hop* são promovidas por filhos de operários, mas não são simplesmente desempregados, são desfuncionalizados das operações produtivas.

Fala-se mais usualmente nos dias de hoje em “excluídos” da lógica neoliberal, no entanto, o grau de dominação é relativo, expressiva parte da majoritária massa excluída nas metrópoles enfrenta esta lógica, predominantemente se territorializando e se expressando culturalmente. A ação política é que domina os discursos, eles perderam qualquer chance de unidade, cada grupo promove os seus, com seus códigos e operações de linguagem. A ideia que imediatamente nos vem à cabeça, para o bem e para o mal, é das *tribos urbanas* de Maffesoli (1998). Para o mal porque sua captura foi imediata e se transformou em *style*, para o bem porque aponta para outras dimensões da vida social, claramente coletivas e políticas.

Os enquadramentos das subculturas em suas relações com as metrópoles contemporâneas (poderia ser a partir das intensas atividades que promoveram na *internet*, seria outra abordagem) tem por finalidade colocá-las como desvio fundamental nos encaminhamentos definidos pela transformação da cidade funcional (que nunca funcionou) na cidade informacional que se materializou na informalidade de toda espécie. Enquanto desvio, devem ser encaradas como práxis, não simplesmente como práticas subalternas aos hábitos ou às teorias. Mais do que práticas que materializam teorias, são práticas que precedem os discursos, que se estabelecem endemicamente por corpos e ações.

A finalidade desta breve apresentação do desvio no âmbito político e cultural da cidade do século XXI é considerar a participação da disciplina que trata da materialidade urbana neste processo, a arquitetura. Não só como está inserida ou participa do desvio subcultural que esgarçou e atomizou os significados da cidade, mas principalmente, como pode ser reconhecida como práxis, ação-teoria (ou projeto-execução) transformadora. Por meio desta inserção, o artigo propõe ampliar os debates sobre arquitetura insurgente, contra hegemônica, ou desviante, na era do neoliberalismo. Contribuição essa

em um viés pouco explorado, a produção de linguagem e métodos para avaliá-la na condição de experiência transformadora.

2. Vocábulo

Em torno dos grandes trabalhos de renovação urbana se configuram as imagens mais espetaculares da cidade neoliberal nas duas últimas décadas do século passado. Eles vão muito além de práticas do urbanismo, configuram quadros de vida urbana para consumo com grande difusão midiática, muitas vezes associados aos grandes eventos culturais ou esportivos, mas, também, à reestruturação produtiva da economia urbana. A arquitetura que povoa o *set* dos *masterplans* também constitui um fenômeno muito além do edifício, de seu desenho e sua construção, para uma totalmente nova inserção cultural carregada de valores simbólicos na *condição pós-moderna*. Evidentemente, não é novidade na história, não se pode pensar o Parthenon só como um edifício, desenho e construção, é muito mais, um discurso amplo e complexo; porém, na modernidade a aura artística/simbólica/poética da arquitetura se transfigurou radicalmente em um ente composto predominantemente por ciência e técnica, e ideologia. Assim permanece nos tempos pós-modernos, contudo, muito diferente. Ciência, técnica e ideologia foram as instâncias do conhecimento social mais afetados pelas crises no último quarto do século 20.

Nas seminais obras destinadas a expor e avaliar os novos tempos, a arquitetura irrompe como fato e fenômeno especial para sua compreensão, a *arquitetura pós-moderna* (primeira modalidade artística assim identificada, em tempos de *Pop Art* e *Arte Conceitual*) ganha grande destaque nas literaturas crítica sobre cultura e política e, na sequência, nas mídias especializadas (que se multiplicam nas últimas décadas) com abordagem ufanista sobre o novo *status* cultural do trabalho dos arquitetos e, finalmente, alcançam as mídias generalistas e de grande público. Nos meios disciplinares e profissionais expande o sentimento de que a Arquitetura Moderna não desperta qualquer interesse no grande público, é um vocábulo dirigido somente a arquitetos (modernos). O Pós-modernismo não acrescentou muito às práticas tectônicas se comparado à revolução posta em jogo pelo Movimento Moderno, equivalente aos impactos proporcionados pela arte não-figurativa, mas causou grande alarde pela abordagem estilística (a causar arrepios nos puristas modernistas) e retórica (em oposição ao discurso vanguardista).

A arquitetura que chegou as mídias nos meados dos 70 com a alcunha de pós-moderna tratava-se de pontas soltas deixadas pelas rachaduras nos discursos e certezas da Arquitetura Moderna. Perante a decadência de uma era, aplainam seu legado na simplificação de um maciço de regramentos e axiomas, herdeiros da razão de matriz kantiana, teleológica, ou seja, a reprodução de modelos aplicáveis às finalidades produtivistas. Portanto, emergiu às grandes massas urbanas uma nova arquitetura que de alguma, e qualquer, forma indicasse a superação dessas travas no sentido da liberdade da sensibilidade e a recolocasse em seu sentido histórico. Geneticamente determinada pela angústia da superação,

mesmo, e principalmente, quando irônica, de um ideário abstrato e intangível, surge uma arquitetura fadada ao alegórico.

São considerações muito voltadas para o quadro da primeira geração de arquitetos pós-modernos estadunidenses, Frank Gehry (de Santa Monica), Michel Graves, Charles Jenks, Robert Venturi..., contudo, não difere muito dos desenvolvimentos, muito mais densos na retórica, mas com resultados matéricos equivalentes, de europeus como os irmãos Leon e Bob Krier ou Aldo Rossi. Também são considerações muito esquemáticas somente para introduzir o real objeto que nos interessa aqui, a arquitetura espetacular no final do século, que sequer aderiu ao rótulo de “pós-moderna”. Introduzir como? Por três vias, exigidas pelos pós-modernos, independentemente da efetividade em alcançá-las: o caráter midiático, relativo às imagens e ao *espetáculo* na acepção debordiana, associado ao *massmídia*, por consequência ao popular (mais corretamente, ao *pop*); a artísticidade, relativa à linguagem, portanto não só à forma, mas aos discursos estéticos; e a consciência de *fato urbano* (Rossi, 1982), associada à específicas realidades e cultura urbanas, como são os monumentos (retóricas + formatividades) portanto, em alguma medida, ao cotidiano e não à urbanidade idealizada pelos modernos.

A rasa exploração destas três vias pelos arquitetos pós-modernistas não ultrapassa o *populismo estético* identificado por Jameson (1996, p. 28), porém, enquanto discurso construído, suas obras ilustram e explicitam a *lógica cultural do capitalismo tardio* (Jameson, 1996). Ou seja, as vias abertas têm complexa e contraditória relação com a sociedade em transformação nas suas bases econômicas e produtivas, olhando, estilizando e idealizando o passado pré-moderno. No entanto, abriram discussões e práticas que progrediram com encaminhamentos distintos na arquitetura de final do século, especialmente as voltadas para suas linguagens e suas expressões, e também à sua abertura disciplinar.

Em *A condição pós-moderna* de 1979 (dez anos antes do homônimo de David Harvey), Jean-François Lyotard entende que os novos tempos *revela(m) menos de uma antropologia newtoniana e mais de uma pragmática das partículas de linguagem* e elabora seu *relatório sobre o saber* nas sociedades mais desenvolvidas a partir de que *há muitos jogos de linguagem diferentes: é a heterogeneidade dos elementos* (Lyotard, 1989, p. 12). O que seriam estes jogos de linguagem? Parece razoável considerarmos a arquitetura de maior difusão no final do século como partículas de linguagem e, antes de se dedicar à linguagem em si, aderiu fortemente aos seus jogos, sobre os quais Lyotard faz três observações:

A primeira é que as suas regras não têm legitimação em si mesmas, mas que elas são o objeto de um contrato explícito ou não entre os jogadores. A segunda é que na falta de regras não há jogo, ... e que um “lance” ou um enunciado que não satisfaça as regras não pertence ao jogo definido por estas. O terceiro reparo acabou de ser sugerido: qualquer enunciado deve ser considerado como um “lance” feito num jogo. (p. 29-30)

O Pós-modernismo na arquitetura não tem um programa e é fruto *de uma era que não aprecia manifestos* (Koolhaas, 2008, p. 26), porém produziu vários, o “retroativo” de Rem Koolhaas (1978), contra o “funcionalismo ingênuo” de Aldo Rossi (1966), o “suave” de Robert Venturi (1966), e muitos outros. Seria uma boa entrada para debater o caráter dúbio e inconstante dos jogos propostos, ou ainda, *a canibalização aleatória de todos os estilos do passado, o jogo aleatório de ilusões estilísticas* (Jameson, p 45) sobre o “historicismo” pós-moderno. No entanto, os jogos de linguagem desenvolvidos pelos arquitetos a partir do pós-modernismo, e a inquestionável ruptura que propõem, têm fundamentos de outra natureza e mais complexos, a própria operação com a linguagem que enunciam em textos, projetos e construção.

A linguagem se estabelece em três níveis: articulado, semântico, sintático e pragmático. Este último ganhou *status* de ciência específica, a partir de Peirce, superposta às teorias da linguística de Saussure, investigando a efetividade da linguagem na comunicação. A modernidade é fértil em teorias sobre a comunicação que se avolumam no mesmo passo que se multiplicam os novos meios, contudo, outros aspectos da pragmática interessam à discussão conduzida aqui. As vanguardas históricas investiram fortemente na linguagem como instrumento da revolução, o movimento moderno na arquitetura com especial dedicação. A compreensão mais imediata da pragmática na linguagem está relacionada ao entendimento dos códigos e sua usabilidade. A Arquitetura Moderna estabeleceu franco domínio do nível pragmático da linguagem em detrimento dos valores semânticos e sintáticos, ou, colocando melhor, os componentes semânticos e sintáticos ficaram incorporados no nível pragmático, tanto com os enunciados revolucionários, quanto na verdade construtiva. A função prática ou idealizada atribui significado e forma sensível à própria linguagem.

Os arquitetos que se insurgiram contra o programa da arquitetura Moderna deram extrema atenção a esta condição de linguagem, porém não na busca pelo equilíbrio entre seus três níveis, ao contrário, recorreram ao mesmo expediente, colocando sobre um dos pontos do tripé todas as instâncias da linguagem. A arquitetura de fim do século opera quase que exclusivamente nos aspectos sintáticos dela, os significados, discursos, fruição, entendimento e uso concentram-se exclusivamente na forma e no vocábulo construtivo, sejam os recuperados da história, sejam os de novas tecnologias.

Existe uma grande diversidade de atores, muitos arquitetos em hipótese alguma se alinham com o historicismo (Peter Eisenmann, Rem Koolhaas entre vários outros), como também, um novo tipo de cliente/consumidor (físico ou jurídico) extremamente favorecido pelas políticas neoliberais de concentração de renda. No entanto, deve ser considerado que na década posterior ao choque pós-moderno, os arquitetos passam a contar com grande arsenal tecnológico, tanto para o projetar quanto para o construir, amparado na informatização de toda a cadeia produtiva, de tudo, não só da arquitetura.

Os passos seguintes foram no sentido de explorar ao máximo as possibilidades da linguagem na arquitetura, mas não somente de seu vocabulário específico, lançando mão de uma multiplicidade de

enunciados e discursos advindos de outras artes e, também, de outras ciências para a experiência com a linguagem da arquitetura. Os teóricos sobre arquitetura irão apontar para esta multiplicidade (Frampton, 1997; Montaner, 1995) como a principal característica da arquitetura de fim de século, uma diversidade a partir dos aspectos formais e construtivos, seja ela “contextualista”, “high-tech” ou “neovanguarda”. O evento emblemático dessa nova condição para a arquitetura internacional é a exposição *Deconstructivist Architecture*, no Museu de Arte Moderna – MoMA, NYC em 1988, que propunha o diálogo com a filosofia contemporânea. A partir dela fica claro que, na inviabilidade de se alinhar o pensar com o construir, a arquitetura em desvantagem neste diálogo afunda-se na mais estéril, e espetacular, aventura formal.

De todo o diversificado discurso do Capital e das práticas neoliberais nada é mais potente enquanto linguagem, e mais difundido, do que a arquitetura espetacular produzida na virada de século. O espetáculo faz surgir uma nova categoria de arquitetos, o chamado star system. O predomínio dos grandes escritórios alinhados aos enunciados neoliberais inviabiliza os desvios, inviabiliza o underground na arquitetura. O seu show, de altos custos, é produto do mainstream.

3. Práxis

É na práxis que o homem precisa provar a verdade, isto é, a realidade e a força, a terrenalidade do seu pensamento. A discussão sobre a realidade ou não realidade do pensamento - isolado da práxis - é puramente escolástica.

A coincidência da mudança das circunstâncias e da atividade humana ou auto mudança só pode ser considerada e compreendida racionalmente como práxis revolucionária. (MARX; ENGELS, 2001, p.100)

Na conceituação marxista, práxis não é só a prática (que pode ser autômata), tem outra amplitude, está mais relacionada à ação consciente que promove a transformação, em se tratando da obra de Karl Marx, pensa-se inicialmente na transformação social. Entretanto, ela considera a práxis, também, como fundamentação da teoria. Prática, em sua acepção mais corriqueira, ou se refere a algo que se mostrou eficiente num determinado cenário e por isso repetido em outros, ou então, a algo que é resultado de teorias na instância física, sempre uma aplicação de saberes, inócua como produção de conhecimento, ou de transformação das ideias. No inverso do aplainamento de práxis em prática, Marx não concebe a fundamentação da práxis na teoria, pelo contrário, a práxis contém a teoria e, em certo sentido, a teoria deve ser uma modalidade de práxis.

A fundamentação da linguagem da Arquitetura Moderna nos seus valores pragmáticos, por mais sentido que fez para ideia de construção do “novo homem” e “novo mundo”, bem como, por mais que produziu discursos muito arrojados, ao final caiu na lógica linear e estreita do pragmatismo na filosofia. A reação pós-modernista, limitando sua linguagem à sintática, reduziu a arquitetura ao formalismo e, pior, viabilizou a mais profunda captura de discursos pela máquina capitalista neoliberal.

Com a chegada do novo século, todas as esferas e fenômenos da chamada pós-modernidade assentaram-se e banalizaram-se (da revolução digital às políticas neoliberais), mas também se aprofundou a convicção social de que, perante o estado mínimo (e comprometido), a única via é a ação direta e organizações territorializadas, o mesmo sentido do DIY das subculturas impacta também a arquitetura. Pode-se falar com alguma segurança que o desvio produzido pela cultura dos excluídos percebe-se também na arquitetura e, de forma mais surpreendente, que ela própria, enquanto fazer disciplinar, se vê como excluída, na condição pura e simples de codificar e espetacularizar a imagem da economia globalizada.

O desvio, como o da subcultura, recoloca a arquitetura no âmbito do cultural, do cotidiano, no oposto do *show* e do espetacular; não é teórico nem prático, mais correto é considerá-lo como pensar e agir no mesmo acontecimento, assim constitui-se em práxis.

Com efeito, só podemos pensar neste sentido, se observarmos a questão das linguagens desse novo aporte para a arquitetura. E ela apresenta-se absolutamente renovada, pelo menos em potencial. Não apresenta nenhuma grande transformação no vocábulo, nem na sintaxe, absolutamente vernacular como fato construído. Sua semântica agrega ao ontológico da arquitetura referente a abrigar, acolher, mas acrescenta tópicos de tematização, descrição e narração da própria sociedade ou de subgrupos sociais aos quais se dirige. Porém, o que mais diferencia a semântica da arquitetura que adotou o tom insurgente do *underground* e o elevou ao *overground*, está na estrutura de trabalho, nos arranjos e contratos entre arquitetos e outros, enquanto produtores, e entre estes e os interlocutores, não mais usuários, mas participantes do processo de produção da linguagem.

Parece mais uma questão sintática, a organização do trabalho matérico, no entanto, não o é, pois afeta mais o nível dos significados do que o dos significantes. Na esfera das mídias e das superficialidades em geral, diferencia-se este trabalho pelo autoral, o relaciona à criação coletiva. Arquitetura demanda muito trabalho, é sempre produto de muitas pessoas e a discussão do traço/gesto original há tempos tornou-se pueril. Os arquitetos do *star system*, como bem sabemos, são marcas de grandes escritórios com centenas de arquitetos, produção coletiva e extensa. O trabalho coletivo empregado por grupos ativistas, escritórios de assessoria técnica aos movimentos sociais e coletivos autônomos faz de suas formas organizativas horizontais os próprios enunciados de sua arquitetura, seja participativa, seja autogestionada, sempre um enunciado político antes de estático ou tecnológico.

Neste sentido, os níveis semântico e sintático da linguagem da arquitetura em desvio impactam decisivamente no pragmático. Se para o modernismo ele estava definitivamente atrelado à função (mais especificamente à idealização da função) e para o pós-modernismo direcionado às narrativas alegóricas (mais especificamente à utopia formal e tecnológica), a arquitetura desviante dirige-se à ação, aos corpos em movimento no fazer arquitetura, projeto e construção coletivos. Além das transformações sociais e materiais, é uma linguagem que se direciona à autotransformação, dos sujeitos envolvidos e da própria

linguagem, assim sendo, *só pode ser considerada e compreendida racionalmente como práxis revolucionária*, nas palavras de Marx e Engels, se não em resultado, ao menos em ambição e gesto.

A título de ilustração, uma última observação sobre o conceito de práxis apoiado em Marx e Engels e aplicado à cultura desviante (e a arquitetura fazendo arte dela), diz respeito à sua relação com as teorias e conceitos complexos coetâneos. Para ficar no imensamente conhecido nos meios da Arquitetura e Urbanismo, o conceito lefebvreano do *direito à cidade*, passou a frequentar as pautas, palavras-de-ordem, slogans e toda espécie de discursos verbal e não verbal do ativismo cultural da passagem de século. Muito provavelmente a grande maioria das vozes que entoou o *slogan* não leu profundamente a obra de Lefébvre, mas isto não impediu que estas vozes tivessem uma compreensão teleológica do conceito. Não se trata de colocá-lo em prática, porque não se trata de algo praticável em tempos de neoliberalismo na abrangência social que o conceito exige, mas é uma práxis, na medida em que transforma os sujeitos envolvidos no acontecimento, na ideia-ação promovida para alcançá-lo.

4. Projeto

A linguagem ordinária, mesmo a icônica, geralmente se estabelece e assegura sua eficiência amparada nas convenções, na rigidez dos códigos (por isso as gírias são tão marcantes nas subculturas) e nos repertórios do enunciador e do receptor. As linguagens artísticas não se adequam a este enquadramento, elas só se efetivam ao confrontar as convenções linguísticas, operam com a flexibilidade total dos códigos e repertórios diferentes, impingem interpretações diferentes ou mesmo a repulsa, mas raramente a nulidade da linguagem enquanto tal. Estas condições atribuem à linguagem artística sua complexidade inerente por serem desprovidas das âncoras da linguagem ordinária. Ela se processa num tempo espaço (definido pela obra) em que tudo acontece simultaneamente, ideia, enunciação, materialização, criação de signos, conformação dos códigos e interpretação-fruição. Talvez, a imagem mais acabada de ideia + ação + materialidade em um único acontecimento, seja a *action painting*, pode-se dizer que nela o projeto e seu devir materialidade estão no mesmo ato. A arquitetura, como linguagem, obra codificada e interpretação-fruição-uso, não se adequa a nenhuma dessas condições.

A formatividade linguística que lhe dá materialidade não está fora dela, como a linguagem ordinária por convenções, ela opera e configura os próprios códigos e constrói repertórios e linguagens a partir deles. Difere também de outras artes, jamais processa ideia e materialidade no mesmo acontecimento, nem tampouco com uma linguagem unitária, a arquitetura tem dois tempo-espacos diferentes entre si e diferentes também enquanto produção de linguagem, projeto e construção. O primeiro sempre devir, a segunda sempre fato consumado.

Todas as artes têm projeto, todas as ações humanas têm projeto, as pessoas têm “projetos de vida”. Por que o “projeto” de arquitetura merece uma distinção? Basicamente, porque o projeto é o fazer

do arquiteto (e seus agregados, designer e urbanista), seu produto e sua obra, sua “mercadoria”. Seu trabalho é desenhar, designar, as coisas todas do dia-a-dia, objetos, edifícios e cidades, como serão em significado, forma e função, como serão interpretados e usados; e, também, como serão tecnicamente construídos. Somente quando se realiza em materialidade habitável é decodificado pelo fruidor da obra arquitetônica, completa o ciclo de sua linguagem. Somente depois de construído, segundo a “ciência” Pragmática, a arquitetura se estabelece em comunicação com a sociedade.

Sergio Ferro se debruça sobre esta cisão, a partir de leituras de Marx sobre trabalho e mercadoria, em *O canteiro e o desenho* de 1968: *a função fundamental do desenho de arquitetura hoje é possibilitar a forma mercadoria do objeto arquitetônico que sem ele não seria atingida (em condições não marginais)* (Ferro, 1982, p. 10). Podemos acrescentar que a separação (e alienação em ambas as partes) entre desenho e canteiro integra a lógica do conhecimento desde o início do projeto de modernidade no Iluminismo, a distinção absoluta entre teoria e prática.

Nesta lógica o projeto permaneceu durante toda a modernidade e aprofundou-se no período chamado neoliberal, na condição de base teórica (somente o código é outro, desenho ao invés de verbal escrito) para a prática. O projeto é a parte intelectual (e limpa) da prática de construção, a induz, formata, regra e regulamenta. Contudo, não necessariamente o nível pragmático da linguagem se estabelece única e exclusivamente com o objeto construído. A linguagem é operada e materializa-se em significantes e significados no projeto, a unidade da linguagem em semântica, sintática e pragmática é definida no projeto. A prática construtiva só a executa como definida, ou seja, o dispositivo de linguagem é criado no projeto que, não por acaso, ganhou *status* de obra “pronta” em exposições e publicações cada vez mais constantes.

Pensarmos em um desvio na e da arquitetura em tempos neoliberais contempla não só a superação da dicotomia teoria-prática, projeto e construção, exige pensar e agir na produção de sua linguagem, implica em redimensionar e requalificar o seu produto, o projeto, em suas linguagens intrínsecas, mas, principalmente, as linguagens dos dispositivos que materializa.

Redimensioná-lo significa incorporar a ele o acontecimento, a ação, não só o fazer, mas o fazer com e fazer como; não só o projeto associado à construção, mas, especialmente, a dimensão do que está fora dele, a cidade e as pessoas, como fazem as subculturas urbanas. O desenho como criação de formas extraordinárias e espetaculares perdeu a graça até para as mídias, *more is bore*, o mais de tudo e o mais de tecnologias empapuçou, configurou um outro tipo de *pastiche* do identificado por Jameson (1996) na arquitetura pós-moderna. Projetar é criar formas, mas é muito mais.

Se o projeto é entendido como a síntese em unidade de linguagem de incidências muito complexas, dos programas às condições físicas do sítio, da economia e do ciclo produtivo, sua enunciação é esta síntese, o que os arquitetos gostam de chamar de “partido”, tudo o que vem depois é a sintaxe deste enunciado, no desenho e posteriormente no canteiro. Todos os níveis da linguagem

contemplados e claros, significados, forma-espço e usabilidade, porém todos absolutamente segregados, isolados em *partículas de linguagem*.

Requalificar o projeto de arquitetura nos tempos atuais significa romper este isolamento. Trata-se de colocar na mesma ação o projetar e o produzir, os sujeitos e as coisas, todos em processos de transformação. Arquitetura como práxis, o pensar e fazer como ação transformadora, certamente, está longe de desenhar no solo e levantar paredes, é envolver sujeitos e linguagens diversas na construção de mundos, é desconstrução da unidade tripartida de sua linguagem, seus enunciados, vocabulários, sintaxe e leitura, e reconstrução do lugar no qual a linguagem da arquitetura não é em si, mas um devir, se transforma completamente desde a enunciação até os diversos tempos de fruição e usos.

Está na essência da arquitetura como linguagem nunca estar acabada, se transformar permanentemente pelo uso, outras artes tentaram programas de uma arte processual com pouco êxito, arquitetos modernos e pós-modernos entenderam isto como um problema, um fardo, e tentaram a todo custo superá-la na endogenia discursiva ou formal, renunciaram ao que ela tem de mais especial como arte e, principalmente, o que tem de mais potente como instrumento de transformação da sociedade.

5. Tudo pela práxis

Finalizar este artigo com o caso do coletivo espanhol chamado *Todo por la Praxis* (TXP) apresenta vários riscos. O primeiro, e mais grave, é induzir o leitor a pensar que a discussão sobre práxis na arquitetura teve como objetivo criar um pano de fundo para expor o trabalho do coletivo. Outro risco é dar a impressão de a palavra final sobre a discussão se dirigir a estes atores, ou seja, que o TXP representa a expressão acabada da práxis na arquitetura tal como foi aqui defendida. Nem uma nem outra. O objetivo desta parte final é apresentar algumas ações que em andamentos e experiências no sentido de uma práxis nas linguagens dos desenhos das coisas, antes de serem caso de estudo, são exemplos que mostram encaminhamentos. Na condição de experiência recortada no tempo, mutante e, com as contradições internas que caracterizam experiências, portanto não existe palavra final sobre o assunto. Contudo, a tentação de recorrer a um grupo com este nome para esta exemplificação é enorme.

Em 2017, no âmbito de uma pesquisa de pós-doutorado sobre coletivos de arquitetos ibéricos, vários dos atores espanhóis da cena foram entrevistados, Diego Peris López do TXP foi um deles e o que mais enfatizou a dimensão política do trabalho dos coletivos, inclusive citando nominalmente os que tinham o compromisso com as transformações e os que estavam na cena como forma de visibilidade e projeção. No ano anterior tinha sido publicada a *Arquitectura Viva* (AV), n. 145, dedicada aos *colectivos españoles*. Com o subtítulo de *nuevas formas de trabajo: redes y plataformas*, a prestigiosa revista espanhola lançava à sociedade do espetáculo, em recorte fenomenológico e frisado no tempo, grupos de arquitetos surgidos a partir do início do século XXI que seguiam as diretrizes ativistas dos coletivos artísticos das três décadas anteriores. Diego López também foi o único dos entrevistados a

pautar suas avaliações sobre os coletivos de arquitetos na perspectiva histórica e dialética do ativismo artístico.

O TXP foi convidado para participar da publicação, mas recusou o convite, assim como Santiago Cirugeda do coletivo *Recetas Urbanas*, sistematicamente citado pelos coletivos entrevistados pela AV como referência e introdutor dos métodos do trabalho coletivo na arquitetura espanhola. Não participaram principalmente pela abordagem apolítica da revista, por não concordarem com o tema ter entrado na vala comum dos fenômenos urbanos contemporâneos, como modismo, ou como um “bum”, tal qual o texto introdutório da matéria os coloca. Se sentiram desconfortáveis perante a homogeneização de grupos, propostas e resultados muito diferentes sob um único ponto de vista e equivalência quanto à avaliação crítica. Diego López relata assim sua recusa em participar da AV 145:

Primero, pues por eso, despolitizada. Luego también, muy centrada en el territorio de Madrid, o sea, no mostraba nada de la diversidad de los colectivos en muchas vertientes, casi todos los colectivos [que foram publicados] tienen ese recorte muy arquitectónico, de intervenciones como muy de revista, fotos de revista. Pero, los trabajos colectivos, pues hay algunos que son no tan formales, que trabajan en investigación, en procesos de participación, el trabajo más comunitario, más de base... bueno, todo eso no estaba ahí en esa revista. (LÓPEZ, 2017)

Diego enfatiza a oposição ao espetacular, ao puramente formal, deseja uma arquitetura (e uma arte) com outros compromissos expressos em suas ações e linguagens, indica métodos de trabalho desviantes das respostas formais: *processos participativos, o trabalho mais comunitário, mais de base*. No seu entender o que ampara conceitualmente, politicamente e artisticamente o trabalho dos coletivos é serem de fato coletivos, abertos a múltiplas participações, onde não existe o criador da linguagem da arquitetura, pois se torna um processo de trocas e confrontos com o objetivo da transformação, além dos sujeitos e do mundo, dela própria como linguagem e fazer.

Evidentemente, são observações que causam calafrios nos arquitetos projetadores, mesmo nos mais progressistas. É legítimo se opor a anulação do criador, do autor em arquitetura, temos uma história construída com obras excepcionais de “gênios”. No entanto, nos tempos atuais, insistir nessa ideia é formular sintaxes dos enunciados neoliberais, como se faz aos montes, algumas poucas excepcionais. O desvio consiste em transformar o fazer pela práxis, não produzir excepcionalidades, mas promover vida cotidiana e comunitária, em significados e formas.

O TXP tem seus métodos e ao observá-los, bem como seus resultados, indicam se posicionarem na perspectiva do desvio. No *website* (<https://todoporlapraxis.es/>), o grupo se auto apresenta como a maioria dos coletivos espanhóis, uma *plataforma colaborativa*, veja-se a rede internacional IC (Inteligências Colaborativas). Com efeito, muitos destes coletivos integram o bloco dos desviantes, porém, o TXP torna-se um caso especial para de discutir a práxis na arquitetura por outros motivos, além dos enunciados gerais e circunstanciais.

O coletivo tem um manifesto, isto interessa porque remete aos programas e a uma certa tradição ideológica. Como todo manifesto, o dele também é enunciativo *sem provas* (como diria Koolhaas) e sem consistência analítica do contexto em que deseja ser aplicado como programa; mas, também como todo manifesto, repleto de intencionalidades. Talvez o traço mais revelador da práxis é ajuste de intenção e gesto. O TXP apresenta este ajuste no seu trabalho, na sua arte e no seu ofício. O artigo 2 do manifesto diz: ***TXP es práxis - Establecemos nuestra disciplina profesional en la praxis diaria, un modo de hacer desde la práctica que responde a las iniciativas desde la acción directa.***

Seu *modo de fazer a partir da prática e da ação direta* entende-se como o fazer integral projeto e produto, materialidade. A sessão *proyectos* do *site*, onde estão relacionadas seus trabalhos, está dividida em cinco partes: *agitprop*; *dispositivos móviles*; *urbanismo táctico*; *investigación*; e *procesos participativos*. Cada uma delas corresponde a uma divisão circunstancial ao enunciado geral em todas, o fazer juntos. Participativo e colaborativo não são palavras-de-ordem, são métodos de trabalho que impactam o resultado por assim ser, e não só por serem assim enunciados, formulam os enunciados na medida em que os programas são formulados e o mundo problematizado pelo corpo coletivo e heterogêneo. A subseção *Agitprop* resultou em uma publicação, assim descrita pelo próprio coletivo:

La publicación de Agit-prop recoge proyectos de visibilización y acción directa. Desde nuestro punto de vista, suponen un conjunto de acciones que plantean preguntas en torno a diferentes cuestiones y problemáticas que interpelan a la vulneración del derecho a la ciudad. ... Estos temas nos interpelan directamente en nuestra práctica y en nuestra experiencia cotidiana, y seguiremos trabajando en ellos en diferentes momentos y situaciones. (<https://todoporlapraxis.es/>)

Não é o caso de se fazer análises que comprovam os compromissos assumidos pelo TXP, nem tampouco, se sua materialidade os expressa. A produção é extensa nestes 20 anos de existência do coletivo e demandaria um artigo específico e muito ilustrado. O coletivo e seu trabalho estão aqui como indícios de um novo estar no mundo para arquitetos e seu fazer, como se colocam e que linguagens produzem. Neste sentido, as ações desenvolvidas em *La Cañada Real Galiana* configuram um recorte significativo. Elas estão divididas nas subseções *agitprop* e *procesos participativos*, na primeira com as ações de visibilização por meio de mapeamento, sinalização (Figura 1) e registro de seus sujeitos sob o nome de *La Cañada es real*, na segunda com o *Plan Cañada*.

A Cañada Real é um enorme assentamento ao longo de uma antiga trilha de pastores de ovelhas (cañada), a maioria de seus habitantes são ciganos, mas tem toda espécie de excluídos. Nessas condições, foi construído um território de sobrevivência com os próprios códigos, hábitos e cultura de grande espessura. Atualmente é alvo de projetos do poder público que propagandeiam a participação, mas em verdade objetivam o apaziguamento e controle de um caldeirão prestes a explodir. O TXP chegou lá em 2009, quando o assentamento sofria de profundo apagamento por parte do poder público, não existia, ou não deveria existir ali. As primeiras ações foram direcionadas a tornar visível pela cartografia e pela anúncio, enormes letras no alto da colina, como as de *Hollywood*, anunciavam: *Cañada Real*.



Figura 01: TXP, Cañada Real, Madri, 2009. Fonte: *Urbanismo táctico*, TXP. Acesso:13 jul.1922.

A permanência prolongada dos coletivos (TXP e *Recetas Urbanas*) e o trabalho de visibilização construído com os moradores engendrou uma plataforma de trabalho voltado ao projeto, o Plan Cañada de 2011:

El Plan Cañada busca, fundamentalmente, reconocer la realidad en la que finalmente se ha convertido la Cañada Real Galiana: un realidad urbana viva donde miles de personas desarrollan su vida ordinaria en constante interacción con el territorio y el medio urbano que les rodea. (<https://todoporlapraxis.es/024-plan-canada/>)

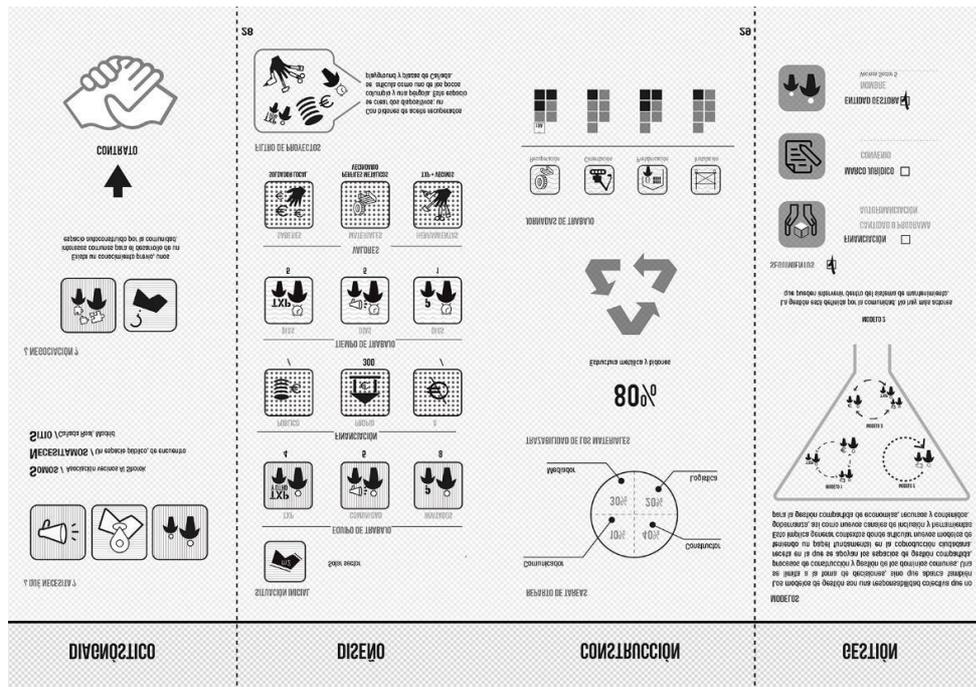


Figura 02: TXP, La plaza cañada, Madri, 2009. 2009. Fonte: *Agit prop*, TXP – CC. Acesso:13 jul 1922.

O plano, sem as formalidades das legalidades urbanísticas, indica uma série de eventos e estratégias de reforço da identidade e de viabilidade da vida cotidiana em comunidade (Figura 2), ao mesmo tempo em que enuncia a resistência para permanecerem no território. A produção participativa do plano consistiu em uma série de ações feitas colaborativamente precedendo sua elaboração, como as “gradas cañada” ou as a “plaza cañada”:

Dentro de las intervenciones en Cañada, [las gradas e la plaza] forman parte de una línea de trabajo en colaboración con diferentes entidades donde se plantea la recuperación o activación de infraestructuras en las que estas entidades están involucradas. (TXP, 2009b, p. 18)

As ações que promovem as intervenções, além de mobilizar os moradores e sua união, como sempre fizeram os movimentos sociais, substanciam um novo fazer arquitetura, projeto + construção, encorpam os repertórios dos sujeitos (todos) envolvidos, lhes dão proximidade aos códigos, da arquitetura e do território. Se configuram como práxis na medida em que significados e significantes ficam associados à mesma ação. Quando o suporte tempo-espço da ação muda, do campo da materialidade para o do desígnio, do plano-devir, eles permanecem associados. São fazeres coletivos que se distanciam da prática autômata ou subsidiária de teorias para se converterem em práxis, ações que transformam as coisas, os sujeitos e suas representações do mundo.

Referências

- BARROS, L. G. **Subculturas, um conceito em construção**. Intercom, Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Santos: 2007. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2007/resumos/r1118-1.pdf>. Acesso: 16 de junho de 1922
- BASSANI, J. **Das intervenções artísticas à ação política urbana**. 2019. 281f. Livre-docência – Universidade de São Paulo, 2019
- BAUDRILLARD, J. **Kool killer ou l’insurrection par les signes**. Paris: Ed Les-partisans-du-moindre-effort, 2003
- DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo**. (2003) eBooksBrasil.com. Disponível em: www.geocities.com/projetoperiferia Acesso:3 de julho de 1922
- DEWEY, J. **O desenvolvimento do pragmatismo americano**. Documentos Científicos - Sci. stud. 5 (2), Jun 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1678-31662007000200006> Acesso: 5 de julho de 1922
- FERRO, S. **O canteiro e o desenho**. Projeto Ed: SP, 1982
- FRAMPTON, K. **História crítica da arquitetura moderna**. São Paulo: M. Fontes, 1997
- HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Ed Loyola, 2004.
- JAMESON, F. **Pós-modernismo. A lógica cultural do capitalismo tardio**. São Paulo, Ed Ática, 1996
- JENKS, C. **The Languages of Post-Modern Architecture**. London: Academy Ed, 1977
- JOHNSON, P. e WIGLEY, M. **Deconstructivist architecture**. New York: The Museum of Modern Art / New York Graphic Society Books, 1988
- KOOLHASS, R. **Nova York delirante**. São Paulo: Cosac Naif, 2008
- LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. 5 ed. São Paulo: Centauro, 2008
- MUNUERA, I. L. **Notas sobre el BUM**. In: AV 145, Madrid: 2014. Pp. 15 – 20
- LYOTARD, J. F. **A condição pós-moderna**. Lisboa: Gradiva, 1989

MAFFESOLI, M. **O tempo das tribos: o declínio do individualismo nas sociedades de massa**. Rio de Janeiro: Forense, 1998

MARX, K. e ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: M. Fontes, 2001

MONTANER, J. M. **Después del movimiento moderno – arquitectura e la segunda mitad del siglo XX**. 2 ed. Barcelona: GG, 1995

PEIRCE, C. S. **Semiótica**, 3aed. São Paulo: Perspectiva, 1999

ROSSI, A. **La arquitectura de la ciudad**. 6. ed. Barcelona: Gustavo Gili, 1982

SAUSSURE, F. **Curso de linguística geral**. São Paulo: Ed Cultrix, 1967

TODO POR LA PRAXIS. **Agit prop**. Autopublicação do coletivo. Disponível em: https://todoporlapraxis.es/downloads/Agit%20Prop_TXP_190404.pdf. Madrid, 2019. Acesso: 15 de agosto de 1922

Urbanismo táctico. Autopublicação do coletivo. Disponível em: https://todoporlapraxis.es/downloads/Ubanismo%20T%C3%A1ctico_TXP_190412.pdf. Madrid, 2019b. Acesso: 15 de agosto de 1922

VENTURI, R. **Complexidade e contradição em arquitetura**. São Paulo: M. Fontes, 1995

MONTAGENS, SINTOMAS E IMAGENS: ALTERNATIVAS PARA UMA PRÁXIS URBANA EMERGENTE NA CONTEMPORANEIDADE*MONTAGES, SYMPTOMS AND IMAGES: ALTERNATIVES TO AN URBAN EMERGENCE PRAXIS IN THE CONTEMPORANEITY**ENSAMBLAJES, SÍNTOMAS E IMÁGENES: ALTERNATIVAS PARA UNA PRAXIS URBANA EMERGENTE EN LA CONTEMPORÁNEA***Lucas Boeira Bittencourt**
lboeirab.arq@gmail.com**Paulo Reyes**
paulo.reyes@ufrgs.com**RESUMO**

O artigo problematiza a abordagem sintética das imagens no âmbito do campo disciplinar do Urbanismo, especificamente a partir do pensamento de Kevin Lynch. Compreende-se a noção de imaginabilidade da cidade conforme proposta pelo autor na esteira de uma disposição cartesiana e funcionalista das imagens urbanas. Essa disposição da imagem opera por sínteses, ou seja, visando o apaziguamento ao invés do conflito. Como contraponto, este trabalho explora a montagem de imagens como possibilidade de “rasgar” a imaginabilidade urbana. Dessa forma, busca aproximá-la do sentido de uma práxis emergente, porque ocupa-se de complexificar os pressupostos essenciais e universais da teoria urbana, criticando sua racionalidade intrínseca e fazendo “emergir” seus próprios sintomas, numa via estética e política. A montagem é um procedimento tomado da filosofia e das vanguardas artísticas, que consiste simultaneamente em um modo de pensamento e uma forma de expressão. A noção de rasgadura consiste na abertura de sentidos que o conflito permite, expondo os sintomas. É uma operação que resulta sempre em imagens plurais e heterogêneas, explorando não só dimensões estéticas, mas também políticas. As noções de imagem, montagem, rasgadura e sintoma são compreendidas a partir de Georges Didi-Huberman e Walter Benjamin, e a discussão sobre estética e política a partir de Jacques Rancière. Ao criticar o sintetismo das imagens urbanas, operando em montagem, o trabalho experimenta possibilidades alternativas para uma práxis emergente na contemporaneidade.

Palavras-chave: Imagem; Montagem; Urbanismo; Cidade contemporânea.

ABSTRACT

This article problematizes a synthetic understanding of images inside the disciplinary field of urbanism, which is oriented through the conceptual issues dictated by Kevin Lynch. Thus, it is understood the notion of imaginability of the city, in order of a Cartesian and functionalist disposition to the urban images. This disposition of the image, which operates by synthesis, looks for appeasement in place of conflict. As a counterpoint, it is explored the montage of images as a possibility of “tearing” the urban imaginability. And, in this way, it aims to approximate to the sense of an emergence praxis. The montage is a procedure taken from philosophy and artistic vanguards; it is simultaneously a way of thinking and presentation. The notion of tearing consists of open senses by conflicts, exposing symptoms. It is an

operation that results in plural and heterogeneous images, near aesthetic dimensions, but also politics. These notions: image, montage, tear, and symptoms are based on Walter Benjamin's philosophical work, recapped by Georges Didi-Huberman. The sense of a politics-aesthetics thought is comprehended nearby Jacques Rancière's philosophy. In this way, the montage is a critical operation of synthetics urban images, and, in this sense, the article explores alternative possibilities for an emergence praxis contemporary.

Keywords: Image; Montage; Urbanism; Contemporary city.

1. O prólogo

A maneira como Kevin Lynch pensou a *imaginabilidade* das cidades estava apoiada em uma concepção de imagem estruturada em categorias consideradas por nós como restritivas. Neste artigo, pretendemos ampliar esse sentido de imagem a partir do entendimento dado por Georges Didi-Huberman com a noção de *montagem*. Este texto trata, então, da noção operativa de “montagem”, percebida como uma práxis emergente para a teoria urbana contemporânea. Problematiza a compreensão sintética das imagens urbanas, sobretudo, a partir do conceito de imaginabilidade na teoria urbana de Kevin Lynch (2010), amplamente difundida em escolas do mundo todo. Lynch é um dos autores mais citados nas últimas décadas, sendo traduzido em muitas línguas. Seu trabalho teórico configurou uma bibliografia de referência para a área do Urbanismo e do Planejamento Urbano (ROVATI, 2013).

Por contraponto à imaginabilidade, toma-se a montagem como um possível caminho crítico, entendendo esta como uma operação com imagens (no plural). Essas imagens são pensadas a partir de um caráter mais heterogêneo que inclui a contradição. A crítica aqui se põe ao determinismo dado pela tríade lynchiana: imaginabilidade, orientabilidade e identidade. Ela situa a imagem num sentido de apaziguamento, no interior de uma racionalidade homogênea. Dessa forma, a contextualização da montagem como uma práxis emergente parece-nos uma motivação pertinente para este texto, porque inclui a diferença, o conflito e a contradição. A questão que nos motiva é: quais tensionamentos são possíveis ao contrapor ao conceito de *imaginabilidade* um atravessamento filosófico pautado pela noção de *montagem de imagens*?

As reflexões contidas neste texto são o resultado de uma pesquisa de mestrado junto ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PROPUR - UFRGS), desenvolvida a partir de 2019 e que culminou na dissertação intitulada “A imagem aberta da cidade: ou o duplo regime das imagens rasgando as categorias de síntese em Kevin Lynch” (BITTENCOURT, 2021). Neste artigo, contudo, objetiva-se avançar com a problematização posta em movimento com a pesquisa, buscando aproximá-la da ideia de uma “práxis emergente” que tenha potência para incidir sobre teorias do campo disciplinar do urbanismo contemporâneo.

A preocupação de situar a pesquisa no âmbito de uma teoria contra hegemônica, contrária à homogeneidade cartesiana e racionalista presente no ensino das escolas de Arquitetura e Urbanismo, foi uma posição latente ao longo da pesquisa supracitada (2021). Destaca-se que essa intenção reverbera reflexões do grupo de pesquisa CNPq POIESE, Laboratório de Política e Estética Urbanas, que tem como um de seus objetivos pensar o projeto em urbanismo a partir de um olhar crítico que introduza nos seus processos de “saber-fazer” uma dimensão política.

Desde aí, pautando pressupostos estéticos e políticos à teoria, busca-se operar a noção de montagem como ferramenta e modo de pensamento. Para tanto, recorre-se aos estudos da imagem, a partir da leitura de Georges Didi-Huberman e Walter Benjamin, e sobre o estético e político, sempre indissociável, a partir de Jacques Rancière.

A montagem como método consiste não apenas em um procedimento de apresentação visual, mas também como um modo de pensamento, que aproxima objetos e teorias, aparentemente dissonantes, em uma zona de apresentação comum. Um dos pressupostos epistemológicos da operação de montagem é a produção de um “ruído”, ou seja, imagens que possam produzir nexos inesperados. Convergente com isso, o texto a ser apresentado experimenta a sua composição também como montagem, assumindo um caráter fragmentário, algo que pode suscitar certo estranhamento ao encadeamento discursivo linear, mas que permite o pensamento se alongar.

Nesse sentido, lembramos a afirmação de Maria Filomena Molder: “Em tempos sonhei” no prefácio de uma das obras que fundamenta este artigo, e que nos dá um relevo poético para esse caminho de pensamento que se alonga, preocupado em fazer surgir [ou até emergir] “uma poeira de indeterminação e demora, preparatória da instalação da dimensão política que subverte o saber-fazer da técnica” (MOLDER, 2022, p. 19). Portanto, em tempos sonhamos. Espera-se, assim, experimentar a crítica emergente da montagem como uma práxis alternativa e possível para o campo do urbanismo contemporâneo.

2. As evidências

Conforme orienta a 13ª chamada da revista Projectare, por “práticas emergentes” entende-se aquelas que se articulam com um projeto tido não apenas como um dado estético, mas também ético e político. Neste sentido, atenta-se sobretudo à dimensão do projeto como processo, e não simplesmente como produto, resolutivo e fechado; bem como, volta-se aos saberes e valores locais, questionando a prevalência de repertórios notadamente acadêmicos e eruditos, ou ainda, diríamos de nosso modo, exclusivos e distintivos, notadamente pautados por uma racionalidade técnico-científica que é hegemônica.

Parece-nos fundamental, desse modo, olhar para as diferentes subjetividades e intensidades que atravessam o cotidiano contemporâneo, relativizando posições sintéticas impostas pelos saberes

acadêmicos hegemônicos frente à realidade. Neste contexto, a cidade, apesar de ser um dado complexo, plural e multifacetado, vem sendo abordada desde procedimentos sintéticos racionalistas que anseiam dar conta, a partir de categorias estruturais, da realidade urbana. Nessa perspectiva de síntese, ao problematizar a realidade em “jogo” no cotidiano contemporâneo, anseia-se por apaziguá-la, por meio de estratégias resolutivas e/ou diretrizes de leitura. Há nesse gesto uma vontade positivista, cartesiana e racionalista, sobremaneira, acentuada. Diríamos, policial, a qual relacionamos à noção de imaginabilidade.

Tomamos o policial, no sentido proposto por Jacques Rancière, como controle. Para esse filósofo, o sentido policial não está relacionado à ideia de qualquer movimentação de repressão que possa ser feita pelo Estado, mas a uma ideia de “ordenação da comunidade em que cada parte é compelida a manter-se fiel ao seu lugar, à sua função e à sua identidade” (RANCIÈRE, 2011, p. 07). A ordem policial, portanto, é movida pela vontade de estabilidade, diferentemente da política. Pensar a cidade e seu projeto pela política é, assim, buscar compreendê-la a partir e para a diversidade de vidas e conflitos que a compõe.

Por política, compreende-se a esfera disruptiva daquilo que é comumente já dado como consensual, ou seja, aquilo que recorta modos de ser e estar no mundo de maneira homogênea. A política, para além de um simples conflito, expõe um *dano*, ao incluir no comum aquilo que não estava anteriormente autorizado a este comum. A noção de dano é fundamental na compreensão política de Rancière (2018). Ele é a parte dos que não tinham parte. Apesar da vida humana comum em sociedade (diríamos, ainda, o que nos é fundamental: em cidade), a política nunca está dada, *a priori*, só sendo verificável pela exposição de um dano. A política e o dano, portanto, se dão sob constante processo de verificação. O dano é o choque entre dois diferentes mundos: o dos que contam e o dos que não contam, ou ainda, o choque entre uma lógica policial e uma política, que fere e busca contaminar, desagregar, danificar.

Na esteira da política, é preciso pensar junto da noção de estética. Concentremos a partir da obra “A Partilha do Sensível” (2009). A estética é outra possibilidade de inscrição sensível, outros rearranjos dos modos de ser, dizer, sentir, frente à desarticulação propiciada pela política. A estética, nesse sentido, mais do que a preocupação com a atividade do julgar e sentir, ou ainda, recortar (entre o bom e o mau, o belo e o feio, e aqueles que podem operar esses pólos, por exemplo), é um momento de não dissociação entre a arte e a vida, partilhada e comum, sempre motivada a incluir numa disposição comum.

Posto isto, pensemos a montagem como procedimento operacional que, ao articular diferentes imagens, revela conflitos. Portanto, ao refutar a vontade de apaziguamento da ordem policial expressa pela imaginabilidade, a montagem se situa em uma posição eminentemente estética e política, contemplando diferentes subjetividades e conflitos.

3. A ancoragem

Recuperemos as questões postas em evidência na chamada da presente edição da Revista Projectare e que organizam nosso pensamento no artigo”:

[a] “Como teorias tomadas como ‘essenciais’ ou ‘universais’ pelo ‘campo-de-dentro’ da disciplina, ou seja, pela profissão e academia, são ainda válidas na práxis contemporânea?”

[b] “Quais e como teorias emergentes, inclusive aquelas operantes em-desde outras disciplinas, alimentam e são alimentadas por essas práticas emergentes?”

[c] “Como teorias/práticas emergentes - do campo disciplinar e de outras disciplinas - se atravessam ou se hibridizam, tornando imprecisos os limites do dentro-fora ou compondo um ‘entre’?”

Para tentar responder essas inquietações, trataremos da teoria tomada como “essencial e universal”. Retomemos tópicos da teoria urbana, na vanguarda do século XX com Le Corbusier (pseudônimo de Charles-Édouard Jeanneret-Gris, 1887-1965), sobretudo em meio à pulsão da cidade do século XIX europeu. Essa teoria se estende ao longo do século e culmina numa propulsão crítica no pós-guerra, sobretudo nos anos 1960. Ou seja, apesar da crítica de Lynch ao movimento moderno, ele não rompe com o tipo de racionalidade que está na base desse pensamento. Portanto, a crítica é parcial, pois não rompe com um pensamento que tende a pensar imagens de maneira totalizante. Apesar da crítica, a teoria continua a representar uma posição hegemônica, sintética, como destacaremos.

Pensemos sobre o quanto essa racionalidade científica posta como universal, essencial e válida, alimenta a nossa crítica. Ou seja, ao propor pensar a imagem para além de um sentido totalizante, pretendemos com o sentido de montagem repensar o lugar das imagens no contexto contemporâneo. Sobretudo, crítica não como rejeição, mas como intensificação, insistência das imagens contra imagens, num sentido de “corpo a corpo”. Ainda, acredita-se que a montagem contribui para desenhar a possibilidade alternativa de um “entre”, que torne difícil os limites entre o dentro e o fora de uma prática/teoria com imagens.

Em relação a “teorias emergentes”, pensemos, além do que já foi destacado sobre a política e a estética, acerca da palavra “emergência”, próximo daquilo que *emerge*. Lembremos de Walter Benjamin, nas suas “Imagens de Pensamento” (BENJAMIN, 2012), na qual o filósofo elabora reflexões a partir de fragmentos os mais diversos possíveis, produzindo montagens imagéticas que revelam novos sentidos, tomados muitas vezes desde um caráter poético. Em um de seus textos (ou imagem de pensamento), denominado “Escavar e Recordar” (2012, p. 245), o autor reflete, aforística e brevemente, acerca do papel da história e da memória, mas fundamentalmente, nos escreve sobre a tarefa do historiador (poderíamos nesse sentido, não tão estrito, pensar na tarefa do pesquisador). Destaca, sobretudo, os fatos históricos que residem, muitas vezes, soterrados sob o solo cotidiano da história, que

repousam encobertos pelas hegemonias que brilham, pomposamente, sobre os pedestais da cultura. Cumpre ao historiador-pesquisador, portanto, a operação de escavar, ou seja, fazer emergir.

Pensemos, assim, além da dimensão mais poética daquilo que “emerge” tomado a partir de uma imagem de pensamento, o sentido político que também há nessa operação. Por isso, parece-nos que a palavra emergência, pelo seu sentido de “fazer emergir”, é fundamental, pelo que escava, recorda, escreve, imagina e monta. A seguir, traçaremos evidências que ajudam a caracterizar este “solo” a que nos referimos, metaforicamente. Tratemos da consolidação do campo disciplinar do urbanismo moderno. Entretanto, visamos olhar não para a sua pressuposta essencialidade, mas para o indício de alguns dos seus sintomas.

4. O campo

Efetuemos o exercício de situar alguma perspectiva para o nascimento do campo disciplinar do urbanismo. Segundo Françoise Choay (2011), o termo *urbanismo* está carregado de ambiguidades. O neologismo, que Choay credits à genealogia elaborada por Gaston Bardet, teria surgido por volta dos anos 1910. Ele surge a reboque de um mundo “civilizado” pelos progressos técnicos e científicos acumulados no decorrer dos dois séculos anteriores. É fato que, ao menos na França, apenas em 1914 surge a “Sociedade Francesa dos Arquitetos e Urbanistas”, assim como, em 1924, o “Instituto de Urbanismo” da Universidade de Paris. O urbanismo como campo disciplinar, institucionalizado, se espalha ao redor do mundo no decorrer das décadas seguintes.

É nesse momento de envergadura disciplinar do Urbanismo que Le Corbusier publica na França, em 1923, uma de suas obras mais conhecidas “*Vers une architecture*”. Nela, além dos princípios de uma arquitetura moderna, está também colocado o problema do planejamento da cidade maquinista, a busca de seu sentido verdadeiro, sua “verdade” homem, máquina, inteligência e progresso, como nos destaca o autor (LE CORBUSIER, 1977). Ainda, destacamos a publicação de “*Urbanisme*” em 1925, que contribui profundamente para uma tradição tecnicista do urbanismo moderno. Nela, destacamos a metáfora desenvolvida pelo autor: o “caminho dos homens” e o “caminho das mulas”. No sentido da metáfora, o homem caminha em linha reta porque sabe aonde vai. É decidido, inteligente, perspicaz e objetivo. As mulas simplesmente zigzagueiam. Subordinam-se aos sabores do caminho, irrefletidamente. Para Le Corbusier, reformulando, a maioria das cidades europeias foram desenhadas pelas mulas. São desorganizadas e sem unidade formal e funcional. A grande exceção, para ele, teria sido o gênio romano, que, com esquadros e equipamentos, traçaram as cidades retilíneas; e a monumentalidade e ousadia construtiva (e perspectiva) de Luís XIV, na França. Reconhecemos, ainda, que, para Le Corbusier em “*Urbanismo*”, o problema da forma de uma cidade se resume a uma equação muito simples: “proibição de certas formas malfazejas e à busca das formas benfazejas.” (LE CORBUSIER, 1992, p. 60). As formas benfazejas combinam com a linha reta e com os panoramas

homogêneos, longe das perturbações perceptivas das linhas desordenadas. Cumpre ao urbanista, o técnico, o imperativo do plano: a solução. Cumpre-o agir. Solução ideal através do plano total.

Nesse sentido, percebemos que “o caminho do homem”, evidentemente, está garantido pelo urbanismo moderno. Está salvo pela razão técnica e funcional. Salvo, ainda, pela linha reta e pelos planos distanciados, potencializados no ideal do progresso da máquina. Tudo está escrito, entre aforismos, imagens e perspectivas grandiosas. Sublinhemos essa equação de desejo: as formas benfazejas. Talvez estejamos simplificando demais uma discussão que é bastante profunda ao campo da Arquitetura e Urbanismo, todavia, percebemos, explicitamente, um pensamento de caráter tecnicista, homogêneo e, sobretudo, de uma profunda racionalidade totalitária, uma “tábula rasa”, da razão e do progresso. Compreendemos que essa mesma racionalidade [sintomaticamente] nos conduz à obra de um pensamento urbano produzido por volta da metade do século XX. Tratemos da imaginabilidade urbana discutida por Lynch.

5. A imaginabilidade

A publicação de “A Imagem da Cidade” foi um movimento conceitual determinante para a teoria urbana no século XX. Salientamos que a obra é o resultado de um trabalho de pesquisa desenvolvido ao longo da década anterior pelo então jovem professor Kevin Lynch (1918-1984). Tratamos dos anos 1950, portanto. É nesse período que Lynch conhece György Kepes (1906-2001), artista húngaro emigrado para os EUA poucos anos antes. Kepes, formado pela Bauhaus, integrava o quadro docente dos cursos de Design Visual no MIT. Pesquisaram juntos, com financiamento da Fundação Rockefeller, entre 1954 e 1959 (LYNCH; BANERJEE; SOUTHWORTH, 1990). É bastante determinante os paradigmas pautados pela Psicologia da Gestalt nas obras de Kepes, e sobretudo, podemos perceber essa orientação no tipo de pesquisa urbana trabalhada por Lynch, o que culmina com a publicação do livro nos anos 1960.

O texto foi rapidamente traduzido para outros idiomas e teve grande circulação. Destacam-se as edições para o alemão, o espanhol (primeiro na Argentina) e o francês, ainda na década de lançamento; e, ao menos até o final da década seguinte, para o espanhol (Catalunha) e para o português, circulando em Portugal e no Brasil em edições diferentes da mesma tradução portuguesa. Nos anos 1997, o texto finalmente encontra uma tradução para o português brasileiro. Todavia, destacamos, que Lynch se consagra como uma fonte bibliográfica de referência para os estudos urbanos. Portanto, a teoria de Lynch teve bastante impacto teórico e metodológico na pesquisa e no ensino de projeto urbano das escolas de Arquitetura e Urbanismo brasileiras.

Concentremos no conceito de *imaginabilidade*, a espinha dorsal da teoria proposta pelo autor. Lynch desdobra esse conceito na primeira parte do livro, denominado “A Imagem do Ambiente” (LYNCH, 2010). Para ele, apesar de a cidade ser algo complexo, ela pode ser reduzida em um modelo

coerente. O objetivo consiste em analisar a qualidade visual das cidades norte-americanas, a partir do estudo de imagens mentais produzidas por seus habitantes. Cabe salientar que, como recorte metodológico, Lynch dedica-se ao estudo de três cidades norte-americanas: Jersey City, Los Angeles e Boston. A “legibilidade” consiste na facilidade de reconhecimento e organização das imagens em um modelo coerente (LYNCH, 2010). Ela é fundamental para um cenário urbano de qualidade visual. A legibilidade da forma das cidades, portanto, é um pressuposto para boas imagens de cidade.

Esse processo visual é uma via de mão dupla, diríamos, pois, quando o ambiente é “fraco” em imagens mentais coerentes, é possível, através do desenho, produzir uma imaginabilidade urbana de qualidade. Por outro lado, Lynch defende que o espaço urbano de qualidade pode ser ensinado pelos urbanistas ao público, então, incapaz de ver suas próprias cidades e de elaborar uma imagem mental “forte” de seus ambientes. Essa imagem pode ser decomposta em três elementos estruturadores, a saber: identidade, estrutura e significado. *Identidade* remete a um sentido de unicidade, e não como igualdade entre alguma coisa ou grupo. *Estrutura* é a relação paradigmática ou espacial que a imagem estabelece entre objeto e observador. *Significado* remete a algum valor prático ou emocional entre imagem e observador, tornando a elaboração de imagens mais comunicativas um problema. Desse modo, Lynch tende a atribuir à *estrutura* o elemento capaz de estabelecer uma imagem urbana coerente. A partir dela, o autor decompõe os cinco elementos-tipos estruturadores da imagem urbana, os famosos conceitos — vias; limites; bairros; pontos nodais; marcos —, sobre os quais não nos deteremos.

Parece-nos decisivo nesse trabalho com a imagem compreender a leitura do espaço das cidades que atravessa e dá corpo ao entendimento do autor. As imagens, fundamentadas na imaginabilidade, para além de legíveis, devem ser coerentes, trazerem segurança cognitiva e emocional, e, ainda, pautarem a idealização de uma boa forma da cidade, seja através da conscientização dos seus usuários, seja, através do seu desenho pelos urbanistas. É justamente esse desejo de enquadramento do olhar na busca por imagens coerentes, representado pela imaginabilidade, que problematizamos. Pensamos que essa é uma dimensão frágil e que precisa ser tensionada. Percebemos, de Le Corbusier a Kevin Lynch, uma compreensão sintética das imagens, sempre resolutivas e cartesianas. Vejamos, a seguir, acerca das categorias de síntese.

6. As categorias

Problematizemos, portanto, o que se compreende como categorias de síntese. As nomeamos assim, livremente, como uma espécie de categoria crítica que nos apoia no curso da pesquisa, sobretudo de estranhamento a qualquer compreensão sintética. Problematizamos a síntese como apaziguamento de contrários, de tensões. Contrário a isso, recorreremos à *dialética benjaminiana*, pouco convencional (ou ainda, diferente de uma dialética tradicional tese x antítese = síntese), que se concentra nas tensões, permanecendo estas em constante irresolução. Uma dialética fragmentária, sob lampejos.

Voltemos às categorias de síntese que, neste texto, são tomadas do trabalho de Bittencourt (2021). Estas dizem respeito a um enquadramento cognitivo da realidade, uma tentativa de leitura da experiência urbana cotidiana que, em nome e razão de uma linearidade racional, busca o estável e o seguro. Portanto, as categorias de síntese anseiam por um apaziguamento racional da realidade urbana, que, por si só, é ambivalente e conflituosa. A cidade, como território, é mergulhada em conflito, e não deve (ou não deveria, em um sentido unívoco) ser deduzida de “uma síntese de processos históricos que pairam sobre uma harmonia presente” (REYES, 2015, p. 27).

É possível exemplificá-las [categorias de síntese] com a noção de *genius loci*. O espírito do lugar é sintetizado pela tarefa técnica e intelectual do urbanista no uso de suas atribuições, ora determinando, ora direcionando seu saber técnico à determinada comunidade. Ele expressa [e nota-se que aqui não se determina sintaticamente entre ele o “*genius loci*” e ele “o urbanista”] um sentido predominante para o território. Um significado apaziguado, em suma. Ainda, podemos pensar a ideia de significado do lugar, comum a teorias urbanas no pós-guerra, que reclama por uma dimensão semântica, histórica e simbólica do território. Todavia, é necessário questionar o sentido dessa dimensão, comumente articulada com uma linearidade histórica vencedora. Em suma, hegemonicamente, o significado está comumente próximo daqueles que conhecemos e nomeamos como os vencedores e, dificilmente, próximo daqueles que foram “vencidos”. Vemos essa tensão entre os vencedores e os vencidos a partir da noção benjaminiana de história a contrapelo, notadamente em suas “Teses sobre o Conceito de História” (LÖWY, 2005).

Voltemos a Lynch. Operemos as categorias de síntese em sua obra a partir do conceito de imaginabilidade. A imaginabilidade, como vimos, pode ser conceitualmente deduzida da atribuição estrutural da legibilidade, estrutura, identidade e significado (LYNCH, 2010). Ela converge para uma hegemonia da representação, que orienta o ver e o dizer (até mesmo o sentir), numa perspectiva cartesiana, diríamos ainda, burocrática. Pensemos agora um caminho de rasgadura, ou seja, busquemos “ferir” essa estrutura sintética das imagens.

7. A montagem

Pautemos essa operação de “rasgadura” das imagens a partir da leitura de Georges Didi-Huberman, historiador da arte e filósofo francês. Didi-Huberman dedica-se ao estudo das imagens no mundo contemporâneo, pensando essas como montagem. Façamos primeiramente de imagem, uma noção difícil e da qual não responderemos em totalidade. Segundo Emmanuel Alloa (2017), a multiplicação dessa palavra no mundo contemporâneo se assoma a nossa dificuldade em defini-la com exatidão. Não será este, portanto, o nosso objetivo: uma ontologia da imagem. Todavia, nos deixaremos acercar de algumas noções que ajudarão a compreender (mesmo que de modo fragmentário) acerca das imagens.

A primeira noção consiste em dizer que elas têm algo de visual, de contato, entre uma operação de sujeitos que veem o mundo que os cerca, mesmo que, paradoxalmente, seja necessário “fechar os olhos”. Isso quer dizer, “todo olho traz consigo sua névoa” (DIDI-HUBERMAN, 2010, p. 77). A imagem, portanto, diz respeito a um contato entre o real (o que está em jogo no mundo contemporâneo, sobretudo, no cotidiano de uma cidade) e um sujeito que vive, sente, pensa, lê, sonha e etc.

A segunda noção, parece-nos, de algum modo já explícita no texto, trata de imagens plurais. Portanto, em uma cidade (ou seja, em “dada” realidade), nunca está em jogo “a imagem”, mas sempre “as imagens”, confrontando-se entre si. Isso parece uma questão, diríamos, óbvia, todavia, o título da obra de Lynch, por exemplo, parte do pressuposto de que essa imagem é singular, ou, no mínimo, ela opera por uma singularidade sistemática.

A terceira noção, talvez um pouco mais difícil (ou em contínua elaboração), é que falar de imagens trata de uma devolução, ao invés de uma idealização. Uma “devolução” (DIDI-HUBERMAN, 2017) diz respeito a uma dimensão de concretude, e não a uma compreensão idealizada, ou, talvez, metafísica. As imagens em nosso caso, portanto, dizem sobre uma experiência que toma lugar em um espaço e tempo muito bem delimitado: a cidade contemporânea. Dizem sobre “uma passageira”, para a qual devemos atentar ao seu movimento, seguir seus rastros, sem tê-la inteiramente nas mãos. Portanto, apesar de concreta, sempre lacunar ou fragmentária. A referência a essa “passante” é uma pista capturada do poema de Charles Baudelaire (2019, p. 295), a quem Benjamin e Didi-Huberman dedicaram atenção, seduzidos pelo movimento da “passante”, a desconhecida que caminha pela cidade, cruza o olhar com o poeta e, em seguida, se confunde na multidão citadina.

Mas é preciso prosseguir, das imagens à rasgadura. Tomemos para isso a noção de *sintoma*, em Didi-Huberman. Quando se pensa na abertura de sentido possibilitada pela rasgadura das imagens, a noção de sintoma é fundamental. Ele não é aquele sintoma clínico deduzido de uma febre ou dor de cabeça, o indício de uma condição de enfermidade, a gripe. Neste sintoma há uma correspondência racional entre o sinal e o significado. Ou seja, o sintoma nesse caso significa algo que se anuncia (uma doença, por exemplo). Todavia, não é este o sintoma do qual falamos. Falamos do sintoma resgatado por Didi-Huberman da psicanálise, como uma possibilidade de apresentação inconsciente. No sintoma psicanalítico não há uma correspondência lógica entre representação e significado, basicamente. Por isso, tal noção é incorporada por Didi-Huberman (2013) como uma possibilidade de rasgadura das imagens, ou seja, um corte desde sua iconografia simbólica, hegemonicamente representada pela historiografia da arte tradicional.

Desse corte, abrimo-nos a um espaço de *não-saber* das imagens. O não-saber, longe de uma negação do saber, consiste em um momento de indefinição, de abismo, uma experiência de abertura que, todavia, anseia por outra possibilidade interpretativa, suspensa do saber tradicional, ou ainda,

hegemônico. A partir disso, o autor nos elabora uma espécie de diagrama pedagógico, remontando o esquema da dialética tradicional, a saber: “tese x antítese = sintoma” (DIDI-HUBERMAN, 2015).

A montagem é uma operação paradigmática para essas imagens. Ela é simultaneamente um modo de pensamento e uma forma de apresentação, com imagens, sempre plurais e heterogêneas. Como ferramenta de trabalho no Urbanismo, ela já é recuperada, sobretudo, a partir dos escritos de Paola Jacques (2015), sobretudo a partir da leitura de Aby Warburg e seu Atlas de Imagens Mnemosyne. A montagem é nesse sentido uma construção imagética que busca “nexos inesperados, não lineares, de forma anacrônica e fragmentária” (JACQUES, 2015, p. 67).

Podemos, nesse caminho, também relacionar o trabalho da montagem com a noção benjaminiana de *constelação*. Esse aporte é profundamente debatido por Rita Velloso (2022), sobretudo a partir da leitura do “Prólogo Epistemológico Crítico” (BENJAMIN, 2020), famoso texto de Benjamin sobre o drama trágico alemão [1925] que demanda uma cuidadosa atenção filosófica. Podemos perceber na crítica aos sistemas fechados da filosofia ocidental, dados em uma objetividade científica totalizante, uma alternativa de leitura do fenômeno literário do drama trágico. Benjamin suscita uma perspectiva que concentra certa atenção micrológica aos fenômenos. É um enfoque no detalhe, no pequeno, no desviante, como uma alternativa de leitura que ajude a traçar um todo, sempre movente e em relação múltipla com suas partes. Em suma, fragmentário.

Esse é o desenho de uma constelação, linhas imaginárias que ajudam a agrupar extremos, por associações e relações, por vezes, inesperadas. Isso, ao que nos parece, é íntimo ao processo da *montagem*, mesmo que essa noção (diga-se, para Benjamin, a “montagem literária” como método de trabalho do livro *Passagens* no final dos anos 1930), ainda não estivesse explícita à época da tese sobre o drama trágico.

Por fim, podemos destacar o trabalho de Paulo Reyes (2022), desde a ideia de uma imagem fraturada, que apoie uma dimensão de processo ao projeto em Urbanismo. A montagem é fundamental para se pensar o espaçamento, a produção de vazios no projeto, ou ainda, o adiamento da resolução, uma dimensão até então predominante do projeto. A montagem, por outro lado, pode ajudar-nos a ensaiar aquele momento do “preferiria não”, dando passagem a enunciação de Bartleby, o escrivão de Wall Street, personagem que se destaca da obra de Herman Melville (2015), e que Reyes retoma para posicionar o projeto mais na potência e menos no ato.

O espaçamento é produzido, podemos pensar, ao deslocar o significado de duas imagens que se chocam para além das evidências referentes. Duas imagens contrapostas, juntas, apontam para fora de si mesmas, de modo a prolongar o processo, numa apresentação que, ao invés de absorver as diferenças, busca evidenciá-las. Não há fusão em uma montagem (REYES, 2022). É exatamente esse traço que a distingue, por exemplo, da colagem. A colagem, mesmo operando pelo encontro de fragmentos, acaba por enquadrá-los em uma nova configuração, explicitamente, “colada”, ou seja, fixa. A montagem

evidencia, além da própria referência das imagens, o seu espaço intersticial, sempre movente, em espaçamento e abertura. Em suma, uma “poeira” de indeterminação, onde o pensamento pode se alongar.

Enfim, pensamos essa abertura a um não-saber das imagens, através dos sintomas, como um movimento de “montar”, de fazer vir à tona imagens, nas cidades, frente (ou contra) toda e qualquer vontade de apaziguamento que a segurança de uma compreensão sintética nos oferece. Nesse sentido, “o ‘vir à tona’ pode ser espontâneo, ou ainda, provocado, procurado [escavado], intensificado.” (BITTENCOURT, 2021, p. 86). Aceitemos esse risco. Escavemos, portanto, do nosso modo, como uma vontade de emergência à teoria urbana, as imagens em montagem.

8. O desenho de uma práxis emergente: um exercício de pensamento

Faremos a seguir um exercício com imagens, para demonstrar o procedimento da montagem. É importante destacar que esse exercício não responde ao problema da cidade contemporânea. Encaramos esse movimento como uma práxis emergente. A palavra sintoma nos orienta a “rasgar” qualquer pressuposição de imaginabilidade, como visto ao longo deste texto. Busquemos pelo sintoma, desde o espaço urbano, partilhado numa cotidianidade comum do pesquisador, através de pequenas cenas sustentadas por registros fotográficos (BITTENCOURT, 2021, p.167). Confrontemos três imagens (Figuras 1, 2 e 3), dispostas juntas:

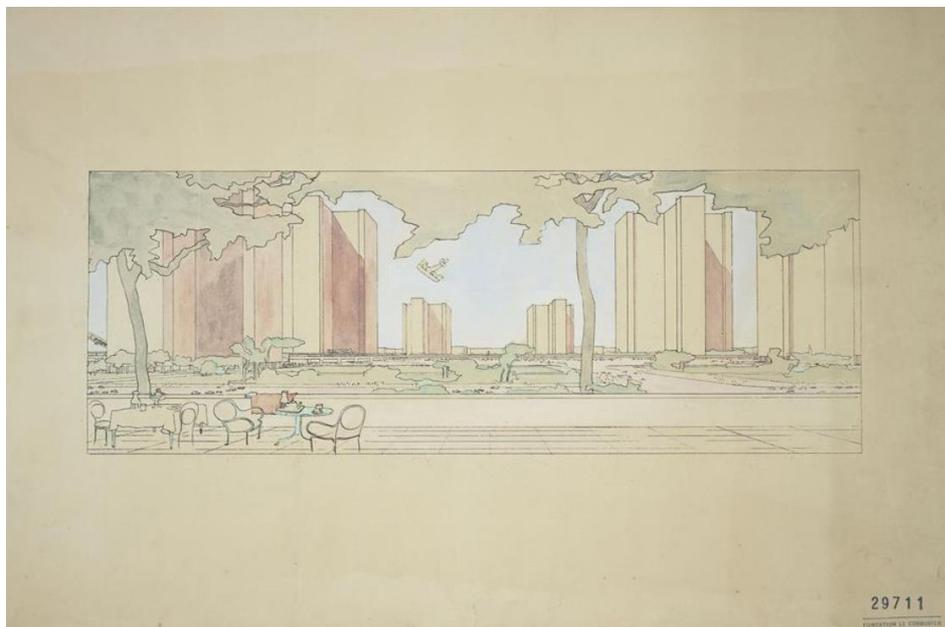


Figura 1: “Cidade contemporânea para 3 milhões de habitantes”. Desenho, nanquim e cor, Le Corbusier. Projeto sem locação, 1922. Fonte: Fundação Le Corbusier, Paris. Disponível na web.

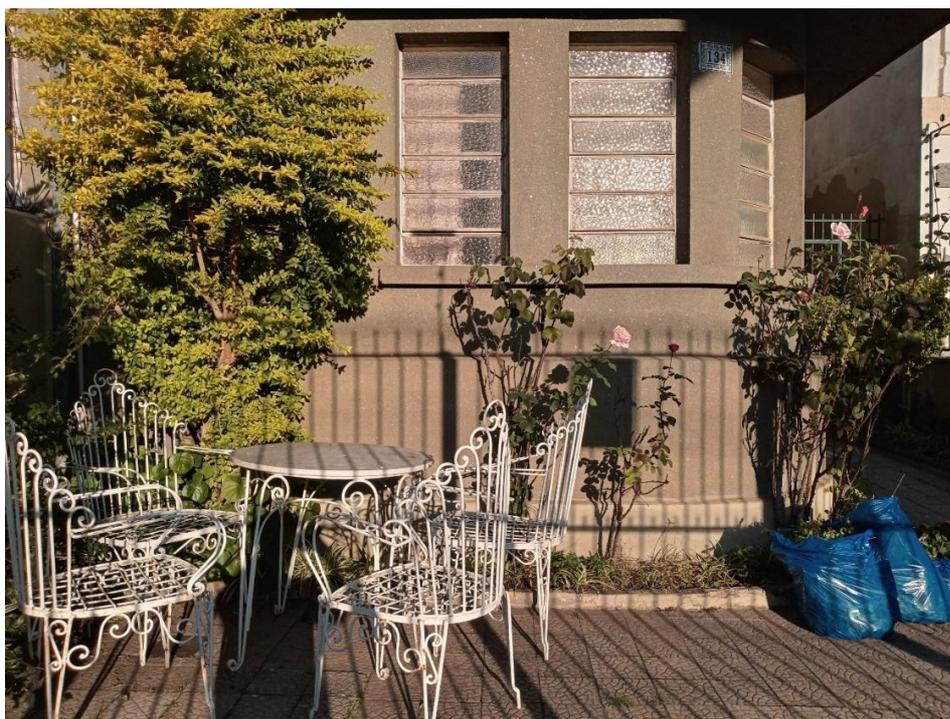


Figura 2: “Sem título”. Fotografia digital, do autor. Porto Alegre, 2021. Fonte: Arquivo particular.

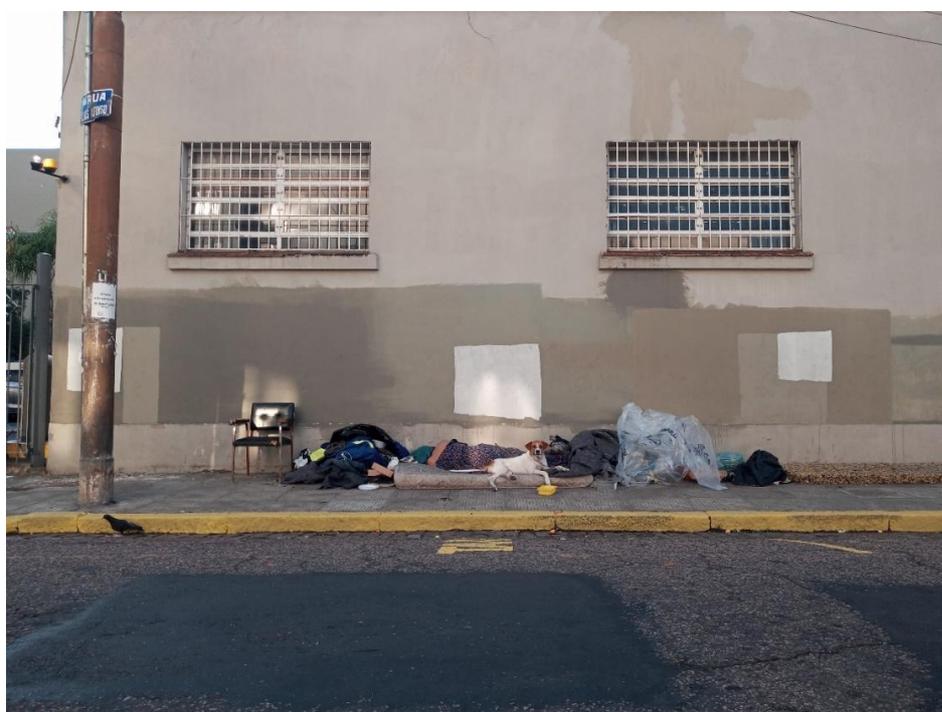


Figura 3: “Sem título”. Fotografia digital, do autor. Porto Alegre, 2021. Fonte: Arquivo particular.

A primeira (Figura 1) é o plano de Le Corbusier para uma cidade contemporânea de 3 milhões de habitantes [*Ville contemporaine de trois millions d’habitants*], de 1922. A cidade é vista como um

plano total, distanciado, esvaziado, diríamos, sem nenhuma pessoa, apenas um avião, em sobrevoo. Vemos um mobiliário elegante e, ao fundo, o plano dos grandes edifícios em altura. É um enquadramento apaziguado, rigoroso e bem ajustado. A imagem proposta nos seduz, em muitas medidas. Aprendemos (nossa razão técnica) a olhá-la. Todavia, falamos em montagem.

A segunda imagem (Figura 2) nos mostra uma cena cotidiana de um bairro movimentado e boêmio da cidade de Porto Alegre. Entretanto, a fotografia nos devolve um “jardim burguês”, assim nomeamos, despreocupadamente. É um jardim asseado, bem cuidado. Podemos ver os rastros da limpeza, sacos plásticos com folhas coletadas, provavelmente, momentos antes, além dos canteiros ordenados e do chão cuidadosamente limpo. É um espaço, do mesmo modo, apaziguado. Sintomaticamente, vemos que o desenho do mobiliário lembra bastante o que vemos na perspectiva de Le Corbusier.

A terceira imagem (Figura 3) apresenta um morador em situação de rua, dormindo junto ao passeio, em meio aos seus pertences e sob a vigília de seu cachorro, que nos devolve o olhar na fotografia. Seus pertences estão dispostos desalinhadamente. As camadas, tecidos e superfícies se sobrepõem. Pensemos esta imagem como um gesto paradoxal, a domesticidade praticada em total vulnerabilidade, em meio ao espaço da vida pública cotidiana. O animal doméstico; a entrega ao sono; os pertences pessoais; tudo repousa sobre o espaço do passeio público. Sintomaticamente, do lado oposto ao registro anterior, está o jardim burguês. As duas coexistem, em contraste. Sobretudo, essas imagens nos dão a pensar acerca da contradição e fragilidade da vida humana nas cidades, ao que nos parece, experienciadas entre cultura e barbárie, como nos disse Benjamin (2005): não há monumento da “cultura” que não seja, simultaneamente, documento da barbárie.

Cultura e barbárie estão dispostas juntas, e, em montagem, apresentam os sintomas de nosso tempo contemporâneo, para além de qualquer sentido apaziguador que os panoramas da disciplina urbanística se esforçam em expressar. Portanto, para além do plano, há sempre o conflito, ou seja, o “desenho” de uma outra sensibilidade, uma outra possibilidade subjetiva, em montagem. Contra a homogeneidade das imagens sintéticas, há, portanto, a heterogeneidade de imagens [sempre] plurais, que colocam, como já disse Molder, uma “poeira de indeterminação”. Uma névoa que é capaz de fazer surgir a dimensão estética e política. Em suma, é o possível que o exercício do pensamento desenha como uma práxis alternativa e emergente.

9. Para concluir: um caminho político e estético

Pensemos juntos sobre essas imagens. Elas nos ajudam a tensionar as pistas que elaboramos anteriormente acerca de um trabalho em montagem a partir de três pontos: imagens névoas; imagens plurais; imagens como devolução. Sobretudo, pensemos sobre o quanto a montagem nos ajuda a pautar uma práxis emergente para a teoria urbana contemporânea.

O primeiro ponto que levantamos foi que falar de imagens é uma operação de sujeitos que trazem consigo sua névoa no olhar. Isso quer dizer, a névoa de seu próprio tempo, em contato com o contemporâneo de nossas cidades. É uma questão de contato com aquilo que acontece, alheio a nossa vontade de apaziguamento da realidade urbana. Seja através de um “bom projeto”, pensemos neste caso o jardim burguês, ou, o plano idealizado de Le Corbusier (instância latente na cidade contemporânea e sua especulação imobiliária); seja, ainda, por procedimentos seguros de leitura, como a imaginabilidade, qualificando tal contato como uma “perturbação perceptiva” que dificulta a boa forma urbana. A imagem do morador em situação de rua, neste caso, com sua potência de rasgadura, assegura tal contato, fazendo saltar a diferença perturbadora, “as rugosidades e asperezas”, como nos diz Benjamin em “Passagens” (2018, p. 785).

O segundo ponto é: falemos de imagens plurais, ou seja, pensemos uma imagem contra a outra, na construção de um sentido que nos oriente de modo crítico. Não se trata, portanto, de simplesmente expor a vulnerabilidade de um morador em situação de rua, mas de expor a profunda diferença que há entre dois modos distintos de morar, que coexistem em simultaneidade. Nesse sentido, as imagens plurais nos conduzem o olhar para a expansão crescente do mercado de incorporação imobiliária no bairro da Cidade Baixa, em Porto Alegre, local onde foram realizados esses registros fotográficos. Essa expansão vem explicitamente marcada pelo sentido que se lê na notícia disposta logo abaixo (Figura 4): “projetos que combinam design mais arrojado com moradia, lazer, comércio e gastronomia”. Esses projetos têm construído a cidade e o urbano que nos cercam. Todavia, eles são acessíveis apenas para aqueles que têm poder aquisitivo para comprar esse tipo de espaço de “design arrojado”.

Vejamos a imagem:



Figura 4: “No foco das construtoras”. Captura de tela, GZH digital. Porto Alegre, 2022. Fonte: Arquivo particular.

Falemos do último ponto: imagens como uma devolução daquilo que nos passa diante dos olhos. Há um desenho político na devolução de imagens, para além de um sintetismo, um apaziguamento reflexivo, diríamos, quando essa devolução tem vontade de sintoma. Devolvemos, portanto, imagens difíceis, frágeis, sobretudo imagens que nos ajudam a dizer que nem tudo vai tão bem, como o noticiário, insistentemente, nos reproduz. Imagens que expõem o conflito que fazem com que dois diferentes mundos se choquem, dando eco à Jacques Rancière e sua noção política, e assim, nos conduzem a pensar nossas práticas e pressupostos teóricos, sempre pautados por paradigmas racionalistas, ocupados em apaziguar, resolver, dar uma forma coerente e sedutora.

Este é um pequeno exercício, mas que insiste em fazer com que, através das imagens em montagem, a esfera da contradição seja exposta, apresentada, mostrada. Sobretudo, a montagem está pautada no interior de uma práxis emergente para a teoria urbana, que tensione seus pressupostos hegemônicos, rasgando-os, e que se manifeste na esteira de uma insistência estética e política. Dispomos, imagem contra imagem, imaginando um “corpo a corpo” e inscrevendo possibilidades alternativas para uma práxis contemporânea, que pense pelo conflito ao invés do apaziguamento resolutivo e sintético. Enfim, tentamos demonstrar a importância de insistir e escavar os sintomas e, com isso, fazer emergir sempre outras imagens, pensadas com a cidade contemporânea.

Referências

- ALLOA, E. **Pensar a imagem**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.
- BAUDELAIRE, C. **As flores do mal**. Tradução Júlio Castañon Guimarães. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2019.
- BENJAMIN, W. Imagens do pensamento. In: **Rua de mão única (Obras Escolhidas v. 2)**. Tradução José Carlos Martins Barbosa. 6ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2012.
- _____. **Passagens**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2018.
- _____. **Origem do drama trágico alemão**. Tradução João Barrento. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.
- BITTENCOURT, L. B. **A imagem aberta da cidade: ou o duplo regime das imagens rasgando as categorias de síntese em Kevin Lynch**. 2021. [dissertação de mestrado], Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Arquitetura, Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional, Porto Alegre, 2021.
- CHOAY, F. **O urbanismo: utopias e realidades, uma antologia**. 6ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2011.
- DIDI-HUBERMAN, G. **O que vemos, o que nos olha**. 2ª ed. São Paulo: Editora 34, 2010.
- _____. **Diante da imagem: questão colocada aos fins de uma história da arte**. São Paulo: Editora 34, 2013.
- _____. **A semelhança informe: ou o gaio saber visual segundo Georges Bataille**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2015.
- _____. Devolver uma imagem. In: ALLOA, Emmanuel (Org.). **Pensar a imagem**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.
- JACQUES, P. B. Montagem urbana: uma forma de conhecimento das cidades e do urbanismo. In: JACQUES, P. B.; BRITTO, F. D.; DRUMMOND, W. (Org.). **Experiências metodológicas para compreensão da complexidade da cidade contemporânea: IV. Memória, narração, história**. Salvador: EDUFBA, 2015. p. 47-94 (t.4).
- LE CORBUSIER. **Por uma arquitetura**. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1977.

_____. **Urbanismo**. 1ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

LÖWY, M. **Walter Benjamin: aviso de incêndio: uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”**. Tradução Jeanne Marie Gagnebin; Marcos Lutz Müller. São Paulo: Boitempo, 2005.

LYNCH, K. **A imagem da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

LYNCH, K.; BANERJEE, T.; SOUTHWORTH, M. **City sense and city design**. Cambridge: MIT Press, 1990.

MELVILLE, H. **Bartleby, o escrevente: uma história de Wall Street**. Tradução Tomaz Tadeu. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

MOLDER, M. F. “Em tempos sonhei” [prefácio]. In: REYES, Paulo. **Projeto [não] projeto: quando a política rasga a técnica**. Porto Alegre: Sulina, 2022.

RANCIÈRE, J. **A partilha do sensível: estética e política**. São Paulo: Editora 34, 2009.

_____. **O que é estética**. Lisboa: KKYM, 2011. Disponível em: <<https://proymago.pt/ranciere-txt-2>>

_____. **O desentendimento: política e filosofia**. 2ª ed. São Paulo: Editora 34, 2018.

REYES, P. **Projeto por cenários: o território em foco**. Porto Alegre: Sulina, 2015.

_____. **Projeto [não] projeto: quando a política rasga a técnica**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2022.

ROVATI, J. F. Urbanismo e planejamento urbano: os desafios de uma bibliografia de referência. **Projectare**, Pelotas, v. 5, p. 91–104, 2013.

VELLOSO, R. **Urbano - Constelação**. Belo Horizonte: Cosmópolis, 2022.

**ELA FALA, EU ESCUTO:
PREFIGURAÇÕES URBANAS DO DEVIR-MULHER**

*SHE SPEAKS, I LISTEN:
URBAN PREFIGURATIONS OF BECOMING-WOMAN*

*ELLA HABLA, YO ESCUCHO:
PREFIGURACIONES URBANAS DEL DEVENIR-MUJER*

Daniele Caron

daniele.caron@ufrgs.br

Bruna Bergamaschi Tavares

bruna.bt09@gmail.com

Bárbara Rodrigues Marinho

barbara.rodm@gmail.com

RESUMO

O texto investiga a narrativa como perspectiva teórico-metodológica para os estudos urbanos, abordando o relato de quatro narradoras de territórios periféricos de Porto Alegre sobre suas experiências cotidianas na luta pelo comum. A ruptura do regime de autorização discursiva da cidade universalizada e heteropatriarcal é operada através da visibilização de prefigurações narrativas em um processo de escuta, em que se revelam aspectos do trabalho produtivo/reprodutivo, dos processos de espoliação da mulher, da experiência do devir-mulher e da mobilização de um corpo-território que configura a margem como espaço de abertura radical. A partir do reconhecimento de outros dizeres-cidade refletimos sobre condições de possibilidade para uma configuração urbana aberta, flexível e consonante com a lógica do comum como composição de forças, corpos, trajetórias e memórias em permanente disputa.

Palavras-chave: Narrativa; Devir-mulher; Corpo-território; Comum.

ABSTRACT

This paper investigates a narrative as a theoretical-methodological perspective for urban studies, addressing the account of four narrators from Porto Alegre's peripheral territories about their daily experiences in the struggle for the common. The discursive authorization regime rupture of the universalized and heteropatriarchal city is operated through the visualization of narrative prefigurations in a listening process, in which aspects of productive/reproductive work, the women's spoliation processes, the becoming-woman experience, and the mobilization of a body-territory that configures the margin as radical opening space are revealed. Based on the recognition of other city-sayings, we reflected on the possible conditions for an open and flexible urban configuration, in line with a logic of the common as the composition of strength, bodies, trajectories, and memories in permanent dispute.

Keywords: Narrative; Becoming-woman; Body-territory; Common.

1.Introdução

Entendemos a cidade como um campo discursivo em permanente disputa. Esta disputa se dá de modo desigual, gerando formas, estruturas e dinâmicas urbanas que atendem a uma parcela muito específica da população: a cidade é pensada e desenhada para homens adultos, brancos, heterossexuais, de classe média a alta. Isso significa dizer que mulheres, crianças, idosos, negros, indígenas, pobres, entre tantos outros grupos em suas intersecções, não estão autorizados a dizer-cidade no que se refere ao ordenamento, planejamento e gestão urbana. Estes dizeres não autorizados pela norma hegemônica se prefiguram nas dobras da cidade; por vezes apresentam-se como gritos, outras vezes escapam como sussurros.

Nas lutas jurídicas pela ampliação de direitos civis, passando pela guerra enfrentada diariamente pela falta de água e luz, pela exploração no trabalho assalariado e doméstico e pela busca de educação para os filhos, até a luta pela autopreservação do próprio corpo diante dos assédios e violências no espaço privado e público, a mulher contemporânea confronta o dizer-cidade universal e patriarcal que se espacializa e se temporaliza na produção urbana coordenada pela lógica do capital. Esta escrita elaborada por três mulheres acadêmicas, e intermediada pelos relatos de quatro narradoras de bairros periféricos de Porto Alegre, convoca um dizer-outra cidade. Busca apresentar um devir-mulher reconhecendo a necessidade de tornarmos visíveis as diversas violências – históricas e cotidianas - contra o corpo-território da mulher.

De acordo com Veronica Gago (2020, p. 100 e 101) “devir-mulher é sair do lugar assinalado, descer da árvore familiar, escapar do mandato patriarcal” entendendo o devir como “processo do desejo”. Esse devir-mulher nos alerta sobre um processo de espoliação, para o qual ela aproxima então a expressão corpo-território, evocando a ideia de corpo como “matéria ampliada, superfície extensa de afetos, trajetórias, recursos e memórias” (GAGO, 2020, p.109) que se singulariza sempre *com* outros corpos. O corpo-território, constituído de diferenças e de coletividade, coloca em xeque o paradoxo da escassez-abundância com o qual trabalha o sistema político e econômico vigente no planeta, e nos posiciona ética e politicamente a favor da construção de um comum. Estabelece o corpo como “continuidade política, produtiva e epistêmica” (GAGO, 2020, p. 107), um corpo enquanto território que se enuncia por meio das infinitas redes de cuidado e apoio mútuo, estabelecidas pelas mulheres nas comunidades vulnerabilizadas do ponto de vista do direito à cidade.

O *modus operandi* dessa escrita parte de uma reflexão teórica sobre a narrativa como epistemologia baseada na experiência vivida, como lógica de pesquisa transgressora e fragmentária que pode dar a ver outros enunciados sobre a cidade como composição das diferenças. A espiral de mímese de Paul Ricoeur - prefiguração, configuração e refiguração - que é aqui convocada, recupera a analogia feita pelo autor entre narrativa e arquitetura (RICOEUR, 2003), para defender a necessidade de uma rasgadura da configuração universalizante das cidades (REYES, CARON, CIDADE, 2020), baseada em

prefigurações de caráter heteronormativo e excludente. A ruptura do regime de autorização discursiva da cidade universal é operada através da visibilização de prefigurações narrativas de territórios-margem que emergem dos relatos das narradoras.

Na defesa da narrativa como perspectiva teórico-metodológica (ARFUCH, 2018) para os estudos urbanos, aproximamos uma reflexão sobre as condições de possibilidade para uma escuta descolonizadora, que advogue pelo saber situado na experiência urbana cotidiana incluindo as epistemologias feministas que falam do deslocamento de si em processo com o outro. Segundo Donna Haraway (1995), isso significa "argumentar a favor de uma doutrina e de uma prática da objetividade que privilegie a contestação, a desconstrução, as conexões em rede e a esperança na transformação dos sistemas de conhecimento e das maneiras de ver" (HARAWAY, 1995, p. 24). Para tanto destacamos a compreensão do outro a partir das abordagens de Morrison (2017) e de Kilomba (2019) e do reconhecimento do lugar de fala Ribeiro (2019) como modo de situar-se também no processo de pesquisa. A atenção aos aspectos da alteridade subjacentes aos processos narrativos busca convocar uma reflexão ético-política em torno de configurações urbanas que admitem as dissonâncias próprias dos territórios-margem da cidade contemporânea.

A seguir, apresentamos alguns conceitos da teoria feminista como as relações entre trabalho produtivo e reprodutivo (FEDERICI, 2017, 2019,2020), o corpo-território e os modos de espoliação (GAGO, 2020), a margem como espaço genereficado de invenção e resistência (KILOMBA, 2019), e o devir-mulher em luta que prefigura dizeres-cidade que podem deslocar os processos de configuração urbana para além da ordem cis-hetero-patriarcal, branca e burguesa. Queremos discutir o devir-mulher como um dizer-cidade a ser autorizado e ampliado, um enunciado que se compõe do compartilhamento da experiência entre sujeitos em sua fala-escuta, e que pode assumir o corpo e o afeto como parte de uma escrita comum das mulheres, mas também de outros grupos excluídos do direito à cidade.

A estes conceitos, intermediamos alguns relatos das narradoras no processo de fala-escuta com as pesquisadoras durante a realização de um projeto de monitoramento promovido pela Articulação por Direitos na Pandemia durante o ano de 2020. Parte dos resultados do monitoramento foram publicados no formato de vídeos-documentários, demonstrando os impactos da covid-19 nas periferias quatro capitais brasileiras.

Em Porto Alegre, desenvolvemos o vídeo-documentário a partir da realização das Oficinas de Narrativas Populares (ONP), onde, por meio de encontros virtuais com narradores dos territórios periféricos elencados no monitoramento, pudemos construir pontes entre os saberes situados na experiência urbana marcada pela exclusão social e ausência de direitos urbanos, e os saberes teóricos que vimos desenvolvendo sobre a narrativa nos estudos urbanos dentro do grupo de pesquisa .

Essa parceria do encontro-escuta e da produção de um material audiovisual, que operasse a favor do relato cotidiano e de sua potência como ferramenta de luta pelo direito à cidade e emancipação

social, se consolidou pela aproximação entre as mulheres. Os relatos que compõem este escrito são de mulheres pertencentes a diferentes comunidades: O Campo da Tuca e Morro da Cruz, no bairro Partenon se localizam na zona leste de Porto Alegre e são territórios bastante estigmatizados em relação a sua condição social e urbana; a Vila Liberdade e a Ocupação Zumbi dos Palmares estão localizadas a noroeste da cidade, em uma região denominada 4º Distrito de Porto Alegre, a qual é palco de disputa política e de um processo de gentrificação após anos de abandono. Esses territórios estão à margem da produção urbana hegemônica da cidade, vivendo cotidianamente processos de apagamento, silenciamento e opressão no que diz respeito aos seus direitos de existência.

Nosso aprendizado como pesquisadoras passa, então, por uma revisão constante do nosso lugar de fala, na tentativa de nos deslocar do centro para ampliar a voz dessas mulheres. Por outro lado, reconhecemos também a necessidade de compartilhar essa experiência, situando-a como um passo a mais na luta pelo reconhecimento do papel dessas mulheres na construção cotidiana da cidade, sobretudo nos espaços periféricos. Entendemos essa parceria como um processo em construção, no qual estamos atentas às diferenças que nos constituem como grupo branco, acadêmico e privilegiado, e à sororidade desejada para que as vozes feministas ecoem a ponto de resultarem em novas configurações da cidade contemporânea.

O protagonismo feminino nas periferias contemporâneas é fato, e não à toa vem emergindo cada vez mais nas reflexões teóricas sobre a cidade. Nesta experiência das ONP as questões de gênero aparecem como um atravessamento a ser legitimado. Os relatos das mulheres, ao mesmo tempo em que carregam camadas históricas de opressão, fazem emergir processos de resistência que devem ser reconhecidos como uma teoria da luta, a ser incorporada para avançar nas políticas públicas. Esta escrita busca, portanto, visibilizar o que se prefigura nas práticas cotidianas dessas narradoras - o trabalho produtivo/reprodutivo, a margem x centro, a experiência do devir-mulher em curso - a fim de enunciar possíveis pistas para configurações outras da cidade, abrindo sua estrutura, suas formas, funções e dinâmicas para a lógica de um corpo-território que leve em consideração as diferenças de gênero e suas interseccionalidades.

2. Prefigurando outros dizeres-cidade: refletindo criticamente sobre eu e o outro em processos de escuta

A busca por um pensar-fazer cidade nos coloca diante de alguns contornos da arquitetura que obedecem a práticas de projeto e planejamento urbano que tem no centro de sua atenção uma existência universal, instaurada através de processos de apagamento, rejeição e assujeitamento. Por um lado, cidades conformadas por paisagens urbanas do consumo, espetacularizadas, fundadas em processos de projeto autorais e autoritários. Cidades financeirizadas, projetos globalizantes, lógicas de projeto que homogeneízam hábitos, práticas e consequentemente desempenham um papel determinante no processo

de subjetivação capitalística (ROLNIK, 2018; PELBART, 2019) que domina o comportamento humano na contemporaneidade.

Estas paisagens denominadas por Raquel Rolnik (2019) como paisagens da renda, e por Francesc Muñoz (2008) como banalscapes, podem ser entendidas como uma narrativa hegemônica operada pela arquitetura e o urbanismo. Apesar dessa narrativa vir frequentemente pautada por conceitos tradicionalmente vinculados à democracia e ao respeito à multiplicidade de sujeitos - participação, diversidade, espaço público, etc -, observamos que a manipulação discursiva dos mecanismos de poder que coordenam a produção urbana e suas políticas de exclusão, vem utilizando estes conceitos a fim de sustentar o *status quo* de uma cidade possível apenas para os grupos social e economicamente privilegiados.

Por outro lado, temos as paisagens da precariedade, populações excluídas e, por vezes, alvo de políticas de extermínio, como é o caso da população negra na periferia, e das mulheres segundo os alarmantes índices atuais de violência e feminicídio no Brasil. São as paisagens da luta cotidiana, configuradas através das territorialidades liminares que desafiam as lógicas excludentes e universalizantes do projeto e do planejamento urbano. Entretanto, é nestas paisagens desatendidas pelo Estado neoliberal que se formulam práticas de resistência que incidem de modos diversos no espaço urbano. As redes comunitárias que se articulam de maneira mais orgânica costumam desenvolver práticas urbanas colaborativas, cujas narrativas cotidianas podem pautar novos modos de pensar e produzir a cidade.

Ricoeur (2003) desenvolve uma analogia entre arquitetura e narrativa que nos é útil para pensar esta configuração universalizante da cidade. O autor diz que a narrativa é para o tempo o que a arquitetura é para o espaço, uma operação configurante. Ricoeur (2003) explica a prefiguração como o relato cotidiano, antes de estabelecer-se como forma literária; na arquitetura estaria vinculado ao ato de habitar, como pressuposição do construir. Na configuração o tempo construído é o tempo relatado, o que encontra um paralelo no ato intervencionista do construir a partir da ideia de habitar. Finalmente a refiguração se refere ao ato de leitura, na arquitetura representa um habitar refletido que reformula a memória do construir.

O que nos interessa destacar aqui nessa analogia é o processo que vai da prefiguração à configuração. É na prefiguração que encontramos o habitar como composição de ritmos, pausas e permanências, ou seja, um sistema de gestos que gera o desejo de apropriar-se de determinado espaço-tempo. A partir desse sistema de gestos temos a tessitura da intriga, que estrutura essa mensagem polifônica da prefiguração e em seguida confere materialidade a esse habitar, uma estrutura inteligível e coerente que dá sustentação à vida naquele espaço-tempo. Esse todo coerente tem na refiguração, possivelmente, o próprio processo de subjetivação moldado pelas configurações existentes, ou seja, a realidade urbana material fundada em um sistema de gestos idealizado e excludente voltado para uma

existência universal desde o início da modernidade inviabiliza os modos de vida que não cabem nessa configuração.

Se, de acordo com Ricoeur (2003), é a partir da prefiguração, enquanto pré-compreensão relacionada ao sistema de gestos que compõe o agir humano em seus aspectos semânticos, simbólicos e temporais, que se instaura a tessitura da intriga como configuração entre elementos heterogêneos, então pode ser necessário voltar à pré-compreensão ali mesmo onde ela subjaz: na experiência cotidiana. Se a arquitetura e a cidade como um todo dizem mais de algumas existências em detrimento de outras há algo que não está funcionando no projeto e planejamento das cidades. Ao ampliarmos as prefigurações do habitar urbano em sua dissonância, convocamos uma tessitura possivelmente flexível, movente, cujas inteligibilidades sejam capazes de admitir as tensões entre injustiça e luta que performam o cotidiano dos territórios-margem.

Os processos de subjetivação hegemônicos e dominantes, alicerçados em sistemas coloniais e opressores, delimitam os contornos de uma arquitetura que exclui a diferença dos sujeitos, e essa configuração tem um papel ativo na manutenção dessa lógica de assujeitamento. Portanto, nos parece fundamental abrir as prefigurações: quais relatos, quais práticas cotidianas nessas paisagens da vulnerabilidade nos colocam diante de novas condições de possibilidade para configurar cidades? De que modo ajustar nossos processos de pesquisa para uma escuta outra, que faça emergir um tipo de conhecimento que abre brechas nas obsolescências da ciência urbanística?

A pesquisa desde a narrativa requer antes de tudo uma escuta atenta e disposição para com o outro (ARFUCH, 2018). Na busca pela escuta e visibilização de outras prefigurações da cidade que escapam à normatividade heteropatriarcal aproximamos as noções de alteridade e da relação com o outro em processos investigativos, de fundamental importância para o desenvolvimento das Oficinas de Narrativas Populares em 2020. Para narrar alguém deve estar à escuta, estabelecendo-se um encarar do eu e do outro. De maneira geral, dentro da tradição das pesquisas acadêmicas, se constituem relações de extrema assimetria e objetificação. Djamila Ribeiro (2019), a partir de Spivak (2010), adota o termo subalterno, trazendo à reflexão a experiência dos grupos que têm sua produção intelectual feita através das vozes e saberes dos grupos subalternizados.

Pela condição social hierárquica e não humanizada, desenvolvida na academia, é mantido e reforçado o lugar de silenciamento dos grupos subalternizados. Essa situação é amplamente observada e sentida nas lógicas de pesquisa, fundados por sua vez, em um processo exploratório-extrativista forjado na colonialidade dos seres e saberes. Contudo, para avançar em um processo de descolonização do saber, assumindo epistemologias fundadas na experiência vivida e além do paradigma eurocêntrico, é necessário um deslocamento de si e um posicionamento de si, constantes e contínuos.

Esse deslocamento pode se dar através da escuta ativa, e o posicionamento pode ser pensado através da nossa localização social, que segundo Ribeiro (2019) configura nosso lugar de fala. Pensar

em lugar de fala é uma maneira de “(...) refutar a historiografia tradicional e a hierarquização de saberes consequente da hierarquia social.” (RIBEIRO, 2019, p.64). Lugar de fala, portanto, é o reconhecimento de que partimos de lugares sociais diferentes e a compreensão de que as nossas experiências como mulher são diferentes das experiências das mulheres com quem aqui dialogamos.

A autora nos lembra que esse reconhecimento se faz essencial para não legitimar discursos excludentes e não invisibilizar outras formas de ser mulher no mundo. Ou seja, ao tomar consciência de que pertencemos a um grupo que tem como prática o silenciamento de outros grupos, que se constitui através da vantagem de criar e sustentar o outro (MORRISON, 2017), devemos adotar um pensamento crítico sobre nossa posição social.

Morrison (2017) debate o cuidado que é preciso ter ao falarmos sobre aquele/a que é diferente de nós: “quando falamos ou escrevemos sobre o estrangeiro, o forasteiro, o Outro, devemos ter em mente o que significa essa relação” (MORRISON, 2017, p.48.) Nesse sentido, é importante compreender que ocupar o lugar do centro ou da "normalidade" significa diferenciar-se do outro, uma vez que o risco de sentir empatia pelo estrangeiro seria a possibilidade de se tornar estrangeiro, perdendo o status e a diferença valorizada e idealizada. A autora traz a linguagem como elemento de dissolução dessas distâncias:

A linguagem (dizer, escutar, ler) pode incentivar, ou mesmo exigir a entrega, a eliminação das distâncias que nos separam, sejam elas continentais ou apenas um mesmo travesseiro, sejam distâncias de cultura ou as distinções e indistinções de idade ou gênero, sejam elas consequências da invenção social ou da biologia. (MORRISON, 2017, p.61)

Essa entrega poderia ser o primeiro passo para se desvencilhar da diferença que valoriza a pessoa acadêmica como detentora de um exclusivo e notório saber. Seria um passo de ruptura com a relação de poder que essa diferença busca perpetuar. Sob o ponto de vista de Morrison (2017), o uso de diferentes linguagens (dizer, escutar, ler) pode incentivar a entrega e a eliminação das distâncias que nos separam. Portanto, é importante pensarmos na construção de outras epistemologias para além do falar do outro ou com o outro, assumindo um estar com o outro em processo.

Isso significa que, para ampliar os espaços de escuta, é necessário entender a fala não apenas como emissão de palavras, mas principalmente como o direito à existência (RIBEIRO, 2019) e o ato de ouvir como pertencer, em uma dialética entre ser ouvido e pertencer, não ser ouvido e não pertencer (KILOMBA, 2019). É desse processo que podem emergir narrativas que desloquem a centralidade branca, heteropatriarcal e eurocêntrica na direção de territorialidades constituídas por corpos e vozes que sustentam outros modos de existir e persistir na vida urbana.

É importante destacar aqui que esse posicionamento da escuta de vozes dissidentes e liminares - mulheres, negros, comunidade LGBTQIA+, etc. - não se faz a partir da romantização e fetichização do outro, como se esse outro estivesse isento de "reavaliação crítica, de decodificação, desconstrução e interpretação" como explica Haraway (1995, p. 23). Essa postura de escuta tem a ver com uma movênc

do pesquisador em relação ao relativismo, que pode ser tão perigoso como a totalização preconizada pelo saber científico heteropatriarcal. De acordo com a autora, "a alternativa ao relativismo são os saberes parciais, localizáveis, críticos, apoiados na possibilidade de redes de conexão, chamadas de solidariedade em política e de conversas partilhadas em epistemologia" (HARAWAY, 1995, p. 23).

Djamila Ribeiro (2019) diz que há urgência de promover a multiplicidade de vozes para que haja uma ruptura do discurso autorizado e hegemônico, uma vez que "ao ter como objetivo a diversidade de experiências, há a consequente quebra de uma visão *universal*" (2019, p.60). Kilomba (2019) destaca a importância de reconhecer esse local do qual falamos e que é preciso pensar uma epistemologia que desconstrua a ideia de que o discurso acadêmico é neutro e objetivo, posto que "(...) a teoria está sempre posicionada em algum lugar e é sempre escrita por alguém." (2019, p.58)

Para estarmos alinhadas às epistemologias feministas durante o processo de narração em territórios à margem da produção urbana dominante, a atenção, segundo Haraway (1995), deve estar na capacidade de compreensão das multiplicidades heterogêneas, moventes, sempre em construção, sabendo que estas falas e o próprio processo de troca entre sujeitos de diferentes saberes é imperfeito e inacabado. Para a autora, "a promessa de objetividade na investigação deve escapar da posição de identidade com o objeto, buscando a objetividade enquanto conexão parcial" (1995, p. 26).

3. Do devir-mulher ao corpo-território: um deslocamento do centro para a margem

Para compreender os processos de domínio e controle dos corpos e saberes das mulheres, os quais passam por processos de apagamento e silenciamento no espaço urbano e na sociedade, é preciso voltar alguns séculos na história. Silvia Federici (2017), em "O Calibã e a Bruxa" reconta o processo de transição do feudalismo para o capitalismo a partir de uma epistemologia feminista. Com o início dos cercamentos e com o processo de privatização das terras, que culminou no início da acumulação primitiva de capital e da luta de classes, foram redefinidas também, as tarefas produtivas e reprodutivas e as relações homem-mulher dentro da sociedade capitalista. Segundo a autora, houve também "uma acumulação de diferenças e divisões dentro da classe trabalhadora, em que as hierarquias construídas sobre gênero, assim como a "raça" e a idade, se tornaram constitutivas da dominação da classe e da formação do proletariado moderno" (FEDERICI, 2017, p.119).

A autora menciona que sua análise difere de Karl Marx, pois ele desconsidera as profundas transformações no trabalho produtivo e na posição social das mulheres. Como as atividades reprodutivas e de cuidado não são remuneradas, nem tampouco reconhecidas como um trabalho crucial para fazer acontecer o trabalho produtivo e a economia, o que Federici considera "uma derrota histórica para as mulheres". Com sua expulsão dos ofícios e desvalorização do trabalho reprodutivo, a pobreza feminilizada (FEDERICI, 2017, p.189).

A lógica de desvalorização das atividades domésticas, definidas pela divisão sexual do trabalho a partir de uma ordem patriarcal, culmina com os modos de espoliação da mulher, bem como a opressão e marginalização desses corpos femininos e racializados. A espoliação da mulher inicia no momento em que “se diferenciam não somente as tarefas que a mulher e os homens deveriam realizar como também suas experiências, suas vidas, sua relação com o capital e com outros setores da classe trabalhadora.” (FEDERICI, 2019, p. 232). Isso significa que a mulher foi apartada de sua relação com a terra, do acesso aos recursos comuns naturais, de sua liberdade laboral e das práticas coletivas.

Essa condição permanece até os dias atuais e com o agravamento das desigualdades durante a pandemia de Covid-19 ela acaba sendo acentuada. Em seu ensaio “Pandemia, Reprodução e Comuns”, Federici (2020) reflete sobre como o sofrimento e a sobrecarga que já afetavam as mulheres se ampliaram com a pandemia. Afinal, elas são a maioria que ocupa os postos de trabalho informal e precarizado, bem como aqueles voltados às atividades do cuidado (a famosa “linha de frente”), como assistência social e sanitária. Contudo, a autora destaca que não foi somente o trabalho produtivo que afetou o cotidiano das mulheres “Há ainda uma carga maior do trabalho em casa: cuidar dos filhos em tempo integral, não lhes transmitir medo, protegê-los dessa ameaça.” (FEDERICI, 2020).

Nossa narradora da comunidade do Campo da Tuca (Porto Alegre), durante o processo de escuta das ONP em agosto e setembro de 2020, colabora para elaboração de um pensamento crítico sobre o trabalho reprodutivo, ampliado e agravado pela pandemia do COVID-19, uma vez que as escolas permanecem fechadas e as mulheres não contam com esse turno de cuidado e educação das crianças para incorporar-se no trabalho produtivo.

Se eu for procurar, começar a procurar emprego, eu tenho assim comigo que eu consigo, mas eu tô assim numa situação de mãos atadas, eu tô com medo, uma insegurança, também não posso porque eu tenho dois filhos, eu vou deixá-los com quem? Não tem colégio, não tem creche, e por quê? Pandemia. (Narradora do Campo da Tuca, 2020)

Essa sobrecarga nas tarefas do cuidado aparece também no relato da narradora da Ocupação Zumbi dos Palmares, ao narrar a experiência de suas vizinhas na tentativa de proteger seus filhos do vírus.

As mães têm me relatado que os filhos ficam dentro de casa, elas têm consciência da gravidade do Covid-19. Eles ficam dentro de casa, eu faço um bolo, coloco um desenho na TV, eu converso, mas eles ficam dentro de casa. E como a maioria das casas são bem pequenas, é bem complicado de tu deixar as crianças dentro de casa, porque elas não querem. [...] a gente não tem pra onde escapar. As escolas estão liberando uma vez por semana, o responsável vai lá e retira algumas atividades impressas para fazer em casa.” (Narradora da Ocupação Zumbi dos Palmares, 2020)

Para Federici (2020), “(...) ‘Reprodução’ é uma palavra que ainda se refere a muitas realidades diferentes, mas conectadas. Reprodução é cuidado, educação, culinária, acompanhamento de doentes. E também o cuidado da natureza.” (FEDERICI, 2020). Ao mesmo tempo em que realizam diariamente o trabalho reprodutivo, essas mesmas mulheres se organizam e se situam em seus territórios para rasurar os processos de espoliação aos quais são submetidas. São elas que se organizam para barrar os mega-

projetos e empreendimentos que retiram seus direitos e degradam seus territórios; são elas que articulam ações comunitárias para garantir o acesso à alimentação, saúde e educação (FEDERICI, 2017; GAGO, 2020). Para Verónica Gago (2020), o movimento de se rebelar contra uma condição social e histórica convoca um devir-mulher, entendendo o devir como movimento e não como finalidade, ou seja, uma disposição de se manter em constante vigilância e ação para combater as formas de opressão que recaem sobre os corpos feminizados.

Esse movimento constituído de espoliação e resistência que se coletiviza nas comunidades à margem da produção urbana hegemônica e capitalista pode ser pensado também como corpo-território, por ser o corpo individual indissociável do corpo coletivo. Ter “corpo e território compactados como única palavra desliberaliza a noção do corpo como propriedade individual e especifica uma continuidade política, produtiva e epistêmica do corpo *enquanto* território.” (GAGO, 2020, p.107). O que a autora propõe, alicerçada nas experiências e teorias feministas, é que o corpo-território vai de encontro à ação do heteropatriarcado e seus processos de espoliação, os quais são baseados na ideia de escassez, assim promovendo o desacato a esse sistema, através das lutas articuladas pelas mulheres desde e por seus territórios.

Durante as ONP, pudemos conhecer a vida das narradoras, suas práticas e lutas cotidianas em favor de infraestrutura e serviços em seus territórios. Partindo da questão da desigualdade digital experimentada territorialmente durante os meses de pandemia, as narrações se deslocaram para problemáticas mais profundas expondo traumas sociais, de classe, gênero e raça. O processo de reflexão coletiva das oficinas, em que nos reunimos virtualmente com mais de uma narradora ao mesmo tempo, dá densidade ao corpo-território como um grande enunciado, uma vez que a fala de uma era frequentemente completada por falas da outra em outro território. A escuta também se deu entre estes territórios liminares do ponto de vista das políticas públicas, convocando o devir-mulher como um tipo de reconhecimento de si mesma e da outra. Conhecer as práticas de resistência de territórios vizinhos fez com que avançássemos no entendimento do território-margem não somente como espaço da precariedade, mas de luta por justiça social, de empoderamento feminino, de emancipação social.

No debate sobre margem e centro, trazido por Kilomba (2019, p.67) a partir da visão de bell hooks, estar à margem pode ser entendido como fazer parte de um todo, mas estar separado daquilo que seria o corpo principal, isto é, deslocado do centro. Também pode ser entendido como o lugar que podemos ocupar e quem está autorizado ou não a permanecer em determinados espaços. A autora nos apresenta como é constante o sentimento de ser parte da cidade, mas não se sentir parte do que é entendido como cidade, pois essa cidade é compreendida por um centro, configurado por sua infraestrutura, sua forma regular e sua facilidade de acesso a serviços e direitos.

Para bell hooks, “em um contexto de marginalização, mulheres negras e homens negros desenvolvem uma maneira particular de ver a realidade: tanto ‘de fora para dentro’ quanto de ‘dentro

para fora' ” (apud KILOMBA, 2019, p. 67). A autora faz essa colocação por perceber que a necessidade de atenção sobre o centro e a margem é constante para as pessoas negras, pois suas sobrevivências dependem desse entendimento. Respeitando o fato de que a sobreposição do marcador raça traz nuances específicas para esse entendimento entre centro e margem, podemos estender essa reflexão para mulheres e homens que moram à margem da cidade entendida como formal, uma vez que sua sobrevivência depende de um centro, ao mesmo tempo que seu viver se dá em um território que é negligenciado pelo Estado.

A reflexão sobre as fragilizações da condição urbana nos territórios entendidos como margem, marcados pela ausência de infraestrutura, equipamentos e serviços públicos, faz emergir o protagonismo das mulheres nas mobilizações sociais, o que segundo Gonzalez (2011), ocorre em função de sua preocupação com a sobrevivência familiar. As mulheres buscam se organizar coletivamente frente à negligência poder público em relação a esses territórios, estabelecendo uma relação entre o trabalho reprodutivo doméstico, percepção da precariedade comunitária e a necessidade de articulação.

A narradora da Vila Liberdade, problematiza a precarização da infraestrutura e seus efeitos psicossociais, sobretudo para as mulheres. Entre claro e escuro, entre público e privado, nos interpela sobre o esquecimento e a omissão por parte do Estado que não está prestando um serviço público essencial. Sobre o medo da violência e da violação do corpo na escuridão que acaba resultando no confinamento ao espaço doméstico.

E luz... bom né gente, nem me fala, porque eu sou uma pessoa muito revoltada com a luz das comunidades. Eu fui vítima de um incêndio por fios elétricos, né? Eu fui vítima de um incêndio, há dois anos atrás, então assim, a gente tem uma dificuldade assim, de luz, bem grande, sabe? Para vocês terem uma noção, ó, eu tô na luz né? agora vou sair na frente do meu portão aonde eu moro, entendeu? Eu dei três passos pra fora do meu portão e acontece isso: tá completamente escuro, escuro, escuro. [mostra a diferença entre a luz dentro de casa e fora de casa] Não tem luz nos postes, nós temos aqui dois postes, mas não tem luz. Então essa é a realidade da escuridão. O que que tu faz? Tu tem até medo de sair, eu tenho até medo de sair essa hora, né? Não sei se não tem alguém num canto armado, sei lá, ou alguma coisa. Então tu fecha o teu portão, fica ali dentro na tua casa, no teu quadradinho. (Narradora da Vila Liberdade, 2020)

A ausência do fornecimento de água encanada nas comunidades também afeta diretamente a vida das mulheres, uma vez que a água está diretamente ligada às tarefas do cuidado e ao espaço doméstico, como lavar louça, roupas, cozinhar, além de viabilizar a higiene pessoal da família. Ademais, “(...) as mulheres são mais afetadas que os homens quando estes serviços não estão disponíveis porque são elas que dedicam mais tempo às tarefas domésticas, mesmo quando trabalham fora de casa.” (ROLNIK et al., 2011, p.14).

(...) A água aqui também, daí chega o verão aqui, chega o verão, tá toda hora faltando, mas aqui no morro eu onde moro, tem lugares que não tem água, que a água não sobe, né? Não tem água. Tem lugares aqui perto, aqui no morro, tipo subindo lá que tem o Colégio Morro da Cruz, passando, não sobe a água. Tem bastante gente reclamando que não sobe a água. E a luz lá é bem fraquinha (...). (Narradora do Morro da Cruz, 2020)

É gente, a gente também não tem essa coleta de lixo aí, hmm, não entra dentro da comunidade o caminhão do lixo. A gente fez, hmm, eu né, como coordenadora e líder comunitária, a gente fez duas lixeiras, uma na frente que dá pra Frederico Mendes e uma nos fundos que dá pra Voluntários da Pátria. E é só nesses locais que o caminhão passa, dentro da comunidade o caminhão não entra. E a gente tem essa certa dificuldade pra tudo: a nossa luz é gato, porque a gente não tem uma regularização, a água é a mesma coisa (...) (Narradora da Ocupação Zumbi dos Palmares, 2020)

Nesses relatos fica explícito o paradoxo da margem como espaço-tempo constituído de precariedade e vulnerabilidade, ao mesmo tempo em que se reveste de luta e articulação para alcançar a sobrevivência da comunidade. A margem desafia a autoridade colonial e hegemônica do centro, nutrindo a capacidade de resistência e de transformação, bem como de vislumbrar novos mundos e trazer novos discursos (KILOMBA, 2019). Essas margens que abrigam experiências diversas daquelas que se reproduzem na cidade atendida e normatizada pelo Estado prefiguram um tipo de organização e mobilização comunitária através da luta cotidiana. Essa luta é teorizada também nessas narrações, nas quais fica evidente um modo de fazer mundo para manter a vida ao invés de capitalizá-la.

Para Gago (2020), viver e poder existir estão atrelados a esses modos de sobrevivência e a pensar no coletivo, "A vida tem um significado vital: envolve a defesa e o cuidado com o comum, e produção e ampliação de riqueza compartilhada." (GAGO, 2020, p.109). De modo que, tal qual a margem, o corpo-território não deve ser visto apenas como símbolo de opressão e violação, mas também como um campo de luta para subverter as lógicas de propriedade e individualidade, impostas pelos sistemas capitalista e patriarcal. A narradora do Morro da Cruz traz em sua fala uma posição de abertura à vida em comum. Desde suas possibilidades individuais ela se posiciona consciente e em favor das práticas de cuidado, prefigurando modos de existir em comunidade que escapam do modelo de cidade marcado pela espoliação dos recursos e da própria vida. Esse modo de viver tensiona a lógica do capital, uma vez que o sujeito não mede o que tem para partilhar, e sim, decide-se pela partilha em função da necessidade do outro.

Eu assim gente, vejo gente mesmo precisando, eu tiro de mim pra dar aquela pessoa. Eu sei que ela tá precisando mais que eu. Tem uma vizinha minha que tem bastante filho, às vezes eu ajudo ela, que eu sei que ela tá precisando, ela precisa mais do que eu. Por que eu não vou dar um pão? Não vou dar um prato de comida? Isso não vai me fazer falta. (Narradora do Morro da Cruz, 2020)

A construção de redes comunitárias de solidariedade e de cuidado pode ser caracterizada como ferramenta de luta para a ampliação do corpo-território: "As mulheres também comandam o esforço de coletivizar o trabalho reprodutivo como uma maneira de economizar no custo da reprodução e de proteger umas às outras da pobreza, da violência de Estado e da violência dos homens." (FEDERICI, 2019, p. 315). Essa afirmativa fica evidente quando escutamos as narradoras sobre situações cotidianas nas quais a ética do cuidado aparece como sustentação da vida comunitária:

Quando não tem daí, quando minha internet às vezes, também tá, tá muito devagar ou fraca, Daí a gente se une e daí eu desço lá embaixo e pego pra elas 'ó, hoje eu peguei pra vocês os

temas das crianças.’ Porque tem mãe que não pode ir, né? Não tem condições de descer lá embaixo pra pegar o tema pras crianças fazer. Que tem mãe que tem criança pequena, tem mãe que tá grávida daí, ou mãe que não pode deixar a vó sozinha ou o vô. (Narradora do Morro da Cruz, 2020)

Tenho auxiliado da maneira que eu posso, tanto a Zumbi quanto outras comunidades que eu auxilio. Sábado agora eu vou estar na comunidade da Mari, com projeto levando as marmitas lá para o pessoal [...] E aí eu achei bem bacana levar para outras comunidades também, eu sempre faço assim, as pessoas que vem aqui na zumbi, eu sempre indico outras comunidades para que outras pessoas também tenham acesso...a gente tem que aprender a dividir as coisas que a gente tem, e entender que tem o próximo e que não é só pra gente, a gente tem que pensar no coletivo, e um coletivo também é a comunidade do lado, o teu vizinho, as pessoas que precisam também. [...] E a gente tá aí gente, a gente tá pra unir forças. (Narradora da Ocupação Zumbi dos Palmares, 2020).

Outro relato que reafirma essa presença feminina nas lutas pelo bem-estar comum é a fala da narradora do Morro da Cruz, ao ser questionada sobre as atividades comunitárias, ações de solidariedade e sobre o nível de participação de homens e mulheres. Ela esclarece que são as mulheres que estão à frente tanto das iniciativas, quanto da organização.

É... Quem participa mais mesmo é mais é mulher, é mais é mulher. (...) E a gente tava também, comentando, como tem mulheres que vai e faz força, né? Porque às vezes, o alimento é bastante (...) Dá pra ver que ali ó, é só mulher. É muito difícil um homem ir ali pra pegar um alimento, é muito difícil. Mas vai mais mesmo é mulher com criança. Homem assim muito difícil de ir. (Narradora do Morro da Cruz, 2020)

Nesses relatos há uma aproximação com o debate de Federici (2019, 2020) sobre a reconstrução dos comuns a partir de uma perspectiva feminista. Para a autora, "não há comuns sem comunidade" e é por meio da criação de novas estruturas, de novos laços de solidariedade e novas formas de reprodução que essas transformações acontecem: "Sempre inspirado no conceito de que a reprodução da vida, a finalidade da sociedade, deve ser o bem-estar, o bem viver — e não o lucro privado" (FEDERICI, 2020). Dentro dessa perspectiva, menciona algumas ações cotidianas possíveis para essas mudanças, como a coletivização do trabalho reprodutivo, a responsabilidade compartilhada e o trabalho cooperativo.

Na escuta das ONP, as narradoras nos oferecem evidências da margem como "espaço de resistência e possibilidade". (KILOMBA, 2019, p. 68). Longe de romantizar uma situação de opressão, como também é alertado por Grada Kilomba (2019), o que desejamos destacar é que a margem deve ser deslocada da ideia de oposição para compor uma ideia de intermediação. É um espaço de adição e não de exclusão. Pautar a configuração da cidade a partir dessas prefigurações da margem significa reconhecê-la como articulação entre injustiça e luta, como zona móvel nutrida de contradições.

Essa margem pode se apresentar como o que Rossana Tavares (2015) define como "espaços generificados de resistência", que é a possibilidade de resistir, se reinventar e confrontar as normas hegemônicas nos espaços urbanos. Desde a nossa posição de mulheres brancas acadêmicas e privilegiadas economicamente, reconhecemos que a necessidade vital de estar em contato com as mulheres atravessadas pelos marcadores de raça, classe, sexualidade, entre outros para constituir um

dizer-outra cidade alternativo ao sistema neoliberal e capitalista. As ONP promoveram esse encontro, uma vez que trouxeram à tona uma teoria urbana baseada na luta e experiência cotidiana dessas comunidades. E como nos explica bell hooks, “nenhuma teoria que não possa ser comunicada numa conversa cotidiana por ser usada para educar o público” (hooks, 2017, p. 90).

4. É possível configurar a cidade a partir do corpo-território?

O processo de escuta convocado durante as oficinas expõe as dobras de alguns territórios periféricos de Porto Alegre, nos quais a situação de precariedade e vulnerabilidade se acentuou durante a pandemia do Covid-19 em 2020. É nessas dobras que vislumbramos processos de singularização que ampliam ética e politicamente a condição paradoxal dos territórios entendidos como margens da cidade. A margem, tal qual o entendimento de hooks (1989, p. 149), passa a configurar-se como "espaço de abertura radical" que assume discursividades críticas sobre o mundo e o modo de habitá-lo. Nesse sentido, a insistência em outras prefigurações - relatos e práticas da experiência cotidiana das mulheres nestes territórios periféricos - traduz a margem como invenção, como capacidade de resistir e desafiar essa ordem que se naturalizou nas nossas cidades (KILOMBA, 2019).

Se nas dobras desse território-margem somos capazes de convocar a escuta abrindo prefigurações outras que advogam pela vida COM o outro, a vida em comunidade, refletimos se é possível pensar em configurações narrativas de cidade tal como o entende Ricoeur (2003). Resgatando sua analogia entre arquitetura e narratividade, ao pensar na configuração como tessitura da intriga composta de heterogêneos que deve tornar-se um todo coerente e inteligível, nos deparamos com a condição dissensual e contraditória que reside nas dobras desses territórios liminares que se enunciam como corpo-território.

Se assumirmos as prefigurações urbanas dissidentes da cidade patriarcalizada e racializada, compostas sobretudo por um devir-mulher em luta, temos que pensar para além da espiral de mimesis ricoueriana, abrindo-nos à dissonância e às contradições próprias da margem. A inteligibilidade narrativa da cidade normatizada, que corresponde à lógica individual da propriedade privada, deverá abrir-se à lógica do comum como composição de forças, corpos, trajetórias e memórias em permanente disputa. Deverá pensar-se como cidade movente, fragmentária, cuja materialidade escape dos mecanismos de poder que suplantam as narrativas liminares e dissidentes da cidade colonial, patriarcal e racializada.

Quando uma mulher fala, ela carrega histórias de outras tantas vozes escondidas, apagadas, sussurradas, omitidas. Vozes que se mantiveram nas brechas, sem uma escuta capaz de tecer configurações urbanas que estruturam seus desejos e demandas. Essa fala das mulheres, quando reconhecida e convocada, aceita e empoderada, a fala que advoga pelo comum, pelo compartilhamento dos recursos e pelo direito à existência, poderá ser entendida também como um *agenciamento coletivo*

de enunciação. Tal como nos explica Pelbart (2019, p. 160), "uma voz que carrega várias vozes menores, vários devires menores, vários povos, várias lutas - mulheres, negros, favelados, lésbicas, despossuídos, mas também mulheres empoderadas, devir-feminino da política, devir-negro do ativismo, devir-negro do mundo".

Visibilizar as narrativas femininas que resistem como devir-mulher diante dos processos de espoliação do comum reposiciona os estudos urbanos na perspectiva do reconhecimento da dissonância, transgredindo os processos constitutivos do projeto e planejamento das cidades enquanto configuração modelada pela narrativa universalizante que vem sistematicamente apagando a diferença e a multiplicidade. E é a partir dessa dissonância que talvez seja possível assumir o corpo-território como horizonte para criação de cidades que acolham a vida em todas as suas manifestações.

Referências

- ARFUCH, L. **La vida narrada. Memoria, subjetividad y política**. Buenos Aires: Poliedros – Zona de Crítica, 2018.
- FEDERICI, S. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Editora Elefante, 2017.
- _____. **O Ponto Zero da Revolução: Trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. São Paulo: Elefante, 2019.
- _____. Pandemia, Reprodução e comuns. **Revista Ihu On-Line** Abr. 2020. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/598501-pandemia-reproducao-e-comuns>> Acesso em: Novembro, 2020.
- GAGO, V. **A Potência Feminista ou o desejo de transformar tudo**. São Paulo: Elefante, 2020.
- GONZALEZ, L. Por um feminismo Afro-latino-americano. **Caderno de Formação Política do Círculo Palmarino** - Batalha de Ideias, Brasil: n. 1, 2011, p. 12-20. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/271077/mod_resource/content/1/Por%20um%20feminismo%20Afro-latino-americano.pdf Acesso em: 10 setembro 2020.
- HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 5, p. 7-41, 2009. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>. Acesso em: 20 dez. 2020.
- HOOKS, B. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: Ed. WMF Martins Fontes, 2017.
- KILOMBA, G. **Memórias de plantação** - Episódios do racismo cotidiano. 1. ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.
- MORRISON, T. **A Origem dos Outros: Seis ensaios sobre racismo e literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- MUÑOZ, F. **Urbanalización: paisajes comunes, lugares globales**. Barcelona: Ed. Gustavo Gili, 2008.
- Narradora do Campo da Tuca. Depoimento [ago-set 2020]. Entrevistador: Autoria. [S.n.] Porto Alegre, 2020. 5 arquivos .mp4 (6h34min). Entrevista concedida para **Oficina de Narrativas Populares**, 2020.
- Narradora do Morro da cruz. Depoimento [ago-set 2020]. Entrevistador: Autoria. [S.n.] Porto Alegre, 2020. 5 arquivos .mp4 (6h34min). Entrevista concedida para **Oficina de Narrativas Populares**, 2020.
- Narradora da Ocupação Zumbi dos Palmares. Depoimento [ago-set 2020]. Entrevistador: Autoria. [S.n.] Porto Alegre, 2020. 5 arquivos .mp4 (6h34min). Entrevista concedida para **Oficina de Narrativas Populares**, 2020.
- Narradora da Vila Liberdade. Depoimento [ago-set 2020]. Entrevistador: Autoria. [S.n.] Porto Alegre, 2020. 5 arquivos .mp4 (6h34min). Entrevista concedida para **Oficina de Narrativas Populares**, 2020.
- PELBART, P. P. **Ensaio do assombro: biopolítica, necropolítica e subjetividade**. São Paulo: N - 1 Edições, 2019.

REYES, P.; CARON, D.; CIDADE, D. Narrar por projetos: o projeto narra. In: JACQUES, P. B.; PEREIRA, M. S.; CERASOLI, J. F. (Orgs.). **Nebulosas do pensamento urbanístico**: Tomo III - Modos de narrar. Salvador: EDUFBA, 2020. p. 254-271.

RIBEIRO, D. **Lugar de fala**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

RICOEUR, P. Arquitectura y narratividad. In: Muntañola, J. (Org.). **Arquitectonics: Arquitectura y hermenéutica**. Barcelona: Edicions UPC, 2003. p. 9-29.

ROLNIK, R. et al. **Como fazer valer o direito das mulheres à moradia?** Relatoria Especial da ONU para o Direito à Moradia Adequada. Paulo: 2011.

ROLNIK, R. Paisagens para a renda, paisagens para a vida. **Revista Indisciplinar**, Belo Horizonte, v.5, n. 1, jul-out 2019. p. 18-45.

ROLNIK, S. **Esferas da insurreição**: notas para uma vida não cafetinada. São Paulo: n-1 edições, 2018.

TAVARES, R. B. **Indiferença à diferença**: espaços urbanos de resistência na perspectiva das desigualdades de gênero. Tese (Doutorado em urbanismo). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2015. 229p.

**A BRANQUIDADE DAS INTERVENÇÕES URBANAS E A VIDA NAS
MARGENS: SALVADOR, ESSA BOLSA DE HISTÓRIAS**

*THE WHITENESS OF URBAN INTERVENTIONS AND LIFE ON THE
MARGINS: SALVADOR, THIS BAG OF STORIES*

**LA BLANCURA DE LAS INTERVENCIONES URBANAS Y LA VIDA EN LOS
MÁRGENES: SALVADOR, ESTA BOLSA DE HISTORIAS**

Juliana de Faria Linhares
juflinhares@gmail.com

Marina Silveira Muniz Ferreira
marinamuniz.arq@gmail.com

RESUMO

Esta composição se faz como uma bolsa, guardando histórias de “reexistências” evocadas desde e com moradoras/es das margens de Salvador, BA, sobretudo no encontro entre Itapuã e o Subúrbio Ferroviário. Buscamos – desde e com os encontros de pesquisa realizados nestas localidades –, possibilidades de incorporar, ao campo da arquitetura e urbanismo, imaginários, contornos, materialidades, potências e coexistências da vida nas margens, evocando outras tramas possíveis - e desembranquecidas - para pensar e atuar com a cidade. As histórias com as quais nos encontramos interconectam raça, gênero e classe e tensionam pressupostos e teorias colonialistas e racistas que fundamentam tanto intervenções urbanas quanto a práxis do campo da Arquitetura e Urbanismo. A partir, apesar e para além da branquidade das ações institucionalmente orquestradas nestes territórios, investigamos como as pessoas criam e recriam histórica e cotidianamente suas vidas e modos de viver por meio da implicação ético-política junto e com as/os moradoras/es das margens, documentando, visibilizando, disputando, reconstruindo e fazendo pensar sobre as múltiplas formas de fazer-cidade e moradia.

Palavras-chave: Salvador, BA; Margens; Precariedade; Branquidade; Modos de vida.

ABSTRACT

This composition is made like a bag, keeping stories of reexistence evoked from and with residents of the margins of Salvador, BA, especially at the crossroads between Itapuã and Subúrbio Ferroviário. We seek - from and within the findings of research in these locations - possibilities to incorporate, to the field of architecture and urbanism, imaginaries, contours, materialities, potentialities and coexistences of life on the margins, evoking other possible threads - and unwhitened - plots for thinking and acting with the city. The histories we meet interconnect race, gender, class, and tension colonialist and racist assumptions, and architectural and urbanist theories that substantiate urban interventions as the praxis of the field of Architecture and Urbanism. From, although and beyond the whiteness of the orchestrated institutional actions, as people project and historically and daily recreate their lives and ways of life through the ethical-political implication with the residents of the margins, documenting, making visible, disputing, reconstructing and making people think about the multiple ways of doing-city and dwelling.

Keywords: Salvador, BA; Margins; Precariousness; Whiteness; Lifestyle.

1. Introdução: como tecemos essa bolsa de histórias

Tal como uma bolsa, uma cesta ou mesmo um patuá (LE GUIN, 2021), esta composição guarda histórias, memórias, conversas, debates, conflitos, coexistências, rupturas, imaginações e possibilidades mobilizadas desde encontros de pesquisas que se fazem entre as margens e a universidade, no contexto de Salvador, BA, ensejando o alargamento das teorias que sustentam a práxis das/dos arquitetas/os e urbanistas nas cidades contemporâneas. Esta bolsa é tramada a quatro mãos, brancas, que se enlaçam ao grupo MARGEAR/UFBA em práticas de pesquisa, extensão e ensino desde o campo da Arquitetura e Urbanismo, tensionando, política e criticamente, o pensar e o fazer das/os arquitetas/os e urbanistas, refletindo sobre quem os controla e molda, a partir das realidades sociais em que nos encontramos.

Nossa prática bolseira é tecida: (i) no entendimento das margens como espacialidades dinâmicas que perpassam e atravessam o Estado, num permanente jogo dentro/fora, não como espaços periféricos, fora do centro e do Estado, mas em constante inter-relação (ROSA, 2018); (ii) nos encontros de pesquisa (ROSA, 2018.; FELTRAN, 2011) como espaços de construção coletiva de conhecimento em campo; e (iii) na implicação ético-política junto e com as/os moradoras/es das margens (MACEDO; MACEDO DE SÁ, 2018; CORDEIRO; et al, 2021), documentando, visibilizando, disputando, reconstruindo e fazendo pensar sobre as múltiplas formas de fazer-cidade e moradia. Cabe ressaltar que tais estratégias não configuram um modo de fazer inerte, mas aberto e em constante transformação a partir das situações, encontros e seus desdobramentos. Neste sentido, junto e com as pessoas que nos recebem em suas vidas, as quais entendemos como nossas/os anfitriãs/ões (BORGES, 2013), desenrolamos nossas práticas de pesquisa por meio da escuta – não para nos apropriarmos, mas para tornarmo-nos com ela, evocando novas possíveis configurações às narrativas (LE GUIN, 2021).

Tomamos, ainda, o ordinário como campo privilegiado, e pensamos desde e com a vida cotidiana das pessoas, sobretudo a partir de suas narrativas, para acessar as múltiplas práticas e táticas acionadas para viverem as suas vidas e tornarem seus mundos habitáveis (DAS, 2007). No cotidiano, as pessoas agenciam suas vidas e espaços em seu próprio nome, imaginando, criando e projetando casas e urbanidades de acordo com as necessidades de suas vidas, famílias e comunidades. Nestes contextos, o fazer pesquisa também se encontra com as lutas pelo direito à vida, à moradia e à cidade, permitindo que habitemos o papel político do campo da arquitetura e urbanismo ao questionar e, sobretudo, (re)construir as bases conceituais que fundamentam nossa prática profissional, ainda nos engajando nos processos de reparação histórica.

Traremos, da nossa bolsa, histórias de vidas, processos de remoção, expropriação e despossessão em duas localidades de Salvador: o Subúrbio Ferroviário e Itapuã (Figura 01); localidades que, embora distantes fisicamente, partilham de histórias (in)comuns.

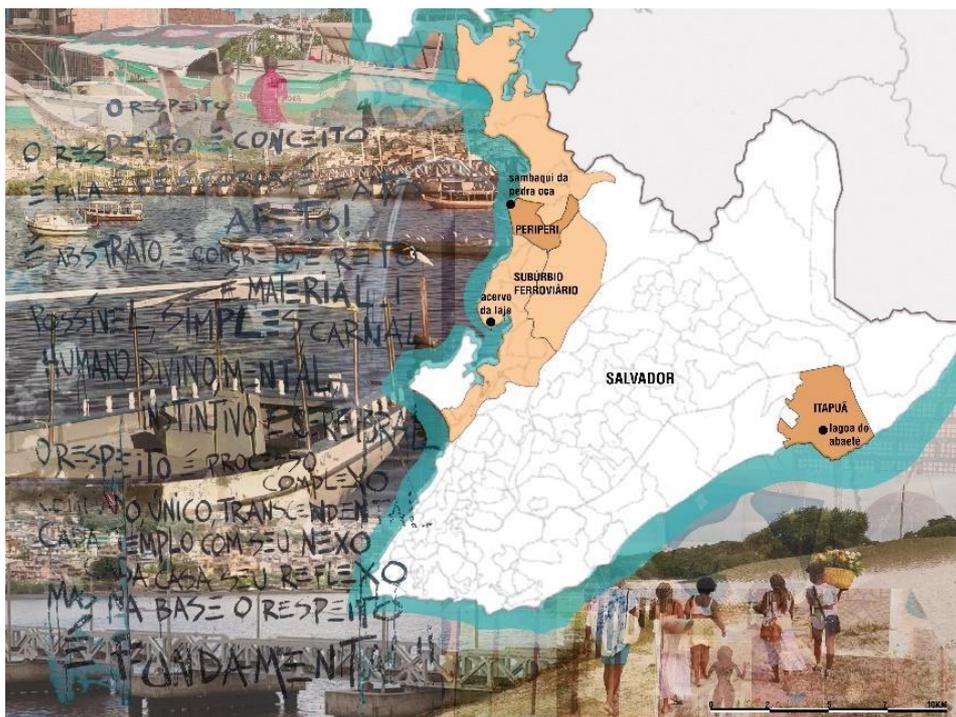


Figura 01: Delineando os territórios: Subúrbio Ferroviário e Itapuã. Fonte: Acervo do grupo de estudos Margear, 2022.

2. Trama I: Salvador, a cidade negra.

Iniciamos esta composição contando sobre nosso último encontro, no qual, em companhia de José Eduardo e Vilma, moradores do Subúrbio Ferroviário de Salvador e curadores do Acervo da Laje, visitamos este espaço museal que abriga a arte produzida desde/neste território – popular e negro –, contando a história da cidade e de seus moradores através de objetos do cotidiano: a casa, a laje e o mar, reivindicando-os como dispositivos de cultura e memória. Este último, o mar, é acionado por José Eduardo e Vilma como peça-chave da memória urbana.

Os trânsitos entre mar e terra são historicamente constituintes das urbanidades do Subúrbio Ferroviário, remontando à diáspora africana e à história dos povos originários – em função da população majoritariamente preta e parda (BAHIA, 2016) e, principalmente, pelos modos de vida que ali se constituem, que prezam pela comunalidade, solidariedade e pelo vínculo vital com os meios naturais (RAMOS, 2013). Destacamos os movimentos sociais, as práticas de lazer, os modos de morar à beira-mar, os terreiros de candomblé, as práticas religiosas e as atividades laborais ancestrais de pesca e mariscagem. As águas da Baía de Todos os Santos, que banham todo o Subúrbio, abrigam cultos à Yemanjá, Orixá Mãe das Águas Salgadas, para as religiões de matrizes africanas, dentre outras localidades, no Sambaqui da Pedra Oca, em Periperi. Hoje, o local apresenta tanto fragmentos da mariscagem quanto elementos de oferendas seculares e atuais, trazendo, em si, a confluência entre os modos de ser e se relacionar com a natureza dos povos filhos da terra e dos povos em diáspora africana,

numa “aliança cosmológica” (SANTOS, 2018, p. 2). Tal aliança se aproxima do que Lélia Gonzalez (1988, p. 76) denominou de “amefricanidade”: a “intensa dinâmica cultural (adaptação, resiliência, reinterpretção e criação de novas formas) que é afrocentrada[...]”.

Atravessando o território soteropolitano – do Subúrbio Ferroviário até a orla atlântica –, chegamos ao bairro de Itapuã, onde o enlace da vida desta localidade também se faz, e sempre se fez, em articulação com as águas: do mar e da lagoa do Abaeté. Itapuã já era uma armação de pescadores quando se dá a chegada dos portugueses no Brasil, em 1549, sendo habitada originalmente pelos aldeamentos de povos indígenas Tupi. Na antiga Itapuã, os homens pescavam e cabia às mulheres moquear, vender o peixe, viver do ganho – as ganhadeiras – ou da lavagem na Lagoa do Abaeté – as lavadeiras. As mulheres percorriam longos caminhos a pé para buscar e levar seus produtos e serviços, fazendo também circular mercadorias, memórias e valores.

Itapuã abrigou, ao longo de sua história de exploração, de resistência e de coexistência, importantes quilombos e mocambos que remontam à relação desta antiga comunidade de pescadores indígenas com os povos africanos e afrobrasileiros (GANDON, 2018). Esta confluência entre diferentes povos e nações possibilitou o surgimento de outros quilombos na cidade: os povos indígenas, por conhecerem as matas locais, partilhavam com as nações africanas, estratégias, rotas de fuga e conhecimentos sobre a fauna e a flora (SILVA, 2017). Destacamos o Quilombo Buraco do Tatu, que se constituiu em 1743 onde hoje fica Itapuã, tendo sido, a proximidade ao mar, estratégica para a sua manutenção (*Ibid.*). Relembramos também o Quilombo do Urubu, liderado pela Guerreira Zeferina, nas matas do que hoje é o Parque São Bartolomeu, no Subúrbio Ferroviário, destruído em 1826 pelas forças policiais de Salvador. As colinas, matas e águas, que hoje entendemos como margens urbanas ou periferias, “serviam de suporte ecológico ao desenvolvimento de uma coletividade africana independente” (GOMES, 1990, p.13), constituindo territórios de resistência, e, principalmente, de liberdade e de manutenção de modos de vida conectados com a natureza.

O mar, portanto, se enlaça à constituição de Salvador que, berço da escravidão e fundada a partir da diáspora forçada de povos africanos e da infraestrutura escravista, mobiliza históricas disputas de poder, jogos de manutenção de privilégios, potências de vida, criação e encontro entre diferentes povos (figura 02). Neste contexto, a divisão do espaço é racializada. Lélia Gonzalez (1982) aponta que desde os tempos da colonização há uma evidente separação racializada entre os espaços ocupados por dominadores e dominados. Os espaços dos grupos brancos dominantes são demarcados por moradias amplas e protegidas por policiamento, sendo historicamente representadas pela “casa grande” e os sobrados, atualmente configurando-se em grandes edifícios, residências e condomínios fechados. Em oposição, encontra-se o “dito” lugar da/o negra/o, pretensiosamente dominada/o, que sai da senzala, dos porões, das lojas, dos sótãos, dos quartos alugados, das casas de cômodos ou das choupanas de taipa, para as favelas, cortiços, invasões, conjuntos habitacionais ou demais urbanidades habitadas e

produzidas pelas camadas populares e negras. Conforme aportou Lélia, a divisão racial do espaço permanece se atualizando para manter seus fundamentos e os privilégios de alguns.



Figura 02: Ensaio sobre Salvador: atravessamentos desde o mar. Fonte: Acervo do grupo de estudos Margear, 2020.

Junto da divisão racial do espaço caminha a classificação da precariedade. Historicamente, a produção de vida, moradia e territórios das margens tem sido associada a uma amálgama de atributos negativos, ancorada na liga popular-precário, distante das práticas e motivações que a efetivaram. Esta formulação parte da ausência, do desvio, da transgressão, da homogeneização, da desorganização espacial, da informalidade e da ilegalidade para conferir o sentido de precariedade aos produtos, produções e, sobretudo, às vidas nas e das margens. Nesta medida, limita estas vidas e territórios de vida ao que lhes falta, ao que não podem ter, compondo as geografias negras como locais suscetíveis à despossessão (SILVA, 2021).

A falta só existe, porém, se estiver em oposição a algo – integral, desejável, digno, justo –, ou seja, só se instala sob uma perspectiva dicotômica de uma produção em oposição à outra. Como discorre Judith Butler (2015), a vida sempre é dada em razão de alguma coisa – em uma condição relacional – sendo, portanto, pressuposta por certas normas de reconhecimento, que também rejeitam determinadas vidas como partes da vida. Para a autora, as normas atuam para diferenciar as vidas que podem ser apreendidas como vidas daquelas que não podem, contendo, transmitindo e determinando o regime do visível desde e com os discursos políticos e midiáticos para servir aos interesses dos poderes dominantes e manter seus privilégios. Nesta medida, as imagens e narrativas icônicas acerca de certas populações operam discriminando-as e enquadrando-as em determinada posição social.

Uma figura viva fora das normas da vida não somente se torna o problema com o qual a normatividade tem de lidar, mas parece ser aquilo que a normatividade está fadada a reproduzir: está vivo, mas não é uma vida (BUTLER, 2015, p. 22).

Em Salvador, desde os primórdios da colonização, tecnologias normatizadoras são utilizadas pelas representações oficiais para ameaçar territórios e práticas de vida e moradia, sobretudo, da população negra, de modo que estas pessoas sejam alvo de violências e violações, seja por políticas cotidianas racistas ou por políticas urbanas de “modernização” (FIGUEIREDO; ESTÈVES; ROSA, 2020). A cidade recebe marcos classificatórios que distinguem o “tradicional”, o “moderno” e o “precário”, associando irregularidade fundiária, desordenamento e precariedade habitacional às localidades produzidas e habitadas pelas camadas populares (figura 03) – que são majoritariamente negras –, ainda definindo-as como produções “não capitalistas” da moradia (CARVALHO; PEREIRA, 2014) e determinando sua erradicação. Estes enunciadores, orientados por uma dualidade racializada – brancos e não brancos –, se constituem supostamente como “neutros, incolores, transparentes” (PIZA, 2016, p. 67), embora os principais beneficiados tenham cor, classe e gênero: branco, masculino e heterossexual.

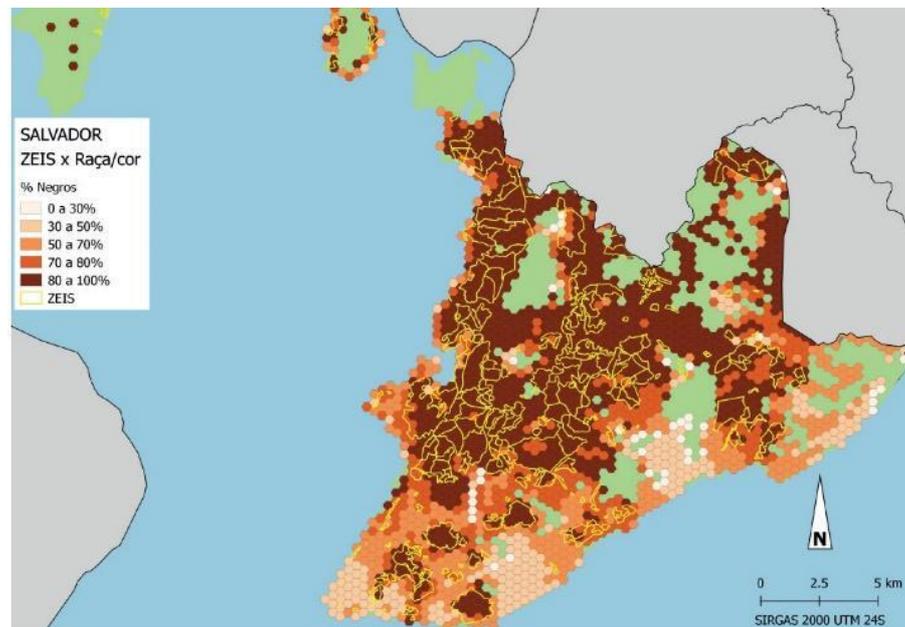


Figura 03: Cruzamento das Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) com raça/cor em Salvador. Fonte: Galindo e Pereira Júnior (2021).

Assim, os processos de classificação de urbanidades e vidas são operados pelo “dispositivo da racialidade”, no qual as dimensões das vidas não-brancas são hierarquizadas conforme se aproximam ou se distanciam do ideal da brancura, tomado como sinônimo de estatuto humano (CARNEIRO, 2005). A noção de precariedade, portanto, vêm sendo conferida conforme uma determinada norma de produção da cidade – branca –, tida como ordenada, em oposição à produção popular – negra –, precária. Os lugares de poder e privilégio não compartilháveis são detidos pela branquitude, a “guardiã silenciosa dos privilégios” (BENTO, 2016, p. 45), e a categoria da precariedade é operada visando responsabilizar as populações não-brancas pela inadequação a um determinado ideal de cidade e de morar, que não é

universal – embora se almeje –, sendo essa inadequação produzida estruturalmente e juntamente a uma noção normativa de “ideal”, que é racializada.

Embora Butler (2015) nos oriente no sentido de que tanto as normativas quanto os enquadramentos não sejam definitivos nem enclausurados, podendo romper consigo mesmos, também afirma que viemos sendo incapazes de discernir e nomear algo de forma distanciada das condições normativas. Por este motivo, a noção de precariedade – vinculada à norma branca e rebatida na produção do espaço – é inadequada para apreendermos as condições de vida de determinadas populações. Também para Borges, Belisário e Paterniani (2021), a categoria da precariedade revela mais sobre um projeto colonizador do que sobre as dinâmicas inscritas nos modos de viver e na moralidade daquelas/es que produzem e habitam essas moradias e urbanidades.

Sobretudo, Salvador precisa ser lida a partir de uma relacionalidade paradoxal, sendo marcada tanto por violências quanto por “reexistências” – termo usado pelos movimentos sociais soteropolitanos para enfatizar os processos de transformação e enfrentamentos que ocorrem nos “modos de existência” dos grupos sociais. Nesta cidade negra, “the black city” (FIGUEIREDO, ESTÉVES, ROSA, 2020), os processos de transformação urbana são indissociáveis das complexidades – e das violências – tipicamente impostas em contextos de encontro racial.

Como anunciamos sobre a bolsa de histórias, as urbanidades soteropolitanas, além de violentadas, são obras coletivas e cotidianas da população negra, que aciona táticas de sobrevivências e práticas de vida desde a colonização do Brasil. Nessa trama de justaposições, inscrevem-se complexidades que se projetam para além das dicotomias tipicamente inscritas nos processos de leitura, intervenção e ação em contextos urbanos.

3. Trama II: Intervir, despossuir, precarizar: a branquidade das intervenções.

Na noite do dia 13 de fevereiro de 2021, moradoras/es filmavam e fotografavam com seus celulares smartphones a última viagem do Trem do Subúrbio Ferroviário de Salvador. Entre os vídeos que pudemos acompanhar nas redes sociais, vimos vagões passando próximos às casas, construídas nos limites da linha férrea, a buzina quase ininterrupta de adeus, aplausos, gritos de homenagens e agradecimentos ao transporte: “vai com deus meu amigo, descanse em paz! Vai fazer falta”. As/os moradoras/es se despediam da ferrovia com a qual suas trajetórias de vida foram intimamente entrelaçadas, cotidiana e historicamente, em 161 anos de existência. Esse transporte encerrou suas atividades em plena pandemia do Coronavírus para dar lugar a um monotrilho, sistema de transporte de média capacidade elevado sob pneus. Com os argumentos de “mínimo impacto ambiental”, “energia limpa”, “modernidade”, “referência mundial” e “potencial turístico”, o monotrilho é uma proposta do Governo do Estado da Bahia através da Parceria Público Privada (PPP) com a Metrogreen Skyrail Bahia Concessionária S.A.

A construção da antiga linha férrea do Subúrbio constituiu-se como o primeiro passo da consolidação da região industrial ao norte de Salvador, aportando um “símbolo de modernidade e velocidade” (LEAL, 2016, p. 105). Em sua existência, a ferrovia teve suas atividades interrompidas diversas vezes por obras, reformas e manutenções para que esta, como qualquer equipamento, mantivesse seu funcionamento. No entanto, foi sistematicamente precarizada desde a década de 1960, quando as políticas rodoviaristas concentraram investimentos públicos, por exemplo, na construção da chamada Avenida Suburbana (Av. Afrânio Peixoto), em 1970 – dando continuidade aos investimentos de aberturas de vias que conectassem o centro antigo de Salvador em duas direções: “tanto ao longo da estrada de ferro, em terras banhadas pelas águas da baía, como ao longo das praias de mar aberto” (GANDON, 2018, p. 61).

Jaciara é “nascida e criada” em Periperi, bairro do Subúrbio Ferroviário, e guarda memórias vivas de um passado: “não tinha a Suburbana ainda. Para se locomover, só por uma estrada de barro. (...) Aí veio o progresso e, com ele, vem as coisas ruins também”. As propagandas presentes nos jornais oficiais da época anunciavam que a mudança no trajeto até o centro de Salvador seria um anseio de toda a cidade, e sua implementação – independente das particularidades e modos de vida locais – concentraria investimentos públicos em troca de uma solução modernizadora na época. De maneira semelhante, no recente processo de remoção do trem se repetem os discursos de apologia à modernização e à velocidade e de obsolescência e precariedade do meio de transporte ferroviário. Junto a isso, diversas outras famílias, como a família de Nilton, também nosso anfitrião de pesquisa, foram expulsas pela construção da Avenida Suburbana, migrando para bairros próximos. Hoje Nilton mora em uma casa junto ao muro da Rede Ferroviária em Periperi, é pescador artesanal e tem importante atuação cultural na orla do bairro, mas será novamente afetado pela obra do monotrilho – que conta com 449 desapropriações diretas.

No primeiro semestre de 2019, mais de mil imóveis próximos da faixa de domínio do trem, como a casa de Nilton, foram grafadas, sem aviso prévio, pelo consórcio Metrogreen Skyrail Bahia. Essa demarcação violenta não só a materialidade autoconstruída pelas/os moradoras/es, na medida em que danifica o reboco e/ou pintura das casas – ter a parede rebocada e pintada representa um investimento – bem como expõe o racismo de tal prática. Em bairros habitados e produzidos pelas camadas sociais brancas e de alta renda, a pixação é criminalizada e, se houvesse tal demarcação, no mínimo, esta geraria uma comoção generalizada por parte da mídia, expressando o que Maria Aparecida Bento (2016) denominou de “indignação narcísica” da branquitude, que só se indigna com a violência sobre corpos – e urbanidades – brancos.

Deste processo, em curso, prevemos ainda a ocorrência de remoções indiretas após a valorização imobiliária da região favorecida pelo monotrilho. A maioria dos terrenos à beira-mar, ocupados pelas camadas sociais populares e negras há mais de 40 anos, pertencem à União, o que facilita a transferência para a Metrogreen Skyrail Bahia. Ademais, embora o Subúrbio tenha um grande número de ZEIS –

demarcadas pelo último Plano de Desenvolvimento Urbano do Município de Salvador (PDDU, 2016) para salvaguardar a permanência dos moradores no território –, a maior parte de sua orla, banhada pela Baía de Todos os Santos, um dos maiores atrativos turísticos da região, não é demarcada neste zoneamento. Não é de hoje que intervenções urbanas do Estado buscam remover moradores e moradias da orla do Subúrbio Ferroviário, especificamente de Periperi, em vias de mercantilização de seu potencial turístico. Ainda que muitas das propostas de intervenção não sejam concretizadas, nossas anfitriãs salientam que “vez ou outra as pessoas da prefeitura vêm aqui para falar sobre a nova orla” (Marcela, moradora da orla de Periperi).

Paralelamente, em Itapuã, além da estreita relação entre a economia do mar e as memórias da cidade de Salvador que contamos anteriormente, as águas vinculam-se também aos projetos de transformação urbana associados à despossessão das camadas populares e negras, gerando consequências na vida daqueles e daquelas que têm suas vidas imbricadas ao vai e vem das marés. Nesta urbanidade, nos encontramos com Jânia, que foi barraqueira de praia por 30 anos, tendo trabalhado em muitas outras barracas até obter sua própria, em Itapuã. Ela residiu em diversos bairros no miolo de Salvador, distante da orla marítima, até – e a partir da renda da barraca – conseguir comprar sua casa em Itapuã. O desejo de morar próximo ao trabalho, à beira do mar, permeou grande parte da vida de Jânia, que buscava facilitar seus deslocamentos, minimizar gastos e administrar o cotidiano tão conectado entre trabalhar, morar e cuidar do filho – criado nesta e por esta barraca. Esta história, que guardamos, aciona o matriarcado e a imbricação entre águas, mulheres, trabalho, criação de filhos e moradia.

Como apresentado, retomamos à importância das atividades laborais desenvolvidas em Itapuã, reforçando o cruzamento da moradia matriarcal com o trabalho destas mulheres (Figura 04). Em meados do século XX, a fama da região de Itapuã para atividades de veraneio impulsionou projetos de urbanização da orla marítima (GANDON, 2018) que, de mãos dadas com a especulação imobiliária, expulsaram aquelas/es que não correspondiam às normativas modernizadoras e seus enquadramentos de progresso. Segundo Luz (2012, p.110), “o modo de vida urbano que se instalava pelas políticas de expansão do mercado [...] ia sugando as elaborações do viver cotidiano da comunidade africano-brasileira em Itapuã”, de modo que os pescadores, as ganhadeiras e as lavadeiras tiveram de se desfazer de suas casas e pontos de comércio e de encontro próximos ao mar. Itapuã teve, assim, sua distribuição territorial alterada, agregando camadas médias e brancas na orla litorânea e afastando as camadas populares e negras da beira-mar (GANDON, 2018). Neste processo de urbanização da orla marítima, Jânia, bem como outras barraqueiras, tiveram sua barraca de praia demolida.

“Eles diziam que a gente tava poluindo a praia, e aí o patrimônio da união que entrou na frente. Saíram com aquelas máquinas imensas. Não eram aquelas médias não. A cabeça da bicha era maior do que não sei o quê, e faziam assim na barraca ó: esmagavam” (JÂNIA, 2021).



Figura 04: Nas dobras com as águas de Itapua, mulheres negras fazendo cidade. Fonte: Acervo do Grupo de Estudos Margear. Autoria de Aleida Fontoura Batistoti, 2021.

A barraca de Jânia foi demolida em 2009, embora as ameaças já viessem acontecendo desde o início do século, impactando emocionalmente a sua vida e demarcando a presença e atuação do Estado no sentido da despossessão. Em Salvador, o presente e o futuro da orla marítima são impactados quando o Poder Público se manifesta com a intenção de solucionar o que seriam os supostos problemas da cidade. Porém, o que, por parte do Estado – bem como do campo da arquitetura e urbanismo –, é majoritariamente tratado como problema, Jânia afirma ser seu modo de “progredir”. Mesmo após a demolição de sua barraca, Jânia seguiu na praia, “muita gente não sabia fazer outra coisa”, com seu isopor e uma cobertura de lona, mantendo seu trabalho na rua por quatro anos. A orla seguiu sendo referência e sustento para nossa anfitriã.

Os processos narrados demonstraram, primeiramente, que as margens são constantemente ameaçadas e seu direito ao futuro e a um presente pleno é negado por tais intervenções. Os processos de remoção acionados pelas intervenções urbanas em territórios populares e negros nos levaram a refletir também sobre os discursos que são utilizados para justificar e implementar políticas e normativas de controle dos corpos pela branquitude. Deste modo, sob argumentos de industrialização, progresso e modernização, as intervenções urbanas orientaram o aniquilamento dos modos não-brancos de viver e fazer cidade (PATERNIANI, 2019), desconsiderando seus saberes, produções e seu direito à diferença. Afirmamos, portanto, estas remoções como práticas de usurpação de mundos – sobretudo distintos do “mundo único” branco, classista e heteronormativo imposto como norma.

4. Trama III: Pensar desde as vidas, em suas “reexistências”.

Tem ficado evidente, com base nestas e em outras histórias com as quais nos encontramos, que a noção de precariedade atribuída aos territórios de vida e moradia das margens mobiliza o interesse do

aparelho de dominação. Como articula Foucault (2008), os discursos em torno das coisas não são neutros e estão atrelados às condições históricas, políticas e sociais de quem os profere, inscrevendo no imaginário coletivo dimensões simbólicas e significações sociais previstas e pressupostas que subsidiam modos violentos, racistas e classistas de fazer cidade. Os discursos e imaginários conformados, assim, se reatualizam e orientam a necessidade de intervenção como destino prévio universal (ROSA, 2018), sem incorporar as epistemologias locais. As intervenções urbanas partem de variados agentes, seja do governo federal, estadual, municipal, do grande capital privado ou, ainda, de Parcerias Público Privadas que, embora se justifiquem em nome do bem coletivo, ou mesmo da inclusão social, impõem uma única forma de ser, estar e experienciar o mundo. Assim, entendemos estas justificativas como álibis “para a exclusão e normalização da dominação neocolonial”, como nos alerta Miraftab (2016, p.367).

A “pobreza urbana” foi a principal justificativa (e alvo) utilizada para mobilizar políticas públicas urbanas e ações de interesse privado nas cidades de todo o mundo desde os finais do século XVIII, quando os centros urbanos passavam por processos de transformação social, econômica, cultural e urbanística, motivados por articulações e ideais advindos da Revolução Industrial. No Brasil, sobretudo no século XIX, acentuaram-se tanto os processos de urbanização via Estado quanto os de produção habitacional por parte da população empobrecida e majoritariamente negra, que criava respostas materiais possíveis às suas demandas habitacionais no ambiente urbano. Neste contexto, destaca-se a Lei de Terras de 1850, a abolição institucional da escravatura de 1888, o início dos movimentos migratórios para as cidades e a provisão habitacional institucionalmente definida como de responsabilidade individual/privada, que aumentaram as distâncias entre camadas sociais populares e negras e terra, moradia e vida.

Em Salvador, embora muitos dos escravizados em função de ganho já se responsabilizassem pelo subsídio de sua moradia, bem como os aquilombamentos (NASCIMENTO, 2018) já instalassem sistemas compartilhados de vida e moradia, as camadas populares e negras ainda habitavam os mesmos territórios que as elites brancas. Foi no século XX, com os processos da dita modernização da cidade, que ativaram ideias e intervenções de separação, circulação, disciplina e higiene, nos quais milhares de pessoas foram despejadas e seus modos de morar ameaçados, sendo os corpos-alvo destas práticas, racializados como negros e financeiramente despossuídos. Moradias, espaços e urbanidades inicialmente ignorados pelas políticas urbanas passaram a receber intervenções sanitaristas que, ainda hoje, vêm esquadrihando territórios negros, os cercando e silenciando, expressando o que Paterniani (2019) chama de branquidade do Estado, de modo que este atue na cidade privilegiando os brancos – considerados a norma – e tentando aniquilar os modos de habitar e de viver não brancos – desviantes desta perspectiva. Borges, Belisário e Paterniani (2021) ainda orientam que as normativas estatais acionadas em torno dos modos de morar das camadas populares e negras são os dispositivos – sob a

perspectiva foucaultiana – mobilizados pelos poderes dominantes para tornarem legíveis, ou seja, gerenciáveis e controláveis, as vidas e territórios de vida negros, ditos “perigosos”, “incivilizados”. Quando consideramos a conectividade entre lugar, pobreza e violência racial, se explicita o que McKttrick (2011) chama de “urbicídio”: a tentativa contínua de destruição ou aniquilamento das geografias – e urbanidades – negras.

Para Santos, et al (2018, p. 470), o branqueamento territorial é a “diretriz da biopolítica racial hegemônica” materializada e territorializada nas remoções, controlando os regimes de visibilidade e as leituras sobre tais processos, impondo formas culturais de comportamento e da relação sociedade-natureza, dentre outros. Assim, entendemos a branquidade das intervenções urbanas não apenas a partir da substituição racial da população, mas também desde as rupturas dos modos de vida não-brancos – ainda que temporários, quando as/os moradoras/es se mudam para o mesmo território, em outra região. Neste sentido, a branquidade opera antes do resultado de tais intervenções: nos preceitos que as orientam, na definição de para quem servem e de quem usufruirá direta ou indiretamente; e nos discursos e argumentos utilizados para defender tais processos.

As histórias de despossessão que trouxemos, narraram, sobretudo, políticas públicas urbanas civilizatórias e de banimento racial, mas não deixaram de evocar a dimensão da vida, nas reexistências que, conforme apresentamos, foram historicamente acionadas pelas margens. Portanto, a branquidade do Estado não é a única força que opera na cidade. O processo de remoção do trem do Subúrbio congregou o Ministério Público da Bahia e coletividades suburbanas, como o Acervo da Laje e o Movimento Verde Trem e grupos de pesquisa e extensão da Universidade Federal da Bahia na luta pela permanência da população, pela tarifa social do novo transporte público, entre outras demandas. Ainda que a tarifa social tenha sido negada pelo Governo Estadual da Bahia, tal confluência demonstra que associações, agenciamentos e redes são tramadas a todo instante apesar de um Estado que “faz-morrer” populações e modos de vida. As coletividades e suas conexões com a Universidade e instituições públicas seguem realizando ações nos territórios, articulando audiências públicas, oficinas e produções em multilinguagens, buscando salvaguardar vidas, territórios vitais e elaborando futuros possíveis para além dos que são impostos. E, ainda que tais elaborações não se concretizem no momento presente, ficam os aprendizados, as redes de cuidado e as tramas de enfrentamentos conformadas.

As práticas de vida e reexistência mobilizadas nas e pelas margens, em suas lutas cotidianas – tanto quanto históricas –, “buscam instituir as suas próprias formas de existir, de agir e de pensar” (SANTOS, R, E. et al, 2018, p. 480). Em Itapuã, a barraca de Jânia, demolida sob o discurso de “poluição da orla marítima”, motivou sua prática de trabalho de rua que, embora também subjulgada e enquadrada como ilegal/informal, possibilitou que ela estabelecesse seu atual bar, entre a orla e o miolo do bairro. Jânia segue reexistindo às políticas e ações de intervenção impostas pelo Estado e a ambiguidade que o seu “progredir” determina, tensionando o que é dito como problema urbano e podendo romper com a

perspectiva unilateral dos discursos que se colam às intervenções urbanas nas margens. Conforme nos orienta Butler (2015), é quando a norma ou o enquadramento rompe consigo mesmo que uma realidade aceita sem discussão é colocada em xeque, expondo os planos orquestrados para o seu controle.

As histórias e narrativas com as quais nos encontramos tanto explodem a noção de precariedade que se vincula à falta ou ao que estas vidas e realidades não podem ter – e, neste sentido, à relação normativa da falta em oposição à presença de algum atributo –, quanto agregam camadas de complexidades aos estudos urbanos. Assim, a epistemologia da margem se apresenta capaz de alargar as interpretações em torno dessas realidades, permitindo uma perspectiva ampliada de leitura, investigação e ação na cidade. Pensar por margens (ROSA, 2018) não propõe inverter a valoração sobre os processos e as dinâmicas socioespaciais que configuram essas vidas e territórios de vida – da negatividade para a positividade –, mas mudar a perspectiva de apreensão sobre essas realidades, desnormalizando e desembrancando seu campo de significação. Conforme o aporte de Rosa (2018), olhamos para a cidade sobre e desde os paradoxos, tensões, movimentos, disputas, deslocamentos, conflitos e processos que envolvem a produção das margens, pensando para além das dicotomias associadas à pobreza material.

Não queremos, ao evocarmos a negatividade dos usos políticos racistas e classistas das práticas de intervenção urbana, negá-las ou extingui-las, eximindo o Estado de sua função social. As vidas demandam suportes e condições para serem vividas (BUTLER, 2015) e, sobretudo, os territórios habitados e produzidos pelas camadas populares e negras pautam demandas concretas em termos de serviços públicos, equipamentos urbanos e condições materiais de vida e moradia. Aprendemos com Ursula Le Guin (2021) e fazemos o exercício de aderir às histórias e memórias das coletoras-recolhedoras – ou das anfitriãs, como chamamos a partir de Borges (2013) – ao invés de aderirmos à cultura ocidental heteronormativa e brancocêntrica, à sua história de progresso moderno e a seus mitos de heróis (pensados para tornar o homem grande). Pensamos, portanto, desde e a partir das histórias e práticas de vida das margens, entendendo que estas transformam o mundo social e implicam mudanças na realidade local e ampliada, conforme sugeriram Hooks (2019) e Borges (2013), para ler, atuar e pautar políticas públicas atentas às práticas, mundos e territórios de vida que, cotidianamente, produzem a cidade.

Em diálogo com Sandercock (1998), propomos repensar a ideia e significado de planejamento urbano, expandindo-o a ponto de entendê-lo para além das ações de profissionais e instituições, incorporando as práticas coletivas de construção de comunidades e a vida das pessoas que fazem cidade cotidianamente. Essa virada ontoepistemológica redefine a própria história das cidades, abrangendo a constituição historiográfica das comunidades afro-brasileiras. Para Miraftab (2016, p. 367), reconhecer essas práticas como modos de fazer cidade possibilita abrir caminhos para “um futuro que corporifica

um urbanismo humano”. Para além de visionário, este caminho desponta como possível conformador de incomunidades, criando alianças entre diferentes mundos (DE LA CADENA, 2015).

5. Trama IV: Arquitetura e Urbanismo, o campo em debate.

Tensionamos, por fim, a partir de nossas práticas como pesquisadoras, extensionistas e docentes, o campo no qual estamos inseridas: o da Arquitetura e Urbanismo. Grande parte das produções acadêmicas a respeito de Salvador, sobretudo no que tange ao urbanismo, permanecem importando e atualizando formas de pensar e pesquisar a partir dos preceitos da branquitude, da modernidade e da colonialidade, que apagam, diminuem e/ou invisibilizam os processos de produção da cidade praticados pela negritude, como apresenta Pereira (2018), pautando o embranquecimento da cidade. Pensamos, assim, no quanto o campo da Arquitetura e Urbanismo é não só fundamentado mas também, repositório dos preceitos colonialistas e racistas que pautam as intervenções urbanas do Estado. De onde falamos, sabemos que as/os arquitetas/os e urbanistas não compõem a produção urbana em larga escala – afinal, quase não atuamos na cidade, que é 85% autoconstruída. O poder dos arquitetos está em autoproduzir (ou reproduzir) normas e padrões ditos universais de moradia e urbanidade conforme os preceitos da branquitude, ditando e reeditando discursos e imagens racistas e colonialistas em salas de aula, em práticas profissionais, pesquisas e/ou extensões universitárias na cidade.

Quando também pensamos, desenhamos e/ou atuamos na cidade a partir da falta – do que os territórios e moradias, sobretudo populares e negros, não têm –, assemelhamo-nos ao Estado que, em sua indiferença, maximiza precariedades e produz a inexistência de tudo aquilo em que não presta atenção (BORGES, 2020), ainda extraindo seus recursos. Borges (2020) discorre que nós, os que investigamos, quando sedados – ou embruxados, colonizados –, também acabamos por reduzir as existências aos esquadrinhamentos do Estado e do capital, exterminando as vidas ditas “dispensáveis”. A ação de dispensar o diferente, ainda que por inação, tira vidas e produz mortes (BORGES, 2020). Também enquanto campo de estudos e ação nas cidades, a Arquitetura e Urbanismo pode reproduzir indiferença à diferença.

O argumento de Borges (2020) nos provoca a pensar sobre onde está o “problema urbano”. Diferentemente da narrativa racista e falaciosa que afirma a precariedade como fator inerente e anterior aos territórios populares e negros, percebemos que são as ideologias do branqueamento – a forma ideológica mais eficaz do racismo (GONZALEZ, 1982) sob o ideal de um país branco (BENTO, 2016) – e as intervenções de banimento racial que impõem precarizações às vidas e territórios de vida com os quais dialogamos, impondo a maximização de sua condição de precariedade. Portanto, (i) nos implicamos nos modos e mundos que nos são apresentados desde os encontros de pesquisa – em meio a tantas violências e violações –, (ii) reconstruímos nossa práxis arquitetônica e urbanística, exercendo seu desembranquecimento, e (iii) recompomos o imaginário do nosso campo com memórias, valores,

histórias, saberes, estéticas e materialidades produzidas cotidianamente pelas margens urbanas que são, sobretudo, negras e femininas.

Referências

- AGIER, M. **Do direito à cidade ao fazer-cidade**: o antropólogo, a margem e o centro. *MANA*, v. 21, n. 3, p. 483-498, 2015.
- BAHIA (Estado). Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (CONDER). **Painel de informações**: dados socioeconômicos do município de Salvador por bairros e prefeituras-bairro /Sistema de Informações Geográficas Urbanas do Estado da Bahia (INFORMS - Organizador). 5ª ed., Salvador: CONDER/INFORMS, 2016. 189 p.
- BENTO, M. A. S. Branqueamento e Branquitude no Brasil. In: Carone, I. & Bento, M. A. da S. (orgs.) **Psicologia Social do racismo**: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Petrópolis: Editora Vozes, 2016. p. 59-90.
- BORGES, A. **Mulheres e suas casas: reflexões etnográficas a partir do Brasil e da África do Sul**. Cadernos pagu, n. 40, p. 197-227, jan./jun. 2013.
- BORGES, A. **Very Rural Background**: os desafios da composição-terra da África do Sul e do Zimbábue à chamada Educação Superior. *Rev. antropol.* v. 63 n. 3. São Paulo, online, 2020.
- BORGES, A.; BELISÁRIO, G.; PATERNIANI, S. Habitação precária, gente promíscua: a branquitude-heterossexualidade do Estado via política habitacional e o futuro do cortiço-quilombo. **45º Encontro Anual da Anpocs**, 2021.
- BUTLER, J. **Quadros de Guerra**: quando a vida é passível de luto?. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- CARNEIRO, A. S. **A Construção do Outro como Não-Ser como fundamento do Ser**. 2005. 339f. Tese (Doutorado em Filosofia da Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
- CORDEIRO, V., et al. Como produzir conhecimento nos encontros entre mulheres? Reflexões sobre experiências teórico-metodológicas com e desde as margens da cidade. **Revista brasileira de estudos urbanos e regionais**. v.23, E2021XX, 2021.
- COSTA, A. L. R. da. **Ekabó!** Trabalho escravo, condições de moradia e reordenamento urbano em Salvador no século XIX. Dissertação (mestrado) — Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1989.
- DAS, V. *Life and Words*. **Violence and the descent into the ordinary**. Berkeley, University of California Press, 2007.
- DE JESUS, C. M. Branquitude X Branquidade: Uma análise conceitual do ser branco. In: **III Ebecult - Encontro Baiano de Estudos em Cultura**, 2012, Cachoeira. Anais III Ebecult, 2012.
- DE LA CADENA, M. **Earth Beings: Ecology of Practice across Andean Worlds**. Durham and London: Duke University Press, 2015.
- FELTRAN, G. **Fronteiras de tensão**: política e violência nas periferias de São Paulo. São Paulo: Editora Unesp/CEM/CEBRAP, 2011.
- FIGUEIREDO, G. C. S.; ESTÉVEZ, B.; ROSA, T. T. **The Black City: Modernisation and fugitivities in Salvador, Bahia, Brazil**. *Radical Housing Journal*, v. 2, p. 55–82, dec. 2020.
- FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- GALINDO, E.; JÚNIOR, Jorge. **A Cor da Moradia**: apontamentos sobre raça, habitação e pandemia. *Boletim de Análise Político-Institucional*, n. 26, mar. 2021.
- GANDON, T. R.A. **A voz de Itapuã**. Salvador: Edufba, 2018.
- GONZALEZ, L.; HASENBALG, C. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1982.

- GONZALEZ, L. **A categoria político-cultural de amefricanidade**. In: Tempo Brasileiro. Rio de Janeiro, nº. 92/93, jan./jun. 1988, p. 69-82.
- HARNEY, S.; MOTEN, F. Pretitude e governança. In: **Arte & Ensaios** – revista do ppgav/eba/ufrrj. N.37, março 2019.
- hooks, b. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. Tradução: Bhuvli Libânio, 8. Ed., Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 2019. 176p.
- LE GUIN, U. K. **A teoria da bolsa da ficção**. São Paulo: n-1 edições: 2021.
- LEAL, M. G. A. O Trapiche Barnabé no contexto portuário da Salvador do século XVIII ao XX. In: VELASCO E CRUZ, Maria Cecília, LEAL, Maria das Graças de Andrade, PINHO, José Ricardo Moreno (orgs.). **Histórias e espaços portuários: Salvador e outros portos**. Salvador: Edufba, 2016. pp. 77-122.
- LUZ, N. C. P. **Itapuã da ancestralidade africano-brasileira**. EDUFBA, 2012.
- MACEDO, R. S.; MACEDO DE SÁ, S. M. **A etnografia crítica como aprendizagem e criação de saberes e a etnopesquisa implicada: entrecimentos**. Currículo sem Fronteiras, online, v. 18, n. 1, jan./abr. 2018, pp. 324-336.
- MBEMBE, A. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção e política da morte**. São Paulo: n-1 edições, 2018.
- MCKTTRICK, K. On plantations, prisons, and a black sense of place. In: **Social & Cultural Geography**, Vol. 12, No. 8, December 2011. pp. 947-936.
- MIRAFTAB, F. Insurgência, planejamento e a perspectiva de um urbanismo humano. In: **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**. (ONLINE), RECIFE, V.18, N.3, Set-Dez, 2016, pp. 363-377.
- NASCIMENTO, M. B. **Beatriz Nascimento, Quilombola e Intelectual: possibilidades nos dias da destruição**. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018.
- PATERNIANNI, S. Z. **São Paulo cidade negra: branquitude e afrofuturismo a partir de lutas por moradia**. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Brasília, 2019.
- PEREIRA, G. L. Apontamentos sobre a dimensão imaginativa da existência negra nas cidades. In: **SALVADOR E SUAS CORES**, 4, 2018, Salvador. Anais do IV Salvador e suas cores. Salvador: UFBA, 2018.
- PIZA, E. Adolescência e racismo: uma breve reflexão. In: **1º Simpósio Internacional do Adolescente**, 2005. Disponível em: http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC000000082005000100022&script=sci_arttext . Acesso em 03 agosto de 2022.
- PIZA, E. Porta de vidro: entrada para branquitude. In: Carone, I. & Bento, M. A. da S. (orgs.) **Psicologia Social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Petrópolis: Editora Vozes, 2016. pp. 59-90.
- RAMOS, M. E. R. **Bairros Negros: uma Lacuna nos Estudos Urbanísticos - Um estudo empírico-conceitual no Bairro do Engenho Velho da Federação, Salvador (Bahia)**. Tese (doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia, 2013.
- ROSA, T. T. **Pensar por margens**. In: JACQUES, P. B; PEREIRA, M. S (Orgs). **Nebulosas do pensamento Urbanístico: Tomo 1 - Modos de pensar**. Salvador: EDUFBA, 2018.
- SANDERCOCK, L. **Making the Invisible Visible: A Multicultural Planning History**. California: University of California Press, 1998.
- SANTOS, J. E. F.; *et al.* Acervo da Laje: espaço e memória do Subúrbio Ferroviário de Salvador. In: FERNANDES, A.; FIGUEREDO, G. C.; ESPINOZA, J. C. **Práticas coletivas e o direito à cidade em Salvador, Bahia**. Salvador: Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Arquitetura. Programa de Pós-graduação, 2016.
- SANTOS, A. B. Somos da terra. In: **PISEAGRAMA**, Belo Horizonte, número 12, página 44 - 51, 2018. Disponível em: <https://piseagrama.org/somos-da-terra/> . Acesso em: 28 mai. 2021
- SANTOS, R. E. dos; *et al.* Disputas de lugar e a Pequena África no Centro do Rio de Janeiro: Reação ou ação? Resistência ou r-existência e protagonismo?. In: Natacha Rena; Daniel Freitas; Ana Isabel Sá; Marcela Brandão. (Org.). **Seminário Internacional Urbanismo Biopolítico**. 1ed. Belo Horizonte: Fluxos, 2018, v. 1, p. 464-491.

SCOFIELD, T.; HARDMAN, Y.; LOIOLA, B. **Estudo preliminar de arquitetura e urbanismo para a macro-área 2:** Periperi / Praia Grande / Coutos; relatório fase IV. Salvador: SEPLAM; Fundação Mário Leal Ferreira, 2000.

SILVA, M. A. P. **Pedra de Xangô:** um lugar sagrado afro-brasileiro na cidade de Salvador. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Arquitetura, Salvador, 2017.

SILVA, N. A. Uma izidora e duas rosas: notas para uma perspectiva do espaço protagonizada por mulheres negras. **Revista brasileira de estudos urbanos e regionais** - Dossiê território, gênero e interseccionalidades, v. 23, 2021.

**O(S) PROJETO(S) HEGEMÔNICO(S), O CONFLITO E A CENA POLÍTICA NO
CAIS DO PORTO DE PORTO ALEGRE: PARA PENSAR UMA OUTRA PRÁXIS**

*THE HEGEMONIC PROJECT(S), THE CONFLICT AND THE POLITICAL SCENE ON
THE HARBOR OF PORTO ALEGRE: TO THINK ABOUT ANOTHER PRACTICE*

*EL(LOS) PROYECTO(S) HEGEMÓNICO(S), EL CONFLICTO Y EL ESCENARIO
POLÍTICO EN EL PUERTO DE PORTO ALEGRE: PARA PENSAR UNA OTRA PRACTICE.*

Eduardo Paiva Ribeiro
arqeduardopr@gmail.com

Paulo Edison Belo Reyes
paulo.reyes@ufrgs.br

RESUMO

O Cais do Porto de Porto Alegre tem sido alvo de propostas e de especulação. O momento recente tem sido de proposição de grandes transformações do lugar, como requer o ciclo capitalista e o planejamento neoliberal. Contudo, entende-se que o projeto imposto, que chega pronto para apreciação popular, não dá conta da complexidade do território. Embora a forma de atuação hegemônica busque sufocar a política, emergem reações locais contrárias, como vê-se na cena-assembly, em 2015, onde manifestantes expuseram o seu descontentamento com o projeto, revelando caráter político do acontecimento. O presente texto propõe problematizar os recentes projetos para o Cais do Porto de Porto Alegre, pois entende-se que o local está envolto em um ciclo repetitivo de propostas de caráter similar, que expressam um modo de pensar hegemônico, uniformizante, de reprodução de (pedaços de) cidades. Após a contextualização do problema, sugere-se que se pense uma prática atravessada pela explicitação do conflito e pela suspensão do projeto, desviando de soluções pré-concebidas. Para tanto, é importante que se reconheça os agentes em disputa, as particularidades e as partes que cabem a cada um dentro de uma esfera comum. Este artigo organiza-se conforme a seguinte linha de raciocínio: breve reconstrução histórica do Cais e dos seus projetos; reconhecimento do conflito gerado pelo projeto sem diálogo; proposição de um atravessamento teórico pelos conceitos cena, dano, política e polícia; e sugestão de abordagem para uma prática contra hegemônica.

Palavras-chave: Porto Alegre; Planejamento neoliberal; Projeto urbano; Conflito; Contra hegemônico.

ABSTRACT

The Port of Porto Alegre has been the target of proposals and speculation. The recent moment has been one of proposing major transformations of the place, as required by the capitalist cycle and neoliberal planning. However, it is understood that the imposed project, which arrives ready for popular appreciation, does not account for the complexity of the territory. Although the hegemonic way of action seeks to stifle politics, contrary local reactions emerge, as can be seen in the assembly-scene in 2015, where protesters exposed their discontent with the project, revealing the political character of the event. The present text proposes to problematize the recent projects for the Porto Alegre Port, since it is understood that the place is involved in a repetitive cycle of similar proposals, which express a

hegemonic, uniform way of thinking, of reproduction of (portions of) cities. After contextualizing the problem, it is suggested to think about a praxis crossed by the explicitness of the conflict and the suspension of the project, deviating from preconceived solutions. For that, it is important to recognize the agents in dispute, the particularities and the parts that belong to each one within a common sphere. This article is organized according to the following line of reasoning: a brief historical reconstruction of the Port and its projects; recognition of the conflict generated by the project without dialogue; proposition of a theoretical crossing by the concepts scene, damage, politics and police; and suggestion of an approach to a counter-hegemonic praxis.

Key-words: Porto Alegre; Neoliberal planning; Urban design; Conflict; Counter hegemonic.

1. Introdução

Esse trabalho põe luz sobre um caso de projeto urbano que é fruto da hegemonia, da globalização e do consumo exacerbados e que permite discutir a disputa política dentro de um processo de projeto em urbanismo. É resultado de uma dissertação de mestrado desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR/UFRGS), acrescido do debate produzido no grupo de pesquisa POIESE - Laboratório de Política e Estética Urbanas, apresentando o processo e as repercussões das recentes proposições para o Cais do Porto de Porto Alegre.

O que se tem visto, ao estudar o caso do Cais do Porto de Porto Alegre, é uma incapacidade ou desinteresse de abrir-se ao diálogo e deixar-se afetar por diferentes visões que acresceriam complexidade aos recentes projetos que são sugeridos para o local. Pelo contrário, o modo de condução das propostas dissimula o conflito. O projeto como vem sendo pensado está a serviço da afirmação de poderes dominantes, portanto, parcelas da população não são consideradas em seus desejos. O que se vê é o projeto isolado, limitado a uma objetividade engessada. Ainda que o projeto seja síntese, não deve ser um produto pré-concebido de uma formulação repetitiva, que se alimenta de realidades que não condizem com as particularidades locais. Portanto, propõe-se pensar caminhos que permitam emergir práxis contra hegemônicas, alimentando o projeto pelas relações de conflito. Dessa maneira, faz-se necessário o deslocamento do saber arquitetônico e urbanístico do campo das certezas, reconhecendo as disputas inerentes ao território, em direção a uma práxis-outra, aberta, o que converge com interesses da presente edição da Revista Projectare, ao lançar o tema Lugar da Teoria nas Práxis Arquitetônica e Urbanística Contemporâneas.

As frentes d'água têm sido, no decorrer das últimas décadas, alvo de grandes transformações associadas aos valores de mercado. A iniciativa privada trabalha com uma lógica que busca por métodos ágeis na concepção de um produto final formatado. Nesse ciclo, o projeto é somente uma etapa a ser superada e o projetista um técnico à serviço da ideologia dominante. Logo, urge que se pense no papel do arquiteto e urbanista como mediador ou ator, ciente da necessidade de alargar o processo de projeto, abrangendo diferentes partes da sociedade. Assim, conforme a condução acontece, o projeto pode ser

instrumento político, se capaz de subverter a lógica do capital; ou se policial, reproduzidor de uma corrente dominante.

Os grandes projetos urbanos têm seguido a formulação de um tipo específico de planejamento, aquele advindo da gestão empresarial, o qual Vainer (2013) chama de planejamento estratégico. Esse mostrou-se eficaz na construção de condições para implementação de projetos mundo afora, tornando-se uma prática reprodutiva hegemônica. Prática essa que se torna impositiva, já que o projeto chega pronto para apreciação local, abreviando etapas de amadurecimento e, em consequência, o diálogo com a população local. Assim sendo, esse processo fechado pode encontrar resistências perante determinados atores sociais, como aconteceu em Porto Alegre, onde a apresentação do projeto, em assembleia pública, deu ensejo a uma cena polêmica: em ritmo de torcida, anunciando palavras de ordem, manifestantes contrários e favoráveis ao projeto expuseram seus desejos para o local e sua contrariedade com o que estava sendo exposto. Logo, a cena tratada dá a ver uma diferença que até aquele momento estava velada.

O objetivo neste texto é pensar o Cais do Porto por essa cena explicitadora do conflito, como um acontecimento, um ato polêmico que permite ver as partes desconsideradas no projeto. Entende-se esse projeto como exemplar de um planejamento estratégico, fruto dos tempos do neoliberalismo, de fórmulas prontas que comprimem as diferenças em prol da agilidade na implementação e em prol do ganho financeiro. Assim pensam os autores Carlos Vainer (2013), Pedro Novais e Fabrício Leal de Oliveira (2013) e Raquel Rolnik (2019). Contudo, por outro lado, o projeto pode ser pensado pelas relações conflitivas. Nesse sentido, na esteira do pensamento de Jacques Rancière (2014; 2018), identifica-se uma cena, um conjunto de relações sensíveis que explicita o político de determinado acontecimento, que dá a ver o conflito. A partir de então, propõe-se, como sugere Paulo Reyes (2015; 2015b; 2022), que se pense um processo de projeto aberto, que se deixa afetar por externalidades.

O presente artigo trata, como estudo de caso, das recentes propostas de projeto para o Cais do Porto de Porto Alegre, pois entende que há uma celeuma envolvendo importantes questões como o caráter hegemônico do projeto e as relações conflitivas entre os agentes. Logo, faz-se necessário, com base em referencial teórico condizente, pensar uma outra práxis que dê conta da problemática que se apresenta. Espera-se contribuir com as discussões acerca do futuro do local e, ademais, para um pensamento de projeto contra hegemônico que considere as relações conflitivas inerentes às cidades.

2. O contexto de origem do Cais do Porto

Nesta seção, busca-se retomar os aspectos históricos que atestam a importância do local para a capital gaúcha. A condição geográfica e relação com as águas do Guaíba são preponderantes para o estabelecimento da cidade de Porto Alegre. O potencial portuário foi fundamental para o seu desenvolvimento. Sua história ajuda a contar diferentes momentos do desenvolvimento urbano: da

chegada dos primeiros habitantes (os casais de açorianos que marcam a história oficial como os primeiros habitantes do povoado que viria a ser a capital), do surgimento e fortalecimento de um mercado consumidor capaz de gerar desenvolvimento mercantil-capitalista, do novo cais como símbolo dos desejos de modernidade no começo do século XX e, atualmente, como exemplar de uma forma de se intervir na cidade que prioriza os investidores privados.

As primeiras conversas para a construção do Cais do Porto datam do final do século XIX e as tratativas avançaram até a primeira década do século XX. O período foi marcado pelo governo do Partido Republicano Riograndense (PRR), de ideário positivista, tanto no governo estadual, quanto no municipal. A doutrina positivista se alinhava aos desejos de modernidade que pairavam sobre a cidade, referentes ao urbanismo higienista, na esteira das reformas executadas em Paris por Haussmann. A estrutura do Porto, até então precária, era tida como incondizente com as ambições da cidade, afinal o Cais era tido como a sala de estar do Estado, ou seja, não era somente local de trocas comerciais, mas também por onde eram recepcionados os visitantes. Logo, existia a necessidade de sanear e embelezar o local nos moldes das grandes capitais europeias que haviam passado ou passavam por importantes transformações. As referências para os administradores de Porto Alegre eram os portos de cidades como Paris, Roma, Manchester e Glasgow (ALVES, 2005). As necessidades e avanços vindos da revolução industrial, fenômeno que vem do norte para sul, impactaram tanto nas necessidades de produção, quanto na referenciação do modelo de porto e de cidade.

O primeiro trecho de Cais é inaugurado no ano de 1913 e o restante foi sendo concebido conforme os anos foram se passando, até o final da década de 1940. Entretanto, a substituição da matriz de transporte (prima-se pelo transporte rodoviário), a partir dos anos 60, e o aumento do calado das embarcações de maior porte, acabam por tornar o Cais Mauá inapto para a sua função inicial (SOUZA, 2010). Concomitantemente, no ano de 1974, o local é murado, visando proteger a cidade do avanço das águas do Guaíba - o incidente mais grave, chamado de a grande enchente, ocorreu em 1941 e deixou um grande número de desabrigados (SILVEIRA, 2015). Posteriormente, os armazéns foram tombados pelo Instituto do Patrimônio e Artístico Nacional (IPHAN), em 1983, e o conjunto (gruas, pavimentação e edifícios anexos) pela Secretaria Municipal de Cultura (SMC) em 1995, permanecendo com acesso restrito aos funcionários da área portuária.

A partir da década de 1980, os armazéns permanecem na sua estrutura e passam a ser abrigo de eventos culturais, como Bienais do Mercosul e Feiras do Livro, e festas e shows, como aconteceram nas Copas do Mundo de Futebol de 2014 e 2018, com acesso reduzido. Em 2021, a área do Cais do Porto recebe uma estrutura temporária para abrigar uma atividade comercial, nomeado de Cais Embarcadero, utilizando o armazém A7, único da sequência não tombado, como suporte para o empreendimento privado. Devido a subutilização da área e uma narrativa de abandono pela mídia, o local em questão fica “disponível” para investimentos privados.

3. O Cais do Porto de Porto Alegre e seus projetos

Uma vez ocioso na sua função portuária, o Cais tem sido alvo de propostas que preveem grandes transformações. Desde o final da década de 80 do século XX, momento em que se registra a primeira intenção projetual, o Cais tem sido objeto do desejo por transformação por parte dos governantes, mídia e sociedade civil. As proposições que ganharam maior destaque se assemelham no caráter comercial e no potencial elitizante do lugar. Tanto a proposta que foi resultado de um concurso de projetos (Figura 1), no ano de 1996, realizado sob chancela do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB), quanto a outra, de 2010, de autoria do escritório espanhol b720 em associação ao brasileiro Jaime Lerner, tem similaridades nos seus programas de necessidades: verticalização e privatização de parcelas consideráveis do espaço público. Essa última referida esteve vigente por cerca de 10 anos. Apesar dos esforços de coletivos civis (especialmente o coletivo Cais Mauá de Todos) organizados em apontar fragilidades nos estudos de implantação e nas garantias legais, houve um esforço das instituições para que as obras avançassem. Entretanto, as tentativas mostram-se ineficazes, uma vez que, no ano de 2019, o governo do Estado acaba por acionar a justiça para romper o contrato com o consórcio que havia ganho a licitação, por conta do atraso na execução do projeto.



Figura 1: Montagem que justapõe os projetos de 96 e 2010, respectivamente. Fonte: autor.

Contudo, o Cais do Porto se vê novamente envolto em disputa. Os acontecimentos mais recentes revelam uma nova proposta que repete os mesmos elementos de projeto anteriores (primando mais por consumidores do que por simples usuários do local) e, com isso, revela um padrão por trás da insistência em um modelo econômico com forte interesse nos valores de troca da cidade, em detrimento dos seus valores de uso. Com diferenças e similaridades formais, todos os projetos citados abraçam estratégias parecidas em termos de programas de necessidades, implantação e implementação. O mais recente projeto para o Cais Mauá (Figura 2) repete a verticalização no Setor Docas, a previsão de áreas de estacionamento e a construção de um edifício próximo à Usina do Gasômetro.

Um projeto desta escala que envolve toda uma dinâmica e diferentes interesses em uma cidade, portanto, de ordem complexa, precisa necessariamente incluir no debate público os diferentes olhares sobre a área, desde a sua intenção projetiva. No caso do projeto em questão, a participação popular, como descrito na apresentação do projeto, ocorreu só em fase posterior ao estudo de modelagem, o que torna o debate público inócuo.



Figura 2: Vista aérea do Setor Docas do mais recente projeto. Fonte: Consórcio Revitaliza.

4. Uma tentativa de hegemonia pelo projeto

Nesta seção, busca-se elementos que situem os recentes desejos e projetos de Cais, expressos nas propostas de projeto, como sintoma dos tempos do neoliberalismo, pois há, a partir da sua consolidação como racionalidade reguladora das relações contemporâneas, uma mudança da relação entre Estado e capital privado que se reflete no comportamento dos gestores das cidades. A lógica de funcionamento se assemelha àquela vista em empresas na competitividade pela atração de investimentos que vêm associados a mudanças significativas no território. Como apontado anteriormente, esse modelo de negócio tem um caráter excludente, com forte interesse em uma parcela da sociedade que tem poder de compra.

Nesse sentido, os projetos de orla têm despertado especial atenção do capital privado por encontrar nessas parcelas urbanas alto potencial lucrativo em áreas ociosas e bem inseridas na malha das cidades. De modo geral, esses locais são alvo de como o sistema capitalista se alimenta: com a

substituição da matriz de produção industrial, com o avanço das tecnologias e as necessidades produtivas, acontece o abandono das antigas estruturas em busca de melhores desempenhos. Esse movimento acontece (em tempos diferentes, conforme as condições econômico-sociais de cada cidade) em escala global, ao longo do século XX, como aponta Harvey (2006).

Devido à necessidade de renovação própria do sistema capitalista, esses locais passam a fazer parte do ciclo sob nova roupagem, a da revitalização. Logo, no novo momento, de redescoberta dos lugares agora ociosos na sua função original, são reveladas propostas de empreendimentos no formato parceria público-privada (PPP). Segundo Harvey (1996), o foco da intervenção está na economia política do local, pois sugere-se que as modificações na paisagem sejam capazes de afetar positivamente o contexto econômico da cidade e, a partir desse fator, transformar a realidade local. Como pondera o autor, geralmente os projetos não contemplam equipamentos sociais, como escolas ou centros comunitários, e sim, trazem empreendimentos de caráter imobiliário e especulativo. Portanto, associada à iniciativa privada vem a expectativa de retorno financeiro e, nesses casos, a cidade é o produto de consumo.

Essa lógica de associação do Estado ao capital privado é o fator que marca, para efeito da formatação cidade-empresa, o planejamento neoliberal. Como colocam Dardot e Laval (2016), o neoliberalismo não é somente um sistema econômico, como se acreditava ser o liberalismo clássico, mas sim uma racionalidade, como algo que perpassa todos os âmbitos da vida, moldando relações. O liberalismo, do *laissez-faire*, pregava pela autorregulação do mercado e pela mínima estrutura Estatal. Entretanto, o neoliberalismo faz da máquina pública aliada, parte diretamente envolvida. Esse contexto explica a mudança de comportamento dos governantes, que trabalham em prol das privatizações de espaços públicos, como acontece em todas as propostas até aqui vistas para o Cais do Porto. Como mostra Rolnik (2019), faz-se necessário que o Estado tome a frente das ações – afinal, o formato de intervenção necessita que os governos locais lidem com a legislação e regulamentações específicas –, trabalhando no contrassenso do conceito de bem-estar social, uma vez que age em prol dos interesses de mercado, favorecendo agentes, em muitos casos, exteriores ao território local.

Assim, no campo do planejamento, normas e regras devem ser flexibilizadas, os princípios da universalidade e equidade, abandonados, e as energias do urbanismo, entendido como projeto urbano, devem se voltar à promoção de localizações capazes de atrair capitais financeiros excedentes sob a forma de parcerias público-privadas (PPPs) (ROLNIK, 2019, p. 34).

Logo, para esse fim, da privatização e financeirização do espaço público, ao final do século XX, surge um tipo específico de planejamento: o planejamento estratégico. Conforme explica Vainer (2013), surgido do planejamento de mercado, sua expectativa é que os chamados processos ágeis da iniciativa privada sejam capazes de lidar com as complexidades de um projeto urbano - em contraposição à obsolescência do Estado, em permanente crise. Logo, a cartilha do planejamento estratégico prescreve

as condições globais hegemônicas necessárias para que se crie o ambiente adequado para realização de projetos de grande complexidade, ou seja, foco em um adensamento que gere capital.

No entanto, acredita-se que espaços urbanos com essa magnitude e valor simbólico para o todo da cidade não devem estar atrelados somente aos valores de troca, mas, sobretudo, devem contemplar os valores de uso. Nesse sentido, os valores de uso não se restringem a uma vivência econômica da área no seu viés de consumo, mas devem permitir uma utilização ociosa, que não tenha a marca do capital. O que se vê, neste tipo de modelo de negócio que não contempla os diferentes interesses sociais, é uma discrepância entre o interesse de uma população na sua diversidade e o interesse de um grupo financeiro específico. A imposição deste tipo de projeto resulta em mascarar relações conflitivas, portanto, desconsiderando a diversidade e os desejos outros. Como coloca Vainer (2013), se há um objeto à venda, há um público-alvo, um comprador ideal, capaz de consumir esse novo lugar - essa é a lógica do neoliberalismo.

Esse modelo de negócio reproduz o modelo de Barcelona, que, segundo Vainer (2013), funciona como um “caso de sucesso”. A cidade espanhola tornou-se referência quando fez grandes transformações na sua orla, produzindo uma paisagem amplamente divulgada e requisitada pelo mundo capitalista. A celebração de Barcelona como modelo elevou consultores catalães, especialmente Borja e Castells, à condição de prescritores de medidas a serem seguidas a cidades que queiram ser capazes de tornarem-se mais palatáveis para visitantes e para investimentos privados. Tais acontecimentos têm lugar nos anos 90, período de frenesi com a globalização em curso, condição essa essencial para o modelo. Para Novais e Oliveira (2013), as condições globais, de novos arranjos e de disposição extensiva de redes de transportes e comunicação, fortalecem a crença de que o ambiente de alta complexidade pedia soluções capazes de unificar os conflitos de interesses entre atores (entendendo aqui o conflito como diferentes interesses na área).

5. O conflito e a cena política

Ao ignorar as diferenças locais, ao evitar o diálogo na sua diversidade (portanto, de base conflitiva), o projeto imposto pela lógica neoliberal acaba encontrando resistências, como aconteceu no caso do Cais do Porto. Há um momento desse processo em que o conflito se explicita. No caso deste projeto, isso ocorreu em uma assembleia pública, em 2015, na sede de um tradicional clube de Porto Alegre.

A assembleia é aqui entendida como cena, ou seja, é o momento em que o conflito se explicita como diferentes interesses. A ideia de cena é pensada pelo filósofo Rancière como um acontecimento que tem forte caráter político por evidenciar a ausência de igualdade. Há na constituição dessa cena dois movimentos: um de ordem resolutive e restritiva; e outro de ordem da explicitação do conflito. Ao primeiro, Rancière nomeia de polícia; ao segundo, chama de política. Para ele, o político é o choque

entre processos heterogêneos, entre o processo da polícia e o processo da política. Contudo, a política não faz referência às disputas partidárias, às instituições de governo, ou às instâncias de poder: isso diz respeito à polícia. A política é capaz de desfazer os rígidos nós do poder policial.

O processo policial é aquele que dá forma, que conforma a tudo e todos em sociedade. Cabe à polícia determinar as formas de partilha. Rancière (2018) diz que a polícia dá nome, define acessos. Portanto, a polícia provoca dano à igualdade, já que as formas de partilha no sistema não acontecem de maneira igualitária. Ou seja, existem maneiras e possibilidades de acesso diferentes para cada classe e essas particularidades (poder de compra, cor da pele, sexualidade) tornam-se visíveis a partir de uma cena. A cena política dá a ver a ausência de igualdade entre partes, evidenciando interesses e processos díspares. No caso da assembleia como cena, o ato político se manifestou na reivindicação da população pelo acesso à área do projeto em questão de forma livre, sem ser constrangida pela imposição do consumo.

A apresentação do projeto de 2010 para a sociedade em assembleia aberta ao público geral (Figuras 3 e 4) transcorreu entre vaias e aplausos, em ritmo de torcida. De um lado, uma parcela do público aplaudia as proposições, enquanto outra, em maior número (conforme a reportagem), gritava palavras de ordem, como “não vai ter shopping” e demonstrava descontentamento com as torres comerciais e com as cerca de 4 mil vagas de estacionamento propostas (FOGLIATTO, 2015).



Figura 3: Embate entre manifestantes na assembleia pública. Fonte: GUILHERME SANTOS / SUL21.



Figura 4: Embate entre manifestantes na assembleia pública. Fonte: GUILHERME SANTOS / SUL21.

A partir desse evento, houve uma série de articulações entre setores da sociedade civil para apontar fragilidades do projeto e também para propor uma saída alternativa para o Cais. A ação realizada pelos manifestantes foi a primeira denúncia de contundência pública que deu origem e puxou consigo uma série de contestações. O barulho da denúncia reverberou para fora do clube e, desde então, pôde adquirir outras versões, conforme diferentes setores da sociedade se apropriaram das primeiras fagulhas. Na mídia cresceu o número de narrativas que explicitam desejos para o lugar. Nos dias seguintes à assembleia, fez-se, por exemplo, uma reportagem onde buscou-se conhecer a opinião dos comerciantes do centro acerca do que se planejava para o Cais - já que durante o evento foi expressada a preocupação em relação ao impacto de um shopping center no comércio local (GOMES, 2015). A partir da assembleia, entendida como cena, observou-se o efeito da denúncia na proliferação de contestações ao projeto e ao seu processo, identificando a presença de outros agentes na disputa, como visto em Ribeiro (2021).

6. Considerações finais para pensar a práxis contra hegemônica.

A apresentação de um projeto fechado, já conformado, como é próprio da lógica policial, enfrenta a resistência de diferentes partes da população que se contrapõem à tentativa de homogeneização de uma proposta genérica, que não busca diálogo com a localidade. É necessário que se mantenha aberta a fissura causada nos contornos da ordem policial, que se permita que surjam outras complexidades que não aquelas autorizadas pelas instâncias de poder. Caso se faça isso, o papel dos manifestantes se torna o de um sujeito político, recusando a identificação policial, pois o dano tem esse

caráter de acontecimento, não pode ser perpetuado pelo interior das redes de poder. Pelo contrário, o dano deve se repetir, pois o sistema (capitalista, neoliberal), na mesma medida que fere constantemente a igualdade, se apropria das pautas políticas às avessas, conformando novas bordas – uma metapolítica, conforme Rancière (2014).

Uma vez que a manifestação popular diz não querer o projeto imposto, pergunta-se, como faz Rancière: o que daí resulta? O sujeito político não é aquele que impõe seu peso em sociedade, mas aquele que dá vazão ao dissenso, no espaço entre a desidentificação com os desejos neoliberais e a negação em identificar-se como uma classe consolidada pela lógica policial, que abusa de seu poder normativo. Sendo assim, o sujeito político nega reproduzir práticas conservadoras de perpetuação de poder. O projeto, se aberto no seu processo, permite a manifestação de práticas emergentes, colocando-se acessível ao atravessamento por outros desejos, funcionando assim como projeto político. Para Reyes (2015; 2015b; 2022), o projeto político poderia se constituir a partir da expressão “e se fosse...”, em um processo de suspensão da tomada de decisão, dando-se tempo para o amadurecimento das questões competentes e ao reconhecimento das partes interessadas. Logo, quando se desloca do campo das certezas, dando espaço a associações livres e inimaginadas, pode surgir daí o projeto político como práxis contra hegemônica.

Referências

ALVES, A. **A construção do porto de Porto Alegre 1895-1930: modernidade urbanística como suporte de um projeto de estado.** Dissertação (Mestrado em Planejamento urbano e Regional) - Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, p.179. 2005.

DARDOT, P; LAVAL, C. A. **Nova Razão do Mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal.** São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

FOGLIATTO, D. **Em audiência lotado no União, movimentos criticam projeto de revitalização do Cais Mauá.** SUL21, Porto Alegre, 19 de setembro de 2015. Disponível em: <sul21.com.br/cidades/2015/09/em-audiencia-lotada-no-uniao-movimentos-criticam-projeto-de-revitalizacao-do-cais-maua/>. Acessado em 04 set., 2022.

GOMES, L. **Comerciantes do Centro defendem revitalização do Cais Mauá, mas questionam modelo escolhido.** SUL21, Porto Alegre, 27 de setembro de 2015. Disponível em: <https://sul21.com.br/cidades/2015/09/comerciantes-do-centro-defendem-revitalizacao-do-cais-maua-mas-questionam-modelo-escolhido/>. Acessado em 04 set., 2022.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço.** São Paulo: Annablume Editora, 2006.

_____. Do gerencialismo ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. **Espaço e Debates**, ano XVI, n.39, 1996 p.48-64.

OLIVEIRA, F. L.; NOVAIS, P. **Grandes Projetos Urbanos: panorama da experiência brasileira.** In: CUENYA, B.; NOVAIS, P.; VAINER, C. (orgs.). **Grandes Projetos Urbanos: olhares críticos sobre a experiência argentina e brasileira.** Buenos Aires: Café de las Ciudades, 2013, p. 167-189.

RANCIÈRE, J. **Nas margens do político.** Lisboa: KKYM, 2014.

_____. **A partilha do sensível.** São Paulo: Editora 34, 2018.

REYES, P. **Projeto [não] projeto: quando a política rasga a técnica.** Porto Alegre: Sulina, 2022.

_____. **Projeto por cenários: território em foco.** Porto Alegre: Sulina, 2015.

_____. Projeto entre desígnio e desvio. *In: Anais do I Colóquio Internacional Arquitetura, Derrida e Aproximações*. Pelotas: UFPel, dez. 2015b.

RIBEIRO, E. P. **O cais do porto em disputa: o projeto, as narrativas e os cenários possíveis**. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) - Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, p.127, 2021.

ROLNIK, R. Paisagens para a renda, paisagens para a vida. **Revista Indisciplinar**, Belo Horizonte, v. 5, n. 1, p. 18-45, jul-out 2019.

SILVEIRA, N. **Histórias e fotos da maior enchente de Porto Alegre**. SUL21, Porto Alegre, 18 de novembro de 2015. Disponível em: <sul21.com.br/em-destaque/2015/10/historias-e-fotos-da-maior-enchente-de-porto-alegre/>. Acessado em 04 set., 2022.

SOUZA, C. F.; MÜLLER, D. M. **Porto Alegre e sua evolução urbana**. Porto Alegre: UFRGS, 2007.

SOUZA, C. F. **Plano geral de melhoramentos de Porto Alegre: o plano que orientou a modernização da cidade**. Porto Alegre: Armazém Digital, 2010.

VAINER, C. Pátria, empresa e mercadoria: Notas sobre a estratégia discursivas do Planejamento Estratégico Urbano. *In: ARANTES, O; VAINER, C; MARICATO, E. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Editora Vozes, 2013.

_____. Os liberais também fazem planejamento urbano? Glosas ao “Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro”. *In: ARANTES, O; VAINER, C; MARICATO, E. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Editora Vozes, 2013b.

ROLNIK, R. Paisagens para a renda, paisagens para a vida. **Revista Indisciplinar**, Belo Horizonte, v. 5, n. 1, p. 18-45, jul-out 2019.

**PRÁXIS EXTENSIONISTA TRANSFORMADORA: PANORAMA DA
ASSESSORIA SOCIOTÉCNICA DO GRUPO PERIFÉRICO NA LUTA PELO DIREITO À
CIDADE**

*TRANSFORMING EXTENSIONIST PRAXIS: OVERVIEW OF THE SOCIOTECHNICAL
ADVISORY OF THE PERIPHERAL GROUP IN THE STRUGGLE FOR THE RIGHT TO
THE CITY*

*PRAXIS EXTENSIONISTA TRANSFORMADORA: PANORAMA DE LA ASESORÍA
SOCIOTÉCNICA DEL GRUPO PERIFÉRICO EN LA LUCHA POR EL DERECHO A LA
CIUDAD*

Gabriel Ribeiro Couto
arq.gabrielribeiro@gmail.com

Liza Maria Souza de Andrade
lizamsa@gmail.com

Juliette Anna Fanny Lenoir
lenoir.arquiteta@gmail.com

RESUMO

Este artigo tem como objetivo apresentar um panorama geral dos projetos de assessoria sociotécnica da resistência em Arquitetura e Urbanismo desenvolvidos pelo grupo de pesquisa e extensão “Periférico, Trabalhos Emergentes” da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília. Esse grupo entrelaça tecnociência solidária, baseada no interacionismo pedagógico e sociotécnico, com o Direito Achado na Rua. As práticas apresentadas abordam temas da Arquitetura e do Urbanismo tão variados quanto as configurações socioespaciais encontradas no território do Distrito Federal (DF) e entorno: territórios informais, regularizados ou regulares, na área urbana ou rural. O Grupo Periférico tem contribuído para solucionar problemas sociais, mediar conflitos socioambientais, na construção da autonomia, conscientização, conciliação de saberes, emancipação, mobilização e empoderamento dos sujeitos coletivos de Direito do DF e entorno, bem como para a produção de conhecimento, incluindo saberes populares em práticas emergentes.

Palavras-chave: Periférico; Extensão Universitária; Tecnociência Solidária; assessoria técnica; direito à cidade.

ABSTRACT

This article aims to present an overview of the sociotechnical consultancy projects of resistance in Architecture and Urbanism developed by the research and extension group “Peripheral, Emerging Works” of the Faculty of Architecture and Urbanism of the University of Brasília. This group intertwines solidary technoscience, based on pedagogical and sociotechnical interactionism, with the Law Found on the Street. The practices presented address themes of Architecture and Urbanism as varied as the socio-spatial configurations found in the Federal District (DF) and surroundings: informal, regularized, or regular territories, in the urban or rural area. The Peripheral Group has contributed to

solving social problems, mediating socio-environmental conflicts, building autonomy, awareness, conciliation of knowledge, emancipation, mobilization, and empowerment of collective subjects of Law in the DF and surroundings, as well as for the production of knowledge, including knowledge popular in emerging practices.

Keywords: Peripheral; University Extension; Solidarity Technoscience; technical assistance; right to the city.

1. Introdução

Em pleno centenário de Darcy Ribeiro e de celebração dos 60 anos da Universidade de Brasília (UnB), vivemos em uma conjuntura de crise sociopolítica e sanitária junto à investida “austeritária” de desdemocratização, ataque e desvalorização da ciência e da educação. Esse duplo movimento reforça o caráter institucional de resistência da UnB, que sobreviveu um terço de sua história sob as sombras da ditadura militar, enfrentando diversas intervenções e ataques e resistindo como protagonista no movimento de Reforma Universitária brasileira. Como afirma Rafael Villas Bôas: “Lembrar esses 60 anos é recuperar nossa resistência histórica aos processos autoritários, o de antes e o de hoje. Significa ainda reforçar o papel fundamental da ciência, da educação e da cultura para a construção, a transformação e a democratização social”.

Esse cenário nos convoca a refletir sobre a importância da universidade pública no Brasil atual. Portanto, este artigo recorta essa conjuntura, partindo do pressuposto de que a universidade cidadã é aquela integrada à sociedade, aos movimentos populares e aos coletivos na construção de redes sociotécnicas. Reflete-se, aqui, sobre possibilidades de ações transformadoras da realidade, a fim de democratizar o acesso e a produção do conhecimento, conduzindo novas formas de construção da cidadania coletiva. A universidade cidadã assume seu compromisso por meio de suas práticas extensionistas emancipatórias, solidárias e resilientes nos territórios e comunidades e se coloca como central na luta pelos direitos humanos frente à ofensiva neoliberal e conservadora do país.

Nesse sentido, a extensão universitária – integrada às pesquisas acadêmicas – representa uma possibilidade importante de construção do conhecimento científico no além-muros universitários, realizando a “ecologização” dos saberes populares (SANTOS, 2011) e tecnologias sociais envolvidas nas comunidades. Essas ações transformadoras da realidade, no processo de construção solidária de novas plataformas cognitivas de cidadania ativa e de emancipação, possibilitam criar métodos, processos e técnicas que contribuem para solucionar problemas sociais e mediar conflitos socioambientais na luta pelos direitos essenciais das populações excluídas no processo de planejamento do território.

As práticas do Grupo Periférico buscam levar a universidade e os saberes técnicos para os territórios de Distrito Federal (DF) e entorno, bem como trazer os saberes populares dos sujeitos sociotécnicos para dentro da universidade. Essa relação dialógica enriquece o desenho técnico do projeto

de Arquitetura e Urbanismo assim desenvolvido a partir das demandas e realidades variadas encontradas nos territórios. Num processo participativo adaptado à comunidade e seus anseios, a assessoria sociotécnica do Periférico auxilia as lutas sociais para o reconhecimento dos direitos básicos à moradia, saúde, educação, transporte, cultura etc.

Portanto, este artigo tem como objetivo apresentar um panorama geral dos projetos de “assessoria sociotécnica da resistência” em Arquitetura e Urbanismo desenvolvidos pelo grupo de pesquisa e extensão “Periférico, Trabalhos Emergentes” da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UnB (FAU-UnB), entrelaçando tecnociência solidária, baseada no interacionismo pedagógico e sociotécnico, com o Direito Achado na Rua (LYRA FILHO, 1982). Ambos os conceitos se apoiam na práxis transformadora e solidária de emancipação, autonomia e libertação dos movimentos sociais e de suas redes, definidos pela categoria “sujeitos coletivos de Direito” (LYRA FILHO, 1982; SOUZA JUNIOR, 2011). Assim, este artigo mostra como a extensão “pesquisa-ação” da resistência do Grupo Periférico tem atuado e contribuído na luta pelo direito à cidade e contra a injustiça socioambiental nas comunidades do DF.

2. Universidade cidadã: práxis da resistência e solidariedade

Vivemos no Brasil uma conjuntura de crise com efeitos que escancaram cenários de rupturas sociopolíticas, violações de direitos humanos e aumento das desigualdades nas cidades. São alarmantes os retrocessos dos direitos constitucionais e territoriais de povos indígenas e quilombolas, o ecocídio na degradação e crise socioambiental tensionados no ultraneoliberalismo e na paralisia das políticas fundiárias, como também a criminalização de movimentos e lutas por terra e território (LEITE; TUBINO; SAUER, 2019).

Esses retrocessos estão enraizados nos processos de urbanização capitalistas, de acumulação por espoliação e despossessão (HARVEY, 2003; ROLNIK, 2015), resultando em violências e violações sistêmicas de direitos no campo e na cidade que desafiam e atacam a função socioambiental da terra e do território (SANTOS, 1999). Com o avanço do autoritarismo e conservadorismo no pós-golpe de 2016, também assistimos a ataques e desmontes sistemáticos da educação, provocando cortes de recursos e investimentos em pesquisa, ensino e extensão nas universidades públicas, que, mesmo diante desse cenário, resistem e se reinventam, colocando-se como centrais na luta pelos direitos humanos e reconstrução da democracia no Brasil.

Diante da crise de múltiplas dimensões e da conjuntura atual de desdemocratização, os espaços de participação social na discussão das políticas públicas foram interrompidos, ferindo direitos constitucionais e determinações do Estatuto da Cidade. Assim, as universidades públicas têm papel chave na formulação de políticas de ciência e tecnologia, a fim de democratizar o acesso e a produção do conhecimento, conduzindo a novas formas de construção da cidadania coletiva. Seu compromisso,

como universidades cidadãs, é envolver a sociedade por meio de pesquisas e ações galgadas em práticas emancipatórias, solidárias e resilientes nos territórios e comunidades. Portanto, é imperativo pensar na emergência de soluções democráticas participativas no nível local, dos bairros e comunidades. São essas que permitirão reconhecer e fortalecer identidades, de modo a criar possibilidades e potencializar experiências comunitárias de solidariedade, criando cidades e bairros educadores (ANDRADE; LOUREIRO, 2020).

Nesse sentido, a extensão universitária assume centralidade social, a partir da transposição dos muros da universidade, de modo a incluir saberes e táticas coletivas na construção solidária de novas plataformas cognitivas de cidadania ativa e de emancipação. Isso possibilitará criar métodos, processos e técnicas que contribuam para solucionar problemas sociais e mediar conflitos socioambientais na luta pelos direitos essenciais das populações excluídas no processo de planejamento do território (ANDRADE *et al.*, 2019).

Nessa esteira, Boaventura de Souza Santos (2011; 2019) destaca o papel significativo da extensão universitária diante do avanço do capitalismo, de políticas neoliberais e de austeridade. O autor sustenta que a justiça global só poderá existir por meio de uma mudança epistemológica que garanta a justiça cognitiva global. Essa ruptura poderá então fazer frente efetiva à progressiva fragilidade e insuficiência das soluções sociais e políticas de combate à desigualdade e discriminação atuais.

A extensão universitária é o eixo do tripé institucional da universidade que dialoga com a sociedade pela atuação direta de professores, técnicos e estudantes junto a comunidades, grupos, coletivos, instituições e movimentos populares, por meio de um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove uma interação social transformadora (FORPROEX, 2012). Entretanto, Paulo Freire (1977) – no livro “Extensão ou comunicação?” – convoca repensarmos criticamente a semântica envolvida na palavra extensão, muitas vezes limitada à redução dos “sujeitos coletivos de Direito” (SOUZA JÚNIOR, 2001) envolvidos nessa relação a meros objetos receptores das ações extensionistas, negando suas dimensões transformadoras da realidade.

Essa relegação dos saberes populares, em sua maioria, é voltada para a manutenção das desigualdades e exclusão socioespaciais nos territórios por ações esporádicas de caráter imediato e paliativo ou mera prestação de serviços assistencialistas (JEZINE, 2004). A comunidade científica ainda está presa às amarras do produtivismo, cientificismo, empreendedorismo e inovacionismo (DAGNINO, 2019; NEDER, 2017).

Nesse sentido, há incompatibilidade e descompasso entre o termo “extensão” e uma ação educativa de caráter realmente libertador (FREIRE, 1977). Deve-se questionar as diversas hierarquias hegemônicas dos saberes, investindo nas relações dialógicas entre sujeitos e territórios, para então alterar os cenários sociais que necessitam de mudanças. Assim, essa transgressão dialógica além-muros é meio

pelo qual a universidade realiza a “ecologização” dos saberes populares (SANTOS, 2011) e tecnologias sociais envolvidas nas comunidades, em ações transformadoras da realidade.

Essa ecologização entre saberes exige pensarmos em uma “tecnociência solidária” nas ações de extensão, conceituada por Dagnino (2019), como decorrência cognitiva da ação coletiva sobre um processo de trabalho autogestionado e cooperativo (participativo), ou seja, é a própria integração das tecnologias sociais com a economia solidária. Assim, a conscientização, mobilização, participação e empoderamento dos movimentos populares se tornam fundamentais para buscar políticas públicas e decisões políticas do Estado e, assim, gerarem conhecimento para produção de bens e serviços (ANDRADE *et al.*, 2019).

A tecnologia social, segundo Dagnino (2019), é todo produto, método, processo ou técnica criado para solucionar algum tipo de problema social que atenda aos quesitos de simplicidade, baixo custo, fácil aplicabilidade e impacto social comprovado. Já a economia solidária é um espaço constituído por redes de produção e consumo baseado nos meios de produção e na autogestão, capaz de expandir-se, adquirir sustentabilidade e atenuar a exclusão social (ANDRADE *et al.*, 2019). A reaplicação da tecnologia social supõe o caráter de escalabilidade e a apropriação dessa tecnologia pela própria comunidade, o que implica em envolvê-la de forma participativa no processo e compensatória em termos de renda ou melhoria da qualidade de vida (DAGNINO, 2019).

Essa reaplicação e apropriação da tecnologia social foi pensada por Dagnino, Brandão e Novaes (2004) como Adequação Sociotécnica (AST), englobando a tecnologia social como um processo de construção social entre sujeitos. A AST coloca como foco a incorporação da categoria “sujeitos coletivos de Direito” até então excluídos dos processos de tomada de decisão e desenvolvimento tecnológico, periféricos nos desenhos da tecnologia convencional e hegemônica, considerando as demandas e preocupações socioeconômicas e ambientais. Então, o conceito de AST busca promover uma adequação do conhecimento científico e tecnológico não apenas visando a questão tecnocrática e técnico-econômica, mas também englobando outros aspectos que envolvem as estratégias de sobrevivência dos sujeitos e comunidades e sua ligação com o território e a natureza, constituindo a relação tríade ciência-tecnologia-sociedade (CTS) (NEDER, 2016).

3. Convergências emancipatórias: o Direito Achado na Tecnociência Solidária

Nesse contexto, o Grupo de Pesquisa “Periférico, Trabalhos Emergentes” da FAU-UnB trabalha com a noção de cidadania sociotécnica do Núcleo de Política, Ciência, Tecnologia e Sociedade (NPCTS) na assessoria técnica. Diante do impasse da democratização dos processos de mudança tecnológica, as práticas do interacionismo propostas pela Pedagogia Freiriana também fazem parte da abordagem da AST, assumindo que existe uma questão político-cognitiva e identitária do sujeito sociotécnico (principalmente os espoliados, movimentos sociais, operários, agrários, entre outros) e sua relação com

o território e a natureza. Essa junção dialógica faz com que os sujeitos do conhecimento científico possam compartilhar seus códigos técnicos com os sujeitos coletivos de Direito organizados, dando origem ao conceito de “interacionismo pedagógico e sociotécnico”.

O Grupo Periférico visa alcançar a tecnociência solidária com o desenvolvimento de metodologias ativas e de inclusão social, participando do desenvolvimento – de baixo para cima (*bottom up*) – de tecnologias sociais no processo de assessoria sociotécnica às comunidades e territórios do DF e entorno. Portanto, os projetos de Arquitetura e Urbanismo interdisciplinares e transdisciplinares nas áreas de promoção da saúde, economia solidária e direitos humanos, considerando os sujeitos sociotécnicos (NEDER, 2016; DAGNINO, 2019) e suas práticas emergentes, identidades e saberes populares, buscam contribuir para a transformação dos lugares a partir de trocas de saberes no processo de assessorias sociotécnicas.

Esse interacionismo pedagógico e sociotécnico do Grupo Periférico dialoga e se entrelaça com a teoria epistemológica do Direito Achado na Rua (DANR), expressão criada pelo professor Roberto Lyra Filho (1986) que, na sua práxis, cuida de realizar “a conciliação da produção de conhecimento com as necessidades sociais (brasileiras), concretizando o sentido utópico transformador” do próprio Direito (SOUZA JUNIOR, 2012, p. 7) como uma plataforma de emancipação. Assim,

[...] o Direito não é; ele se faz, nesse processo histórico de libertação – enquanto desvenda progressivamente os impedimentos da liberdade não lesiva aos demais. Nasce na rua, no clamor dos espoliados e oprimidos”, até se consumir, pela mediação dos Direitos Humanos, na “enunciação dos princípios de uma legítima organização social da liberdade (LYRA FILHO, 1982).

Lyra Filho reconhece esse espaço de cidadania sociotécnica ativa como experiência emancipatória que emerge transformadora dos espaços públicos, onde se dá a formação de sociabilidades reinventadas que permitem abrir a consciência de novos sujeitos para uma cultura de cidadania e de participação democrática (SOUZA JUNIOR, 2011). Esse processo de emancipação procura restituir a confiança no poder de quebrar as algemas que aprisionam os sujeitos sociais de direito em meio às opressões e espoliações que os impedem de exercitar a capacidade de transformar seus destinos e de conduzir a sua própria experiência na direção de novos espaços de emancipação (LYRA FILHO, 1982; SOUZA JUNIOR, 2011).

Os sujeitos sociotécnicos tornam-se agentes capazes de elaborar um projeto político de transformação social, desenvolvendo práticas sociais criadoras de direito a partir de suas práticas cotidianas, e estabelecendo tecnologias sociais que estruturam relações solidárias para a construção de uma sociedade alternativa que supere as condições de espoliação e de opressão (SOUZA JUNIOR, 2015). Portanto, a tecnociência solidária, no desenvolvimento de metodologias ativas englobadas no processo de construção social na extensão, com foco na incorporação de sujeitos sociotécnicos, configura-se como práxis dialógica de conciliação de saberes, na libertação e emancipação entrelaçadas

ao Direito Achado na Rua, que posiciona as universidades públicas com suas práticas extensionistas no centro da luta pelos direitos humanos e protagonistas na resistência frente à ofensiva neoliberal e conservadora do país:

Buscamos [...] a segunda visão da concepção ideológica da extensão, [...] na linha freiriana, que visa potencializar a universidade cidadã pautada na transdisciplinaridade, na intersetorialidade, no compromisso social e solidário, como instituição pública que viabiliza a organização política de grupos sociais. Para além da consciência crítica, almeja-se a intervenção na realidade numa perspectiva transformadora e libertadora, da autonomia do sujeito ou das comunidades envolvidas (ANDRADE; LOUREIRO, 2020, p. 293).

Mas, afinal, a assessoria sociotécnica do Grupo Periférico na extensão tem contribuído para promover a tecnociência solidária? É possível que a universidade cidadã promova uma verdadeira atuação no processo de transformação da realidade social nas cidades e no campo, além da emancipação dos sujeitos coletivos de Direito? Considerando as práticas extensionistas nos territórios no âmbito da participação social do macroplanejamento urbano e do microplanejamento nos projetos de Arquitetura e Urbanismo, os projetos desenvolvidos pelo Grupo, apresentados adiante, tentam responder a essas questões.

4. Práxis da resistência transformadora: a extensão na FAU-UnB e a atuação do Grupo Periférico na luta pelo direito à cidade

[...] não pode haver reflexão e ação fora da relação homem-realidade (FREIRE, 1985, p. 27).

Na gestão atual, o Decanato de Extensão da UnB investiu fortemente na política de extensão, visando à democratização do conhecimento científico e à integração entre pesquisa e extensão nos territórios do DF, por meio de editais de fomento à criação de novos programas e Projetos de Extensão de Ação Contínua (PEAC), como também, de novos polos de extensão nas Regiões Administrativas do DF.

A experiência de extensão da FAU-UnB em assessoria sociotécnica nos últimos anos tem sido desenvolvida em três níveis diferentes: formação, profissionalização e especialização. No nível de formação, destacam-se as ações do Escritório-Modelo fundado em 2002, Centro de Ação Social em Arquitetura e Urbanismo Sustentável (CASAS), reconhecido e institucionalizado como PEAC desde 2009, com o Programa de Assistência Técnica em Urbanismo e Arquitetura (PATUA); e as Ações Sociais em Arquitetura e Urbanismo Sustentáveis (ASAS). O EMAU/CASAS vem desenvolvendo um papel importante na formação dos estudantes com o objetivo de garantir cada vez mais aproximação e contato destes com as realidades sociais dos territórios.

Mesmo com todos os desafios e dificuldades na sua manutenção e permanência, o EMAU plantou sementes junto à demanda crescente por parte dos estudantes para trabalhar com a realidade concreta da prática profissional em arquitetura social, tendo em vista a enorme distância dos arquitetos com projetos sociais voltados às camadas mais pobres da população (MONTANER; MUXÍ, 2013).

Assim, percebeu-se a possibilidade de dar continuidade na extensão do EMAU/CASAS com os trabalhos finais de graduação que, em grande parte, são muito distantes dessas realidades sociais concretas e não conseguem acessar os territórios e comunidades.

Questionando a prática profissional do arquiteto-urbanista, nessa conjuntura desafiadora de necessidade de formar universitários mais conscientes do papel social junto aos territórios na luta pelo direito à cidade, nasce o Grupo PEAC “Periférico, trabalhos emergentes”, em 2013, em parceria com o EMAU/CASAS e posteriormente registrado no CNPq em 2017 (devido à extensa produção acadêmica advinda dos projetos de extensão).

O Grupo Periférico atua em vários territórios do DF e entorno no desenvolvimento de pesquisas e assessoria sociotécnica sobre temas periféricos e marginalizados no âmbito do sistema acadêmico, relacionados à produção do espaço no campo e na cidade, e integrados no formato “pesquisa-ação” por meio de metodologias ativas e mobilização social com uma visão “transdisciplinar” e “transescalar”. Trata-se de ensino-pesquisa-extensão como um *continuum*, abrangendo associações comunitárias, movimentos populares (como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST)), comunidades das periferias, entidades ambientalistas, bem como comunidades camponesas e comunidades tradicionais (ANDRADE *et al.*, 2019).

Desde 2018, o Periférico também vem atuando em assessoria técnica no nível de especialização da pós-graduação, com a Nucleação da Residência em Arquitetura e Urbanismo e Engenharia da Universidade Federal da Bahia (RAU+E/UFBA) em habitação e direito à cidade, além de pesquisas de mestrado e doutorado. No contexto do Núcleo de Política, Ciência, Tecnologia e Sociedade (NPTCS), o Periférico está construindo e implementando a extensão na pós-graduação no formato de Residência Multiprofissional em Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS) – *Habitat*, Agroecologia, Trabalho e Saúde.

Pretende-se envolver as famílias na criação de microprojetos, aliando os arranjos locais com as tecnologias sociais englobadas em temas como agrourbania; saúde e saneamento; direito à cidade; entre outros. Atualmente, junto com o EMAU/CASAS, o Periférico está trabalhando no processo de regularização fundiária na Ocupação Urbana Irmã Dorothy Stang, na região de Sobradinho/DF e na comunidade Santa Luzia, na Cidade Estrutural/DF, região do antigo lixão de Brasília, nas bordas do Parque Nacional.

Assim, o Periférico tem atuado na assessoria sociotécnica da resistência, contra a injustiça socioambiental nos territórios, na luta pelo direito à cidade, que engloba a luta pela moradia, água, saneamento e regularização fundiária. O processo envolve as comunidades, articulando e agenciando as associações e coletivos para a elaboração de planos de bairro e de vilas e projetos de habitação social, urbanismo participativo em ocupações urbanas.

Pretende-se incidir e contribuir no processo de regularização fundiária, como também na pedagogia urbana em escolas públicas, espaços socioprodutivos no campo, construção de ambientes mais sustentáveis e agroecológicos em assentamentos rurais, planejamento afrrural em territórios quilombolas, entre outros. Todo esse arcabouço de práticas sociotécnicas extensionistas contabiliza aproximadamente 40 trabalhos até o momento.

Considerando o conceito de adequação sociotécnica (AST) no qual os sujeitos do conhecimento científico compartilham seus códigos técnicos com os sujeitos sociais organizados, gerando o conceito de “interacionismo pedagógico e sociotécnico”, o processo de projeto do Periférico é dividido em 5 etapas que são inter-relacionadas: (1) análise do contexto físico e social com envolvimento da população local de acordo com as dimensões da sustentabilidade; (2) elaboração e sistematização de padrões espaciais e de acontecimentos a partir das informações levantadas; (3) oficinas de participação, mapas mentais, mapas afetivos e jogo dos padrões; (4) construção de cenários, propostas alternativas do estudo preliminar para tomada de decisão; e (5) entrega do caderno técnico ilustrado. Esses métodos e técnicas variam de acordo com o perfil da comunidade e envolvimento do pesquisador.

5. Projetos e tipologias espaciais: Periférico na luta pelo direito à cidade

A partir dessas experiências que se acumularam, surgiu a necessidade de o Grupo formular definições e sistematizações abrangentes para as situações diversas encontradas no seu recorte territorial de atuação, sendo possível enxergar o trabalho realizado em perspectiva regional. Assim, foi possível reconhecer 11 tipologias espaciais diferentes, as quais foram definidas com base nas especificidades morfológicas dos vários trabalhos desenvolvidos, vinculadas ao entendimento do espaço na sua dimensão social multifacetada, valorizando potencialidades sociotécnicas imbricadas às identidades locais, posteriormente transformadas em padrões (ANDRADE, 2014).

Na perspectiva do direito à cidade, entende-se que a localidade (urbana ou rural) e situação fundiária incidem no tipo de projeto desenvolvido. Os projetos na área rural buscam caracterizar a relação cidade-campo, difundir os princípios da permacultura e a reivindicação da posse frente às pressões do agronegócio. Os projetos na área urbana, em localidades irregulares ou regularizadas, trazem soluções para o direito à cidade na luta contra a especulação imobiliária; os projetos em localidades regulares subsidiam as resistências de minoridades sociais discriminadas ou atividades marginalizadas. O Quadro 01 e a Figura 01 demonstram as variedades de localização e consequente variedade e tipos de projetos e metodologias do Grupo Periférico:

Quadro 01: Tipologias espaciais dos trabalhos do Grupo de pesquisa Periférico (2019).

CATEGORIA	TIPOLOGIA	PROJETOS DO PERIFÉRICO
Rural	T1 – Ocupação de Comunidade Tradicional	Quilombo Mesquita (GO); Kalunga (turístico)
	T2 – Assentamento Rural Produtivo	Assentamento do Pequeno Wiliam; Assentamento Oziel Alves III; pré-assentamento do Renascer
Regular	T3 – Requalificação Urbana	Valparaíso (GO); Cavalcante (GO); Praia do Cerrado (Lago Sul); Asa Norte da 15 e 16 e das 900 às 400 (Táticas Urbanas Emergentes sob a perspectiva de gênero); CONIC (Plano Piloto)
	T4 – Extensão Urbana	Luziânia (São Caetano – GO); Formosa (Taboquinha – GO)
	T5 – Ocupação Temática	Cooperativa 100 dimensões (Riacho Fundo); Mercado Sul (Taguatinga)
Regularizado	T6 – Vila Pioneira	Vila Telebrasília; Vila Planalto
	T7 – Assentamento Urbanizado	Varjão; Estrutural; Itapoã; Sol Nascente (QNR e Trecho 2)
Informal	T8 – Ocupação com conflito socioambiental	Santa Luzia; Vila Cauhy
	T9 – Ocupação em Vila Cultural	Vila Cultural (Plano Piloto)
	T10 – Assentamento Informal	Assentamento Dorothy Stang; Assentamento Irmã Dulce
	T11 – Catadores/Moradores de rua	ARIE Cruls (Noroeste)

Fonte: Juliette Lenoir (ANDRADE *et al.* 2019).

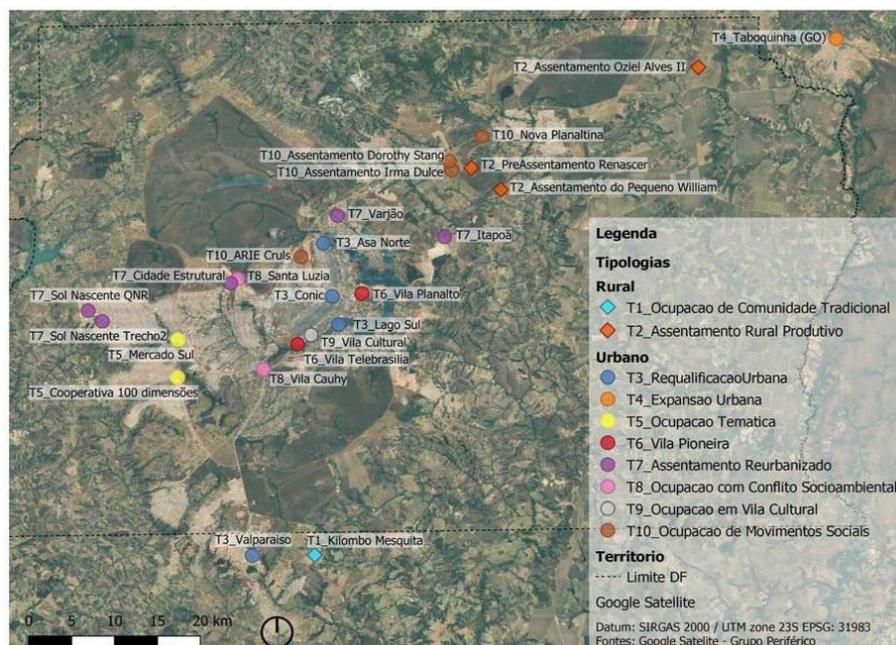


Figura 01: Mapeamento de localização dos projetos e pesquisas no contexto do DF e entorno. Fonte: LENOIR, (ANDRADE *et al.*, 2019, p. 213).

5.1. O Direito Achado nos territórios rurais e comunidades tradicionais

Os trabalhos desenvolvidos nesses contextos conseguem reestabelecer a relação campo-cidade ao resgatar os processos produtivos e tecnologias sociais dos sujeitos coletivos sociotécnicos como processo de transformação e emancipação do contexto. Foram definidas duas tipologias de trabalho: “Ocupações em Comunidades tradicionais” (T1) e “Assentamentos Rurais Produtivos” (T2). Em terras ocupadas originalmente por povos tradicionais (T1), o auxílio técnico na demarcação e valorização do território tem se revelado importante frente aos conflitos socioambientais promovidos pelos *lobbys* ruralistas nesses territórios.

O caso do Quilombo Mesquita, na fronteira entre o DF e Goiás, cujo território deveria estar garantido, vem sofrendo ataques, sendo sua população obrigada a ter que proteger seus direitos fundiários, suas heranças culturais e seus modos de vida. Nesse contexto, o Trabalho Final de Graduação (TFG) de Mariane Paulino, “Planejamento Afrorural: escalas para a preservação territorial e identitária”, foi desenvolvido e o processo de regularização fundiária do Quilombo Mesquita segue atualmente em curso como pesquisa de mestrado. Após esse trabalho, o Periférico contou com mais duas ações na região, que incluíram a valorização e o reconhecimento do patrimônio edificado e das manifestações culturais. A assessoria sociotécnica se desenvolveu em parceria com a Residência AU+E/UFBA com os residentes Amanda Sicca, com o trabalho “Territórios da identidade: praça Maria do Nascimento”, e José Pereira Braga e Cyntia Silva, com o trabalho “Lugares de Memória do Quilombo Mesquita”.

Em paralelo a esse contexto, desenvolveu-se assessoria sociotécnica para os territórios Kalungas do Engenho II, em Cavalcante/GO, por Talita Maboni, com o trabalho “Sentido Kalunga: arquitetura como instrumento de qualificação do espaço turístico”. Nesse território, a própria comunidade se beneficia do turismo ecológico das cachoeiras, mas não consegue se beneficiar financeiramente da riqueza da sua identidade cultural, por falta de espaço físico adequado para receber os turistas.

As comunidades da tipologia (2) “Assentamento Rural Produtivo”, formada por grupos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), adotam produção agrícola familiar orgânica e também lutam para que o seus direitos à terra sejam reconhecidos frente às pressões e conflitos socioambientais do *lobby* do agronegócio. Até o momento, foram desenvolvidos no Grupo Periférico projetos com as comunidades de três assentamentos das zonas rurais do DF. O projeto “Espaços Socioprodutivos no Pequeno William”, de Camila Maia, por exemplo, parte dos princípios de sustentabilidade, da permacultura e da participação, como condutores dos processos de pesquisa e projeção conjunta. Ele resgata a prática produtiva como cultura e veículo da interação comunitária, buscando abrigar atividades que dialogam com o saber tradicional de origem e sua adequação às exigências sanitárias de comercialização (Figuras 02 e 03).



Figuras 02 e 03: Práticas e saberes agroecológicos no assentamento Pequeno Willian. Fonte: Grupo Periférico, 2020.

A partir desse trabalho e envolvimento conquistado entre camponeses, estudantes e professoras em outros espaços, os camponeses do Pequeno Willian graduados em Agroecologia pelo IFB-Planaltina Acácio Machado e Gustavina Alves adquiriram bolsas de estudos para pesquisas no curso Reabilita do PPG-FAU em 2017. Esse processo extensionista é caracterizado por Boaventura de Souza Santos (2011) como “extensão ao contrário”, e se baseia na união entre os saberes populares e técnico-científicos, num processo solidário e transformador de emancipação, autonomia e libertação desses sujeitos coletivos de direito (ANDRADE; LOUREIRO, 2020; LYRA FILHO, 1982; SOUZA JUNIOR, 2011).

O Periférico desenvolveu dois trabalhos no Assentamento Oziel Alves III. O TFG “Céu na terra: construindo cenários sustentáveis no Assentamento Oziel Alves III” trata da infraestrutura ecológica e agroecologia, sendo desenvolvido por Raíssa Gramacho. No processo, pôde-se observar forte presença de tensões com relação à desigualdade fundiária e acesso à água potável. Assim, o projeto permitiu, a partir das relações comunitárias e espaciais, um planejamento territorial de ocupações ecossistêmicas, potencializando o valor ambiental existente no assentamento. A partir de diálogos, os agricultores expuseram que a seca dos reservatórios dos mananciais demandou maior profundidade das cisternas e poços e reduziu as áreas alagadas. Assim, o projeto incidiu no diagnóstico participativo e indicou soluções de desenho estratégico e local que garantisse a resiliência e autonomia dos agricultores por meio de práticas agroecológicas e permaculturais.

O segundo TFG realizado no Assentamento Oziel Alves III, em 2019, denominado “Território, Arquitetura e Alimentação: Cozinha-Escola, As do Cerrado”, foi desenvolvido em parceria com a Incubadora de Cooperativas Populares FUP/NPCTS/CEAM/UnB por Monique Nogueira. O projeto produziu uma cozinha-escola para que o coletivo de mulheres “As do Cerrado” – constituído por oito mulheres que resistem às dificuldades impostas pela vida e suas histórias de fome, violência, trabalho pesado e luta – pudessem processar os produtos alimentícios e destiná-los à venda. Os produtos têm origem na produção agroecológica delas mediante uma relação entre território, plantio, produção e venda. O coletivo conquistou sustento a partir dessa relação, produzindo e comercializando seus produtos, mas tenta junto à Incubadora viabilizar e promover a independência financeira dessas mulheres.

5.2. O Direito Achado nos territórios urbanos regulares

Além das tipologias T3 e T4, os projetos de assessoria sociotécnica da resistência da tipologia “Ocupação temática” (T5) se vinculam a espaços ocupados para utilização com fins específicos variados. É o caso do projeto de Gabriela Heusi na Cooperativa 100 Dimensões de reciclagem, localizada na Região Administrativa do Riacho Fundo, bem como do Mercado Sul. Esse primeiro cumpre um papel de resistência social, cultural e política, reivindicando o direito à cidade e a “função social” dos imóveis ocupados, consolidado no cenário cultural de Taguatinga/DF, e de luta por sua permanência contra a especulação imobiliária e um processo de reintegração de posse com situação de despejo iminente imposto por seu pressuposto proprietário oficial. O Grupo Periférico e o EMAU-CASAS auxiliaram os artistas e moradores do Mercado Sul na reivindicação do seu papel de agente cultural local, já que contribuíram para a valorização do edifício e do patrimônio imaterial, graças às ações culturais desenvolvidas.

5.3. O Direito Achado nos territórios urbanos regularizados

Além da T6, “Vila Pioneira”, a tipologia T7, “Assentamento Urbanizado”, trata de ocupações que foram regularizadas ou ainda estão em processo de regularização. Os projetos desenvolvidos refletem as diversas necessidades dos lugares e comunidades envolvidas, que, mesmo regularizadas formalmente, mantêm carências em variadas dimensões, comprometendo a efetivação do direito à cidade nesses territórios. Essa tipologia engloba projetos de qualificação do espaço urbano como: a “Rua do Jovem do Varjão”, desenvolvido por Natália Magaldi; o “Parque Sementes”, por Priscila Miti; o projeto de pedagogia urbana no Itapoã “Projeto Rima: fazendo da cidade um grande aprendizado”, desenvolvido por Carol Nogueira; e o projeto de intervenção nos espaços livres do Sol Nascente para capacitação do espaço público “Espaços públicos no Sol Nascente, construindo urbanidade”, de Mayara Neres.

5.4. O Direito Achado nos territórios urbanos informais

A demanda por projetos que buscam o urbanismo participativo, como forma de resistência aos processos neoliberais de especulação, despossessão e expulsão aliada à violação de direitos cresceu por razão da Lei Federal 13.465/2017 (BRASIL, 2017), que dispõe sobre processos de regularização fundiária urbana (Reurb), mas ignora a política urbana regulamentada, ao dispensar a provisão da infraestrutura pelo poder público e tender ao favorecimento da grilagem de terras no território urbano do DF.

No DF, havia 508 ocupações informais em zonas urbanas e rurais (SEDUH-DF, 2017), e dados da revisão atual do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT) mostram que ainda existem 343 delas (SUPLAN/SEPLAN/COPLU/DIREG, 2021), que não estão no mapa do PDOT-2009 como Áreas de Regularização de Interesse Social ou de Interesse Específico (ARIS ou ARINES). Trata-se de áreas

invisibilizadas em que as infraestruturas de saneamento são pontuais, precárias ou inexistentes (ANDRADE *et al.*, 2022).

Segundo a Lei 13.465/17 (BRASIL, 2017), a modalidade Reurb-S (regularização urbana de interesse social) não está mais atrelada à delimitação de Zona Específica de Interesse Social (ZEIS), o equivalente no DF às ARIS. Assim, uma vez regularizada, o uso da área não será condicionado ao interesse social, mas funcionará como estoque fundiário a ser capturado pelo mercado imobiliário. No DF, as ARIS e ARINE somam 81.227 lotes ocupados, isto é, 264.800 habitantes, considerando a taxa média de ocupação de 3,26 hab./ domicílios (PDAD, 2018).

O art. 35, inciso IV, da Lei 13.465/17 (BRASIL, 2017) prevê a realização de projetos urbanísticos como item essencial para realização da regularização fundiária, sendo essa a etapa cujos planos de bairro e projetos podem ser inseridos no processo de regularização. Em razão desse quadro agravante, a procura por assessoria do grupo Periférico vem de uma demanda de áreas de ocupações que necessitam de um projeto de urbanismo para se tornarem passíveis de regularização; tais projetos de urbanismo não são foco dos técnicos de governo, devido à elevada demanda habitacional.

Nesse sentido, na tipologia T8 “Ocupação com conflito socioambiental”, destacam-se os trabalhos em Santa Luzia (Cidade Estrutural/DF) e na Vila Cauhy (Núcleo Bandeirante/DF), ambas situadas a menos de 15km da Praça dos Três Poderes. O território de Santa Luzia cresceu junto com a Cidade Estrutural (regularizada) pela progressiva ocupação por trabalhadores do Lixão da Estrutural, produzindo um espaço urbano que, a partir da autoconstrução habitacional, revela padrões orgânicos de desenho urbano e ausência de infraestrutura básica, compondo um cenário de alta precariedade e irregularidade territorial. Parte do assentamento se localiza na faixa de 300 metros de tamponamento da Unidade de Conservação do Parque Nacional e enfrenta risco iminente de remoção de 15 mil famílias.

Por essa razão, os pesquisadores do Grupo Periférico vêm desenvolvendo vários projetos de assessoria sociotécnica na cidade. Para analisar as possibilidades e problemas vinculados ao Polo de Extensão da UnB na Estrutural, integram-se ao trabalho de extensão “Cidades Saudáveis: mobilização e agenciamento de ações de infraestrutura ecológica para melhoria do *habitat*” e o Projeto de Iniciação Científica “Informalidade e Água” com os trabalhos “Santa Luzia Sensível à Água”, desenvolvidos por Gabriel Perucchi e Guilherme Nery, o “Plano de Bairro de Santa Luzia”, de Átila Rezende, e o “Habitação Coletiva e Participação Popular para as Mulheres Poderosas, de Sofia Portugal.

Posteriormente, foi criado o Projeto de Pesquisa “Ecossistema Urbano: análise dos impactos da ocupação urbana da Chácara Santa Luzia nos fluxos de água e na vegetação nativa nas bordas do Parque Nacional de Brasília e propostas de adequação com soluções baseadas na Natureza”, que engloba a dissertação de mestrado “Diretrizes para o Equilíbrio de Ecossistemas Urbanos em Ocupações Informais: proposições para a ocupação Santa Luzia-DF (2021)”, de Vinícius Rezende, para estudar a complexidade socioambiental, argumentando a possibilidade de permanência da população no território (Figura 04).



Figura 04: Imagem aérea da Ocupação Santa Luzia. Fonte: ANDRADE, 2021.

A Vila Cauhy, onde Pedro Ernesto desenvolveu o projeto do Plano de Bairro, passa pelas mesmas tensões socioambientais. O trabalho demonstrou que, nessa ocupação urbana – de mais de 40 anos –, o maior empecilho não são as construções situadas em zona de proteção dos recursos hídricos e mananciais, mas, sim, os conflitos entre os diversos atores em disputa no território. Ao mesmo tempo, o processo participativo e de construção coletiva do Plano de Bairro levou a um envolvimento da população que reverberou na modificação física dos espaços pela comunidade, mesmo antes da regularização pelo governo. Esse caso também reforça como a atuação do Periférico incide nos casos de injustiça socioambiental.

A tipologia T10, “Ocupação de Movimento Social”, abrange as ocupações recentes em que a população procurou o Grupo Periférico para receber um auxílio técnico na reivindicação do seu direito à moradia. A Ocupação Dorothy Stang teve início em 2015, com aproximadamente 544 famílias, organizada pelo movimento social Frente Nacional de Luta (FNL). Hoje, ela conta com mais de 600 famílias que vêm buscando se fortalecer por meio da criação da “Associação de Moradores, Lutadores e Apoiadores do Residencial Dorothy Stang” (AMREDS). A ocupação localiza-se na Região Administrativa de Sobradinho, no Setor Habitacional Nova Colina, em ARIS (PDOT-2009).

A demanda e a necessidade do projeto urbanístico levaram a Associação a buscar a assessoria sociotécnica do Grupo Periférico e do EMAU/CASAS. Assim, estabeleceu-se um vínculo com a Extensão da FAU/UnB, por meio de um PEAC intitulado “O Cantinho de Todos: o desenho urbano socioecológico do Dorothy Stang à mão de seus ocupantes”, desenvolvido no âmbito da graduação, junto a pesquisas de pós-graduação (mestrado). Esse processo conjunto contribuiu para inserir a ocupação nas áreas passíveis de regularização fundiária do DF, como “ARIS Dorothy Stang”, mediante

um Projeto de Lei Complementar (SEDUH – PLC da Reurb, 17/11/2020) que será votado na Câmara Legislativa do DF entre 2021 e 2022 (ANDRADE *et al.*, 2022). Os projetos de urbanismo e de habitação com características mais sustentáveis desenvolvidos no processo participativo em conjunto com arquitetos, estudantes e pesquisadores, permitiram à SEDUH adotá-los de modo integral, deixando sob sua responsabilidade as etapas dos projetos executivos e cadastrais (Figuras 05, 06 e 07)



Figura 05: Processo participativo com a comunidade Dorothy Stang. Fonte: ANDRADE, 2019.



Figuras 06 e 07: Comemoração do Dorothy Stang pela inclusão no PLC. Fonte: ANDRADE, 2021.

Esses casos revelam a importância da metodologia ativa acessível e interativa desenvolvida durante o processo participativo de projeto, com foco na incorporação de sujeitos sociotécnicos e de códigos geradores (ANDRADE, 2014). É um processo que busca a conciliação de saberes de modo dialógico por meio do “interacionismo pedagógico e sociotécnico”, contribuindo na emancipação dos sujeitos coletivos de Direito.

6. Considerações finais

O presente artigo questiona se a assessoria sociotécnica do Periférico na extensão tem contribuído para promover a tecnociência solidária, e se a universidade cidadã, por meio das práticas extensionistas, tem promovido uma verdadeira atuação no processo de transformação social dos territórios. Pela densidade de práticas apresentadas, acreditamos que o Grupo Periférico, por meio da assessoria sociotécnica em planejamento espacial e habitacional, tem contribuído para a autonomia, conscientização, conciliação de saberes, emancipação, mobilização e empoderamento dos sujeitos coletivos de Direito organizados em associações sociais e movimentos populares do DF e entorno, bem como para a produção de conhecimento, incluindo e conciliando os saberes populares e as práticas emergentes.

A práxis extensionista do Grupo Periférico, atravessada pela tecnociência solidária entrelaçada à práxis do Direito Achado na Rua, mostra-se transformadora, desenvolvendo e apresentando novas plataformas cognitivas de cidadania ativa e de emancipação, por meio de métodos, tecnologias sociais e processos inovadores em Arquitetura e Urbanismo. Essas práticas e tecnologias emergentes têm contribuído para solucionar problemas sociais, mediar conflitos socioambientais e potencializar identidades e saberes populares de populações excluídas na luta pelo direito à cidade. Portanto, considerando o cenário atual de crise, retrocessos e ataques, a universidade cidadã, por meio da práxis extensionista transformadora, segue resistindo e se reinventando, e reforça sua centralidade na transformação e (re)democratização do país.

Referências

ANDRADE, L. M. S. de. Conexões dos padrões espaciais dos ecossistemas urbanos, a construção de um método com enfoque transdisciplinar para o processo de desenho urbano sensível à água no nível da comunidade e da paisagem. Tese (Doutorado em Ciências Aplicadas), Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2014. 544f

ANDRADE, L. M. S. de.; LOUREIRO, V. A. “quadríade” ensino-pesquisa-extensão-gestão e a universidade cidadã: a experiência da política de gestão da extensão na FAU-UnB. In: GORDILHO-SOUZA, Angela Maria; COTRIM, Marcio; SUAREZ, Naia Alban (org.). Pesquisa em projeto e extensão na pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo. Salvador: Edufba; Rio de Janeiro: Anparq, 2020.

ANDRADE, L. M. S. de; LOUREIRO, V.; LEMOS, N. S.; LENOIR, J. A. F. Extensão e tecnociência solidária: periférico no DF e entorno. **Cadernos de Arquitetura e Urbanismo**, Belo Horizonte, v. 26, n. 38, p. 189-234, 1º sem. 2019.

_____. Assessoria sociotécnica da resistência do Grupo Periférico no contexto da Reurb-S no DF: a linguagem de padrões auto-organizados como códigos geradores de processo de projeto de urbanismo para a Ocupação Dorothy Stang. In: CAMPOS, Martha Machado, MIRANDA, Clara Luiza, JORGE, Liziane de Oliveira Jorge e de ALMEIDA, Lutero Proscholdt de. Outra arquitetura social: assessoria e assistência técnica em arquitetura e urbanismo. Editoras: EDUFES e AsM Editora. Vitória, 2022.

BRASIL. **Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017**. [...]. Disponível em: http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/19169484/do1-2017-07-12-lei-no-13-465-de-11-de-julho-de-2017-19169182. Acesso em: 15 abr. 2022.

CODEPLAN - Companhia de Planejamento do Distrito Federal. **PDAD 2018 – Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios**. 2018 Disponível em: <http://www.codeplan.df.gov.br/pdad-2018/> Acesso em: 20 abr. 2022.

DAGNINO, R. **Tecnociência Solidária, um manual estratégico**. Marília: Lutas Anticapital, 2019.

DISTRITO FEDERAL. SEDUH. **Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação**. Geoportal, 2017. Disponível em: <https://www.geoportal.seduh.df.gov.br/mapa/#>. Acesso em: 15 abr. 2022.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR PÚBLICAS BRASILEIRAS – FORPROEX. **Plano Nacional de Extensão Universitária**. Manaus, maio 2012. Disponível na RENEX <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/2012-07-13-Politica-Nacional-de-Extensao.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2022.

FREIRE, P. **Educação e mudança**. 12. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

_____. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977 (1ª edição, 1969).

HARVEY, D. **O Novo Imperialismo**. 3ed. São Paulo: Loyola, 2003.

JEZINE, E. **As práticas curriculares e a extensão universitária**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, 2., 2004, Belo Horizonte. Anais [...]. Belo Horizonte: UFMG, 2004. Disponível em: <https://www.ufmg.br/congrent/Gestao/Gestao12.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2022.

LEITE, A. Z.; TUBINO, N. L. G.; SAUER, S. Políticas públicas para terra e território: um olhar prospectivo sobre os próximos quatro anos no campo brasileiro. In: AZEVEDO, J. S. G.; POCHMANN, M. (org.). **Brasil: Incertezas e submissão?** São Paulo: Ed. Perseu Abramo, 2019. p. 171-190.

LYRA FILHO, R. **O que é direito**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

_____. Desordem e Processo: um prefácio explicativo. In: DOREODÓ ARAUJO, Lyra (org.). **Estudos sobre o Direito em homenagem a Roberto Lyra Filho**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1986.

MONTANER, J. M.; MUXÍ, Z. **Arquitetura e política: ensaios para mundo alternativos**. Barcelona: Gustavo Gilli, 2013.

NEDER, R. T. Interacionismo sociotécnico e cultura de resistência em políticas de incubação de cooperativas populares: sete dimensões estratégicas em ETCP como agência, como indicadores de avaliação Encontro Nordestino de Incubadoras de Economia Solidária. In: **Democracia e economia solidária: impasses e oportunidades**. Juazeiro do Norte – Universidade Federal do Cariri, 2016.

ROLNIK, R. **Guerra dos Lugares. A colonização da terra e da moradia na era das finanças**. 1ª edição. São Paulo: Boitempo, 2015.

SANTOS, B. de S. **A universidade do século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade**. 3ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **Boaventura sobre Future-se: “trata-se de transformar a universidade de um bem comum em investimento lucrativo**. [Entrevista cedida ao] Notícias Proifes, Brasília, DF, 19 ago. 2019. Disponível em: <https://www.proifes.org.br/noticias-proifes/boaventura-sobre-future-se-trata-se-de-transformara-universidade-de-um-bem-comum-em-investimento-lucrativo>. Acesso em: 15 de mar. 2022.

SANTOS, M. O dinheiro e o território. **Geographia**, ano 1, n. 1. Universidade Federal Fluminense, 1999.

SOUSA JUNIOR, J. G. de. et al. (org.). **Série El Derecho desde La Calle: Introducción Crítica al Derecho a la Salud**. Brasília: FUB, CEAD, v. 6, 2012.

_____. et al. (org.). **Série O Direito Achado na Rua: Introdução Crítica ao Direito das Mulheres**. Brasília: CEAD; FUB, v. 5, 2011.

_____. et al. (org.). **Série O Direito Achado na Rua: Introdução Crítica ao Direito de Transição na América Latina**. Brasília: Universidade de Brasília; CEAD; Ministério da Justiça; Comissão de Anistia, v. 7, 2015.

**ENSAIO A PARTIR DE UMA BANCA:
PLANO POPULAR DO CORREDOR DAS TROPAS (PELOTAS-RS)**

*ESSAY FROM A VIVA EXAMINATION:
POPULAR PLAN OF THE CORREDOR DAS TROPAS (PELOTAS-RS)*

*ENSAYO DESDE UNA BANCA:
PLANO POPULAR DO CORREDOR DAS TROPAS (PELOTAS-RS)*

Bruno Cesar Eufrasio de Mello
brunocesaremello@ufrgs.br

RESUMO

Em abril de 2022 participei, na condição de avaliador externo, da banca do Plano Popular do Corredor das Tropas, um contraprojeto para o Passo dos Negros, Pelotas/RS. Sua apresentação representou a conclusão do trabalho da Nucleação Pelotas/UFPel do Curso de Especialização em Assistência Técnica, Habitação e Direito à Cidade da UFBA. O presente ensaio não descreve o trabalho dos arquitetos e urbanistas residentes em seus pormenores, já que o autor deste ensaio não é autor ou orientador do Plano Popular, mas reflete a partir das provocações suscitadas por essa experiência. E, para tal, explora três debates: sobre o arquiteto útil, sobre o papel do projeto e sobre o ensino do profissional reflexivo.

Palavras-chave: Arquiteto; Projeto; Ensino; Plano Popular; Pelotas.

ABSTRACT

In April 2022, I was the external evaluator in the viva examination of the Popular Urban Plan to Corredor das Tropas, a counter-project for Passo dos Negros, Pelotas/RS. This presentation represented the work conclusion from the Nucleação Pelotas/UFPel, for the UFBA Specialization Course in Technical Assistance, Housing and Right to the City. This essay does not describe the work of the resident architects and urban planners in detail since the author of this essay is not the author or advisor of the Popular Plan but reflects on the provocations raised by this experience. To this end, it explores three debates: the useful architect, the role of the design, and the teaching for a reflective professional.

Keywords: Architect; Project; Teaching; Popular Urban Plan; Pelotas.

1. Introdução

A cabeça pensa onde os pés pisam.
Frei Betto

Frio de outono, apesar do sol, no sul do Brasil. Na plateia, moradores do Corredor das Tropas, um vereador do Psol e sua assessora, além de professores, estudantes, amigos. Todos reunidos na sala de ateliê de projetos da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

Nesse cenário, ao fim de abril de 2022, participei, na condição de avaliador externo, da sessão pública de defesa do trabalho Plano Popular do Corredor das Tropas, um contraprojeto para o Passo dos Negros, Pelotas/RS (GALBIATTI, FAGUNDES, RIBEIRO, 2022). Seus autores foram os profissionais-residentes – e naquela ocasião, candidatos a Especialistas em Assistência Técnica, Habitação e Direito à Cidade – os arquitetos e urbanistas Flávia Pagnoncelli Galbiatti, Luiza Maia Fagundes e Rodolfo Barbosa Ribeiro. O trabalho foi orientado pelo professor André de Oliveira Torres Carrasco (UFPel) e co-orientado pelas professoras Nirce Saffer Medvedovski (UFPel) e Angela Gordilho (UFBA). Sua apresentação representou a conclusão do trabalho da Nucleação Pelotas/UFPel do Curso de Especialização em Assistência Técnica, Habitação e Direito à Cidade da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Resumidamente, posso dizer que o Plano foi motivado pelo reconhecimento de uma disputa no território junto ao Canal São Gonçalo, a sudeste da cidade. Há ali dois polos em conflito: de um lado, o avanço especulativo sobre um vazio urbano de dimensões consideráveis, avanço esse viabilizado por alterações no Plano Diretor Municipal, feitas para que poucos exerçam o seu (e só seu) sagrado direito de ganhar dinheiro sobre os bens da natureza e o trabalho da sociedade. De outro lado, os moradores pobres que, ao longo de décadas, ocupam a área e que pretendem permanecer na região com dignidade. Foi essa disputa que atraiu os profissionais-residentes.

As mudanças no Plano Diretor são escandalosas, mas não surpreendem. O trabalho mostra claramente as alterações na legislação de uso e ocupação do solo no varejo, para viabilizar empreendimentos de alto padrão sobre áreas de especial interesse social, natural e histórico.

O trabalho técnico-participativo do pequeno grupo de profissionais residentes resultou em um contraplano, ou seja, um plano que se contrapõe às mudanças do Plano Diretor em curso. Um contraplano que emerge de outras bases, a partir das experiências e da vivência da população local, que participou ativamente de sua elaboração. Um Plano Popular que se fez, apesar do Estado e, mais do que isso, contra o Estado, porque foi a favor dos interesses populares negligenciados. O Plano coloca-se, portanto, sem precisar dizê-lo claramente, alinhado às propostas de planejamento colaborativo, subversivo, agonístico (BUGS, 2014), as quais incorporam novas lógicas e racionalidades à utopia de um contraplanejamento (RANDOLPH, 2016).

O conflito evidencia que a prefeitura e a especulação imobiliária têm os seus técnicos. Agora, contudo, os moradores da ocupação também passaram a ter os seus técnicos – os arquitetos residentes. Ao contar com o apoio técnico-especializado oferecido pela universidade, conseguem disputar projetos para o território “nos mesmos termos técnicos apresentados pela articulação entre poder público e mercado imobiliário, porém a partir de outras bases, relacionados ao processo histórico e cultural das formas de viver e fazer cidade dos moradores nessa região” (GALBIATTI, FAGUNDES, RIBEIRO, 2022, p.9).

A documentação apresentada pela equipe – relatório e desenhos técnicos – é competente e inquietante. Não há razão para descrevê-la aqui em detalhes, já que a apresentação do trabalho, seguida da arguição dos integrantes da banca, pode ser assistida no Youtube. Posso dizer, entretanto, que, em síntese, o Plano é composto por um projeto de urbanização (com desenhos de soluções viárias para pedestres e automóveis, de espaços públicos e áreas de lazer), por projetos de unidades habitacionais (reformas ou construções de novas residências), além do relatório técnico que descreve as premissas da proposta. O Plano dá atenção especial ao projeto das infraestruturas de drenagem urbana, uma vez que a região é alagável.

O Plano Popular do Corredor das Tropas é provocativo. Ele suscitou questões que me motivaram a escrever este ensaio. Entre elas, explorarei três: i) sobre o arquiteto útil; ii) sobre o papel do projeto; iii) sobre o ensino do profissional reflexivo. Antes de examiná-las, é necessário realizar uma breve nota a propósito da participação em projetos.

2. Breve nota a propósito da participação em projetos

Durante os anos 1960 e 1970, uma série de experiências críticas passou a sugerir a superação das premissas do Movimento Moderno e do Estilo Internacional, mesmo que mantendo, de fato, alguma continuidade com eles. Eram iniciativas que propunham, por exemplo, uma nova atitude humanista e de relação com o contexto. Eram “soluções mais experimentais, atrevidas, versáteis e adequadas a cada contexto social, que não imponha modelos senão que aprendam de cada lugar” (MONTANER, 2009, p.127).

Alguns trabalhos representam essa mudança de mentalidade. Entre eles, Montaner (2009) cita como iniciativas pioneiras: A exposição e catálogo Arquitetura sem arquitetos (1964), de Bernard Rudofsky, a qual mostra “que a arquitetura dos arquitetos é incapaz de produzir a beleza, sentido comum, adequação e capacidade de permanência das arquiteturas populares de muitas culturas” (MONTANER, 2009, p.128); o estudo Le Corbusier em Pessac, de Philippe Boudon (elaborado em 1967 e publicado em 1969), que “interpreta pela primeira vez as transformações que os usuários exerceram sobre os edifícios projetados por Le Corbusier como um fenômeno positivo e vital, como a expressão de uma ideia arquetípica de lar que sempre acaba aparecendo” (MONTANER, 2009, p.128).

Ao longo dos anos 1970, diversas elaborações teóricas passam a formular métodos de projeto “dirigidos para uma nova arquitetura pensada em função dos usuários e de suas possibilidades de participação nos espaços públicos e privados” (MONTANER, 2009, p.129). A esse propósito, as três teorias mais consistentes no campo da arquitetura foram propostas por John F. Turner, N. J. Habraken e Christopher Alexander. Para Montaner (2009), as propostas desses arquitetos se inserem nessa nova sensibilidade nascente, “a que não renuncia aos avanços da ciência e da tecnologia, e considera vital a adaptação e versatilidade destas para superar todos seus próprios aspectos negativos, depredadores,

homogeneizadores, contaminantes e desumanizadores” (MONTANER, 2009, p.129). A intenção era de que a tecnologia adotasse, portanto, “uma face humana” (MONTANER, 2009, p.129). Pode-se citar, ainda como exemplos de iniciativas pautadas pela participação, os trabalhos de Giancarlo de Carlo – arquiteto italiano que buscava a participação dos moradores nas decisões de projeto (BARONE, DOBRY, 2004) – e Hassan Fathy – arquiteto egípcio que, ao construir com o povo, recuperou técnicas artesanais de construção de cúpulas de tijolos sem o uso e formas (FATHY, 1982).

No caso brasileiro, por exemplo, são notáveis as experiências do urbanista Carlos Nelson Ferreira dos Santos (1981, 2017b). Santos começou a lidar com favelas em 1964, quando ainda era estudante. A data é importante, pois foi quando começaram as remoções de favelas no Rio de Janeiro, sob a administração do governador do Estado da Guanabara, Carlos Lacerda. As remoções se estenderiam por uma década. Em 1965, Santos passou a assessorar a Federação das Associações de Favelados do Estado da Guanabara (FAFEG). E foi a partir desse contato inicial com favelados, associações de moradores e organizações sociais que ele (e o escritório que ele integrava, Quadra) acompanhou a resistência às remoções e a urbanização da favela de Brás de Pina, na segunda metade da década de 1960 e, posteriormente, as transformações no bairro do Catumbi.

Outra experiência notável de apoio técnico de profissionais dispostos a trabalhar junto à população mais pobre e aos sem-teto é aquela realizada na cidade de São Paulo a partir de meados da década de 1980. No bojo do fim da ditadura militar e início da abertura política, movimentos sociais de luta por moradia foram sendo organizados. Eles passaram a colocar em pauta as melhorias em favelas e a regularização fundiária. Nesse momento, tomando como referência as experiências de assessoria técnica das Cooperativas de *Vivenda por Ayuda Mútua* Uruguaias, profissionais sediados em São Paulo começaram a desenvolver projetos e obras “executadas em mutirão, de forma coletiva e diretamente pelos futuros moradores”, o que se tornou “um campo de atuação de profissionais da arquitetura e urbanismo, na busca por soluções de projeto e obra de habitações dialogadas com os usuários, mais adequadas às necessidades” (CARDOSO, AMORE, 2018, p.4). A partir de iniciativas pioneiras como a da Vila Nova Cachoeirinha, na zona norte da cidade, passaram a se organizar outras na região metropolitana de São Paulo, “numa construção paulatina do ideal de autogestão produção da moradia, onde os cidadãos poderiam participar diretamente do processo de decisão sobre o projeto do bairro e da casa, da compra de materiais e da contratação de mão de obra especializada” (CARDOSO, AMORE, 2018, p.4).

Atualmente, após décadas de experiências e iniciativas, grupos de arquitetos e urbanistas continuam prestando assessoria ou assistência técnica em projetos de melhorias habitacionais, urbanização de vilas populares e favelas pautados por processos de participação. Podemos citar como exemplos atuantes hoje as assessorias técnicas paulistas Usina Centro de Trabalhos para o Ambiente Habitado e a Pebiru Trabalhos Comunitários e Ambientais, além do escritório gaúcho AH! Arquitetura

Humana. Em casos como esses, as assessorias parecem querer ultrapassar as noções de cliente, usuário e beneficiário, pois “alguém que participasse da produção não seria apenas usuário ou beneficiário, enquanto um processo de produção que restringe os não especialistas ao papel de usuários ou beneficiários não é participativo” (KAPP, 2018, p.226). Trabalham, portanto, em colaboração com movimentos sociais, associações de moradores, cooperativas de trabalhadores, representações de povos quilombolas e indígenas. Atuam como defensores, mediadores ou consultores (MELLO *et al*, 2019) desses grupos socioespaciais (KAPP, 2018).

Iniciativas como a promovida pela UFBA-UFPEL – um curso de especialização para arquitetos e urbanistas que pretendem atuar na urbanização de favelas, ocupações e produção de habitação de interesse social – são tributárias de todas as iniciativas descritas anteriormente. Não representam, contudo, o fim da crítica radical que se tornou mais visível a partir da década de 1960. Elas apontam para formas outras de pensar a formação e a atuação profissional. Como afirma Lopes (2018, p.250-251):

“Iniciativas como os programas de residência profissional, as diversas modalidades de extensão universitária, a abertura das pesquisas acadêmicas à imersão nas dimensões mais práticas de seus objetos, as atividades dos estudantes em escritórios-modelo e mesmo uma aproximação mais intensa entre estudantes e grupos de assessoria técnica, talvez nos auxiliem no esboço de uma nova ordem para o exercício profissional, destituindo o modelo pretensamente universal prefigurado pelo arquiteto personagem das revistas especializadas”.

3. O arquiteto útil

E o que é um profissional se não um corpo que sonhava e que foi transformado em ferramenta? As ferramentas são úteis. Necessárias. Mas – que pena – não sabem sonhar... (ALVES, 2012a, p.43).

Santo Amore (CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO, 2017) tem problematizado a utilidade do arquiteto. Segundo ele, a sociedade compreende que o arquiteto é um profissional que oferece seus caros serviços à elite e de que seu sucesso na carreira só pode ser medido pela capacidade – ou falta dela – de realizar obras autorais de alto padrão. Portanto, seu trabalho só seria útil a uma diminuta parcela da sociedade – aquela que tem dinheiro para contratá-lo.

Quero explorar essa provocação. A utilidade vincula-se à atribuição de um “valor subjetivo ou proveitoso para um objeto” (BUNGE, 2012, p.397). Conforme Bunge (2012, p.397), “enquanto a utilidade econômica é amiúde bem-definida (a saber, como proveito ou ganho em dólares), a concepção geral de utilidade não o é”. Ou seja, a utilidade medida pela régua do lucro é bem definida. A concepção geral, mais fugidia, já que não quantificável ou empiricamente justificada, não o é. E como nossa sociedade “não tolera a inutilidade. Tudo tem que ser transformado em lucro” (ALVES, 2012a, p.42), tudo o que não é precificável tende a ter sua utilidade questionada. Mas que saberes que não trazem lucro podem ser úteis?

Nesses termos, a atuação de um arquiteto útil, portanto, deve ser problematizada. Rubem Alves (2012b, p.117), citando o sociólogo norte-americano Charles Wright Mills, compara a situação dos cientistas (eu aqui estenderia a analogia aos profissionais de formação superior, como os arquitetos) como a de remadores no porão de uma grande embarcação. Todos estão nesse porão, suados de tanto remar, congratulando-se pela velocidade que conseguem dar ao barco. Entretanto, ninguém sabe para onde o barco vai.

Em um mundo capitalista, orientado pela lógica da utilidade econômica, as ações e relações são medidas pela capacidade de produzir ganhos monetários imediatos (ORDINE, 2016). São eles que determinam o que é útil ou inútil. São eles, portanto, que indicam o rumo a seguir. No barco da analogia usada por Alves, alguém poderia perguntar: os remadores estão nos levando a ter mais ou menos lucro? E eu perguntaria: e os arquitetos, inseridos na complexa e multifacetada indústria da construção civil, o que estariam fazendo?

O que o trabalho do Corredor das Tropas coloca é que deve haver outras réguas de medida para aferir a utilidade ou inutilidade do exercício da arquitetura para além do lucro ou do sucesso profissional vinculado à elaboração de projetos extraordinários. Como pergunta Whitaker (2011), “não seria hora de revermos nossos ideais de sucesso profissional, que no Brasil parecem reduzir a questão tão somente a uma arquitetura autoral – por vezes excelente – destinada quase que invariavelmente aos estratos sociais de alta renda?”

O Plano para o Corredor das Tropas demonstra que outros parâmetros devem ser considerados na definição da excelência arquitetônica, como o bem-viver ou o respeito ao meio ambiente. Desse modo, se inútil para a indústria da construção civil organizada para a concentração de riqueza nas mãos de poucas empreiteiras, é bastante útil para o projeto de construção de uma sociedade livre, justa e solidária, que busque erradicar a pobreza, a marginalização e reduzir as desigualdades sociais – todos esses objetivos fundamentais da República gravados no Art. 3º da Constituição de 1988 (BRASIL, 1988). Há, portanto, coisas que não são precificáveis. Seu valor está absolutamente desvinculado de qualquer fim utilitarista-econômico.

Por isso, creio que o trabalho do Corredor das Tropas evoca o elogio a um outro tipo de utilidade do arquiteto, que não serve apenas à lógica do lucro financeiro, mas que se subordina à justiça social e à cidadania. Como afirma Ordine (2016, p.9), “considero útil tudo o que nos ajuda a nos tornarmos melhores”, concepção “distante de qualquer vínculo prático e comercial”.

O curso de Especialização em ATHIS é mais que um processo de complementação técnica. É um processo de formação profissional crítica, participativa e solidária. Faz os profissionais sonharem com um mundo melhor, no próprio exercício de construção desse mundo. Realiza a práxis *paulofreireana* (FREIRE, 1987), isto é, estabelece uma estreita relação entre a interpretação da realidade (o reconhecimento das desigualdades, da falta de moradia, etc.) e a prática decorrente desta compreensão

(a atuação em assistência técnica para combater essa desigualdade e essa falta de moradia), sempre em uma perspectiva crítica e transformadora.

Se, como afirma Paulo Freire (1987), “o mundo não é, o mundo está sendo”, é preciso olhar criticamente para a realidade e construir um conhecimento do mundo a partir do diálogo e da problematização com os homens e as mulheres, do contexto em que as pessoas vivem, da experiência concreta em que estão imersos. Isso é algo que o Plano faz.

4. O papel do projeto

*Sou um técnico, mas tenho técnica só dentro da técnica.
Fora disso sou doido, com todo o direito a sê-lo.
Com todo o direito a sê-lo, ouviram?*
(PESSOA, 2016)

É sabido que no campo da Arquitetura e Urbanismo o projeto corresponde a um produto específico: um conjunto de prescrições precisas que antecipam e dirigem uma construção (ou seja, plantas baixas, cortes, fachadas, especificações técnicas, etc.). O projeto é, então, uma resposta possível a uma demanda que só se satisfará com a construção de um edifício. Silva (1998) defende que o projeto não é uma etapa inevitável da produção de um edifício. Ele só é necessário quando aumenta o nível de complexidade de decisões que devem ser comunicadas à execução da obra.

Compreendo o projeto também como um artefato tecnológico, visto que consiste na busca de objetivos práticos utilizando o saber – no caso específico, projetar para construir edifícios ou cidades. O conhecimento manipulado pelo arquiteto não está preocupado em desvelar a verdade, mas está interessado em agir sobre o mundo. Retomarei essa questão adiante.

Além disso, a elaboração de projetos é reconhecida como o núcleo da formação e da personalidade profissional do arquiteto. A habilidade para o projeto estaria expressa na capacidade de síntese de conhecimentos diversos – técnicos, artísticos, humanísticos, etc. A formação do arquiteto, portanto, está organizada a partir da disciplina “tronco” ou pela “espinha dorsal” das disciplinas de projeto justamente porque, nelas, os conhecimentos ministrados ao longo do curso convergiriam para sua aplicação prática na composição (MELLO, 2021).

Para Ferro (2006), o projeto se relaciona com o canteiro de obras (e com seus operários) como um discurso despótico, uma ordem, já que é desenho para a produção precisa e incontestável. E é esse aspecto, formulado por Ferro, que quero discutir. Em um contexto em que o objeto arquitetônico é uma mercadoria e onde o trabalho, por ser assalariado, é estranhado (MARX, 2010), essa antecipação da realidade a que damos o nome de projeto pode ser despótica.

Contudo, o projeto, como ferramenta de antecipação, não é apenas isso. Não está na “essência” do projeto essa imposição despótica. Se o projeto pode ser compreendido como uma técnica, como mencionei anteriormente – e, assim sendo, como uma ação sobre o mundo posicionada, talvez até

mesmo engajada –, é preciso perguntar: a serviço do que e de quem está o projeto? E talvez, mais importante: projetamos contra quem?

No caso particular do Plano Popular para o Corredor das Tropas, o projeto foi uma oportunidade para a “ação criadora de todos”, uma vez que foi elaborado em processo de produção coletiva a democrática. Por ter sido construído dialogicamente, abandonou o “messianismo tecnológico” (FREIRE, 2020, p.11), ou seja, aquela perspectiva que transforma o outro em coisa ou objeto inferior que deve receber dócil e passivamente conteúdos impostos por quem crê ser a sede do saber.

O projeto construiu-se também como uma antecipação de um sonho que, se antes era difuso e abstrato, agora, com o projeto concluído, era claro e palpável. Com o projeto pronto e impresso, era possível “enxergar” o que se quer e, portanto, ter mais claro pelo que lutar. Esse projeto em particular é, por isso mesmo, instrumento de mobilização e de luta por um futuro melhor para a Comunidade do Corredor das Tropas.

Essa experiência demonstrou que o projeto é mais do que uma ordem de serviço ao canteiro; e que o processo de sua elaboração é mais do que a síntese de conhecimentos expressa em um conjunto de desenhos técnicos. O processo de elaboração do Plano ensejou o próprio processo de construção da cidadania. Afinal, se posso decidir sobre como vai ser o meu bairro, por que não decidir como vai ser minha cidade e meu país?

O que quero afirmar é que a técnica projetual – a produção daquele conjunto de prescrições precisas que antecipam e dirigem uma construção, em algumas situações de forma despótica – extrapolou o campo arquitetônico. E o extrapolou porque a técnica é um meio e não um fim. As decisões entre elaborar um plano (ou um projeto) que contemple as necessidades dos moradores pobres e um que afirme os interesses especulativos “dependem de opções e de atos de vontade. É aí que surgem em sua verdadeira dimensão política. (...) Não adianta sobrepor a isto qualquer máscara: a questão de fundo é política mesmo” (SANTOS, 2017a, p.115).

Fora dele (do campo arquitetônico, mas com ele engajado), o processo de elaboração do Plano Popular foi um instrumento de mobilização, de luta por cidadania e, no futuro, será uma ferramenta política de negociação com a municipalidade. A capacidade de luta não está submetida, assim, a uma “competência técnica”, que dará a resposta pretensamente apropriada. Toma-a, contudo, como aliada.

5. Ensinando que profissional reflexivo?

Agora vocês poderiam dizer: “Mas Paulo, você não está de acordo com a capacitação profissional?” Estou. Não há dúvida de que nesse tipo de educação para o poder que nós defendemos também existe a seriedade na formação do trabalhador. Por exemplo, se nós trabalhamos com um grupo de pedreiros, é importante preparar um pedreiro para que ele seja o melhor; mas esta prioridade na formação profissional não esgota o objetivo da Educação Popular, porque existe outra prioridade ao lado dela, sem a

qual aquela não funciona do nosso ponto de vista da libertação.” (FREIRE, 2018, p.209).

É bastante conhecido o livro de Donald A. Schon (2000), *Educando o Profissional Reflexivo: um novo design para o ensino e a aprendizagem*. Nele, o autor elabora a ideia da reflexão-na-ação, ou seja, um processo educativo em que os educandos pensam sobre o que fazem enquanto fazem.

Schon toma o ensino das escolas de Arquitetura como exemplares nesse ensino de reflexão-na-ação. O ateliê de projeto arquitetônico seria, conforme ele, um modelo educacional para a reflexão na ação, pois ele “exemplifica as situações inerentes a qualquer aula prática reflexiva e as condições e os processos essenciais para seu sucesso” (SCHON, 2000, p.26). O ateliê de projeto arquitetônico, portanto, serviria como “protótipos da reflexão-na-ação e da educação para o uso do talento artístico” noutros campos (SCHON, 2000, p. viii). Seria um tipo de educação para a prática que busca tornar aptos os profissionais para “lidar com situações de incerteza, singularidade e conflito” (SCHON, 2000, p.24). Ou seja, aprender na prática algo que a sala de aula não ensina.

Ele descreve o ateliê de projetos como aquele “espaço no qual os estudantes passarão muito tempo de suas vidas profissionais, (...) na maior parte do tempo, envolvidos em buscas paralelas e privadas na tarefa comum do projeto” (SCHON, 2000, p.47). E é aqui que, creio, a questão está incompleta.

Schon dá atenção especial ao ensino dentro do ateliê, momento de elaboração do projeto arquitetônico, que é uma importante etapa da construção civil. Porém, o projeto não é mais do que o meio do caminho para a obra acabada. A obra construída é o fim, e não o projeto que a antecipa. E se a obra construída é o fim, há ainda etapas que antecedem a elaboração do projeto, como o recebimento da demanda, o diálogo com os interessados na construção, os levantamentos de naturezas diversas, a montagem do programa de necessidades, o estudo de viabilidade, etc. Até mesmo o processo de projeto em si não se faz sem a intervenção de um demandante, que discute as alternativas, polemiza as questões, etc.

Em que momento todas essas outras etapas e procedimentos do processo de elaboração de um projeto arquitetônico – que não são exclusivamente aquelas do ateliê – são simulados na formação profissional do arquiteto? Afinal, qual a prática profissional (ou etapa dela) que o ateliê simula? É preciso compreender o exercício profissional de uma forma mais ampla e completa, algo que Schon, obviamente, não faz, uma vez que esse não é o objeto de seu estudo.

A pergunta que quero colocar é: o processo de ensino de um profissional arquiteto reflexivo deve estar limitado ao espaço do ateliê? Creio que não. A formação profissional não se esgota na transmissão de capacidades técnicas. Como refere Bunge, “lamentavelmente, a maior parte da instrução dos estudantes de graduação universitária nas ciências consiste em ensinar técnicas, às expensas de ideias substantivas, como se as técnicas fossem algo mais do que meios para fins” (BUNGE, 2012, p.374-375). Dessa maneira, é preciso formar bons arquitetos, hábeis no complexo processo de

elaboração de projetos arquitetônicos em ateliê, mas isso não esgota o objetivo da educação. É preciso, de um lado, simular todo o processo de trabalho – que vai para além do ateliê. E, além disso, ensinar ideias substantivas.

Afinal, vamos educar para nos adaptar a este contexto, a esta realidade tal qual se apresenta, a estes novos tempos? Ou para intervir nesta realidade, transformando-a? É preciso pensar um sistema educativo baseado noutras lógicas, para “mais além dos limites de um saber puramente utilitário” (FREIRE, 2015, p.160). O caminho é, como cita Freire (2015, p.161), o da “informação formadora”, que é “o conhecimento crítico que implica tanto o domínio da técnica quanto a reflexão política” sobre as implicações do uso da técnica. Afinal, “que educação é essa que forma um mundo de desigualdade? Um mundo em que a competitividade é um valor acima da solidariedade?” (BETTO, 2018, p.58).

Os demandantes – a comunidade do Corredor das Tropas de Pelotas – dialogaram com os pós-graduandos, que os acolheram, ouviram. Em colaboração, construíram coletivamente o programa de necessidade a ser atendido, discutiram e decidiram as melhores alternativas. A construção do Plano Popular do Corredor das Tropas representou um processo de ensino que não se limitou nem se esgotou no ateliê (ou na técnica), mas que praticou a práxis – a “ação e a reflexão dos homens sobre o mundo para transformá-lo” (FREIRE, 1987, p. 67). Representou, portanto, a possibilidade de formação de um tipo de profissional reflexivo que está preparado para exercer sua atividade com excelência técnica, mas também consciente dos compromissos éticos e morais de sua atuação sobre o mundo. Que sabe que sua atuação é posicionada – já que a técnica não é neutra – e que pode representar certos compromissos com os homens e as mulheres.

6. Considerações finais

Para o filósofo Richard Rorty (1999, p.130), “desengajamento da prática produz alucinações teóricas”. Isso porque, como cita Santos (2017a, p.116), onde “for necessário teoria, ela tem de ser extraída da prática daquela situação concreta, sob pena de sempre servir mal”. Afinal, não há sentido em tentar ensinar teoria da arquitetura aos moradores de ocupações, às lideranças comunitárias, de movimentos sociais e de trabalhadores. “Um verdadeiro trabalho técnico ou intelectual consistiria muito mais em seguir a evolução das idealizações dos favelados até a sua realização prática (uso concreto do espaço), no sentido de recuperá-las sob forma de teoria” (SANTOS, 2017b, p.151). Foi tentando escapar das “alucinações teóricas” que buscamos refletir a partir do “engajamento da prática”, revelada pelo trabalho do Plano Popular junto à população do Corredor das Tropas.

Um trabalho que sugere outras réguas para medir a utilidade do exercício da arquitetura. Utilidade essa que desafia a lógica do lucro ou do sucesso profissional vinculado unicamente à elaboração de projetos de assinatura e formalmente extraordinários, dirigidos a demandas da classe de alta renda. Que vincula o exercício da arquitetura ao bem-viver e ao respeito ao meio ambiente. Que

engaja a atuação profissional na luta pela justiça social, de forma crítica, pautada na solidariedade e na democracia. Que faz os profissionais sonharem com um mundo melhor, no próprio exercício de construção desse mundo.

O Plano para o Corredor das Tropas mostrou, também, como um projeto arquitetônico é mais do que uma ordem despótica ao canteiro de obras. No contexto específico do processo realizado pelos profissionais residentes de Pelotas, ele representou, ainda, a antecipação de um sonho tornado claro e palpável pelo projeto, algo que agora podia ser visto. Com o projeto pronto e impresso, era possível “enxergar” pelo que lutar. Esse projeto em particular foi, por isso mesmo, instrumento de mobilização e de luta por um futuro melhor para a comunidade.

E que o processo de ensino de um profissional reflexivo não deve estar limitado ao espaço do ateliê. Inegavelmente, é importante formar bons arquitetos, hábeis no complexo processo de elaboração de projetos arquitetônicos, mas isso não esgota o objetivo da educação, tampouco o exercício profissional. É preciso, de um lado, simular todo o processo de trabalho – que vai para além do ateliê. E, além disso, ensinar ideias substantivas. Educar para que as pessoas pensem e atuem sobre o mundo para nos tornarmos uma versão melhor de nós mesmos.

Referências

- ALVES, R. **A alegria de ensinar**. Campinas: Papirus, 2012a.
- _____. **Conversas com quem gosta de ensinar**. Campinas: Papirus, 2012b.
- BARONE, A. C. C.; DOBRY, S. A. "Arquitetura participativa" na visão de Giancarlo de Carlo. In **Revista PosFAUUSP**, [S.l.], n.15, p.18-31, 2004. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/posfau/article/view/43369>. Acesso em: 14 ago. 2022. Doi: 10.11606/issn.2317-2762.v0i15p18-31.
- BETTO, F. **Por uma educação crítica e participativa**. Rio de Janeiro: Anfiteatro, 2018.
- BOURDIEU, P. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia do campo científico**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 24 mai 2022.
- BUGS, G. **Tecnologias da informação e comunicação, sistemas de informação geográfica e a participação pública no planejamento urbano**. Tese (doutorado em Planejamento Urbano e Regional). Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.
- BUNGE, M. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Perspectiva, 2012.
- CARDOSO, F. S.; AMORE, C. S. Assessoria e assistência técnica para habitação de interesse social no Brasil. In: ZAAR, Miriam; CAPEL, Horacio. (Org.). **Las ciencias sociales y la edificación de una sociedad post-capitalista**. 1ed. Barcelona: Universidad de Barcelona/Geocrítica, 2018, v. 1, p. 1-18.
- CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO. **Caio Santo Amore e o desafio concreto de ser um arquiteto útil**. [s.l.], 2017. Disponível em: <https://www.caubr.gov.br/o-desafio-concreto-de-ser-um-arquiteto-util/>. Acesso em: 10 mai 2022.
- FATHY, H. **Construindo com o povo: arquitetura para os pobres**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- FERRO, S. **Arquitetura e trabalho livre**. São Paulo: Cosac Naify, 2006.
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- _____. **Cartas a Cristina: reflexões sobre minha vida e práxis**. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

_____. **Pedagogia do compromisso: América Latina e organização popular**. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018.

_____. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2020.

GALBIATTI, F.P., FAGUNDES, L.M., RIBEIRO, R.B. **A Construção do Plano Popular do Corredor das Tropas: um processo de formação e reflexão de assessoria técnica em arquitetura e urbanismo**. Relatório de trabalho do Curso de Especialização em Assistência Técnica, Habitação e Direito à Cidade. UFBA/UFPEL, Pelotas, 2022.

GALIMBERTI, U. **Psiche e techne: o homem na idade da técnica**. São Paulo: Paulus, 2006.

KAPP, S. Grupos sócio-espaciais ou a quem serve a assessoria técnica. In: **RBEUR**, São Paulo, v.20, n.2, p.221-236, Maio-Ago. 2018. Doi: <https://doi.org/10.22296/2317-1529.2018v20n2p221>

LOPES, J. M. A. Nós, os arquitetos dos sem-teto. In: **RBEUR**, São Paulo, v.20, n.2, p.237-2353, Maio-Ago. 2018. Doi: <https://doi.org/10.22296/2317-1529.2018v20n2p237>.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MELLO, B. C. E. de. O ensino de Arquitetura é uma árvore: deveria ser?. **arq.urb**, [S. l.], n. 30, p. 86–94, 2021. DOI: 10.37916/arq.urb.vi30.459. Disponível em: <https://revistaarqurb.com.br/arqurb/article/view/459>. Acesso em: 12 set. 2022.

MELLO, B.C.E. de. NODARI, G., LERSCH, I. M., ROVATI, J. F. Defensor, mediador, consultor: posicionando a universidade. In FERREIRA, L., OLIVEIRA, P., IACOVINI, V. (org). **Dimensões do intervir em favelas: desafios e perspectivas**. São Paulo: Peabiru TCA / Coletivo LabLaje, 2019.

MONTANER, J. M. **Depois do movimento moderno: Arquitetura da segunda metade do século XX**. Barcelona: Gustavo Gilli, 2009.

PESSOA, F. **Obra poética de Fernando Pessoa**. Volume 2. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

RANDOLPH, R. A utopia do planejamento e o planejamento da utopia: o longo caminho de um contra-planejamento até o alcance da justiça social. In: **XIV Colóquio Internacional de Geocrítica – Las Utopias y la Construcción de la Sociedad del Futuro, Barcelona**: Universidad Barcelona, 2016. v. 1. p. 46-62. Disponível em: http://www.ub.edu/geocrit/xiv_rainerrandolph.pdf. Acesso em 14 ago 2022.

RORTY, R. **Para realizar a América: o pensamento de esquerda no século XX na América**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1999.

SANTOS, C. N. F. dos. **Movimentos urbanos no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. Técnica e favelas. In Machado, M. L. P., SILVA, M. L. P. (org.). **Sementes Urbanas 1**. Niterói: Eduff; Rio de Janeiro: Casa 8, 2017a.

_____. Como projetar de baixo para cima – uma experiência em favela. Machado, M. L. P., SILVA, M. L. P. (org.). **Sementes Urbanas 1**. Niterói: Eduff; Rio de Janeiro: Casa 8, 2017b.

SCHON, D.A. **Educando o profissional reflexivo: um novo design para o ensino e a aprendizagem**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SILVA, E. **Uma introdução ao projeto arquitetônico**. 2ª ed. Porto Alegre: Ed. da Universidade, 1998.

WHITAKER, J.S. Perspectivas e desafios para o jovem arquiteto no Brasil. Qual o papel da profissão? **Arquitextos**, São Paulo, ano 12, n. 133.07, Vitruvius, jul. 2011 Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/12.133/3950>>. Acesso em: 24 mai 2022.

URBANOS FURORES: A FEBRE DA PRÁXIS*URBAN RAGES: THE PRAXIS FEVER**URBANOS FURORES: LA FIEBRE DE LA PRAXIS***Ana Paula Vieceli**

anavieceli@hotmail.com

RESUMO

O diagnóstico Lefebvrino de que o principal problema do urbano seria *a desintensificação da vida nas cidades* e a sua provocação de que *o direito à cidade consiste no direito de inventá-la*, alimentou o espaço de uma pesquisa de doutorado e impulsionou a aposta na experimentação de uma práxis de apropriação ativa e inventiva do espaço urbano como uma possível ferramenta de intensificação. Este artigo tem como objetivo apresentar a prática singular do jogo Arcanos Urbanos e, levando em conta as potencialidades inventivas do lúdico defendidas na teoria de Johan Huizinga (1971) bem como sua influência nas práticas urbanas da Internacional Situacionista, colocamos a prática deste jogo inventado como herdeiro dos furores urbanos seissentistas. O Arcanos Urbanos realiza-se enquanto um jogo coletivo que dispara uma série de experiências urbanas direcionadas aos espaços públicos da cidade, tomando seus conteúdos como matéria de expressão e engajando os jogadores em um fazer: *fabricar com a cidade*, numa relação de porosidade com o lugar, um espaço expressivo para ensaiar modos lúdicos e singulares de habitar a cidade.

Palavras-chave: direito à cidade; práticas urbanas; jogos urbanos.

RESUMEN

El diagnóstico lefebvrino de que el principal problema urbano sería *la desintensificación de la vida en las ciudades* y su consecuente provocación de que *el derecho a la ciudad consiste en el derecho a inventarla*, alimentó el espacio para una investigación doctoral e impulsó la apuesta por la experimentación de una praxis de apropiación activa e inventiva del espacio urbano como posible herramienta de intensificación. Este artículo tiene como objetivo presentar la práctica singular del juego Arcanos Urbanos y, teniendo en cuenta las potencialidades inventivas de lo lúdico, defendidas en la teoría de Johan Huizinga (1971) y su influencia en las prácticas urbanas de la Internacional Situacionista, ponemos la práctica de este juego inventado como heredero del furor urbano de los años 60. Arcanos Urbanos es un juego colectivo que desencadena una serie de experiencias urbanas dirigidas a los espacios públicos de la ciudad, toma sus contenidos como materia de expresión e involucra a los jugadores en una tarea: *fabricar con la ciudad*, en una relación porosa con el lugar, un espacio expresivo para ensayar formas lúdicas y singulares de habitar la ciudad.

Palabras clave: derecho a la ciudad; prácticas urbanas; juegos urbanos.

1. Prelúdio

O título desse artigo faz referência à obra *Os Heroicos Furores* do herético, místico e profético – e, por isso mesmo, condenado à fogueira – Giordano Bruno, cuja filosofia tinha o objetivo de chegar à contemplação divina. Tal contemplação seria obtida através de um estado interior particular que ele chamou, justamente, de *furor*. Para Bruno, de fato, entre natureza e divindade não há nenhuma separação; pelo contrário, considera que “a luz divina está sempre presente; sempre é oferecida, sempre chama e bate às portas de nossos sentidos e outros poderes cognitivos e de entendimento” (MANCUSO, 2022, s.p). Para contemplar a Deus, bastaria abrir-se à plenitude da vida e, no momento em que a razão pudesse unir-se à esfera emotiva e sentimental, ter-se-ia a condição privilegiada para a contemplação divina, chamada, justamente, de *furor*.

Novaes (1988) explica que, na tradição renascentista, *furor* significa ardor, coragem, paixão desmedida. Trata tanto do amor profano como do sagrado que, com trabalho impetuoso do espírito, excede à razão; já *heroico* significa o acontecimento memorável, a virtude superior, a forma nobre e elevada da força da alma. No entanto heroico também pode ser entendido como erótico, já que os antigos tendiam a aproximar vocábulos com sons vizinhos, ainda que a etimologia fosse outra.

Assim, pode-se dizer que (...) *Os Heroicos Furores* podem ser lidos também como o *prazer do corpo*. (...) Giordano Bruno (...) critica nesta obra o domínio do intelecto sobre os sentidos e escreve: “erramos quando, seduzidos pela beleza do intelecto, deixamos em perigo de morte a outra parte de nós mesmos. É aí onde nasce esse humor melancólico e perverso” (NOVAES, 1988, p. 17).

Este artigo apresenta os heroicos furores de um jogo urbano, experimentação produzida no espaço temporal de uma pesquisa de doutorado em arquitetura, abastecido pelas ideias e práticas incendiárias e revolucionárias que emergiram na década de sessenta. Partimos do problema da *desintensificação da vida urbana* colocada por Henri Lefebvre. Tal desintensificação, promovida por forças políticas e econômicas da cidade neoliberal, tem como consequência a condição de não-participação dos seus habitantes, uma condição passiva que produz apatia e alienação no que diz respeito à produção do espaço urbano e a consequente condição melancólica. Encontramos na Internacional Situacionista o imperativo de que é necessário inventar novos jogos para o *despertar ilimitado de novas paixões urbanas* como antídoto para a apatia. Investigamos, assim, o conceito de jogo desenvolvido por Johan Huizinga, historiador e linguista que iluminou as práticas situacionistas e que, por sua vez, nos apresentou uma importante ferramenta de intensificação urbana: o jogo.

Compreendemos com Lefebvre que o direito à cidade não é apenas o direito ao acesso àquilo que já existe nela, e sim, consiste no direito de *inventá-la*. E como se inventa a cidade? Ora, não se inventa uma cidade com base apenas em discursos sobre discursos. A cidade, afinal, não é somente o que se diz dela em termos teóricos e conceituais, “a cidade não é apenas uma linguagem, mas uma *prática*”, disse Lefebvre (2009, p. 101). Assim, o artigo busca divulgar os procedimentos realizados na

prática do jogo Arcanos Urbanos, cuja primeira temporada experimental resultou na tese homônima e que defendeu o lúdico como instrumento místico e artístico para provocar, com gestos mínimos, o reencantamento apaixonado da cidade através da prática de apropriação do espaço público. Ademais, o jogo convocou uma produção coletiva de um “oráculo urbano” que acolheu expressões narrativo-poéticas dos jogadores em ação. A aposta que advém dessa apropriação lúdica do espaço e a consecutiva expressão dos jogadores – traçar linhas em mapas, escrever, capturar imagens, capturar os sons, movimentos, formas e cores da cidade – é sempre, para além de tudo que se possa dizer disso, uma busca prazerosa por uma produção de um corpo espiritual urbano: um furor. Tratou-se, neste jogo, por meio de quatro naipes de expressão, provocar o invisível a se mostrar, dar espaço para a alma jorrar, permitir ao fogo sagrado arder: *ignis ardens non comburens*

2. La febre de la praxis

A ideia do direito à cidade foi originalmente formulada em termos conceituais pelo filósofo marxista e sociólogo francês Henri Lefebvre (1901-1991), que, no catártico ano de 1968 – mas pouco antes da irrupção de maio – publicou, pela *Éditions Anthropos*, um pequeno livro intitulado *Le droit à la ville*. Na obra em questão, Lefebvre denunciava que “forças muito poderosas tendem a destruir a cidade” (2009, p. 104). Não se tratava de um cataclismo, nem de uma invasão alienígena, nem mesmo de uma pandemia viral. Mas tratava, sim, de forças políticas e econômicas que *desintensificam* a cidade, que desagregam seus habitantes e os colocam na condição passiva de não-participação. Diante dessas forças opressoras, o principal problema do urbano, para Lefebvre, seria sempre esse: *como intensificar a vida urbana?*

Repudiando a postura determinista e metafísica do urbanismo modernista, Lefebvre demonstra, ao longo de sua obra, que os problemas da sociedade não podem ser reduzidos a questões espaciais e muito menos às abstrações geométricas do desenho arquitetônico e urbanístico. A crítica Lefebvrina ao urbanismo positivista parte do diagnóstico da incapacidade do planejamento racionalista abstrato em transformar a realidade. No entanto, mais do que apontar a falência do resultado, Lefebvre destaca o caráter alienante da própria pretensão de tornar os problemas urbanos uma questão meramente técnica, científica, administrativa, discursiva, pois ela mantém um aspecto fundamental da alienação dos cidadãos: o fato destes serem mais objetos do que sujeitos do espaço social, fruto de relações econômicas de dominação e de políticas urbanísticas por meio das quais o Estado ordena e controla a população e é permissivo com os interesses neoliberais.

Opondo-se a essa perspectiva administrativista, Lefebvre politiza a produção social do espaço assumindo a ótica, não mais da administração, mas dos cidadãos, posicionando o direito à cidade no lugar mesmo onde o cidadão luta pelo direito de criação e plena fruição do espaço social. Assim, o autor faz avançar a concepção de cidadania, esta que, para ele, deve ir além do direito ao voto e a liberdade

de expressão: trata-se de uma forma de democracia pelo controle direto das pessoas sobre a forma de habitar a cidade. A cidade, assim, passa a ser entendida como obra humana coletiva onde cada indivíduo e comunidade tem espaço para manifestar sua diferença.

A realização dessa cidade-obra acontece quando se confronta a lógica de dominação e quando prevalece a *apropriação* do espaço pelos cidadãos, um *modo de uso* do espaço que satisfaça e expanda as necessidades e as possibilidades da coletividade. Apropriação aqui não tem a ver com propriedade, mas com o *uso*, e precisa acontecer coletivamente como condição de possibilidade à apropriação individual. Assim surge a ideia Lefebvriana de um outro urbanismo possível através da *utopia experimental*, que parte dos problemas de lugares concretos – onde se desenvolvem relações sociais – submetendo-os à crítica e à imaginação de novas possibilidades urbanas.

Para tanto, é preciso transgredir o *status quo* segregador e uniformizador do cotidiano, por meio da contestação e da vivência concreta de experiências alternativas, mais espontâneas e autênticas, propiciadas, por exemplo, pela arte e por atividades lúdicas comunitárias, como rituais, festas e jogos no espaço público. Para Lefebvre, por meio daquilo que considera *formas de contracultura* – formas nas quais se encontra o primado da imaginação sobre a razão, da arte sobre a ciência, da criação sobre a repetição – é possível restaurar a cidade como *obra* dos cidadãos. Lutar pelo direito à cidade assume essencialmente o sentido de romper com a sociedade da indiferença e caminhar para um modo *diferencial* de produção do espaço urbano, marcado pelo florescimento e interação de novos e diversos ritmos de vida, expressão das diferentes formas de apropriação do espaço, que coloquem em tensão as experiências do real e as utopias construídas a partir delas.

Fazendo eco às questões que Lefebvre lançou aos urbanistas nos anos sessenta, ainda hoje – e, talvez, hoje com muito mais necessidade – segue-se tentando responder à sua provocação: como é que, afinal, se poderia intensificar as capacidades de integração e participação da cidade? Como é que, afinal, se participa ou se estimula a atividade participante da cidade? Como é que se faz cidade? Lefebvre acreditava que a resposta só poderia ser encontrada em algum lugar na *dimensão do cotidiano* – essa dimensão tão desprezada quanto comum, que inclui os corpos exercendo seus variados ritmos. Consideramos, então, mergulhar uma pesquisa de doutorado nessa dimensão cotidiana, e seguimos uma pista de ação advinda do mesmo período de ebulição social dos anos sessenta, através das práticas da Internacional Situacionista.

3. O jogo do porvir

Diante das "forças muito poderosas [que] tendem a destruir a cidade", seguimos a pista deixada pela Internacional Situacionista que, antecedendo em poucos anos os estudos urbanísticos de Lefebvre, ao propor a luta contra a apatia urbana, insistia que "é preciso inventar novos jogos" (DEBORD; FILLON, 1954).

Para os situacionistas, o antídoto contra o espetáculo (DEBORD, 2015), que produz corpos conformados, só poderia ser o seu oposto: *a participação ativa dos indivíduos em todos os campos da vida social e, em oposição à apatia, o despertar ilimitado de novas paixões*. Propunham que a arte deveria perder seu caráter individualista, restrito e institucional e tornar-se social, acessível ao cidadão comum, integrada na vida cotidiana. A vida cotidiana, por sua vez, deveria ser entendida como uma obra de arte. Assim, rapidamente perceberam que essa arte comum só poderia ser realizada no âmbito da cidade.

Mais do que promover uma consciência urbana crítica e pungente, os situacionistas eram disparadores de ações sobre o território real da cidade, disputando o espaço dominado pelo uso utilitário, reivindicando o espaço público como o lugar de criação e elevando essa prática a uma ação política. Nessa base real urbana, labiríntica e dinâmica, o grupo propunha a construção de situações (daí o nome situacionista), que consistia na criação de jogos de acontecimentos. O que eles propunham eram experiências urbanas transitórias para motivar, na cidade, outras maneiras de habitar, provocando, através da *deriva* – arte de vagar pelo espaço urbano – e da *psicogeografia* – uma geografia afetiva, subjetiva, que cartografa as diferentes ambiências psíquicas provocadas pelas derivas – momentos mais intensos, livres e prazerosos.

Entre 1956 e 1960, fez parte da Internacional Situacionista o artista plástico holandês Constant Anton Nieuwenhuys (1920 – 2005). Nesse período, Constant deu início a um projeto utópico de cidade que ficou conhecida como Nova Babilônia. Mesmo após sua expulsão do movimento por Debord, Constant seguiu por 18 anos desenvolvendo este projeto. Nova Babilônia é, pois, o resultado das tentativas de Constant de traduzir em projeto a teoria do urbanismo unitário dos Situacionistas. Tudo em Nova Babilônia seria temporário, inconstante e espontâneo (como um jogo) contra a racionalidade e automatização das concepções modernas. Nova Babilônia seria uma cidade tecnológica para o usufruto de habitantes nômades. A própria construção dessa cidade seria feita ao passo em que sua população se deslocasse através da deriva, formando uma rede temporária e dinâmica.

É importante destacar que o germe de Nova Babilônia surge pelo contato que Constant teve com um grupo de ciganos na Itália, no ano de 1958. Deparando-se com a discriminação sofrida pelos ciganos naquele país, o acampamento improvisado e precário no qual viviam, mas, sobretudo o contraste desta situação com a música e a alegria deste povo, ele foi motivado a imaginar uma outra cidade possível e elaborou uma maquete de um *novo e permanente acampamento para um povo nômade*. Pode-se considerar este o início da criação de Nova Babilônia (CAÚLA, 2018).

Não executado, o projeto para o acampamento cigano rapidamente se tornou um exercício que tomou a proporção de um sonho, de uma cidade nômade do futuro, um exercício de imaginação e de pensamento. Constant apresenta soluções técnicas e detalha seções do seu projeto nos mínimos detalhes. O conjunto dos seus desenhos, colagens e maquetes, atrai olhares que se fascinam com a técnica

empregada na representação. Nova Babilônia é projetada como uma cidade que vem se sobrepor a todas as cidades do mundo, com base na linha sinuosa do percurso nômade, se interconecta de fragmento em fragmento, como uma imensa rede suspensa, espalhando-se pelo planeta, em todas as direções, como uma grande teia de aranha. Inspirada originalmente pelos ciganos, essa cidade não recebe a qualidade de nômade apenas por abrir a possibilidade de levar seu habitante à deriva de qualquer ponto do planeta a outro, mas também porque é passível de ser continuamente modificada. Ela é uma cidade móvel e completamente moldável pelo uso que os seus habitantes fazem dela.

Constant situa Nova Babilônia em um futuro pós-revolução, em que a terra é propriedade coletiva e o trabalho é completamente automatizado e executado por máquinas. Assim, as pessoas se tornam totalmente independentes do trabalho e da morada fixa, e têm todo o seu tempo livre para o jogo criativo. O imaginário espacial de Constant para Nova Babilônia está relacionado com o imaginário do surgimento de uma sociedade lúdica.

4. *Homo ludens*: o jogo como ferramenta de intensificação

Lúdicas são todas as atividades que, independentemente da utilidade ou função, resultam da fantasia criadora; porque somente enquanto ser criador pode o homem realizar-se plenamente e atingir as suas mais desenvolvidas condições de existência. (...) Tentamos vislumbrar a imagem de uma sociedade na qual todo indivíduo esteja em condições de criar sua própria vida, de dar a ela a forma que esteja mais de acordo com os seus desejos mais profundos (CONSTANT, 2010, p. 33).

Constant e os Situacionistas foram muito inspirados na ideia de jogo trazida pelo historiador e linguista holandês Johan Huizinga (1872-1945), através da obra intitulada *Homo Ludens: o jogo como elemento da cultura* (1938). Neste livro, Huizinga defende que o jogo não é somente um elemento a mais na cultura, ele é, sim, seu princípio embrionário. Sendo próprio da natureza – e não somente algo pertencente à humanidade – o jogo possui uma potência criadora, já que "a própria vida está toda penetrada por ele, como por um verdadeiro fermento" (HUIZINGA, 1971, p. 193).

O jogo se revela como uma atividade fundamentalmente livre, que se situa fora da sensatez da vida prática, ele "nada tem a ver com a necessidade ou a utilidade, com o dever ou com a verdade" (HUIZINGA, 1971, p. 177). Então, evadindo o mundo habitual, o jogo é essa ferramenta capaz de criar uma espécie de *círculo mágico*, um novo espaço-tempo próprio e delimitado, onde põe em jogo uma certa imaginação da realidade. "Assim, ao dar expressão à vida, o homem cria um outro mundo, um mundo poético" (HUIZINGA, 1971, p. 7). O jogo é um *ato poético*, portanto.

Dentro da realidade urbana, onde as formas seguem a função, o jogo, em sua força expressiva, é capaz de reelaborar a realidade ao permitir que *a forma siga a fantasia*. Lefebvre (2008, p. 82) também dizia que "o ser humano só pode habitar como poeta". Se o jogo tem essa incrível capacidade poética de transformar o real, no entanto, isto se dá apenas na medida em que o próprio jogador se transforma: aquele que joga está sempre transformado, primeiro porque o jogo excita, dá prazer, promove uma

intensificação dos sentidos, uma alegria de corpo "capaz de absorver o jogador de maneira intensa e total". Mas há um outro aspecto: quem joga, diz Huizinga, tem essa "capacidade de, no jogo, tornar-se outro" (HUIZINGA, 1971, p. 16).

Uma das mais fascinantes características do jogo é que ele é uma máquina de *fazer comum*, de fazer comunidade, proporcionando envolvimento, aprendizado, participação, prazer, transformação e comunhão. Os vínculos que o jogo promove estão para além das motivações de aquisição ou de acúmulo de elementos de subsistência. Portanto, o jogo é sempre a manifestação de um excesso de vida. Ele estimula relações e fortalece vínculos materiais e espirituais entre grupos humanos e os coloca em relação com a alma do mundo, a *anima mundi*.

Percebe-se, então, que existe alguma coisa *em jogo* no jogo que ultrapassa as necessidades materiais e imediatas da vida. Mesmo que não deixe de atuar na matéria, "o simples fato de o jogo encerrar um sentido implica a presença de um elemento não material em sua própria essência" (HUIZINGA, 1971, p. 4). Talvez seja por isso que o círculo que o jogo é capaz de criar, o recorte que ele faz para dar existência a si mesmo, é chamado de mágico. Mágica é a arte tida como capaz de produzir, por meio de certas práticas, efeitos ou fenômenos extraordinários, geralmente através de rituais, fórmulas, feitiços, simpatias. Mágica é a ação de encantar, infundir na natureza das coisas alguns blocos de intenções e imaginações que possam se alinhar com a vontade. Assim, se Huizinga reconhece na essência do jogo algo de mágico, é que ele ultrapassa as necessidades da mera sobrevivência. "Reconhecer o jogo", diz ele, "é forçosamente reconhecer o espírito" (HUIZINGA, 1971, p. 6).

Arcanos urbanos: o jogo dos errantes

Estávamos cansados de morar em conceitos e, ao mesmo tempo, estávamos ávidos por viver a cidade. Nós tínhamos sede. Nós tínhamos pressa. Então entendemos que talvez fosse a hora de parar de falar da cidade enquanto pretendentes de especialistas, tal como nos estimulou Georges Perec (2001). Talvez fosse mesmo a hora de falar menos sobre a cidade e arriscar um movimento no interior de seu labirinto. Afinal, há quem ame a cidade para além de falar sobre ela; há quem ame a cidade e padeça com ela. Talvez, então, fosse mesmo a hora de conversar com a cidade, daquele jeito, como conversam os amantes, com intimidade, olhando no fundo dos olhos. No fundo dos olhos da paisagem.

Pra começar bem, um exercício de ficar descalço. Tiramos os sapatos do saber, abdicamos desse lugar tranquilo e seguro dos discursos sobre a cidade para nos implicarmos nela descalços de qualquer autoridade lançando nossos corpos em sua direção. Depois de tirar os sapatos, começamos a pisar o mundo, tatear o mundo, apalpar o mundo. Já percebemos aí que, com os pés nus, numa dermatologia apaixonada do chão, levamos a praxis a predominar sobre determinações abstratas e teóricas e descobrimos nisso imenso prazer.

Prazer. Só se jogará por prazer. Daí decorre o erotismo da nossa mística urbana principiante. Lançar-se corporalmente quer dizer sensivelmente. Nossa desmedida é simplesmente um efeito dessa torção da prevalência do conceito sobre a prática. Na prática, no jogo, estamos sempre apaixonados. Pela prática foi que, no mesmo movimento, de melancólicos nos transformamos em místicos, e de especialistas nos tornamos amadores – estes que, antes de mais nada, amam alguma coisa. Nós amamos a cidade. E queremos fazer reconhecer aquilo que há de mais subversivo no amor.

A seriedade pode excluir o jogo, mas o jogo, soubemos com Huizinga (1971, p. 51), não exclui a seriedade. Assim nós também jogamos o tempo todo com os conceitos. Também os extraviamos. E nossas escolhas conceituais são também movidas por um corpo conceitual apaixonado.

* * *

Como máquina de guerra poética infundida em uma pesquisa de doutorado (VIECELI, 2019), um blog simpático – com predisposição lúdico-mística – disparou, desde 2018, uma série de proposições de experiências urbanas. Trata-se de um jogo que, desprendendo-se do espaço restrito acadêmico, abre cartas no espaço virtual, na cadência temporal lunar. A sua mecânica consiste numa tiragem de cartas, tal como um baralho de tarô, colocando toda sua força mística a trabalhar como um mecanismo disparador de experiências urbanas singulares, de natureza lúdica, poética, com duas pitadas de mística e bruxaria, direcionadas aos espaços públicos da cidade, apostando nas *potências espaciais* e tomando seus conteúdos como *matéria de expressão*.

Chamado *Arcanos Urbanos*, esse *jogo dos errantes* propôs, provocou, seduziu, fez firula e malabarismo, para conjurar uma pequena comunidade lúdica em torno da figura arquetípica de uma certa *Cigana* e dar lugar a um modo de existência urbano, relacional e poético. Em cada carta proposta há um chamado à errância e, no interior desse movimento em fuga, há o convite para inventar pequenos gestos de apropriação do espaço e, com isso, transformá-lo – ainda que temporariamente – em um palco para micro-geografias sensíveis, e, nestas, o ensaio de outros modos de habitar a cidade.

* * *

Naquele janeiro escaldante de 2018, uma pesquisadora-mensageira estava diante da construção de um blog. Ele personalizava-se e tímido deixava de ser. Apareciam estrelas amarelas e, em amarelo, também surgiu o letreiro do cabeçalho, uma espécie de fachada de acesso, um frontão, um pórtico, que demarcava o estabelecimento desse novo local virtual na rede: ARCANOS URBANOS | o jogo dos errantes. Através desse frontispício, podia-se vislumbrar um mapa: era uma das faces de Nova Babilônia, a cidade imaginária que almeja ser lugar de constante reinvenção pelos seus próprios habitantes, onde “a desorientação é estimulada, como requisito da aventura, do jogo, da transformação criativa” (CONSTANT, 2010, p. 51). Dava-se, assim, início a empreitada de preencher o espaço do blog com o conteúdo preambular do jogo. Mas, nesse momento, faltava ainda uma chave muito importante e, sem

ela – agora sabemos – os caminhos do Arcanos Urbanos não teriam sido abertos para as direções que tomou. E foi de última hora, diante do mesmo menu em construção, que a mensageira empacou. Faltava algo e ela não sabia o quê. Estava inspirada, reconhecia a alteração do seu corpo, e não entendia o que tinha acontecido. Faltava uma chave. Ela já sentia a presença do espírito do jogo, porém, o que ela não sabia, é que precisava dar-lhe um nome. Faltava-lhe apenas um nome.

Dizem que até hoje ela se lembra exatamente como aconteceu: estava sentada no vaso sanitário mijando e olhando para os azulejos. A coisa lhe veio como um raio. À medida que a bexiga esvaziava, o espírito foi figurando: – quem põe esse jogo... é uma cigana. E ela sentiu que era perfeito, a cigana abre as cartas, ela remete à Constant e à semente de sua Nova Babilônia. Puxou a descarga, deu um pulo e dançou na sala. E quando sentou-se novamente para escrever, não demorou muito, já estava escolhendo um nome. Cigana Invisível, não... CIGANA DO ORIENTE INVISÍVEL. Pronto. Sorrisos, sorrisos, remexidas de corpo. Aí estava. Dando-lhe um nome, o espírito do jogo baixara de vez. A construção do blog e toda a fantasia do jogo tomaram forma com velocidade.

Então a mestra do jogo, Cigana do Oriente Invisível, foi apresentada. Conjurada como a mãe do nomadismo, essa entidade-fluxo, figurou-se brevemente com alguns dentes de ouro e uma saia rodada. Nada mais. Oblíqua e dissimulada, a Cigana não se deixou (d)escrever para além dessa rápida imagem-piscadela. O importante, a princípio, era dar o argumento do jogo, fazê-lo funcionar, propulsionado à energia de uma fantasia. Essa misteriosa cigana estava disposta a seduzir uma caravana para dar corpo e movimento a uma outra cidade. Havia de ser um povo que, antes mesmo de saber aonde a caravana ia dar, estivesse aberto à possibilidade da aventura.

Depois de dormir por várias horas, sempre acompanhada de seu fiel ventilador, a pesquisadora-mensageira retornou ao blog para criar uma outra sala-menu, chamada “As Luas”, onde agora estava o relógio do jogo, regido pelas fases do satélite prateado. O tempo do jogo seria, assim, um tempo lunático, obscuro, noturno, duvidoso, cheio de mistérios, devidamente situado entre dois eventos astronômicos com forte carga mística: o jogo aconteceria entre eclipses lunares, abrindo os portais do invisível em 31 de janeiro de 2018 e fechando-se em 27 de julho daquele mesmo ano. Esse recorte temporal demarcava, assim, a primeira temporada do jogo. Dentro desse espaço-tempo, a cada nova fase da lua, seria lançado, no blog, um Arcano Urbano.

Arcano é um termo da língua portuguesa cuja etimologia remonta aos correlatos em latim: *arcanus*, *arcana* e *arcanum*. Na qualidade de adjetivo, o termo se refere àquilo que é secreto, misterioso e enigmático. Mas ele também pode ser usado na função de substantivo, assumindo o lugar da própria coisa, neste caso, o *grande segredo*, *mistério* ou *enigma*, em si. Arcano é também o nome dado a cada uma das cartas do baralho de tarô, dividido este em 22 cartas relativas aos Arcanos Maiores e 56 cartas pertencentes aos Arcanos Menores, que correspondem também às cartas do baralho comum (divididas nos quatro naipes conhecidos: copas, paus, espadas e ouros). Apesar de ter ficado conhecido

como instrumento de previsão do futuro, o tarô é na realidade uma poderosa ferramenta de autoconhecimento, possibilitando o estabelecimento de metáforas simbólicas acerca dos fatos do dia-a-dia, e permitindo exercícios reflexivos e poéticos acerca das experiências vividas.

No jogo dos arcanos urbanos, cada carta funciona como um vetor que conduz o jogador na direção da cidade. Como dispositivo para experiências urbanas, cada Arcano lançado era um convite a um *rolê* guiado por coordenadas desejantes da cidade misteriosa. A partir de cada disparo de carta no blog, esperava-se que houvesse, primeiramente, ações de *incorporação* com a cidade e, por meio da ação, a conquista de um espaço poético, a expressão de uma outra cidade sobreposta, mágica e literária. Cada uma dessas ações se converteria, também, tal como as cartas do tarô, numa mediação, num espaço especular, no sentido de provocar um espelhamento, uma superfície de contato afetivo que se torna reflexiva, na qual estão postos em questão o corpo e o espaço, jogador e tabuleiro, o habitante e a sua cidade.

A missão do jogador errante seria, a cada novo arcano, seguindo as misteriosas orientações da cigana, encontrar lugares, capturar ou produzir elementos para que a cigana construísse seu oráculo. Afinal, as cartas fariam o jogo assim como o próprio jogo fosse fazendo o baralho.

Havia, portanto, um interesse de recolher alguma coisa dessas experiências arcânicas. Junto a um *agir*, destacava-se a proposta de um *fazer*. Havia um interesse de captura, coleta, fabricação, que resultaria das ressonâncias da paixão, da ação e da expressão de cada jogador que se engajasse no jogo. Se a experiência é que era o mistério, a expressão da experiência seria seu oráculo enigmático.

Além do mais, no jogo, havia uma pontuação simbólica. Esses elementos mágicos, conquistados na experiência de um rolê, poderiam ser oferendados à cigana em quatro categorias ou, melhor, quatro *naipes de expressão*: a do texto (6 estrelas), a do mapa (5 estrelas), a do audiovisual (4 estrelas) e a da fotografia (2 estrelas). No fim das contas, as estrelas eram uma pontuação simbólica, uma maneira de dizer aos jogadores quais eram as prioridades do jogo. E o texto ocupava a maior pontuação. O jogador receberia também estrelas conforme se movesse no jogo: Se fosse de carro receberia apenas 1 mísera estrela. Mas se fosse de transporte público receberia 3. Se fosse de bicicleta, já seriam 4. Mas o mais estrelado mesmo seria aquele heroico e nobre corpo que jogasse a pé, este arrecadaria 5 estrelões dourados. Uma forma de priorizar e incentivar a andar numa cidade desenhada para os carros. *Caminhar e escrever* com uma cigana incorporada significava abrir um espaço de alegria e liberdade para experimentar corporalmente a cidade e jogar com a linguagem. Os jogadores mais dourados se tornariam, assim, ciganos de seus próprios destinos, e seriam também destinados a serem, eles próprios, novos fazedores de jogos.

Então a pesquisadora-mensageira adicionou ao blog um botão de cadastrar e-mails. Rapidamente o jogo seduziu uma pequena rede que estendia linhas virtuais com 80 caixas de correio eletrônico, receptoras dos disparos das cartas desse maravilhoso baralho.

A mensageira cumpre, aqui, sua primeira missão: pensar um jogo – dar a ele uma ficção, uma mecânica, fazer funcionar; dar a ele um lugar (virtual), uma roupa, estabelecer uma cadência temporal de mensagens-disparos; fabricar/propor a confecção de uma rede de linhas possíveis, convidar as pessoas: partir do corpo como primeiro ponto e conectar com outros pontos em todas as redes que fosse capaz de fazer vibrar, por todas as vias possíveis, dando maior prioridade, ênfase e insistência para as vias afetivas e deixar que elas se desdobrassem e se multiplicassem pelas potências difusoras das redes virtuais. Entusiasmar-se. Acreditar. Fazer barulho, fazer *teaser*, conquistar a galáxia para o grande jogo. Anunciar. Disparar!

O jogo começou de dentro para fora. Primeiro, um convite a preparar o corpo para “receber a cigana” no eclipse de abertura do jogo. Nesse evento, escolhemos um nome de jogador e apresentamos nosso personagem lúdico. Na semana seguinte, o jogo já se infiltrou num ritual já existente na cidade, a procissão da festa de Nossa Senhora dos Navegantes, patrimônio imaterial da cidade de Porto Alegre, realizada dia 2 de fevereiro, que é também dia de Iemanjá. Nos misturamos ao fluxo da festa e recolhemos dela expressões do sagrado e do profano e, claro, as sementes de melancia, fruta clássica desse rito urbano, como amuleto do jogo. Na lua seguinte, a cigana orientou a escrever cartas para os habitantes da cidade. Multiplicamos envelopes e fizemos uma deriva de entrega pelas caixinhas de correios dos edifícios da cidade. Pegamos diversos ônibus errados, só para ver até onde ele levaria, fomos até o fim da linha e voltamos, descobrindo paisagens desconhecidas e periféricas. Visitamos apartamentos vazios que estão disponíveis para locação e, no interior desses espaços, performamos alguns gestos na intenção de habitar o vazio e refletir sobre ele. Andamos de barco na cidade aquática. Capturamos sons polifônicos do centro da cidade. Procuramos flores nascendo no asfalto em homenagem a Marielle Franco, assassinada naquela semana, semana em que o jogo quase parou. Investigamos orelhões e encontramos os raros exemplares que ainda funcionavam para fazer chamadas e ler nossos poemas escolhidos. Desvendamos enigmas no parque. Fomos perder listas de compras poéticas no supermercado. Mapeamos as escadarias da cidade. Subimos e descemos. Jogamos com portões, portais e portas da cidade. Visitamos a Bienal e depois decretamos elementos aparentemente banais no espaço público como obra de arte. Nos infiltramos no evento da semana Jane’s walks para ampliar nossos encontros e sentamos na prainha de Ipanema para confeccionar estrelas de papel e conversar sobre a cidade que queremos. Homenageamos a figura da *flâneuse*, a mulher que caminha na cidade e escreve. Fomos jogar com os mortos no cemitério. Visitamos o observatório astronômico para, com a cigana, olhar as estrelas. Investigamos buracos. Apresentamos a rua onde moramos como se ela fosse uma pessoa. Marcamos encontros amorosos. Desvendamos o enigma da caixa d’água em formato hiperbolóide de revolução. Guardamos água da chuva. Detalhamos uma esquina em seus mínimos detalhes. Percebemos os modos diversos de habitar os viadutos. E por fim, fizemos a grande festa final no eclipse que fechou a primeira temporada do jogo: acendemos uma fogueira improvisada numa panela

de ferro, lemos, cantamos, queimamos papeis com perfume e nos despedimos da Cigana do Oriente Invisível.

Essa temporada durou 177 dias. 25 intensas semanas. 25 arcanos urbanos. Depois continuou, claro, afinal, os eclipses se abrem o tempo todo. Ciganas entram o tempo todo. Então continuamos a jogar, mesmo que por fora do espaço-tempo anunciado. Esse jogo é maior que a pesquisa de doutorado. Esse jogo não tem fim.

5. Urbanos furores

Diante do cenário urbano contemporâneo, no qual forças políticas e econômicas tendem a conduzir os habitantes ao individualismo e à passividade, a instalá-los em ritmos acelerados, funcionais e, muitas vezes estéreis, da produção e do consumo, o Arcanos Urbanos volta sua atenção para o caráter inventivo e poético de ser habitante, com o objetivo de desenvolver, na teoria, mas sobretudo na prática, a questão do habitar junto à comunidade, ainda que esta seja uma *comunidade por vir* (AGAMBEM, 1993), engajando em um movimento experimental de imperativo ético, estético e político.

O desafio do jogo urbano face ao diagnóstico de uma cidade desintensificada foi apresentar alguns fármacos e elixires de intensificação: como antídoto para a passividade, aposta-se na ação; como antídoto para o tão estimulado gozo da propriedade privada, aposta-se no prazer da *apropriação do espaço público*, reinstalando nele, ainda que de maneira muito mínima, o seu honrado e animado *valor de uso* em contraposição descarada ao *valor de troca* e de consumo imperantes; como antídoto para uma economia monetária, apostamos na *economia do dom*, uma economia outra, resiliente à economia capitalista, que tem a generosidade como revanche (CERTEAU, 2013); como antídoto para relações autoritárias e coercitivas, aposta-se numa *prática experimental de liberdade*; como antídoto para o individualismo, aposta-se numa ação coletiva e compartilhada; como antídoto para os ritmos velozes, aposta-se numa certa lentidão – um modo de dilatar o tempo para dar lugar a novas experiências e, a partir delas, abrir um campo para o pensamento, o devaneio e a imaginação da cidade; como antídoto para a anemia existencial do utilitarismo, reintroduz-se algo que nunca desapareceu na natureza mais íntima do ser humano: *o lúdico*.

O lugar da teoria nessa práxis do jogo ocupa o lugar e a metáfora do fogo. É da ordem da chama, do chamado, do entusiasmo transmitido a partir de pensamentos inflamados e de pensadores incendiários. O fogo da teoria alimentou a prática. Diante da pergunta *como é que, afinal, se participa ou se estimula a atividade participante da cidade?* Lefebvre não nos deu a resposta, mas indicou que essa resposta só poderia ser encontrada em algum lugar na dimensão do cotidiano – essa dimensão tão desprezada quanto comum, que inclui os corpos exercendo seus variados ritmos –, então é tarefa do Arcanos Urbanos afirmar que o exílio para o cotidiano tem a sua potência: o que se perde em rigor se

ganha em velocidade e dispersão de sementes. O que se perde em rigor científico se ganha em propulsão e contágio. O que se perde um pouco em clareza se ganha na ousadia rebelde das imagens.

Jogar, aqui, torna-se sinônimo de tramar uma rede movente, performar uma efêmera dança urbana, uma criancice coletiva, capaz de invadir a cidade e ocupar o espaço acadêmico com proposições tão pequenas que, diante da ortodoxia intelectual, chegam a ser afrontosas. Uma tal criancice, como diz Bataille (2016), jamais seria do humano a vergonha, mas sim, sua glória. Então o jogo se torna um convite a habitar a cidade como uma criança, pois, como nos ensinou Certeau (2013, p. 177),

Praticar o espaço é (...) repetir a experiência jubilatória e silenciosa da infância. É, no lugar, ser outro e passar ao outro. A infância que determina as práticas do espaço desenvolve a seguir os seus efeitos, prolifera, inunda os espaços privados e públicos, desfaz as superfícies legíveis e cria na cidade planejada uma cidade ‘metafórica’ ou em deslocamento tal como a sonhava Kandinsky: ‘uma enorme cidade construída segundo todas as regras da arquitetura e de repente sacudida por uma força que desafia cálculos’.

As práxis de apropriação do espaço público, seja qual for a sua natureza, são maneiras indispensáveis de reivindicar a cidade. E muito mais do que ser um assentamento e uma tomada de posse, a apropriação dinâmica do espaço torna os sujeitos urbanos envolvidos mais íntimos de si mesmos e de seu mundo circundante.

O *Direito à Cidade* é hoje mundialmente reconhecido como um direito humano e coletivo que diz respeito tanto a quem vive nas cidades de hoje quanto às futuras gerações. É um compromisso ético e político de defesa de um bem comum essencial a uma vida plena e digna em oposição à mercantilização e à servidão dos territórios, da natureza e das pessoas. Mas, como já ensinava o autor naquela época, o direito à cidade não se confunde com uma política urbana estatal, com um projeto urbanístico ou com um marco legal específico – ainda que possa influenciar e estar parcialmente refletido nessas estruturas institucionais. O direito à cidade não é apenas o direito ao acesso àquilo que já existe nela, mas sim, consiste no direito de *inventá-la*. E como se inventa a cidade? Ora, “a cidade não é apenas uma linguagem, mas uma *prática*”, disse Lefebvre (2009, p. 101).

Enquanto máquina ativista pelo *direito à cidade*, a proposta de um jogo acoplado a uma pesquisa de doutorado em arquitetura partiu de uma recusa à impotência da cidade neoliberal, que cresce, se espalha e se entranha em espaços subjetivos. É a recusa de uma cidade ratoeira – armadilha capitalista – na qual forças políticas e econômicas tendem a conduzir os habitantes ao individualismo e à passividade, a instalá-los em ritmos acelerados, funcionais e, muitas vezes, estéreis e entristecidos. Percebemos que diante desse lugar da sobrevivência, faz-se urgente criar meios de *recolocar a cidade de volta no jogo da vida*, investir em aberturas para uma produção de cidade mais potente, mais incorporada, engajada e criativa. Não se trata de algo que possa ser decidido nas grandes esferas dos poderes. Incorporar, engajar e criar são decisões a serem tomadas na base do corpo social.

* * *

Ocupar a cidade de forma poética é que cria uma outra forma de habitar. E nós apostamos nisso com furor. Apostamos com o coração em práticas autônomas, inventivas, espontâneas, livres e criadoras. Apostamos que o coração da cidade é uma criança artista, por isso mergulhamos numa prática de arte, numa prática lúdica, onde intervém as forças místicas, políticas e sociais. Práticas ludens que, pela sua natureza poética, não dispensam a imaginação, a fantasia, e a utopia. Reivindicamos a transformação inventiva da cidade e começamos a fazê-lo já. Mas não só com termos argumentativos, com os nossos próprios corpos. Embaralhando as fronteiras do possível e do impossível, fizemos uma fantasia baixar para o real. Afinal, como ensina o filósofo-poeta Gaston Bachelard (1990, p. 133) “As pequenas imagens realizam as grandes”.

Incendiados por essa ardente febre de práxis que nos tomou, estamos aqui para lembrar que toda utopia é um exercício de invocar um alhures, um não-lugar que não acontece e, entretanto, procura seu lugar. “Alhures é real, ele está no coração desse real, a realidade urbana, não está, ela própria, desprovida dessa semente” (LEFEBVRE, 2008, p.43). O alhures está em toda parte e em parte alguma. E aqui reside nossa intenção mística mediadora: queremos puxar o vetor do impossível para o solo do possível. Tomamos distância do real como místicos fazem, ou seja, sem perdê-lo de vista. Nosso amigo dizia: “a utopia deve ser considerada experimentalmente” (LEFEBVRE, 2009, p. 110), e nós levamos isso a sério. E foi então que de utopistas nos transformamos em utopianos. “É preciso distinguir entre utopistas e utopianos, ou seja, entre utopias abstratas e concretas (...). O pensamento utopista explora o impossível, enquanto o utopiano libera o possível” (LEFEBVRE apud CARERI, 2017, p. 56).

Lidamos com um impossível, somos sonhadores, podem nos chamar de românticos –, mas também temos um grande pé incorporado e, portanto, utopiano. Começamos a praticar uma nova cidade nos interstícios dessa mesma cidade, e realizar as Novas Babilônias como micro-realidades utopianas. Afinal, como nos diz Certeau (2013, p. 51) “quando não se tem o que se ama, é preciso amar o que se tem. (...) tive que recorrer, queiram me compreender, sempre mais a pequenos prazeres, quase invisíveis, substitutos (...) vocês não fazem ideia como, com esses detalhes, alguém se torna imenso, é incrível como se cresce”.

E o corpo realmente cresce, se expande, se espaça, se alegra. A sensação ao final do jogo era essa, e era isso que falava mais alto: a sensação de ter ganhado corpo. De ter ultrapassado os contornos aprisionantes e ter chegado a esse estado de corpo coletivo, comunicante, expressivo e habitante.

Com liberdade e alegria, junto a uma Cigana, encarnamos na cidade assumindo o protagonismo do tempo presente. E nós nos envolvemos. Contamos a história do nosso caso de amor com a cidade. E essa história é assim como é. Fragmentada, cheia de pontas, lacunar, polifônica, reticente, extensa e intensa.

Pretendíamos carregar a cidade de afetividades e sonhos. Essa é a nossa fantasia. Mas o exercício em que nos engajamos cruza uma ficção e a força a baixar para o real. Tivemos que decair para nos inscrevermos na matéria do mundo. A cidade, para nós, deixou de ser um objeto. Com ela nos pusemos a conversar. Em nossa caravana, ela toma seu lugar como sujeito.

A cidade é animada: eis o pensamento mágico e animista que povoa as intenções dessa pesquisa-jogo-caravana. Não abrimos mão de sonhar, não abrimos mão da fantasia, e se nos chamarem de utópicos, nós respondemos, sim, somos utópicos, somos mediadores de um alhures que não tem lugar e que ainda assim busca seu lugar. Para nós, cidade é mais do que um negócio de outros. E embora forças poderosas e invisíveis tendam a transformá-la em uma mercadoria, nós insistimos que a cidade sempre foi, sempre será, e hoje ainda é obra coletiva do desejo.

Referências

- AGAMBEN, G. **A comunidade que vem**. Lisboa: Presença, 1993.
- BACHELARD, G. **Fragments de uma poética do fogo**. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- BATAILLE, G. **A Experiência Interior: Seguida de Método de Meditação e Postscriptum**. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.
- CARERI, F. **Walkscapes: o caminhar como prática estética**. Prefácio de Paola Berenstein Jacques. São Paulo: Editora G. Gilli, 2016.
- _____. **Caminhar e parar**. São Paulo: Editora G. Gilli, 2017.
- CAÚLA, A. **Trilogia das Utopias Urbanas: Urbanismo, HQ's e Cinema**. 2008. Tese (Doutorado em Arquitetura). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.
- CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 2013.
- CONSTANT. **New Babylon: Um esboço para uma cultura (1974)**. In: Sinal de Menos, Ano 2, nº5, 2010.
- _____. **Uma outra cidade para uma outra vida**, IS n.3, dezembro de 1959. In: JACQUES, Paola Berenstein, **Apologia da deriva: escritos situacionistas sobre a cidade**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.
- DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2015.
- DEBORD, G.; FILLON, J. Summary. **Potlatch** n.14, 30 Novembro de 1954. Disponível em: <<http://www.notbored.org/1954.html>>. Acesso em: jun/2020.
- HUIZINGA, J. **Homo Ludens: o jogo como elemento da cultura**. São Paulo: Perspectiva, 1971.
- JACQUES, P. B. **Apologia da deriva: escritos situacionistas sobre a cidade**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.
- _____. **Elogio aos errantes**. Salvador: EDUFBA, 2012.
- LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2009.
- _____. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.
- MANCUSO, V. Giordano Bruno, as fogueiras da alma, o furor da ciência. **Revista IHU on-line**, 18 de fevereiro de 2022. Disponível em: <<https://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/616297-giordano-bruno-as-fogueiras-da-alma-o-furor-da-ciencia-artigo-de-vito-mancuso>>. Acesso em: mai. 2022.
- NOVAES, A. (org.). **O olhar**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- PEREC, G. **Especies de espacios**. Barcelona: Montesinos, 2001.
- VIECELI, A. P. **Arcanos Urbanos: o jogo dos errantes**. 2019. Tese (Doutorado em Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

TEORIA CRÍTICA, INTERFACES E ATUAÇÃO FEMININA NA AUTOPRODUÇÃO HABITACIONAL: OUTRA POSSIBILIDADE DE PRODUÇÃO ARQUITETÔNICA

CRITICAL THEORY, INTERFACES AND FEMALE PERFORMANCE IN HOUSING SELF-PRODUCTION: ANOTHER POSSIBILITY OF ARCHITECTURAL PRODUCTION

TEORÍA CRÍTICA, INTERFACES Y DESEMPEÑO FEMENINO EN LA AUTOPRODUCCIÓN DE VIVIENDA: OUTRA POSIBILIDAD DE PRODUCCIÓN ARQUITETÓNICA

Carolina de Sousa Cardoso
carolscard@gmail.com

RESUMO

O presente artigo pretende realizar uma reflexão sobre a potencialidade da associação de premissas da teoria crítica da arquitetura e da teoria feminista com o uso de interfaces de projeto - que podem ser instrumentos, objetos, eventos cuja utilização rompa com a ideia de um produto final e prescritivo e aponte para um processo aberto, que depende da interação do usuário - para o desenvolvimento de uma outra prática arquitetônica. Busca-se discutir a relação entre a prática arquitetônica convencional e a perpetuação de relações de poder que influenciam diretamente na experiência de mulheres inseridas na autoprodução habitacional, para então analisar criticamente duas interfaces, o Jogo da Maquete e o Kit Mobiliário. O artigo fundamenta-se na análise das possibilidades de que tais interfaces possam favorecer resistências aos múltiplos sistemas de dominação e opressão, para então discutir sobre como sua associação com o exercício teórico crítico pode criar possibilidades de processos que visem ganhos de autonomia, sobretudo no sentido de mitigar ou, idealmente, subverter o condicionamento feminino do papel de espectadoras do espaço para o papel de transformadoras ativas.

Palavras-chave: feminismo; autoprodução habitacional; autonomia; interfaces.

ABSTRACT

This article intends to reflect on the potential of associating the premises of critical architectural theory and feminist theory with the use of design interfaces - which can be instruments, objects, events whose use breaks with the idea of a final product and prescriptive and points to an open process, which depends on user interaction - for the development of another architectural practice. It seeks to contest the relationship between the conventional furniture practice and the perpetuation of relations of power relations that can directly result in the gaming experience of women incorporated in the critical practice two mobile game interfaces of Maquete and self-production and housing self-production kit. The article is mainly based on the analysis of the possibilities that interfaces can increase resistance to multiple systems of domination and oppression, and then contest how their association with critical exercise can create possibilities for processes that aim at gains, in the sense of mitigating, ideally, subvert or condition the role of space viewer to the role of active transformers.

Palavras-chave: feminism; housing self-production; autonomy; interfaces.

1. Introdução

Partindo da ideia de que o espaço é um elemento constituinte da realidade social e não somente seu pano de fundo, o intuito central do presente trabalho é contribuir para a discussão sócio-espacial no que se refere à relação entre as práticas de projeto e algumas das estruturas de dominação e opressão experimentadas por mulheres inseridas no contexto da autoprodução habitacional. Interessa, portanto, discutir como o projeto pode atuar enquanto instrumento de manutenção e reforço das relações de poder ou, em sentido contrário, como pode favorecer a problematização da ordem hegemônica e contribuir para o desenvolvimento de processos que intencionem a mitigação e, idealmente, a reversão do condicionamento feminino ao papel de espectadoras do espaço para o de transformadoras ativas.

O trabalho se orienta pela crítica à associação entre o modo de produção capitalista e o patriarcado, que estruturam a sociedade contemporânea e materializam nas cidades brasileiras uma série de problemas que lhes são característicos, como a reprodução de desigualdades sociais, raciais, econômicas e de gênero que, por sua vez, resultam na alta concentração de renda, na segregação socioespacial e na condição de subalternidade do gênero feminino. Nesse sentido, um passo adiante pode ser a aplicação de práticas de projeto que envolvam a produção e o uso de interfaces orientadas para a valorização de formas de resistência à lógica convencional, que deem voz aos indivíduos relacionados com a produção espacial e busquem promover sua autonomia. Acredito que interfaces deste tipo, se aliadas a produções teóricas fundamentadas na crítica da heteronomia, como são a teoria crítica da arquitetura e a teoria do movimento feminista, podem contribuir para novos meios de projeção, produção e atuação arquitetônica, em que a interdisciplinaridade sirva como potencializadora para que mulheres possam resistir à concepções impostas por outros e tenham maior capacidade e possibilidade de habitarem espaços que atendam melhor às suas necessidades, desejos e dinâmicas específicas.

A fim de analisar criticamente tais possibilidades, em um primeiro momento serão apresentadas três características da prática arquitetônica convencional que se relacionam diretamente com a discussão proposta pelo presente artigo, para então contrapô-las à premissas e abordagens da teoria crítica da arquitetura e da teoria feminista que sugerem caminhos rumo a alternativas à prática convencional, seguindo para uma breve discussão sobre os diferentes modos de produção habitacional e a especificidade da inserção de mulheres na autoprodução de moradias. Em sequência, propõe-se uma análise de alguns dos aspectos das interfaces Jogo da Maquete e o Kit Mobiliário para, por fim, discutir sobre como a inserção de uma perspectiva crítica de gênero na prática arquitetônica pode compor uma práxis-política interdisciplinar, ampliando possibilidades de resistência à ordem hegemônica.

2. Sobre a prática arquitetônica convencional

Para discutir como a teoria crítica da arquitetura e a teoria feminista podem ser úteis para avançar na argumentação acerca do uso de interfaces por mulheres inseridas na produção de moradias, convém tratar brevemente sobre a prática arquitetônica convencional. É necessário esclarecer que não se pretende apresentar um panorama completo que seja capaz de analisar todos os contextos, problemáticas e discussões acerca do assunto, mas somente explicitar três características que possuem implicação direta na possibilidade de interfaces servirem para “o provimento de meios para a autonomia das pessoas envolvidas na produção do espaço” (KAPP, et al, 2008, p.10).

A primeira característica refere-se à predileção, por parte de profissionais da arquitetura, por uma prática teorizada e institucionalizada cujo foco está no projeto de obras extraordinárias, com alto nível de formalização técnica e fundamentada em conceitos e discursos que legitimam os princípios do campo arquitetônico. Mesmo que o desenho de espaços cotidianos, a exemplo da moradia popular, tenha sido incluído no escopo produtivo do campo e represente uma parcela significativa da demanda de trabalho atual, eles permanecem em uma posição inferior na ordem de interesses de arquitetos. Tal desvalorização é exacerbada quando voltada para espaços produzidos fora do campo – espaços ordinários, resultantes de um conjunto de iniciativas individuais e guiados por saberes compartilhados e não formalizados (KAPP, 2005) – que, apesar de predominarem nos centros urbanos, não são reconhecidos nem legitimados como manifestações da arquitetura, o que resulta em um aprofundamento de sua condição marginal.

A segunda característica do campo é sua postura predominantemente acrítica, normativa e prescritiva. A área da arquitetura, apesar de se inserir em questões sociais e espaciais, se dedica muito menos à implicação social de suas práticas do que às technicalidades, geralmente se restringindo a descrição de contextos e situações em detrimento de reflexões que examinem de forma aprofundada e crítica as relações sociais, espaciais ou a dialética entre espaço e sociedade. À essa ausência de reflexões críticas soma-se o modelo de prática arquitetônica convencional em que o arquiteto imagina os hábitos e ações dos futuros usuários dos espaços, partindo do pressuposto que conhece suas necessidades melhor que eles mesmos, e então determina normas que devem ser universalmente aplicáveis. Em outras palavras, o arquiteto determina normas específicas que devem se aplicar a um usuário inespecífico (KAPP, 2005), para então prescrever por meio do projeto a configuração espacial que pressupõe ser mais adequada. Nos (raros) casos em que atuam junto a demandas populares, a referida prática permanece praticamente inalterada. A produção de espaços cotidianos costuma ser tratada da mesma maneira que os espaços especializados (BALTAZAR, 2014), desconsiderando-se as particularidades dos diversos grupos sócio-espaciais que os vivenciam.

Por fim, a terceira característica refere-se à lógica de solução de problemas, que se relaciona diretamente com a postura citada acima. Pressupõe-se que usuários dos espaços projetados têm as

mesmas necessidades (que permanecem inalteradas independente do tempo ou alterações na dinâmica de vida) e possuem também os mesmos problemas em relação à moradia, que são passíveis de serem resolvidos por soluções semelhantes e genéricas, uma vez que se ancora na conjectura de total passividade do usuário em relação às normas determinadas pelo arquiteto. Assim, prescreve-se soluções para problemas ainda não materializados, antecipando a experiência alheia. O resultado são espaços que, de uma maneira ou de outra, se mostram inadequados, pois “pessoas reais não se comportam segundo uma lógica simples de causa e efeito” (KAPP et al, 2008, p.29) e evidentemente possuem interesses, vivências, vontades e demandas muito mais diversas do que a imposição normativa e a padronização praticadas pelo campo arquitetônico convencional podem comportar.

De modo geral, a consequência dessas três características para mulheres inseridas na autoprodução habitacional é o agravamento de sua situação de marginalização e subordinação social, que impactam diretamente na capacidade e condições que possuem de articularem suas próprias demandas e participarem da produção de seus espaços de forma mais autônoma. A prática arquitetônica convencional, ao deslegitimar espaços cotidianos, exclui as questões e problemáticas referentes a tais espaços do escopo de interesses de profissionais do campo e, por tomar todos os contextos de forma genérica, impossibilita uma crítica aprofundada dessas mesmas problemáticas. Ao se pautar pelo estabelecimento de normas universais e prescrição de soluções que não consideram as especificidades da relação entre mulheres e suas moradias, trata de forma contingencial seus problemas, fazendo com que as soluções propostas sejam não somente ineficazes como também contribuam para o agravamento destes problemas por suavizar temporariamente as consequências da ordem social hegemônica, o que favorece sua perpetuação e dificulta iniciativas de resistência.

3. Sobre as teorias críticas da arquitetura e do movimento feminista

A teoria crítica da arquitetura e a teoria do movimento feminista se contrapõem significativamente às características apresentadas anteriormente. De forma sucinta, pode-se definir teoria crítica como formas de conhecimento que visam a reflexão e problematização de questões específicas e de seus próprios procedimentos e métodos, diferindo de outros modos de investigação por não terem como objetivo preliminar a comprovação de hipóteses ou a determinação de soluções precisas, mas por buscarem a proposição de modos de pensamento voltados para a mudança social. Cabe esclarecer que aqui o uso do termo “teoria crítica” não está atrelado a correntes teóricas específicas, mas foi apropriado para um sentido mais abrangente, em consonância com a definição proposta por Allen (2016):

[...] falamos em Teoria Crítica tanto em termos de qualquer teoria que faça crítica aos mecanismos sociais vigentes – como o feminismo, a Teoria Queer, a Filosofia Crítica da Raça, a Teoria Pós-Colonial... neste sentido, todas essas são consideradas teorias críticas (e são diferentes de, por exemplo, abordagens teóricas mais abstratas ou utópicas que estão

interessadas em falar sobre como a sociedade deveria ser, sem olhar para como ela realmente é) (ALLEN, 2016, p.252).

No âmbito da teoria crítica da arquitetura, um contraponto central à primeira das características citadas no tópico anterior é a definição do que é arquitetura. Aqui, toma-se o significado proposto por Kapp (2008, p. 223), que a entende como “todo espaço modificado pelo trabalho humano, seja ele projetado ou não, tenha ele características extraordinárias ou não”, englobando, portanto, espaços cotidianos que são marginalizados pela prática convencional. A inclusão de tais espaços no bojo do campo arquitetônico significa, entre outros aspectos, a legitimação de seus praticantes, assim como de suas necessidades e produções.

Outro aspecto relevante é o objetivo central da teoria crítica da arquitetura, sendo este de “elucidar as contradições nos processos de produção e de uso do espaço, e apontar possibilidades de transformação desses processos” (KAPP et al, 2008, p.13). Em outras palavras, interessa analisar e apreender as formas de produção espacial e as relações estabelecidas com os agentes envolvidos, com foco na dominação e na heteronomia, buscando explicitar como a lógica genérica e abstrata característica do campo arquitetônico convencional determina a vida das pessoas e as força a um papel passivo. Nesse sentido, a teoria crítica da arquitetura contrapõe-se à postura acrítica, prescritiva, normativa e generalista, apresentando-se como um exercício (pois não se limita a um momento específico, devendo ser continuamente desenvolvida, revista e analisada) que:

[...] é, ao mesmo tempo, uma forma de teoria e uma forma de práxis. Ele tende a ser mais teórico enquanto concerne à sociedade como totalidade e se torna mais prático quando aborda situações específicas. Mas ele nunca pretende ser um manual, um manifesto ou uma estratégia de solução de problemas. Ele não fornece regras universais ou declarações genéricas sobre que tipo de espaço seria bom para os seres humanos. Ele sempre permanece crítico, não-prescritivo. (KAPP et al, 2008, p.11)

Destaca-se, por fim, a lógica da problematização ao invés da orientação para solução de problemas praticada pelo campo convencional. Partindo da consideração da dialética entre produção do espaço e relações sociais, interessa compreender e refletir criticamente a estrutura subjacente a essa produção, suas premissas e seus efeitos. Assim, a teoria crítica não apresenta respostas imediatas: se o fizesse, reproduziria a lógica normatizadora a que critica. Contudo, apesar de não ter aplicação imediata, pode ter implicações práticas, no sentido de proporcionar maior esclarecimento, percepções e aproveitamento refletido dos ensejos de avanço (KAPP, 2005).

Tendo em vista a especificidade das práticas de projeto que serão discutidas posteriormente neste texto e o contexto sócio-espacial em que se inserem as mulheres envolvidas em tais práticas, é preciso considerar como os atravessamentos entre a produção espacial e as relações sociais são estabelecidos não somente em função do gênero, mas também de outras categorias de diferenciação que moldam as vivências femininas e que, para além de serem sobreposições de opressões, são aspectos indissociáveis cujos limites se tencionam e, por vezes, se fundem. É necessário pontuar que o debate

sobre as disparidades de poder e representatividade entre mulheres envolve uma variedade de questões complexas e imbricadas, e abordá-lo propriamente exige mais que somente um artigo. Contudo, isso não diminui a pertinência de analisar, mesmo que de modo simplificado, como tais categorias incidem diretamente sobre as práticas individuais e coletivas e, portanto, sobre a produção espacial.

Mesmo que o debate feminista tenha se inserido no campo arquitetônico, sobretudo no âmbito acadêmico a partir da década de 1990 (RENDELL, 2018), a prática convencional pouco se alterou quanto à abordagem de tomar as opressões, estruturas de poder e formas de dominação de forma isolada, restringindo-se a mera descrição dos contextos e situações e a proposição de soluções genéricas e tomadas como universalmente replicáveis. Assim, mantém-se com a lógica de desvalorização e marginalização dispensada a espaços que escapam à lógica produtiva convencional, ao deixar de posicionar as formas múltiplas de dominação – de gênero, classe, raça – como categorias de análise, minando as possibilidades de uma compreensão mais profunda das particularidades que permeiam as diversas relações entre os grupos sociais e os espaços que produzem e utilizam. Em contraponto, a teoria crítica feminista sugere uma abordagem diferente, que pode impactar diretamente nos modos de produção do espaço, por compor-se como uma prática ao mesmo tempo política e ideológica com potencial de contestar ou intervir em discursos hegemônicos.

Nesse sentido, a contribuição de feministas orientadas pelos recortes da raça, classe social e decolonialidade é essencial, especialmente por inserirem no debate sobre gênero a problemática da universalização dentro da teoria feminista e por proporem uma perspectiva interseccional em estudos, análises e discursos sobre mulheres e suas vivências. A partir da identificação de que grande parte do conhecimento produzido se estrutura em torno de uma construção ideológica e cultural de mulher como categoria homogênea e universalmente aplicável, cujo referencial principal são as experiências e prioridades de mulheres de Primeiro Mundo, estas pesquisadoras e ativistas contestam produções e práticas do próprio movimento feminista que se apropriam e colonizam discursivamente as heterogeneidades das vidas das mulheres do Terceiro Mundo, reduzindo-as à categoria de “outros” (MOHANTY, 1984; CHILISA; NTESEANE, 2010) e impondo a elas ainda outras e novas relações de dominação.

Considerando que espaço e relações sociais estabelecem entre si uma relação dialética que molda os indivíduos ao mesmo tempo que é moldada por eles, a proposição de um olhar interseccional é ainda mais fundamental para a presente discussão. Sendo a produção espacial atravessada por hierarquias de poder, mesmo práticas de projeto voltadas para ganhos de autonomia feminina permanecem circunscritas nestas hierarquias, podendo facilitar ou até perpetuar com o ocultamento de lutas e resistências que se desenvolvem fora da estrutura social heterônoma. Assim, ter como premissa de análise uma perspectiva interseccional permite entrever caminhos para compreender melhor a imbricação entre as especificidades das opressões impostas às diferentes participantes das experiências

e de que modo o projeto de arquitetura pode ser desenvolvido respeitando a heterogeneidade e, ao mesmo tempo, buscando avanços em um projeto articulado coletivamente para a mudança social.

A problemática da apropriação e colonização discursiva também se destaca aqui pela necessidade de considerar que processos da periferia global são lidos a partir de conceitos e categorias de análise produzidos pelos países do centro. Neste contexto, o exercício contínuo da crítica mostra-se fundamental para que conceitos, categorias de análise, estruturas de linguagem e visões de mundo não sejam simplesmente transportados para contextos distintos daqueles em que foram produzidos, o que serve somente ao apagamento, silenciamento e marginalização de experiências e conhecimentos de mulheres residentes de países periféricos. Sobre isso, Mohanty (1984) argumenta que:

A produção acadêmica feminista não pode evitar o desafio de situar a si mesma e examinar seu papel na estrutura econômica e política global. Fazer menos que isso seria ignorar as interconexões complexas entre economias de Primeiro e Terceiro Mundos e seu efeito profundo sobre a vida das mulheres em todos os países. (MOHANTY, 1984, p.336)

Para evitar que estudos, análises e produções pautados por uma perspectiva de gênero não se delimitem como marginais aos discursos feministas hegemônicos, é preciso buscar a formulação de prioridades e estratégias feministas que sejam geográfica, histórica e culturalmente circunstanciadas, como argumentado por Kapp (2021):

Uma teoria ou um modelo sócio-espaciais podem ser aplicados num lugar diferente do seu contexto de origem, mas só ampliarão o conhecimento acerca desse lugar se houver condições subjetivas e objetivas para examinar criticamente sua relevância concreta ali (inclusive para as populações locais, os sujeitos das pesquisas sócio-espaciais) e para refletir, questionar e, se for o caso, transformar aquela teoria. (KAPP, 2021, p.360).

O que se pleiteia aqui não é o abandono de contribuições da teoria feminista ocidental, e sim a necessidade de desenvolver categorias de análise e estratégias de ação que sejam circunstanciadas em relação ao espaço e a sociedade a que pretendem ser úteis. Trata-se de fazer com que esses espaços e essa sociedade “sejam ponto de partida e atores da produção de conhecimento, não meros lugares de chegada ou ‘aplicação’” (KAPP, 2021, p.363). Assim, o reconhecimento de percepções e experiências cotidianas como fonte de informação válida para a produção de conhecimento é um dos aspectos centrais de contraposição da teoria feminista em relação ao campo arquitetônico tradicional, pois possibilita a construção de bases para a ação fundamentadas em contextos e situações específicas e que, portanto, sugerem estratégias mais eficazes para a organização contra a exploração e para a busca por transformações emancipatórias. Em conjunto com a premissa de produções ao mesmo tempo teóricas e práticas, o esforço de compreender, problematizar e explicar contextos díspares e a consideração das diferenças entre mulheres, a teoria crítica feminista aponta para outra prática arquitetônica, a favor de uma “prática espacial crítica”, conceito cunhado por Rendell (2018) para atividades cotidianas e práticas criativas que buscam resistir à ordem social dominante.

4. Sobre as teorias críticas da arquitetura e do movimento feminista

Estabelecida a contextualização teórica, torna-se necessário discutir brevemente o contexto sócio-espacial específico que interessa aqui: o de mulheres residentes em áreas urbanas periféricas de cidades brasileiras, que se relacionam de alguma maneira com habitações informais autoproduzidas.

De início, cabe conceituar a produção formal e a produção informal. A primeira refere-se à produção do espaço reconhecida socialmente e legitimada por direito (KAPP, 2003), em que as fases de concepção, construção e uso ocorrem separadamente, com foco no valor de troca. Já a produção informal não é reconhecida nem legitimada (KAPP, 2003), o processo produtivo não pressupõe uma separação clara entre concepção, construção e uso, e o foco reside antes no valor de uso do que no valor de troca (KAPP et al, 2009). No tocante às modalidades inseridas nessas duas formas de produção, é possível sistematizar a formal como heterônoma e convencional, e a produção informal em autônoma, que pode se dar por autoconstrução, autoprodução e autogestão. Tendo em vista a reflexão aqui proposta, interessam a produção convencional e a autoprodução, especificamente no que tange aos níveis de autonomia que apresentam.

A produção convencional caracteriza-se pela heteronomia, em que o *hetero-nomos* é a norma alheia que, aplicada à vida de usuários de espaços cotidianos, configuram um contexto de dominação em que indivíduos e grupos primários não tem possibilidade e (ou também) capacidade de negociar e decidir por si mesmos acerca dos aspectos relativos a seus espaços (KAPP et al, 2008). Em contraponto, a autoprodução é o “processo em que os próprios usuários tomam as decisões sobre a construção e gerem os respectivos recursos” (KAPP et al, 2009, p.11) e que, de modo geral, resulta em “uma produção cotidiana do espaço que, ao menos em alguns aspectos, remete à ideia de emancipação”. (KAPP et al, 2008, p.18)

É necessário pontuar que a autonomia relativa de autoprodutores é reflexo de sua posição marginal na sociedade capitalista, que determina sua exclusão da produção formal. Além disso, deve-se considerar que no contexto social em que a autoprodução se faz mais presente, determinados grupos sociais ocupam posições ainda mais marginalizadas – sobretudo aqueles que, historicamente, detêm os menores níveis de poder de decisão e atuação, como é o caso das mulheres.

Desse modo, convém problematizar a maior autonomia de decisão atribuída de forma generalista à autoprodução. A subordinação feminina se estende aos mais diversos âmbitos da vida urbana, sendo que, na esfera do espaço privado, a moradia é evidenciada como cenário de diversos conflitos que minam o poder de decisão que as mulheres possuem em relação à produção de seus espaços. A lógica de condicionamento feminino a certos horizontes de atuação e práticas socialmente determinadas, o “lugar de mulher”, não inclui contextos de produção espacial, sejam eles formais ou não. Considerando que uma das características principais das produções informais é que o processo produtivo não possui uma separação clara entre as fases de concepção, construção e uso, tem-se que o processo de tomada de decisões

na autoprodução não se restringe a um momento específico, o que delimita um cenário em que as mulheres inseridas nessa modalidade produtiva são repetidamente desconsideradas como sujeitos capazes e com direito de participar de tal processo. De modo análogo aos usuários de habitações derivadas da produção convencional, que vivenciam as consequências da imposição de normas que não lhe são próprias, mulheres inseridas na autoprodução se veem frequentemente condicionadas a espaços que são insuficientes e/ou ineficazes para suprir suas necessidades.

Essa contradição evidencia a necessidade de se transformar tanto o modo de produção formal quanto os informais, aproveitando os aspectos positivos de cada um e buscando meios de reverter os problemas e consequências que deles resultam, tendo como premissa o desenvolvimento de uma prática espacial crítica, com formas de atuação e processos produtivos que sejam circunstanciados pela especificidade dos múltiplos contextos sócio-espaciais existentes. Nesse sentido, um passo adiante é a produção de interfaces que possibilitem que os envolvidos na produção espacial possam realizar suas próprias ações críticas (KAPP et al, 2008), e que tenham como horizonte um cenário de maior autonomia destes indivíduos. Para explorar essas questões, bem como outras potencialidades do uso de interfaces, proponho a análise de dois aparatos: o Jogo da Maquete, desenvolvido pelo grupo de pesquisa MOM, e o Kit Mobiliário, desenvolvido pela arquiteta Carina Guedes.

5. Jogo da maquete e kit mobiliário sob uma análise crítica

O Jogo da Maquete é uma interface desenvolvida pelo grupo de pesquisa Morar de Outras Maneiras (MOM), sediado pelo Departamento de Projetos (PRJ) e pelo Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (NPGAU) da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais (EA-UFGM). O objetivo do aparato é facilitar a concepção e discussão coletiva de projetos de arquitetura para grupos sócio-espaciais, tendo sido inicialmente desenvolvido para ser utilizado em um processo de assessoria técnica com um grupo de ciganos, com intuito de facilitar a compreensão da lógica construtiva convencional, uma vez que a forma de produção espacial com a qual este grupo era familiarizado era a de espaços temporários feitos com tendas. O Jogo é composto por painéis de base feitos com chapas de MDF e EVA modulados em quadrados de 60 cm, elementos construtivos como paredes, esquadrias, lajes, feitas com chapas de MDF, peças de mobiliário e equipamentos feitos de cartolina branca, todos na escala 1:25, uma trena com marcações de 60 cm em 60 cm e uma mala, que além de servir para o armazenamento e transporte pode ser usada como suporte ou mesa para o Jogo. (Figura 1)

O Jogo foi criado tendo como alguns de seus princípios básicos ser um objeto de interação, um apoio na elaboração de projetos, de fácil manuseio e transporte, ao invés de somente um meio de representação de espaços prontos. Para ser um estímulo à imaginação acerca dos espaços que estão sendo concebidos, as peças não são imitações realistas e alguns exercícios são propostos, como o

“Exercício do lugar real”. Ele consiste em uma atividade inicial na prática da assessoria com o uso da interface, e busca fazer com que os usuários comecem a relacionar o aparato com o lugar real, que de fato experimentam. Desde que foi produzido para o processo de assessoria com o grupo de ciganos, o Jogo foi utilizado com outros grupos sócio-espaciais e resultou em algumas experiências bem sucedidas, outras nem tanto. Independentemente do resultado, essas experiências possibilitam reflexões críticas mais precisas e aprofundadas sobre as formas de produção espacial e como os agentes envolvidos se relacionam com a concepção dos mesmos e com o espaço em si.

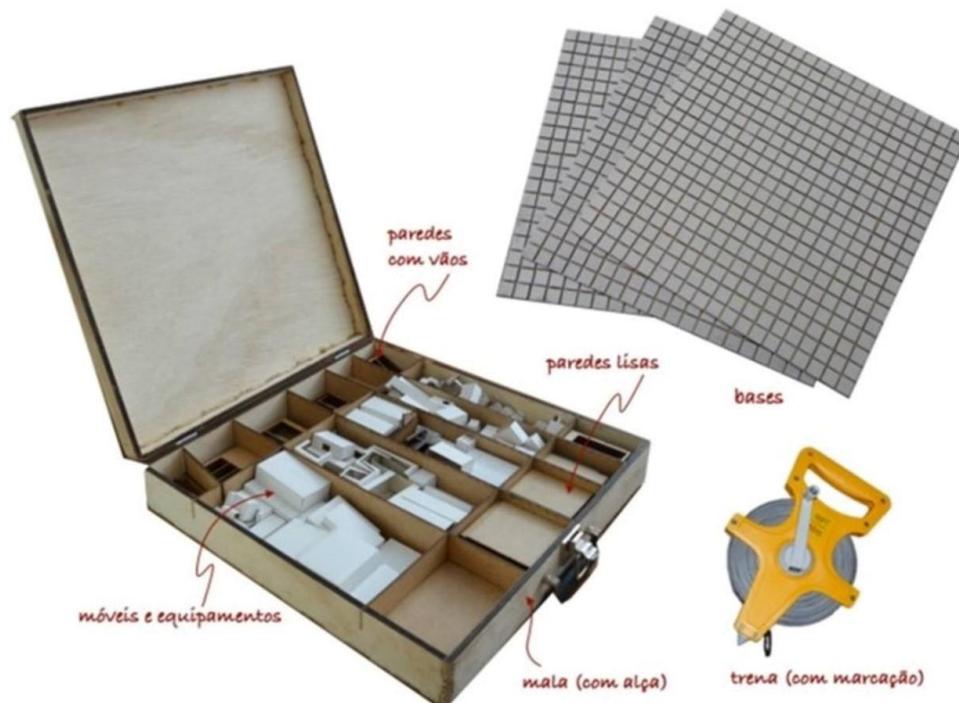


Figura 01: Jogo da maquete. Fonte: MOM-UFMG, s.d.

Já a interface Kit Mobiliário foi desenvolvida pela arquiteta Carina Guedes Mendonça como parte de sua pesquisa de mestrado pela Escola de Arquitetura da UFMG, intitulada *Arquitetura na Periferia: uma experiência de assessoria técnica para grupos de mulheres* (MENDONÇA, 2014). Ele consiste em 27 peças de mobiliário feitas em isopor prensado e desenhadas à mão com caneta, com objetivo de possibilitar que as mulheres que utilizassem a interface pudessem testar diferentes configurações para o layout de suas moradias, facilitando a compreensão acerca dos espaços propostos. A experimentação é feita por meio da manipulação das peças sobre a planta da casa, plotada na escala de 1/50 em folhas de papel comum.

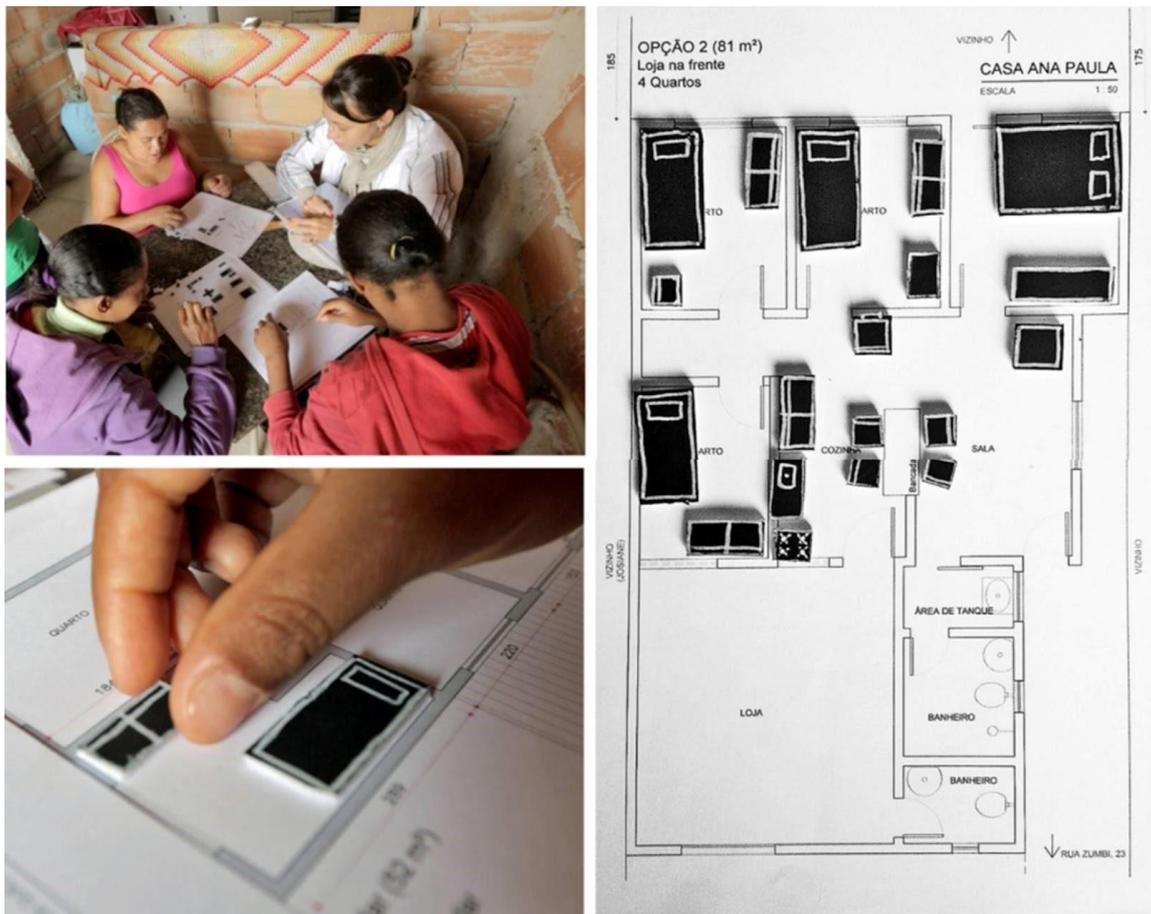


Figura 02: Kit Móbiário. Fonte: GUEDES, 2014, p.64.

O Kit Móbiário não é uma interface isolada. Ele compõe um processo, iniciado pela Oficina e o Kit de Levantamento, seguido pela etapa de desenho das moradias e de planejamento das mudanças que seriam feitas na etapa final da construção. O uso da interface com os grupos iniciais da pesquisa evidencia algumas de suas potencialidades, como o auxílio à compreensão das dimensões reais dos espaços que, ao serem pensados no âmbito do projeto, muitas vezes são difíceis de terem a escala compreendida por quem não atua na área da construção. A manipulação das peças de móbiário possibilitou uma melhor visualização dos cômodos e estimulou, inclusive, alterações pontuais por parte das usuárias nas disposições de seus móveis que eliminaram a necessidade de fazer alterações estruturais. Como colocado por Guedes, “além de mostrar que ela estava compreendendo melhor as possibilidades daquele espaço, estava colocando em prática mudanças que poderiam melhorar sua vida cotidiana” (MENDONÇA, 2014, p.66). A pesquisa de mestrado de Carina resultou no grupo Arquitetura na Periferia, atualmente formalizado pela criação do Instituto de Assessoria à Mulheres e Inovação, que tem como premissa central promover a melhoria de moradias de mulheres residentes de áreas periféricas, visando favorecer a autonomia, capacidade de análise, planejamento, discussão e cooperação das

participantes. O Kit Mobiliário continua a ser usado pelo projeto, inclusive tendo sido associado com o Jogo da Maquete em algumas experiências.

Para organizar os aspectos das interfaces analisadas em relação à possibilidade de ganhos de autonomia, a análise proposta neste texto se orienta por duas balizas críticas: a interação entre os usuários e as interfaces, e os limites dos aparatos. O intuito é problematizar os aspectos elencados para a análise, evitar que ela desemboque numa valoração baseada na capacidade que possuem de “resolver o problema”, e numa transposição acrítica de conceitos e experiências que foram produzidos em decorrência de um contexto específico (as assessorias técnicas com o grupo de ciganos e de mulheres residentes de áreas periféricas, no caso do Jogo da Maquete e do Kit Mobiliário, respectivamente) para o contexto de mulheres inseridas na autoprodução habitacional. Assim, esta sessão destina-se a tentar discutir de forma síncrona características gerais de interfaces voltadas para a projeção de espaços e características específicas de ambas. O esforço, antes de tecer um comparativo simplista, é de construir um processo de análise, que não tem pretensões finalísticas, e sim de ser aberto à apropriação e à possibilidade de continuidade.

Na prática arquitetônica convencional o projeto é, majoritariamente, uma prescrição da forma final do espaço, uma forma de representar um produto em que “algo concebido antes (projeto), remete a algo que estaria por vir (espaço construído), e estabelece um estado de permanência (a arquitetura pronta, acabada)” (BALTAZAR, 2012, n.p.). Assim, interfaces inseridas nessa lógica objetivam convencer e encantar o usuário, mediando o processo de imposição de prioridades, gostos, conceitos, configurações espaciais e escolhas estéticas feitas por agentes externos (geralmente do campo arquitetônico), perpetuando com o ideal de condicionamento do usuário como personagem na mão do arquiteto (KAPP, 2005) e com a postura normativa e prescritiva. Em outras palavras, a interação se dá por uma participação pré-determinada, em que o uso da interface se refere somente a um acionamento de experiências anteriores, privando o usuário de obter resultados distintos e mantendo-o apartado do processo de decisão sobre a produção de seus próprios espaços.

No caso das duas interfaces aqui analisadas, o foco reside antes no estímulo a uma relação social no âmbito da experiência, pois os produtos de seu uso são diretamente determinados pela relação entre usuário, o aparato, o momento e a forma em que o uso acontece e, também, o espaço que se pretende conceber com o auxílio das interfaces. De forma oposta às interfaces relacionadas à prática convencional que atuam como meios de convencimento ou encantamento, a intencionalidade do Jogo da Maquete e do Kit Mobiliário é libertadora, voltada para o ganho de autonomia dos usuários. Assim, ao invés de somente representarem algo antecipado e decidido por outros, rompem com o fetiche do projeto-produto e abrem possibilidades para uma variedade de resultados possíveis, cuja determinação depende diretamente da interação. Tal abertura resulta em uma forma de engajamento que dificilmente poderia ser alcançada se o processo se desse conforme a prática de projeto convencional. Por abrirem

possibilidades para que as pessoas pensem de acordo com suas próprias lógicas em função de suas próprias necessidades, vivências e preferências, ambos os aparatos auxiliam na interlocução das necessidades específicas dos usuários, possibilitando que apliquem seus próprios conhecimentos, adquiram novos e experimentem soluções e configurações espaciais conforme lhes convier, para então se decidirem sobre qual solução é a mais adequada.

Nesse sentido, o Jogo da Maquete, ao dispor de uma base livre, sem quaisquer elementos pré-fixados, sobre a qual o usuário pode encaixar, rotacionar e posicionar as peças construtivas do modo que preferir, cria uma condição que estimula seu uso e contribui para uma ampliação do imaginário acerca do espaço e de sua produção. Já os elementos do Kit Mobiliário, mesmo que mais simples e com menor atratividade relacionada à sua forma, também tem seu foco situado na experiência, que é, portanto, determinante do próprio produto da interação. Assim, as duas interfaces convergem no sentido que as experiências e produtos proporcionadas por seu uso são determinadas sobretudo pelo usuário em função de sua imersão no espaço, dependendo, portanto, do tempo, do momento da experiência e de como ela é feita, o que pode estabelecer uma prática de projeto muito distinta da convencional e que possui maior potencial de resultar em espaços adequados às especificidades das mulheres que as utilizam no âmbito da autoprodução.

Outro aspecto que diferencia o Jogo da Maquete e o Kit Mobiliário de outras interfaces de projeto é o papel exercido pelo arquiteto. Na prática convencional, ele atua enquanto agente determinista, tomando as decisões pelo futuro usuário, sem questionar ou problematizar a ordem hegemônica. Já no caso dos aparatos analisados, o usuário é o agente, com capacidade de decidir o que fazer e de colocar em prática suas decisões, bem como de manipular a interface de forma mais autônoma, numa prática oposta ao determinismo. Mesmo que nos contextos que originaram as interfaces os processos tenham sido de assessoria técnica e, portanto, contaram com arquitetos no papel de mediadores, a presença destes não é imprescindível para o uso da interface, ao menos não de forma continuada. A necessidade do entendimento de questões técnicas (como a da modulação e da escala, por exemplo) demanda, pelo menos, algum tipo de orientação para que as interfaces possam ser utilizadas pelas usuárias. Contudo, tais aspectos técnicos não são complexos a ponto de restringir significativamente o uso, mesmo se a usuária não puder ou conseguir compreendê-los em sua totalidade. Além disso, por serem objetos de fácil manipulação e que se referem a elementos construtivos e equipamentos que fazem parte do cotidiano, é possível que as usuárias possam por si só dar continuidade ao uso do aparato da forma e na frequência que lhes for conveniente e, assim, avancem no ganho de autonomia em vez de criarem dependências de agentes externos.

Ademais, outros três aspectos são importantes de serem ressaltados. O primeiro é que a experiência derivada do uso das interfaces é permeada por uma série de questões referentes às mulheres participantes, ao indivíduo que atua como mediador, e ao espaço em que a experiência é materializada.

Por exemplo, se o Kit Mobiliário for empregado em um processo de assessoria técnica mediado por um profissional da arquitetura com forte consciência crítica e com participação de mulheres racializadas, de baixo poder aquisitivo e residentes de áreas marginalizadas (como é o caso dos grupos formados pela arquiteta Carina Guedes, expostos brevemente na seção anterior), possivelmente os resultados da interação serão permeados por questões advindas da trajetória que é particular ao contexto espacial e a vida de cada um dos sujeitos em questão. Por um lado, pode haver maiores dificuldades que as mulheres participantes expressem suas vontades e prioridades porque estão condicionadas a papéis sociais de submissão generalizada, ou pelo fato de residirem em áreas urbanas em que a violência se faz presente no cotidiano e as desigualdades de gênero são acentuadas. Por outro, é possível que o mesmo fator de residirem em tais áreas, em que a autoconstrução é prática comum, faça com que compreendam com facilidade a proposta de uso de interfaces para a concepção espacial, e que isso resulte em produtos mais adequados às suas necessidades e desejos. Já uma experiência mediada por um arquiteto iniciante na prática teórico-crítica, com um grupo de mulheres de classe média e residentes de bairros da cidade formal, envolve uma outra gama de questões e pode ter resultados muito distintos. Em suma, cada experiência de uso das interfaces é única e determinada por mais fatores do que é possível (ou desejável) prever, o que por si só não constitui um argumento contrário à sua aplicação na prática projetual. Importa observar criticamente e tanto quanto possível as condições e fenômenos que estão envolvidos em cada contexto em que serão utilizadas, mantendo como premissa principal que a prática pode e deve ser ajustada e reformulada continuamente – e o fato de que as interfaces em questão permitem tais ajustes de percurso é argumento suficiente para defesa de sua incorporação na prática de profissionais do campo arquitetônico.

O segundo aspecto é que, como os aparatos possuem elementos pré-definidos (as peças) que se referem ao modo de construção convencional, é possível que restrinjam e limitem as experiências dos usuários. Porém, como não há uma predefinição do produto em si e nem o pressuposto de que o processo resulte num objeto acabado, as interfaces possibilitam um número significativo de resultados possíveis e podem atuar no sentido contrário da mera reprodução, levando o usuário a refletir criticamente sobre os espaços, usos e a relação entre ambos, num processo de desenvolvimento que serve à sua própria criatividade. Por fim, o terceiro aspecto refere-se a que, por se tratar de um aparato cuja função central é auxiliar na concepção espacial e na discussão coletiva de projetos, pode parecer no início de que seu uso se restringe a este momento específico do processo produtivo, não se estendendo para os momentos da construção em si e do uso. Contudo, se colocarmos a análise sob a perspectiva do limite das interfaces, é possível vê-las de outra forma.

Entender a interface em relação ao seu limite implica considerar que ela foi produzida em função de um contexto específico e que, portanto, não é capaz de atender a todas as possibilidades de situações. Por exemplo, se o Jogo da Maquete for empregado num contexto de produção espacial

institucionalizado, em que há a necessidade de definição prévia de todos os aspectos da construção para a elaboração de orçamentos e processos licitatórios, ela irá perpetuar com a lógica convencional do projeto como prescrição de um produto ainda não materializado. Contudo, se utilizada no contexto de mulheres inseridas na autoprodução de suas moradias, que é o que interessa ao presente trabalho, tal prescrição não é imperativa. Nesse sentido, ambas as interfaces analisadas estabelecem limites para a ação sem prescrevê-la. Há uma relativa predeterminação do produto material, que será necessariamente a projeção de espaços, mas estes não possuem forma ou uso específico (podem ser para moradia, ou para o comércio, se alterarem com o decorrer do tempo e serem reformulados para um novo uso), e podem ser de acordo com a lógica construtiva convencional ou não (pois há abertura para que as usuárias deem continuidade ao processo e, se desejarem, produzam peças de outros elementos construtivos e as acrescentem aos aparatos). Desse modo, os produtos, definidos pela interação com a usuária, servem como planos, indo além de serem somente uma representação pragmática destinada a solucionar problemas pré-estabelecidos em situações determinadas – o que é planejado refere-se a indícios do que virá a ser, mas há possibilidade de acomodação do acaso. Como já discutido, as interfaces atuam na lógica de ampliação da capacidade de prospecção, pois abrem possibilidades para que as envolvidas reformulem as soluções espaciais com agilidade condizente com a dinâmica dos eventos reais. Esse último fator é muito relevante no âmbito de moradias autoproduzidas, que são comumente concebidas, construídas, usadas e alteradas de forma concomitante e contínua. Desse modo é perfeitamente possível que as mulheres autoprodutoras utilizem tanto o Jogo da Maquete quanto o Kit Mobiliário para repensar a configuração dos cômodos, fazer alterações em função de mudanças nas necessidades da família, ou para compreender melhor o que será feito por meio da materialização propiciada pelas interfaces, que não é um aspecto irrelevante, tendo em vista a problemática discutida anteriormente do argumento de que obra não é “lugar de mulher” e o impacto que possui na sua capacidade de mulheres questionarem, argumentarem e decidirem sobre seus espaços.

6. Entre teoria crítica, interfaces e autonomia

No contexto aqui discutido, autonomia se refere tanto ao direito quanto à capacidade de mulheres autoprodutoras tomarem decisões sem que lhes sejam impostas normas de outros. Não é possível que essa autonomia seja dada, mas ela pode ser construída por meio de práticas e instrumentos que as auxiliem a realizarem suas próprias ações críticas no espaço. Nesse sentido, conectar os aspectos potenciais da teoria crítica da arquitetura e de teoria do movimento feminista com as possibilidades inferidas por meio da análise do Jogo da Maquete e do Kit Mobiliário sugere a inserção de uma perspectiva de gênero na busca por meios alternativas à lógica convencional de produção sócio-espacial, o que pode contribuir para o desenvolvimento de uma prática social crítica.

Essa perspectiva implica numa mudança que vai além de meros ajustes paliativos na forma de atendimento profissional ou nos preceitos utilizados no projeto, por exemplo. Ela engloba, entre uma série de outras coisas, tomar como arquitetura todo espaço construído por trabalho humano, em vez de encarar moradias autoproduzidas como desvios; dar visibilidade para a existência de distintas percepções e vivências, em contraposição a pressupor uma homogeneidade de necessidades, desejos e prioridades comuns a todas as pessoas, para as quais se estabelecem normas e soluções genéricas que devem se aplicar universalmente; ver tais percepções e vivências por meio de uma perspectiva interseccional, entendendo que elas são moldadas pela existência ou ausência de determinadas categorias de diferenciação e que, assim, não se deve generalizar a experiência feminina como se fosse única e passível de ser apreendida em sua totalidade; empreender esforços de problematização e compreensão por meio de um exercício prático e teórico de crítica, em vez de tratar questões sócio-espaciais de forma superficial e acrítica. Alinhada com o uso de interfaces que, assim como as analisadas pelo presente trabalho, servem como mediação para que as mulheres inseridas na autoprodução possam ser consideradas como sujeitos capazes e com direito de participar da produção de seus espaços, é possível avanços concretos no intuito de transformação social.

Referências

- ALLEN, A. Entrevista com Amy Allen. **Revista do Centro de Pesquisa e Formação**, São Paulo, n. 3, p. 252, 2016.
- BALTAZAR, A.P. A sedução da imagem na arquitetura: Materamoris como alternativa pós-histórica. In: Alice Serra; Rodrigo Duarte; Romero Freitas (ed.). **Imagem, Imaginação, Fantasia: 20 anos sem Vilém Flusser**. Belo Horizonte: Relicário, 2014.
- _____. Além da representação: possibilidades das novas mídias na arquitetura. **V!RUS**, São Carlos, n. 8, dezembro 2012. Disponível em: <http://www.nomads.usp.br/virus/virus08/?sec=4&item=1&lang=pt>. Acesso em: 03.01.2022.
- BOURDIEU, P. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: Editora UNESP, [1997] 2004.
- CHILISA, B.; NTSEANE, G. Resisting dominant discourses: implications of indigenous, African feminist theory and methods for gender and education research. **Gender and Education**. Londres, v.22, n.6, p. 617-632, 2010.
- KAPP, S. A outra produção arquitetônica. In: **Estéticas do deslocamento**. Belo Horizonte: Associação Brasileira de Estética, 2008, s.p.
- _____. Autonomia heteronomia arquitetura. **Cadernos de Arquitetura e Urbanismo**, v. 10, n. 11, p. 95–105, 2003.
- _____. Moradia e contradições do projeto moderno. **Interpretar arquitetura**, v. 6, 2005.
- _____. Periferias da internacionalização na pesquisa sócio-espacial. In: **Anais do VI Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo**. Brasília: Universidade de Brasília, 2021, p. 351–364.
- _____. Por que teoria crítica da arquitetura? Uma explicação e uma aporia. In: Maria Lúcia Malard (ed.). **Cinco Textos Sobre Arquitetura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.
- _____.; BALTAZAR, A. P.; MORADO, D. Architecture as critical exercise: little pointers towards alternative practices. **Field: a free journal for architecture**, v. 2, n. 1, p. 7–29, 2008.

____.; NOGUEIRA, P.; BALTAZAR, A. P. Arquiteto sempre tem conceito - esse é o problema. In: **Projetar – Projeto como investigação: ensino, pesquisa e prática**, 2009, São Paulo. Anais do IV Projetar, São Paulo, 2009. Disponível em: <http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/biblioteca_novo_2/arquivos/kapp_nogueira_baltazar.pdf>. Acessado em 12 de dezembro de 2021.

MENDONÇA, C. **Arquitetura na periferia: uma experiência de assessoria técnica para grupos de mulheres**. 2014. Dissertação (mestrado) -Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014

MOHANTY, C. Under Western Eyes: Feminist Scholarship and Colonial Discourses. **Boundary2**, v. 12, n. 3, p. 333-358, 1984.

____. “Under Western Eyes” Revisited: Feminist Solidarity through Anticapitalist Struggles. **Signs**, v. 28, n. 2, p. 499–535, 2003.

MOM. Jogo da Maquete. In: **MOM: Morar de outras maneiras**, s.d. Disponível em: <<http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/index.html>>. Acesso em: 14 de dezembro de 2021.

RENDELL, J. Only Resist: A Feminist Approach to Critical Spatial Practice. 2018. In: **The Architectural Review**. Londres. 243 n° 1449. 8 p.

SOUZA, M. L. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2013.

ENTRE PAISAGENS: ÀS FRESTAS DA CIDADE CONTEMPORÂNEA

BETWEEN LANDSCAPES: IN THE CRACKS OF THE CONTEMPORARY CITY

ENTRE PAISAJES: EN LAS GRIETAS DE LA CIUDAD CONTEMPORÂNEA

Isabella Khauam Maricatto
isa.maricatto@gmail.com

Eduardo Rocha
amigodudu@gmail.com

RESUMO

O artigo faz parte de uma pesquisa de mestrado que versa sobre o estudo da paisagem urbana contemporânea. O conceito da Terceira Paisagem desenvolvido por Gilles Clément oportuniza e potencializa a discussão sobre territórios abandonados na cidade contemporânea, especificamente, ao pensar, a partir da ação biológica, suportes para ações e pensamentos no presente. Por meio de revisão de literatura, o artigo busca levantar argumentos teóricos que auxiliem na construção de uma outra cultura da paisagem urbana, destacando os sentidos e potencialidades da implementação do Estudo de Gestão Estratégica de Terrenos Abandonados de Montpellier - França. Ao fim, pistas para a apreensão e leitura da paisagem urbana buscam contribuir para o enfrentamento dos desafios urbanos contemporâneos.

Palavras-chave: paisagem urbana, terceira paisagem, territórios abandonados, cidade contemporânea.

ABSTRACT

The article is part of a master's monograph that deals with the contemporary urban landscape. The concept of the Third Landscape developed by Gilles Clément provides opportunities enhancing the discussion about abandoned territories in the contemporary city, specifically when thinking from biological action, supports actions and thoughts in the present. Through a literature review, the article seeks to raise theoretical arguments that help construct another culture of the urban landscape, highlighting the meanings and potentialities of implementing the Strategic Management Study of Abandoned Lands in Montpellier - France. In the end, clues for the apprehension and reading of the urban landscape seek to contribute to the confrontation of contemporary urban challenges.

Keywords: urban landscape, third landscape, abandoned territories, contemporary city.

1. Introdução

Esse texto é um fragmento de uma pesquisa de mestrado que versa sobre o estudo da paisagem urbana contemporânea. Aborda perspectivas transdisciplinares que fomentam e instigam novas reflexões e que dão pistas para diferentes formas de apreensão da paisagem urbana. O conceito da Terceira Paisagem - *tiers paysage* -, desenvolvido pelo paisagista francês Gilles Clément em seu

Manifesto (2014), oportuniza e potencializa a discussão, ao tentar construir uma cultura da paisagem que busque a preservação e o respeito à diversidade.

A Terceira Paisagem apresenta uma dimensão ecológica, ecossistêmica e política, examinando os sistemas que se formam nas relações construídas entre o ser humano e o ambiente. Essa especificidade da paisagem considera os espaços residuais, nos quais as espécies vegetais brotam espontaneamente, como reservas biológicas do futuro. A proposta apresenta-se como uma crítica aos sistemas de patrimonialização e seus rígidos discursos de preservação. Nesse caso, direciona a preservação para lugares que têm potencial de reservas ecológicas, pensando na manutenção das espécies e no respeito às águas, solos e ar.

Na França, esse conceito é incorporado, na prática, a projetos que vão desde parques até propostas inovadoras de gestão territorial, como é o caso do *Estudo Estratégico para Gestão dos Terrenos Abandonados* de Montpellier, desenvolvido entre 2009 e 2012, pelo grupo COLOCO em parceria com Clément. A fim de caracterizar as dinâmicas desses espaços “abandonados”, procura-se compreender como se conectam a outros sistemas de tramas urbanas, tais como áreas verdes, cursos d’água, entre outros.

Essa noção territorial que parte dos abandonos da cidade, ou ainda das reservas de remanescentes vegetais, sugere novas interpretações da realidade e novos momentos da urbanidade, sendo por isso tratados como Terceira Paisagem. Frente à fragilidade dos sistemas naturais das cidades na contemporaneidade, a proposta da Terceira Paisagem imbrica e sobrepõe dimensões do que é natural e artificial nos modos de vida e discute como estas se manifestam nas paisagens urbanas.

A discussão sobre paisagens e territorialidades, na perspectiva da Terceira Paisagem, desestabiliza estruturas cognitivas da sociedade que são culturalmente construídas. Fissurar ou desestabilizar essa estrutura social é relevante como forma de abrir espaço para outros modos de ver a cidade contemporânea e para criar alternativas para o presente e para o futuro. Considerando que a maioria dos espaços residuais são permeáveis às águas da chuva e ao escoamento dos espaços adjacentes, esses espaços reduzem problemas ligados à impermeabilização dos solos urbanos. A apreensão da paisagem urbana que potencializa esses espaços pode contribuir diretamente para o enfrentamento dos desafios urbanos da contemporaneidade, tais como: enchentes, mudanças climáticas, crise de recursos hídricos, entre outros. Ao tratar a paisagem como suporte, entende-se ser possível influenciar políticas públicas locais compatíveis com a realidade dos territórios da Terceira Paisagem, abrindo possibilidades para interpretações e para abordagens práticas mais sensíveis.

A despeito dessa evidente relevância, ainda é possível se questionar: como apreender as paisagens urbanas contemporâneas, levando também em consideração os seus territórios abandonados? A partir de revisão de literatura, objetiva-se investigar o conceito de paisagem na cidade contemporânea e os sentidos e potencialidades da implementação de projetos fundamentados na Terceira Paisagem. Ao

analisar esses territórios emergentes, pretende-se construir narrativas e territorialidades que fomentem uma outra cultura da paisagem contemporânea.

2. A paisagem urbana e as imagens em movimento

A defesa e recuperação de uma arquitetura paisagista vem ao encontro com o modo de perceber a cidade, uma ideia de pensamento. Do ponto de vista do planejamento urbano, Patrick Geddes, no início do século XX, na Escócia, desenvolveu novas propostas para a leitura da cidade que impactaram posteriores discursos a respeito das análises urbanas. Geddes iniciou a sua trajetória no campo da Biologia e, durante a sua vida, se debruçou sobre estudos de interação entre a vida e o meio ambiente, envolvendo aí as cidades que até então tinham suas leituras influenciadas por observações empíricas e intuitivas baseadas na “ciência da vida”. Dentre os livros que escreveu, *Cidades em Evolução* (1949) traz perspectivas filosóficas baseadas no ordenamento do território, considerando o desenvolvimento das cidades conectado a uma rede mais ampla que envolve a paisagem e não somente a interação entre as ruas e espaços públicos. Essa visão se desdobrou em um mantra: *survey before planning*, que enfatiza o trabalho da pesquisa anterior ao planejamento urbano. Além disso, seus diagramas que estabeleciam relação entre a comunidade e a topografia foram fortemente utilizados como modos de pensar a reconstrução das cidades no pós-guerra (GEDDES, 1949; SMITHSON *apud* RABELO, 2005).

Geddes propôs um novo curso universitário dedicado ao estudo prático das cidades. Nele, criou uma disciplina, a Urbanística Itinerante, cuja proposta era a imersão direta nos interstícios da cidade, por meio de percursos a pé deambulatórios, labirínticos e participativos que se contrapunham à visão abstrata e zenital dos mapas estáticos (CARERI, 2017). Esse modo de fazer pesquisa buscava desenvolver um registro fenomenológico evolutivo e horizontal: a *Survey Walk*.

Esse processo de pesquisa-caminhada foi experimentado por Geddes entre 1914 e 1924, na Índia. Com as observações itinerantes nas cidades, eram captados e colhidos indícios referentes a sucessivas evoluções históricas dos centros urbanos, o que levou o pesquisador a desenvolver um repertório crítico sobre territórios a serem deixados em seu “devir natural” e sobre territórios a intervir, oferecendo mudanças e novas configurações à paisagem urbana. Esse caminhar se dava antes e depois da composição do plano e também envolvia um novo método pedagógico, pois incluía os habitantes do lugar, sendo, portanto, participativo.

Careri, em seu livro *Walkscapes: o caminhar como prática estética* (2013), traz consigo a errância como arquitetura da paisagem, entendendo-a como “a ação de transformação simbólica, para além de física, do espaço antrópico” (2013, p. 28). Entende que essas ações podem ser consideradas como éticas e estéticas, e, “embora não deixe sinais tangíveis, modifica culturalmente o significado do espaço e, conseqüentemente, o espaço em si, transformando-o em lugar” (CARERI, 2013, p. 51).

Atrelada à apreensão cultural, a perspectiva múltipla do termo paisagem solicita reflexões que se sobressaem em diversos campos do conhecimento, tais como a Artes, Geografia, Filosofia, entre outros. A perspectiva transdisciplinar, apresentada no livro *Saberes Ambientais* (HISSA, 2018), percorre caminhos que mostram o engajamento político do ser humano em meio a perspectiva ambiental. A transdisciplinaridade, nesse aspecto, envolve o ser político que habita a cidade e é política de vida, portanto, do ponto de vista urbano,

(...) a transformação da cidade não pode ser deixada apenas por conta dos urbanistas e dos arquitetos, mas deve ser estendida a todas as ciências que se interessam pela cidade, logo também a antropólogos, geógrafos, sociólogos, biólogos. E junto com as ciências devem caminhar também as artes, sempre no plural: explorar a pé a cidade e penetrar em seus significados é uma arte tal como a escultura, a pintura, a arquitetura, mas também como a fotografia, o cinema, poesia que nos contam, muitas vezes com maior eficácia do que os urbanistas, os fenômenos mais dificilmente legíveis da cidade atual. (CARERI, 2017, p. 100)

Ao considerar válidas as múltiplas maneiras de apreender a realidade da cidade contemporânea, alinha-se a proposta de análise da paisagem urbana contemporânea ao “desenvolvimento de uma consciência estética da natureza” (BESSE 2014, p. 35). A paisagem é vista como “produto das interações, das combinações entre um conjunto de condições e restrições naturais (geológicas, morfológicas, botânicas, etc.) e um conjunto de realidades humanas, econômicas, sociais e culturais.” (BESSE 2014, p. 66).

De acordo com Peixoto (1993), não é mais possível projetar a cidade ou a utopia moderna de uma cidade preconcebida, já que, em sua trama complexa e incontrolável, toda experiência urbana implica em ruptura e distância. Entretanto, um território é formado por um sistema de interações “em que o imaginário da cidade se confunde com todas as passagens entre todas as formas artísticas e arquitetura” (1993, p. 237).

É nesse espaço de encontro que se oferece em troca a própria presença. E é nas margens que se encontra certo dinamismo e podemos observar a formação das paisagens, apesar de deixar ao seu redor e no seu interior “partes inteiras de território ao abandono e mais dificilmente controláveis” (CARERI, 2013, p. 158).

Essas áreas intersticiais são muitas vezes desprovidas de toda representação, “apresentam uma natureza que ainda deve ser compreendida e preenchida de significados, antes que projetada e preenchida de coisas” (CARERI, 2013, p. 32). Assim, é por meio delas que se pretende traçar um primeiro “percurso unitário de conexão, para: reconhecer o seu direito à existência”, reivindicando para esses lugares uma “autonomia de desenvolvimento” (CARERI, 2013, p. 161).

Ao abordar o estudo sobre áreas tratadas como (des)habitadas, (in)seguras, (im)produtivas, Solà-Morales (1995) introduz o conceito de *terrain vague*, o qual remete a territórios ou porções de terra que estão fora ou são estranhos às dinâmicas urbanas, revelando para a cidade uma contraimagem dela

própria e expressando tanto uma crítica como uma possibilidade de transformação da territorialidade urbana, do próprio olhar e daquilo que se vê.

A ideia de uma contraimagem se dá por serem esses territórios justamente a espacialização ou materialização daquilo que não foi ordenado. Diferente da cidade planejada, eficaz e legitimada, demandam atenção à continuidade que provém dos sentidos, atentos às dinâmicas e fluxos de energia, assumem ritmos diferenciados aos limites já estabelecidos.

As imagens dos territórios abandonados, como produto estético, possuem potência para comunicar experiências físicas que se convertem em psíquicas, já que desestabilizam juízos de valor estético que compõem e envolvem a problemática da vida social contemporânea. A confrontação com as imagens desses territórios impõe dificuldades ligadas à estranheza dos homens e mulheres contemporâneos de assumir sua interioridade como identidade (SOLÀ-MORALES, 1995).

Ao encontrar a continuidade do tempo e do espaço como movimento de transformação da paisagem, o abandono assume um caráter polissêmico, pode se manifestar sintomaticamente em territórios indecisos da cidade e/ou evidenciar um deslocamento de pensamento emanado por um estado de corpo que apreende a paisagem. Nesse viés, ao se caminhar na cidade contemporânea, as forças em fluxos e contrafluxos se expressam como movimentos de pensamentos. Nesses abandonos, territórios de desestabilização, de contradição e de desvio, ainda indeterminados, é onde podem surgir todos os tipos de conceitos, de propostas, de projetos e de tudo mais que se queira fazer ou desfazer (ROCHA, 2010).

3. A implementação da terceira paisagem

A construção de modos de apreensão da paisagem urbana contemporânea é indispensável para proposições paisagísticas que atuem nas frestas da cidade contemporânea. É a partir dessas frestas que emerge a crítica do paisagista Gilles Clément, ao definir o conceito de Terceira Paisagem em seu Manifesto da Terceira Paisagem (2004). Nele, o autor defende uma perspectiva de paisagem em movimento, o que envolve um processo não-linear de sucessão ecológica, o que será discutido adiante, presente tanto nas cidades como em áreas não-urbanas.

A Terceira Paisagem contribui para uma análise mais ampla da paisagem, ao apontar para os espaços ainda não decididos e de difícil domínio, os quais podem ser classificados em: espaços residuais, conjuntos primários e reservas. O espaço residual é considerado como resultado do abandono de um terreno anteriormente explorado e se estende a lugares como margens de estradas, margens de rios, terrenos baldios e outras áreas que podem ter origem agrícola, industrial, urbana, turística, entre outras. As reservas são consideradas lugares não explorados, seja pela dificuldade de acesso ou pela exploração inviável devido a seu alto custo, que surgem a partir da subtração de territórios antropizados.

As reservas, por sua vez, podem ser consideradas como conjuntos primários e se mantêm por decisão administrativa.

O diferencial da Terceira Paisagem é o olhar voltado para a sucessão ecológica, uma sequência de alterações graduais e progressivas que modificam a composição de um terreno até que aconteça o surgimento de uma nova comunidade estável. A sucessão ecológica ocorre de modo aleatório e, muitas vezes, descontínuo ou não-linear. Entretanto, para que ela ocorra, é necessário que haja condições, sendo, por esse motivo, contingente e histórica.

A manifestação da sucessão ecológica no território é expressa progressivamente pela mudança na composição e na estrutura das comunidades vegetais, até que ocorra o estabelecimento da comunidade clímax ou de uma comunidade estável. Biologicamente, as espécies aparecem de acordo com as camadas que as sustentam, sendo as espécies pioneiras responsáveis por facilitar o desenvolvimento de outras espécies, levando a um aumento da biodiversidade.

A abrangência dos trabalhos que se referem diretamente à noção da Terceira Paisagem se estende a exposições, estudos e projetos em curso. Dentre eles, destaca-se a primeira exposição da Terceira Paisagem no Canadá, que aconteceu no Centro Canadense de Arquitetura de Montreal. Grande parte dos trabalhos são desenvolvidos em locais acessíveis ao público e apresentam propostas pedagógicas voltadas à Terceira Paisagem, fomentando a expansão do potencial comunicativo que parte do imaginário. O único projeto que amplia a proposta para uma cenografia da Terceira Paisagem é o Parque Matisse à Lille ou a Ilha Derborence (Figura 01), no qual o objeto central é elevado a 7 metros do nível térreo e recebe em 3500m² uma “floresta ideal” instalada apenas pela natureza. Inacessível, mas observável (CLÉMENT, 2004).



Figura 01: Parque Matisse à Lille. Fonte: WIKIPEDIA.

Dentre as propostas práticas que surgiram da Terceira Paisagem, estão: a cobertura da base submarina, *Saint-Nazaire*, na França; o Parque da Terceira paisagem em *Tijuana*, no México e o Parque

da Terceira paisagem em *Ramallah*, na Palestina, além do Parque André *Citroen*. Este último, apesar de conter jardins seriais e estufas frias concebidas de maneira mais convencional, reserva um setor específico à observação cotidiana das interações entre as diferentes espécies, do surgimento espontâneo de novas brotações e de suas dinâmicas naturais (CABRAL, 2020).

A tomada de consciência da terceira paisagem como necessidade biológica condiciona o devir dos seres vivos, modificando a leitura do território e valorizando os lugares habitualmente considerados como negligenciados (CLÉMENT, c2007). Por esse motivo, a terceira paisagem possui uma variedade muito grande de propostas e sugere uma mudança na compreensão da paisagem e da natureza a nível estético e ecológico, conectando o estético ao ético na paisagem do século XXI.

3.1. Estudo Estratégico para a Gestão dos Terrenos Abandonados de *Montpellier*

O conceito da Terceira Paisagem também aparece como potencial para se repensar em políticas e em práticas de planejamento e gestão dos espaços residuais das cidades. Neste contexto, destaca-se a experiência do Estudo de Gestão Estratégica de Terrenos Abandonados de *Montpellier* - França, desenvolvido entre 2009 e 2012. O projeto de diretrizes estratégicas para o desenvolvimento da cidade está previsto para ter continuidade até 2040 e seu método se baseia em quatro eixos principais. O primeiro eixo é o de *Intervenção* transversal no território, que propõe reorganizar a cidade existente e fortalecer a conexão entre o território, os habitantes e os promotores, ao incentivar a ligação de realidades transversais às tramas existentes; o segundo é o de *Consolidação* da sinergia entre os atores urbanos, que visa fortalecer a comunicação entre as instituições e a participação cidadã; o terceiro eixo parte da *Proposição* de maior transversalidade entre os departamentos da Cidade; e o quarto, *Ativação*, busca densificar, equilibrar a cidadania conectada ao espaço público, gerando um equilíbrio entre a densidade urbana e o vazio urbano que reflete o potencial de transformação de uma natureza urbana múltipla (COLOCO, 2020).

O Plano pauta questionamentos acerca da complexidade da cidade do futuro e cria suporte, tanto para o seu crescimento e densificação, como para um desenvolvimento sustentável segundo princípios da Ecologia, desde onde se legitima a presença de territórios baldios remanescentes na malha urbana. Essas outras territorialidades ou frestas da cidade contemporânea são tidas como uma rede de oportunidades que frustram e confundem a cultura das cidades modernas, com suas malhas urbanas rígidas, ortogonais e pragmáticas. Ao constatar processos orgânicos de dispersão de sementes, pólenes, ou ainda, o papel de insetos ou pássaros dentro do contexto urbano, os autores do plano de Montpellier defendem que não existe uma lógica única na cidade densa, construída. Outras lógicas de funcionamento existem e operam nela, de modo que, a cada caso, uma outra territorialidade é apresentada (COLOCO; CLÉMENT, 2010).

A partir dessa lógica-outra, a caracterização dos territórios por tendências de evolução botânica e espontânea é proposta como uma alternativa processual de planejamento e gestão de áreas específicas dentro da cidade. Os registros coletados evidenciam uma rede de “abandonos” (Figura 02) que oferece pistas para o enriquecimento da cidade e de seus ecossistemas. A caracterização dessas parcelas territoriais se originou, por vezes, em locais fechados, mas na maioria das vezes, em locais abertos. A extensão dos mesmos era crescente à medida que aumentava a distância do centro histórico da cidade, envolvendo camadas de origem agrícola, ferroviária e de baixa ocupação industrial (COLOCO; CLÉMENT, 2010).

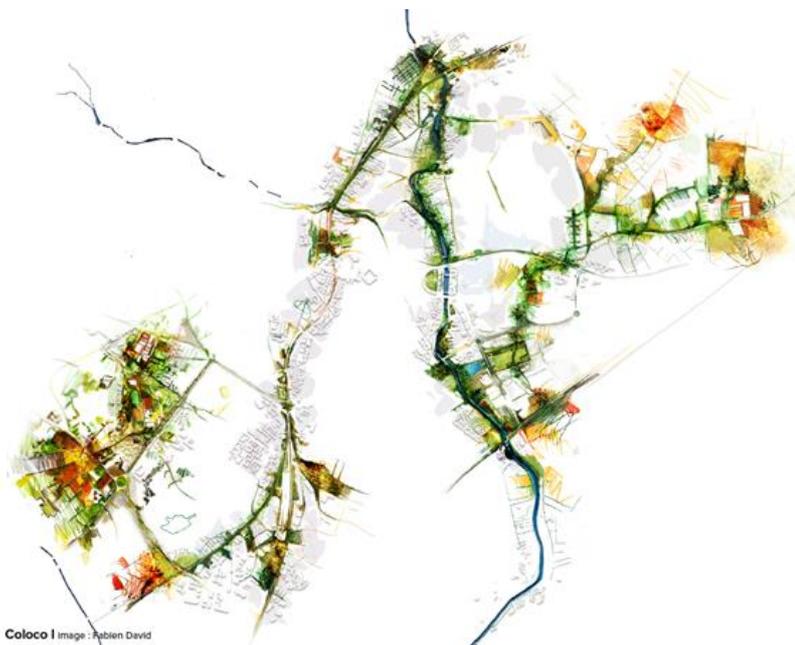


Figura 02: Rede de “abandonos” da cidade de Montpellier. Fonte: COLOCO, 2020.

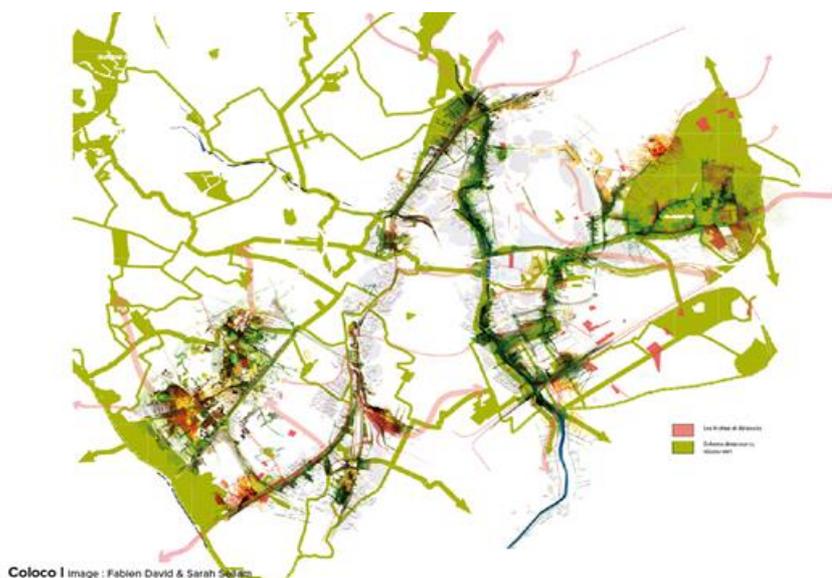


Figura 03: Rede de “abandonos” e espaços verdes da cidade de Montpellier. Fonte: COLOCO, 2020.

Apesar da rede de espaços residuais participar de uma trama de espaços urbanos ainda não elucidados, no estudo Estratégico de Montpellier, foram avaliados o potencial biológico, paisagístico e prático de cada espaço visitado, com o intuito de evidenciar e estabelecer uma relação sistemática entre eles. Dentre as fases do projeto de Gestão Estratégica está a criação de uma Rede Verde (Figura 03) que pode ser conectada aos espaços naturais da cidade através da rede de abandonos. Além de possuir uma função de deslocamento suave, essa rede desempenha o papel de conexão ecológica, denominada de Trama Verde (COLOCO; CLÉMENT, 2010).

O reconhecimento de tendências dos vazios urbanos na malha urbana permitiu o estabelecimento de tipologias (Figura 04 e Figura 05) de ação, classificadas em função de seu contexto, sua origem e seu potencial, preservando um olhar particular sobre cada territorialidade. Tanto na escala macro como na micro, espaços bem e mal geridos foram considerados durante o processo de associação das tipologias.



Figura 04: Tipologias de “abandonos” da cidade de Montpellier. Fonte: CLÉMENT; COLOCO, 2010.

Os *Noyaux* (Núcleos) são lugares que possuem uma biodiversidade interessante, potencial de conservação ou enriquecimento. Esses espaços podem ter uma tendência à expansão, por se conectarem a outros habitats. Os *Vecteurs* (Vetores) são importantes estruturas de conexão entre meios e, na maioria das vezes, possuem forte impacto visual. As *Particules* (Partículas) consideram as espécies espontâneas que brotam nos materiais permeáveis ou em muros, oferecendo acolhimento às plantas pioneiras sobre os terrenos muito pobres. *Isolats* (Isoladas) são as parcelas desconectadas, em transformação ou restos de canteiros abandonados de obra. Integram-se na rede natural urbana: os *Aménagements sur-entretenus* (Planejados), ou ainda, *Non-délaissés* (Não abandonados), áreas que possuem uma gestão paisagística “sofisticada” e custosa (em relação ao material, tempo de trabalho e/ou energia), podendo ser

reconsiderados e participarem de uma gestão global integrada; e os *Désaménagements* (Superfícies impermeabilizadas e sem uso), locais em que é necessário encontrar um solo para acolher a diversidade.



Figura 05: Associações das tipologias dos espaços residuais de acordo com a paisagem. Fonte: CLÉMENT; COLOCO, 2010.

Reflexões sobre o abandono se atravessam nesse processo de desenvolvimento do estudo e oferecem espaço para um plano global que integra aspectos referentes tanto à qualidade ambiental, como ao potencial biológico. Os resíduos urbanos, ao serem evidenciados em função de suas composições e localizações, por sua vez, possibilitam a conexão mais eficaz dos espaços naturais. A possibilidade de criação e diversificação desses espaços sugerem modos de gestão diferenciados; novos princípios práticos para projetos futuros; redes de espaços naturais urbanos; novos corredores biológicos e novas relações entre os territórios (COLOCO; CLÉMENT, 2010).

4. Pistas para a apreensão da paisagem urbana contemporânea

Um dos grandes desafios que o processo de urbanização impõe envolve a apreensão da paisagem urbana e a implementação de estratégias que fomentem o desenvolvimento urbano sustentável em busca de cidades resilientes. A conciliação da abordagem paisagística em consonância com o reconhecimento das paisagens das frestas envolve aspectos culturais que devem ser repensados nas cidades contemporâneas.

A paisagem urbana contemporânea, apreendida pela continuidade do tempo e do espaço, é composta por imagens em movimento. A complexidade dessas imagens demanda perspectivas transdisciplinares que fomentem novas reflexões e que visem ampliar pensamentos e incitar decisões integradas às condições ecológicas de cada contexto. A apreensão das paisagens urbanas, bem como o modo de planejamento urbano e ordenamento territorial, são culturalmente construídos. A proposta de mudança na compreensão paisagística moderna está no rompimento de conceitos já estigmatizados e no questionamento acerca dos territórios abandonados, ao assumir que tais territórios são compreendidos de maneira generalizada e, na maioria das vezes, através de uma perspectiva negativa. Desse modo, a impermanência das paisagens urbanas aborda não apenas os aspectos culturais, patrimoniais, econômicos e sociais, mas também cria conexões com a fluidez inerente ao conceito de Terceira Paisagem.

O conceito da Terceira Paisagem potencializa a existência dos espaços residuais, ao criar um repertório para desenvolver uma gestão paisagística na qual a biodiversidade possa ser preservada. A contribuição da análise paisagística baseada na Terceira Paisagem está no viés ecológico atrelado à topografia, ao clima, ao relevo, entre outros aspectos que evidenciam os remanescentes vegetais e a memória biológica e geográfica de aves e insetos. Nesse viés, o Estudo Estratégico para a Gestão de Terrenos Abandonados de Montpellier estabelece direcionamentos práticos e conscientes que auxiliam na compreensão dos territórios atuais com base na sucessão ecológica e instaura elos que aproximam as transformações naturais da paisagem com os desafios inerentes ao processo de evolução urbana.

Referências

- BESSE, J. **Ver a terra: seis ensaios sobre a paisagem e a geografia**. São Paulo: Perspectiva. 2014.
- CABRAL, A. S. C. **Uma poética dos interstícios urbanos: paisagens possíveis nas entrelinhas da cidade**. 2020. Tese (Doutorado em Paisagem e Ambiente) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.
- CARERI, F. **Walkscapes: caminhar como prática estética**. I. ed. São Paulo: Editora G. Gili. 2013.
- _____. **Caminhar e Parar**. São Paulo: Editora G. Gili. 2017.
- CLÉMENT, G. **Le tiers paysage**. Disponível em: <http://arlibre.org>. 2004.
- _____. **Manifiesto del Tercer paisaje**. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, p. 84. 2014.

CLÉMENT, G.; COLOCO. (2010). **Montpellier: Elaboration d'une gestion des délaissés**. Disponível em: https://www.montpellier.fr/include/viewFile.php?idtf=13426&path=25%2FWEB_CHEMIN_13426_1314620934.pdf. Acesso em: 20 jul. 2021.

COLOCO. **Montpellier – Les délaissés en réseau**. <https://www.coloco.org/projets/les-delaisses-en-reseau/>. 2020. Acesso em: jul. 2021.

GEDDES, P. **Cities In Evolution**. <https://archive.org/details/in.ernet.dli.2015.223562>. 1949. Acesso em: 17 fev. 2022.

HISSA, C. E. V. **Saberes Ambientais: desafios para o conhecimento disciplinar**. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2018.

JACQUES, P. B. Defesa pública da tese da prof. Paola Berenstein Jacques como requisito para promoção funcional à classe de Professor Titular. **Montagem de uma outra herança: Urbanismo, memória e alteridade**. Auditório Mastaba - Faculdade de Arquitetura UFBA. Nov 22. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=1FEJt7mUZ7E&list=PLo5qt_Czg_P06yv_49St1f3I6kR9CZhOj&index=2. 2020. Acesso: 17 nov. 2021.

MORALES, I. de S. **Terrain Vague**. In: Davidson, Cynthia. Anyplace (ed. p. 118-123). Cambridge: MIT Press. 1995.

PEIXOTO, N. Passagens da Imagem: pintura, fotografia, cinema, arquitetura. In: Parente, A. (org.). **Imagem-máquina: a era das tecnologias do virtual**. (Ed. 34, p. 237 - 252). Rio de Janeiro. 1993.

RABELO, G. **Patrick Geddes publica Cities in Evolution. An introduction to the Town-Planning movement**. Disponível em: http://www.cronologiadourbanismo.ufba.br/mais_documento_listar.php?idVerbete=705. 2019. Acesso em: 23 fev. 2022.

ROCHA, E. **Arquiteturas do abandono: ou uma cartografia nas fronteiras da arquitetura, da filosofia e das artes**. Tese de doutorado. Porto Alegre: PROPAR/UFRGS. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/24722>. 2010. Acesso em: 17 nov. 2020.

O RESTAURO DO MODERNO: APLICABILIDADE DA TEORIA DE CESARE BRANDI NA RESTAURAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SÉCULO XX

THE MODERN RESTORATION: APPLICABILITY OF CESARE BRANDI'S THEORY IN THE RESTORATION OF THE 20TH CENTURY'S HERITAGE

LA RESTAURACIÓN DE LO MODERNO: APLICABILIDAD DE LA TEORÍA DE CESARE BRANDI EN LA RESTAURACIÓN DEL PATRIMONIO DEL SIGLO XX

Magda Rosí Brodbeck
magdarosi@hotmail.com

Fabio Bortoli
fabio_bortoli@uniritter.edu.br

Marlon Uliana Calza
marlon_calza@uniritter.edu.br

RESUMO

O presente artigo é resultado da dissertação de Mestrado que aborda a *Teoria da Restauração* de Cesare Brandi (1963) e sua aplicação no restauro de obras da Arquitetura Moderna. O objetivo é apresentar o conteúdo da pesquisa referente à comparação do padrão teórico de Brandi com um objeto de estudo de caso, através da formulação de um instrumento de análise de intervenções de restauro. Além disso, a pesquisa aventa identificar possíveis dificuldades que a Arquitetura Moderna apresentaria à aplicação da teoria brandiana no restauro destas edificações. A aplicabilidade dos princípios é testada através da análise do estudo de caso, o Palácio da Justiça de Porto Alegre, projeto de Luis Fernando Corona e Carlos Maximiliano Fayet, de 1952. A edificação foi construída entre 1953 e 1968 e é considerada uma das mais importantes obras da Arquitetura Moderna Brasileira realizadas no estado, com forte influência da escola moderna carioca. A restauração do edifício aconteceu cinquenta anos após a concepção do projeto e contou com a participação do coautor remanescente, Carlos Maximiliano Fayet que, além de recuperar o prédio, o completou de acordo com projeto original. A pesquisa reafirma a validade da teoria de Cesare Brandi no campo do patrimônio e contribui para o debate sobre a restauração da Arquitetura Moderna, através da reflexão sobre a adequação dos princípios teóricos de restauro na tarefa de intervir neste patrimônio.

Palavras-chave: Restauro Arquitetônico, Arquitetura Moderna, Cesare Brandi.

ABSTRACT

This article is the result of the Master's dissertation that addresses the Restoration Theory of Cesare Brandi (1963) and its application in the restoration of works of Modern Architecture. The objective is to present the content of this study referring to the comparison of Brandi's theoretical pattern with an object of case study, through the formulation of an instrument for the analysis of restoration interventions. In addition, the research aims to identify possible difficulties that Modern Architecture

would present to the application of Brandian theory in the restoration of these buildings. The applicability of the principles is tested through the analysis of the case study, the Palácio da Justiça de Porto Alegre, a project by Luis Fernando Corona and Carlos Maximiliano Fayet, from 1952. The building was built between 1953 and 1968 and is considered one of the most important works of Brazilian Modern Architecture carried out in the state, with a strong influence of the modern school in Rio. The restoration of the building took place fifty years after the design of the project and had the participation of the remaining co-author, Carlos Maximiliano Fayet, who, in addition to recovering the building, completed it according to the original project. The research reaffirms the validity of Cesare Brandi's theory in the field of heritage and contributes to the debate on the restoration of Modern Architecture, through reflection on the adequacy of the theoretical principles of restoration in the task of intervening in this heritage.

Keywords: Architectural Restoration, Modern Architecture, Cesare Brandi.

1. Introdução

Frequentemente depara-se com questionamentos a respeito dos procedimentos de intervenções mais acertados no momento de conservar o patrimônio moderno, bem como os níveis de intervenção e métodos a serem usados. Esses, muitas vezes, se situam em lacunas teóricas e metodológicas do campo do restauro, visto o caráter atemporal que a Arquitetura Moderna se autoimpunha. Em função destes questionamentos a pesquisa teórica neste campo se mostra necessária.

O destino da produção arquitetônica do século XX apresenta-se cada vez mais incerto e contraditório. É aceito agora que, os “manifestos” do Movimento Moderno, não sejam reduzidos às imagens que gozam da eterna juventude, mas que estas são obras que envelhecem como todas as produções humanas, até o seu desaparecimento. Um expressivo número de obras arquitetônicas modernas traz questionamentos que se resumem ao problema de como conservá-la, como indica Oliveira nas seguintes palavras: “Uma crise se estabelece quando esta arquitetura da primeira metade do século XX coloca-se como patrimônio histórico; há que se entender que o moderno é agora antigo” (OLIVEIRA, 2014, p.30).

Uma revisão das modalidades de intervenção, prevalentes nas obras de Arquitetura Moderna, apresenta uma tendência a refazer, antes que conservar. Isto é, não se conserva a obra tal como chegou aos dias atuais e ela não é entendida em sua individualidade. Substituir indistintamente e refazer elementos segundo o projeto original pode significar destruir documentos históricos de relevo e colocar em seu lugar algo que não é uma reprodução fidedigna daquilo que foi construído (KÜHL, 2006).

De acordo com Marchetto (2017), o motivo pelo qual frequentemente impõem-se intervenções em edifícios modernos é a rápida obsolescência de suas instalações e a similaridade entre a Arquitetura Moderna e a produzida atualmente, o que torna complexo o reconhecimento da primeira pelo público leigo, habituado a entender como patrimônio edifícios mais antigos com estilos reconhecidos historicamente.

O questionamento a que esta pesquisa se dedica é sobre como os parâmetros da teoria de restauro de Cesare Brandi poderiam ser analisados e/ou avaliados na prática de restauro vinculada ao contexto relativo à Arquitetura Moderna. Com intuito de responder este questionamento, propõe-se a elaboração de um instrumento de análise relativo aos princípios, que será testado em um exemplar que sofreu intervenções de restauro. A obra escolhida para a análise é o Palácio da Justiça de Porto Alegre, projeto original de Luis Fernando Corona e Carlos Maximiliano Fayet, selecionado no Concurso Público Nacional de Anteprojeto realizado em 1952 e construído entre 1953 e 1968.

Dentre as categorias dos bens de patrimônio, talvez o patrimônio histórico representado pelas edificações seja o mais importante, pois carrega nele a sua própria história e é isso que o faz precioso. O bem histórico não é algo que foi construído para tal finalidade, mas, tornou-se com a passagem do tempo, transformando-se em testemunho através dos olhos dos estudiosos e do seu reconhecimento pela comunidade à qual ele pertence (CHOAY, 2006).

Em vista disso, quando o assunto sobre preservação e legado entra no campo do patrimônio edificado, a restauração está entre as ações de preservação aplicada com a finalidade de recuperar, estabilizar e readequar uma edificação ou monumento para que este se mantenha como testemunho histórico.

De acordo com Choay (2006), no decorrer do século XX, foram necessários estudos para aquisição de conhecimentos científicos, relacionados à restauração dos monumentos históricos. Estes estudos estavam ligados, especificamente, à degradação dos materiais. Portanto, a intervenção de restauradores especializados exigia não somente conhecimento histórico, mas também conhecimento técnico e metodológico, a fim de articular de forma diferente os modos de fazer e os objetivos propostos através do restauro.

2. A Teoria da Restauração de Cesare Brandi

No ano de 1963, Cesare Brandi (1906-1988), publicava na Itália, a obra *Teoria da Restauração*, que é resultado de 20 anos de trabalho à frente do *Istituto Centrale del Restauro* em Roma. Brandi é um dos principais referenciais teóricos para a prática do restauro, tendo influenciado muitas publicações sobre o tema como a Carta de Veneza (1964) (LIRA, 2016).

Brandi teve sua teoria embasada em inovadora reflexão acerca dos fundamentos do restauro. Conforme Mendes (2012, p.1), “Sua teoria apresenta um enraizamento notavelmente fenomenológico, responsável, em parte, pela novidade de sua abordagem”. Em seu primeiro axioma, “restaura-se somente a matéria da obra de arte” (BRANDI, 2004, p.31), indica a impossibilidade de se restaurar a concepção do artista e as marcas do tempo, por não se ter acesso às ideias do artista, mas à matéria que se degrada. Como segunda premissa, Brandi coloca a instância estética em foco, não diminuindo a importância do aspecto histórico da obra, indicando que o restauro deve visar ao restabelecimento da unidade potencial

da obra de arte. Os princípios elencados atentam para uma abordagem crítica, baseando-se no fato de que restauro não é atividade empírica, mas uma operação que se fundamenta na história e na crítica, com reflexos da estética.

Brandi conduz toda sua concepção e teoria de restauro sobre o conceito de obra de arte. Segundo o autor, é a obra de arte que condiciona o restauro, e não o contrário, e afirma ainda que, só o que for considerado como tal, pode ser restaurado: “O restauro consiste no momento metodológico do reconhecimento da obra de arte, na sua consistência física e na sua dupla polaridade estética e histórica, com objetivo da sua transmissão ao futuro” (BRANDI, 1977, p.6).

Brandi recomenda que o restauro deve, além de restabelecer uma unidade potencial sem criar um falso artístico, manter as marcas da passagem do tempo, nas seguintes palavras: “A restauração deve visar ao restabelecimento da unidade potencial da obra de arte, desde que isso seja possível sem cometer um falso artístico ou um falso histórico, e sem cancelar nenhum traço da passagem da obra de arte no tempo” (BRANDI, 2004 p. 33).

De acordo com Brandi (2004), como produto da atividade humana, a obra de arte coloca uma dupla instância: a instância estética, por meio da qual é obra de arte, e a instância histórica, pois foi realizada pelo homem em certo tempo e em certo lugar. Segundo o autor, a instância da utilidade, presente na arquitetura, não pode ser apresentada isoladamente, mas sempre vinculada a essas instâncias fundamentais.

Carbonara (2004) enfatiza que, atualmente, a linha considerada a mais correta em relação à defesa do patrimônio cultural é, sem dúvida, a crítico-brandiana, desde que se leve em consideração a ampliação ocorrida no conceito de bem cultural, mas consciente da maior quantidade dos bens a serem tutelados, não mais limitados, como anteriormente, à categoria de obra de arte.

3. Preservação Da Arquitetura Moderna

A arquitetura moderna é resultado de modificações técnicas, sociais e culturais que ocorreram em virtude da Revolução Industrial que iniciou, na Europa, entre fim do século XVIII e início do século XIX. Estas modificações concretizaram-se a partir da Primeira Guerra Mundial (1919), quando Walter Gropius abriu a escola de design Bauhaus, em Weimar, na Alemanha (BENEVOLO, 2016). Esta arquitetura provocou rupturas com o passado, apoiada teoricamente em um discurso antitradicionalista, através do impacto da máquina sobre a vida e a cultura humana, e proferiu um novo conjunto de formas simbólicas, com uma linguagem expressiva de volumes simples e flutuantes com geometrias claras, sendo defendida como a autêntica arquitetura do século XX (CURTIS, 2008).

A Arquitetura Moderna chega a Porto Alegre somente por volta de 1950 e teve como referencial a escola carioca, abrindo um caminho natural para a aplicação dos princípios de Le Corbusier (LUCCAS, 2004). O primeiro edifício institucional público, em estilo moderno, a ser construído no

centro de Porto Alegre, o Palácio da Justiça, tem em sua composição os cinco pontos da nova arquitetura de Le Corbusier: planta livre, fachada livre, estrutura independente, terraço-jardim e janelas em fita.

A preocupação com a preservação e restauro da Arquitetura Moderna fomenta a discussão deste tema e evidencia a universalidade do problema. De acordo com Kühl apud Salvo (2006), a característica deste tipo de intervenção, que tem o pressuposto teórico da propensão a reipristinar e a substituir, está na ideia de ser impossível aplicar, ao moderno, os princípios e métodos amadurecidos no exercício da restauração do antigo.

Para Salvo (2008), a tendência a afastar o tema do restauro do moderno do campo da restauração levou uma regressão à ideia de dever-se salvar a imagem e não a consistência material, abrindo caminho para a reipristinação. O ingresso da arquitetura contemporânea no terreno da tutela compilou em um atraso da reflexão e um desenvolvimento desarticulado e inseguro do tema.

Giovanni Carbonara (1997), esclarece que se trata de um campo novo na preservação e que o caminho poderia ser a orientação metodológica fundamentada nos critérios desenvolvidos para a restauração das obras antigas, nas quais se revalidam princípios como distinguibilidade, mínima intervenção e respeito pela autenticidade da matéria.

3.1 Palácio da Justiça de Porto Alegre – O objeto de estudo

O edifício do Palácio da Justiça de Porto Alegre está entre as mais importantes obras da Arquitetura Moderna Brasileira no Rio Grande do Sul e foi construído entre os anos de 1953 e 1968, projeto de Luís Fernando Corona e Carlos Maximiliano Fayet (Figura 1). Contudo, a escassez de recursos e o longo processo de construção fizeram com que se modificasse a concepção original do projeto, suprimindo elementos importantes ao caráter do edifício. Ademais, várias modificações ocorreram ao longo dos anos em decorrência da sua ocupação desordenada, descaracterizando espaços importantes do edifício.

Cinquenta anos após o Concurso Público realizado em 1952, o coautor remanescente Carlos Maximiliano Fayet, foi contratado pelo Tribunal de Justiça do Estado para elaborar o projeto que visava recuperar e readequar Palácio às necessidades da Justiça.

Sendo assim, o edifício foi restaurado entre os anos de 2000 e 2006, resgatando a configuração dos pavimentos especiais (térreo, sexto e sétimo andar) e introduzindo itens do projeto original que jamais haviam sido executados (PEREIRA e SZEKUT, 2008).

Obras de arte também foram incluídas no anteprojeto, na fachada voltada para a Praça da Matriz foi pensada uma escultura da deusa Themis, da Justiça, medindo aproximadamente 13 metros de altura. Nas fachadas laterais foram projetados dois murais medindo 11 por 7 metros com imagens que remetem aos ideais do realismo socialista (ALVAREZ, 2008).

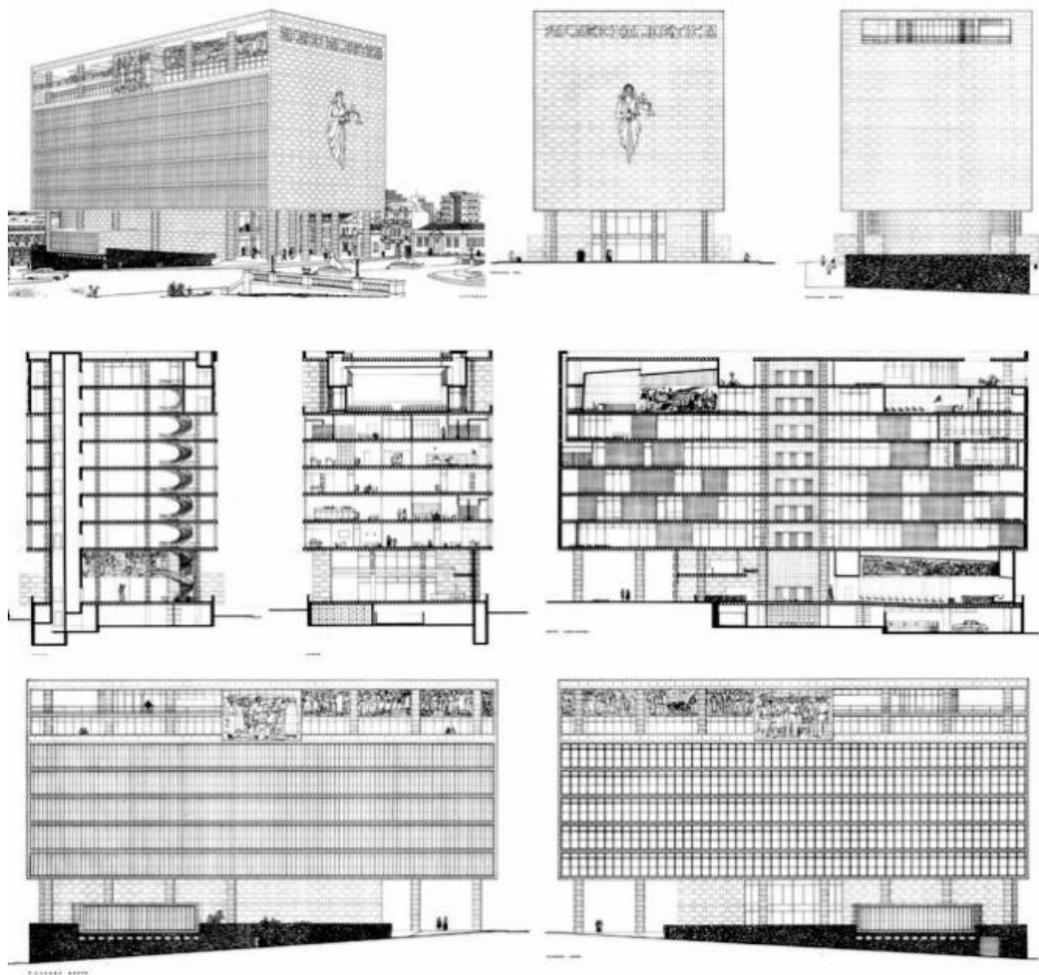


Figura 1: Perspectivas, fachadas e cortes apresentadas do concurso em 1952. Fonte: Acervo MJ- RS (ALVAREZ, 2008 p.78).

A demora na execução do edifício e os cortes de verba ocasionaram uma finalização da obra incompleta, que foi inaugurada com partes do projeto ainda por fazer, como os murais das fachadas leste e oeste e a fachada sul, que ficou cega, sem a escultura da deusa da Justiça prevista em projeto. Os *brise-soleils* na fachada oeste também não foram colocados, o que comprometeu o conforto do espaço interno. Externamente o edifício deveria ser revestido em granito e acabou revestido com pastilhas cerâmicas (ALVAREZ, 2008 p. 122).

4. Metodologia

A metodologia de análise da presente pesquisa é o Estudo de Caso. As técnicas de análise a serem usadas são: a definição dos princípios da teoria de Brandi e a comparação do padrão teórico com o objeto de estudo de caso, o Palácio da Justiça de Porto Alegre.

Com o objetivo de analisar a aplicabilidade da Teoria de Cesare Brandi no restauro de edificações da Arquitetura Moderna, foram delimitadas as orientações indicadas pelo autor em sua obra *Teoria da Restauração* (2004) com vistas a proceder a montagem de um instrumento, que será posteriormente testado no estudo de caso.

Brandi apresenta os princípios norteadores das intervenções com abordagens através de uma dupla polaridade: a instância histórica, pois a obra foi realizada pelo homem em certo tempo e em certo lugar, e a instância estética, por meio da qual se configura obra de arte (BRANDI, 2004).

4.1 Instância Histórica

- *Pátina*: Consiste em uma alteração ou sobreposição na matéria em decorrência do passar do tempo. Não é uma patologia, portanto não deve ser eliminada, pois a passagem do tempo faz parte da história do monumento. Limpezas, quando feitas, devem respeitar a pátina da passagem do tempo. Do ponto de vista histórico, considera-se uma falsificação da história quando se privam os testemunhos da sua antiguidade. Devolvendo à matéria seu aspecto de nova, seria contradizer a evidência da antiguidade. Portanto, conservar a pátina como testemunho do tempo passado não é apenas admissível, como requerida (BRANDI, 2004).

- *Adições*: São construções ou adequações realizadas na obra ao longo do tempo. Sob o ponto de vista histórico, a adição é um novo testemunho do fazer humano, sendo assim, tem o mesmo direito de ser conservada. O ato da remoção, apesar de também ser um ato humano e por isso histórico, em verdade destrói um documento sem documentar a si próprio. Em vista disso, é legítima apenas a conservação da adição, enquanto que a remoção deve ser justificada e deve, quando feita, deixar traços de si mesma na obra a fim de documentação. A adição vem completar e pode desenvolver, sobretudo na arquitetura, função diferente das originais, na adição se enxerta e é visível a diferenciação de tempo das matérias. A adição é tida como ato legítimo, pois é testemunho autêntico de um fazer humano (BRANDI, 2004).

- *Refazimento/Substituição*: Constitui ação que reconstrói ou substitui partes de uma obra de maneira análoga ao modo criativo originário, com a pretensão de refundir o velho e o novo sem distingui-los. Segundo Brandi (2004), trata-se também de um testemunho da intervenção humana, por isso merece um lugar na história do monumento. No ponto de vista histórico tem-se o refazimento como algo inadmissível, pois configura um falso histórico. No entanto, por mais que sejam considerados péssimos, os refazimentos documentam, mesmo que seja, um erro da atividade humana, onde não deveriam ser removidos, mas isolados. Brandi ressalta que a matéria é insubstituível quando colaborar como aspecto da imagem, mas não como estrutura.

4.2 Instância Estética

- *Pátina*: No que tange à pátina, Brandi levanta a questão da legitimação da remoção da pátina. A decisão deverá ser fundamentada na transmissão da imagem da obra de arte, a qual é feita através da matéria. Sendo assim a matéria não deverá prevalecer sobre a imagem da obra.

- *Adições*: Brandi (2004) expõe que, esteticamente, o acréscimo reclama por remoção, argumentando que a solução é sempre pela instância que tem maior peso. Frisa ainda que, indiscutivelmente, se a adição deturpa a vista da obra de arte, a mesma deve ser removida com o cuidado com a sua documentação. Sendo, em suma, sempre um juízo de valor o que irá determinar a prevalência de uma instância sobre a outra em relação à conservação ou remoção dos acréscimos.

- *Refazimento/Substituição*: Referindo-se à ação que reconstrói partes de da obra de maneira análoga, na questão estética, o autor aponta que a solução a ser dada depende do juízo que se faz do refazimento. Se o mesmo tem função de alcançar uma nova unidade artística, deve ser conservado, mesmo se configurar uma condenável repriminção (BRANDI, 2004).

- *Integração de lacunas*: Princípio que diz respeito ao ato de completar a obra de uma forma que seja facilmente identificada, mas também invisível à distância da qual a obra será observada. Ou seja, o restauro deve restabelecer uma unidade potencial sem criar um falso artístico. Para tanto a restauração deve ser facilmente reconhecível, mas sem infringir a unidade potencial da obra de arte.

A teoria brandiana indica que o processo de restauração deve ser um agente facilitador para intervenções ulteriores. A intervenção deve priorizar a essência da obra, inserindo-se de maneira respeitosa em relação à arquitetura preexistente, para tanto a possibilidade de reversibilidade das intervenções deve ser observada em todos os princípios acima descritos (BRANDI, 2004).

4.3 O Instrumento de Análise

O instrumento de análise foi formulado no formato de um quadro, no qual se objetivou, através do cotejo entre os princípios de Brandi (colunas azuis) e o objeto teórico (colunas verdes), aplicá-los a um objeto empírico definido, neste caso, o Palácio da Justiça de Porto Alegre (colunas laranjas).

No presente instrumento, da esquerda para a direita, na parte azul, estão elencados os princípios, divididos em duas polaridades: a Instância Histórica e Estética. Cada princípio tem sua definição exposta de forma concisa e em seguida são apresentadas as orientações de tratamento e indicações de como intervir em cada uma delas.

Nas colunas de cor verde, se procede com a aplicação dos princípios de restauro sistematizados com o contexto e o objeto teórico definido. Na primeira coluna verde são definidos os aspectos a serem observados no objeto de estudo. Na coluna seguinte, expõe-se sugestão de fontes e provas documentais a fim de evidenciar tais intervenções.

A terceira e última parte do instrumento, colunas na cor laranja, tem-se o espaço reservado à aplicação dos critérios e aspectos para análise do objeto empírico. Após identificação do objeto de

análise, verifica-se, através do cotejo entre as colunas azuis (Teoria da Restauração de Cesare Brandi) e colunas verdes (Aspectos da Arquitetura Moderna) a aplicação ou não dos princípios de Brandi no objeto. Logo após, há uma coluna “Por quê?”, destinada à justificativa da resposta anterior, com objetivo de registro ou descrição da situação encontrada na obra. Posteriormente, na coluna “Resultados”, é possível discorrer sobre méritos ou prejuízos, do emprego ou não, de cada princípio de restauro. Esta fase da análise, da aplicação dos critérios ao objeto empírico no quadro do instrumento, serve de indicação e orientação para que se proceda com a análise descritiva, resultado final da aplicação do instrumento no objeto.

Quadro 1: Instrumento de análise (2021)

Polaridades e princípios da Teoria da Restauração de Cesare Brandi				Aplicação dos princípios sistematizados com o contexto e o objeto teórico definido:		Aplicação dos critérios e aspectos para a análise do objeto empírico:				
				Arquitetura Moderna		Identificar no objeto empírico				
P O L A R I D A D E S	Princípios	Definição	Orientação	Aspectos para a análise a partir da relação entre os princípios da Teoria da Restauração e da Arquitetura Moderna	Sugestão de fontes e provas documentais relativas ao objeto empírico	Sim	Não	Por quê?	Resultados	
	I N S T Â N C I A H I S T Ó R I C A	Pátina	Marca da passagem do tempo nas superfícies.	- Deve ser mantida; - Devolver à matéria aspecto de novo é uma falsificação da história.	Revestimentos; - Pedras naturais; - Pintura em: alvenaria rebocada, madeira, aço, ferro.	Foto da obra original e fotos da obra após o restauro.				
		Adições	Enxerto esteticamente diferente. Sua função pode ser diversa da original.	- Deve ser conservada; - Se removida, ação deve ser justificada e deve deixar traços de si mesma na obra a fim de documentação.	- Construções novas; - Adições de volumes técnicos; - Divisão de espaços internos.	Plantas, cortes, elevações e fotografias.				
		Refaziment o/ Substituição	Intervir na obra de maneira análoga ao modo criativo originário. Refundir o velho e o novo sem distingui-los.	onfigura falso stórico. - Testemunho da intervenção humana, por isso merece um lugar na história do monumento. - Documenta um erro, não remover, mas isolar.	- Substituição de revestimentos, esquadrias e outros elementos construtivos. - Reconstrução de partes da obra tal como era a original.	Fotos e detalhamentos técnicos.				

I N S T Â N C I A E S T É T I C A	Pátina	Marca da passagem do tempo nas superfícies.	-Pode ser mantida, mas deve ser imperceptível; -Não prevalecer sobre a imagem da obra.	- Revestimentos; - Pedras naturais - Pintura em: alvenaria rebocada, madeira, aço, ferro.	Fotos da obra original e fotos da obra após o restauro.				
	Adições	Enxerto esteticamente diferente. Sua função pode ser diversa da original.	- Esteticamente o acréscimo reclama por remoção. - Deve ser removido e documentado.	- Construções novas; - Adições de volumes técnicos; - Divisão de espaços internos.	Plantas, cortes, elevações e fotografias.				
	Refazimento/ Substituição	Intervir na obra de maneira análoga ao modo criativo originário. Refundir o velho e o novo sem distingui-los.	-Se tem função de alcançar nova unidade artística, deve ser conservado. Mesmo se configurar uma condenável reprimenda. -A matéria é insubstituível quando colaborar como aspecto da imagem.	-Substituição de revestimentos, esquadrias e outros elementos construtivos; - Reconstrução de partes da obra tal como era a original.	Fotos e detalhamentos técnicos				
	Integração de lacunas	Reconstituição da unidade potencial. Completament o reconhecível de uma visão aproximada, mas invisível à distância.	Restabelecer uma unidade sem criar um falso artístico. -A restauração deve ser facilmente reconhecível, mas sem infringir a unidade potencial da obra de arte.	Completamento de lacunas no objeto original, tais como: partes do telhado, fachada, revestimentos.	Desenhos técnicos do projeto e fotografias após o restauro.				

Fonte: Elaborado pelo autor.

5. Aplicação do Instrumento de Análise

5.1 Análise Segundo a Instância Histórica

- *Pátina*: A questão da manutenção, ou não, da pátina no restauro do Palácio ainda não pôde ser analisada, pois na bibliografia consultada sobre a obra de restauração, não há registro sobre intervenções em relação a este aspecto.

- *Adições*: As adições realizadas no Palácio ao longo do tempo tiveram o objetivo de adaptar os espaços a funções diferentes das originais. Dentre estas modificações estão: a inserção de divisórias em diversos espaços, compartimentando a planta, como o fechamento do entorno da escada helicoidal (Figura 2) em todos os pavimentos tipo e também o fechamento do mezanino do térreo, onde funcionava a galeria de casamentos, a fim de abrigar o setor de precatórios.



Figura 2: Divisórias no entorno da escada helicoidal. Fonte: Cícero Alvarez, fotógrafo, 2002 (ALVAREZ, 2008 p. 146). Adaptado pelo autor.

As áreas abertas e ventiladas, dos terraços do sexto e sétimo pavimentos, foram fechadas com a instalação das esquadrias na prumada externa da edificação, também caracteriza adição (Figura 3).



Figura 3: Terraços dos andares 6º e 7º fechados com a adição de esquadrias. Fonte: Cícero Alvarez, fotógrafo, 2002 (ALVAREZ e FABRÍCIO, 2012 p. 189). Adaptado pelo autor.

As esquadrias dos terraços, assim como as divisórias que compartimentavam os espaços, foram removidas, a fim de liberar estes espaços e recuperar suas características. A remoção destas adições se justifica, pois, mesmo sendo consideradas parte da história do edifício, não contribuem para seu pleno funcionamento e não são facilmente identificadas como adições, pois os materiais usados não se diferenciam dos materiais originais da obra, dificultando o seu reconhecimento como adições.

Desta forma, a remoção configurou decisão projetual de restauro e pode ser considerada legítima. Brandi indica conservar as marcas da remoção das adições, a fim de documentar a história do edifício, porém verificou-se que as mesmas não foram feitas. O juízo de baixo valor dado aos materiais e a intenção em recuperar a imagem e o caráter da edificação, podem ter estimulado a decisão por apagar as marcas da remoção das adições.

- *Refazimentos/ Substituição*: Pode-se considerar que aconteceram ações de refazimentos análogos nas intervenções de restauro do Palácio da Justiça, o que, segundo Brandi, significa reproduzir partes da obra tal qual o seu modelo original. É o caso das esquadrias, as quais foram substituídas por novos módulos, em alumínio, com modelo e funcionamento iguais às originais (Figura 4).



Figura 4: Instalação dos brises e novas esquadrias. Fonte: Cícero Alvarez, fotógrafo, 2004 (ALVAREZ e FABRÍCIO, 2012 p.227).

Também caracteriza refazimento a recuperação da cobertura, onde todas as peças do sistema, composto de placas de concreto apoiadas sobre pilaretes, foram trocadas em função do péssimo estado

de conservação em que se encontravam, porém a troca manteve a solução original. Essas ações são exemplos em que a intervenção posterior assimila o aspecto da obra original sem distingui-lo o que, segundo Brandi, configura um falso histórico. Por outro lado, Brandi enfatiza que a matéria é insubstituível somente quando colaborar como aspecto da imagem da obra e não como estrutura. Neste caso, então, a recuperação da cobertura almejou o retorno da sua eficiência, fundamental para a manutenção e preservação do edifício, não sendo essencial como aspecto da imagem da obra, mas como estrutura. Sendo assim, esta ação pode ser considerada legitimada. Outra ação de refazimento foi identificada na decisão de revestir o edifício com granito, assentando-o sobre o revestimento de pastilhas cerâmicas existente. O granito foi especificado no projeto original de 1952, mas à causa de escassez de recursos, não pôde ser executado durante a construção, sendo aplicado um revestimento de pastilhas cerâmicas em seu lugar (Figura 5).



Figura 5: Fachada Norte, recorte no granito deixando aparentes as pastilhas cerâmicas. Fonte: Registro fotográfico realizado pelo autor, 2021. Adaptado pelo autor.

O projeto de restauro fez uso de uma abordagem, na qual foi deixado visível o revestimento de pastilhas sob um recorte no granito (Figura 5). Desta forma, ainda que, a preocupação em distinguir o elemento novo do antigo possa ser percebida nesta ação, a decisão de refazer o revestimento, o

substituindo por outro material, configura falso histórico, pois insere, refaz e substitui um elemento da obra original.

5.2 Análise Segundo a Instância Estética

- *Pátina*: A questão da manutenção ou não da pátina durante o restauro no Palácio ainda não pôde ser analisada, pois na bibliografia consultada sobre a obra de restauração não há registro sobre isto.

- *Adições*: O que pode ser considerado adição são os mesmos elementos já citados neste princípio, analisado anteriormente na Instância Histórica, porém agora serão analisados sob a ótica da Instância Estética, são eles: as divisórias inseridas em espaços internos, com finalidade de adaptá-los para uso diferente para os quais foram projetados, como a escada helicoidal, na qual o entorno foi fechado nos saguões dos pavimentos tipo. Divisórias também foram utilizadas como fechamento do mezanino do térreo, onde funcionava originalmente a galeria de casamentos, para uso administrativo (Figura 6).



Figura 6: Remoção das divisórias no mezanino restituiu o contato visual. Fontes: Takayoshi Imasato, fotógrafo, 2004 (ALVAREZ e FABRÍCIO, 2012 p.197). Adaptado pelo autor.

Os terraços dos sexto e sétimo pavimentos (Figura 3), tiveram seus espaços abertos suprimidos pelo fechamento com esquadrias, as quais foram inseridas na prumada externa da edificação. O projeto de restauro almejou a retomada das características originais destes espaços e removeu estas inserções nas três situações: entorno da escada, mezanino do térreo e terraços.

Analisando estas adições do ponto de vista estético, a remoção das mesmas é legitimada, pois são elementos que deturpam a vista da obra, ocasionando prejuízo estético. A documentação da remoção destas adições, neste caso, pode ser considerada existente, ocorrida através de registros fotográficos feitos pelo escritório do arquiteto Carlos M. Fayet, responsável pelo projeto de recuperação do edifício. Este acervo fotográfico foi utilizado em pesquisas de dissertação, artigos e livros os quais tratam do tema da obra de recuperação do Palácio da Justiça de Porto Alegre.

- *Refazimentos/ Substituições*: O que pode ser considerado refazimentos são os mesmos elementos já citados neste princípio na Instância Histórica, porém agora serão analisados sob a ótica da Estética, são eles: a substituição das janelas por modelos idênticos em alumínio, a substituição das placas e pilaretes de concreto do sistema de proteção do telhado, e o revestimento de granito da fachada externa. Estas ações configuram reparações e, de acordo com Brandi, “A cópia é um falso histórico e um falso estético e por isso pode ter uma justificação puramente didática e rememorativa, mas não se pode substituir sem dano histórico e estético ao original” (BRANDI, 2004 p. 88).

O revestimento de granito aplicado à fachada estava especificado no projeto original, mas não foi executado, o que motivou a decisão de executá-lo no momento do restauro, a fim de alcançar a imagem e o caráter previstos para o edifício no projeto original. O revestimento recebeu um recorte, com finalidade de conservar testemunho do antigo material (Figura 5). Do ponto de vista estético este refazimento constituiu um falso histórico e estético, pois o restauro produziu uma mudança de imagem do edifício, gerando uma mudança estética, a qual anulou uma parte da obra, testemunho de uma época, substituindo a matéria histórica em detrimento ao resgate do projeto original, propondo a volta a um passado que nunca existiu.

Acerca da recuperação da cobertura, o sistema foi substituído por outro idêntico, porém esta cópia teve sua justificativa em função da eficiência. Portanto, mesmo que configure um falso histórico, neste caso, a cobertura não contribui para a unidade da imagem da obra, por isso não produz um falso estético, atuando como estrutura, onde a eficácia do seu funcionamento é fundamental.

No que diz respeito à substituição das esquadrias, este refazimento caracteriza um falso histórico e estético, pois traz consigo o problema da legitimidade da cópia colocada no lugar do original. Conforme Brandi, refazer e copiar literalmente é a negação do princípio do restauro, dispondo o tempo como reversível e a obra de arte como sendo algo reproduzível à vontade.

- *Integração de lacunas*: A integração refere-se ao completamento de lacunas geradas por perdas. No caso do Palácio, não foram identificadas lacunas, portanto este princípio não se aplica. A reflexão brandiana sobre a questão da distinguibilidade, sugerida quando ocorre inserção de partes com intuito de integrar uma lacuna existente, pode ser aproximada nas intervenções como as inserções do granito no revestimento externo, os *brise-soleils* e as obras de arte.

Porém, ao se refletir sobre estas ações, se compreende que as mesmas visaram o completamento do edifício de acordo com projeto original, onde a intenção não foi distinguir a matéria inserida, mas confundi-la com a antiga. Sendo assim, também o princípio orientado por Brandi de que o restauro deve restabelecer uma unidade potencial, mas ainda assim ser facilmente reconhecível, neste caso não ocorreu.

- *Reversibilidade (aplicado a todos os princípios)*: No caso do Palácio da Justiça, na intenção do restauro não houve atenção em conduzir as decisões de maneira a facilitar intervenção futura, mas se propôs restabelecer uma unidade de imagem da obra bem como sua funcionalidade, conforme projeto original.



Figura 7: Inserções na ocasião do restauro, obras de arte, *brise-soleis* e granito. Fonte: Registro fotográfico realizado pelo autor, 2021. Adaptado pelo autor.

As análises descritas acima são resultado da aplicação do instrumento de análise ao estudo de caso. A proposta do instrumento é orientar a análise de intervenções de restauro já realizadas em exemplares da Arquitetura Moderna a fim de verificar a aplicabilidade da teoria brandiana nestas edificações. A aplicação dos aspectos observados no estudo de caso, bem como os resultados obtidos com o instrumento podem ser visualizados no Quadro 2.

Quadro 2: Instrumento de análise com aplicação no objeto (2021)

Polaridades e princípios da Teoria da Restauração de Cesare Brandi				Aplicação dos princípios sistematizados com o contexto e o objeto teórico definido:		Aplicação dos critérios e aspectos para a análise do objeto empírico:				
				Arquitetura Moderna		Identificar no objeto empírico				
P O L A R I D A D E S	Princípios	Definição	Orientação	Aspectos para a análise a partir da relação entre os princípios da Teoria da Restauração e da Arquitetura Moderna	Sugestão de fontes e provas documentais relativas ao objeto empírico	S	N	Por quê?	Resultados	
	I N S T Â N C I A	Pátina	Marca da passagem do tempo nas superfícies.	- Deve ser mantida; - Devolver à matéria aspecto de novo é uma falsificação da história	- Revestimentos; - Pedras naturais; - Pintura em: alvenaria rebocada, madeira, aço, ferro	Foto da obra original e fotos da obra após o restauro.		X	Ainda não pôde ser analisada, não há registro sobre intervenções em relação a este aspecto na obra.	-
		Adições	Enxerto esteticamente diferente. Sua função pode ser diversa da original.	- Deve ser conservada; - Se removida, ação deve ser justificada e deve deixar traços de si mesma na obra a fim de documentação.	- Construções novas; - Adições de volumes técnicos; - Divisão de espaços internos.	Plantas, cortes, elevações e fotografias.		X	Remoção de divisórias inseridas fechamento do entorno da escada helicoidal e o mezanino do térreo. Remoção do fechamento dos terraços do sexto e sétimo pavimentos.	Remoção legitimada pela teoria, pois os materiais usados não se diferenciam dos materiais originais da obra, dificultando o reconhecimento como adições. Porém, não foram conservadas as marcas da remoção.
		Refazimento/ Substituição	Intervir na obra de maneira análoga ao modo criativo originário. Refundir o velho e o novo sem distingui-los.	- Configura falso histórico. - Testemunho da intervenção humana, por isso merece um lugar na história do monumento. - Documenta um erro, não remover, mas isolar.	- Substituição de revestimentos, esquadrias e outros elementos construtivos. - Reconstrução de partes da obra tal como era a original.	Fotos e detalhamentos técnicos.		X	1 Esquadrias foram substituídas por novos módulos, em alumínio, com modelo e funcionamento iguais às originais; 2 Substituição da cobertura, troca de todas placas e pilaretes; 3 Substituição revestimento granito, assentado sobre pastilhas cerâmicas.	1 Configura um falso histórico; 2 Não é fundamental para imagem, mas para estrutura. Sendo assim, legitimada a substituição; 3 Refazer o revestimento configura falso histórico.
I N S T Â N C I A	Pátina	Marca da passagem do tempo nas superfícies.	- Pode ser mantida, mas deve ser imperceptível; - Não prevalecer sobre a imagem da obra.	- Revestimentos; - Pedras naturais - Pintura em: alvenaria rebocada, madeira, aço, ferro.	Fotos da obra original e fotos da obra após o restauro.		X	Ainda não pôde ser analisada, não há registro sobre intervenções em relação a este aspecto na obra.	-	

E S T É T I C A	Adições	Enxerto esteticamente diferente. Sua função pode ser diversa da original.	- Esteticamente o acréscimo reclama por remoção. - Deve ser removido e documentado.	- Construções novas; - Adições de volumes técnicos; - Divisão de espaços internos.	Plantas, cortes, elevações e fotografias.	X	<p>1 Esquadrias foram substituídas por novos módulos, em alumínio, com modelo e funcionamento iguais às originais.</p> <p>2 Substituição de todas placas e pilaretes da cobertura;</p> <p>3 Substituição revestimento granito, assentado sobre pastilhas cerâmicas</p>	<p>1 falso histórico e estético. Cópia no lugar do original.</p> <p>2 Substituir literalmente é um falso histórico. Porém como não atua como imagem da obra, e sim como estrutura, onde a eficácia do seu funcionamento é fundamental. Substituição legitimada por Brandi.</p> <p>3 Falso histórico e estético, pois gerou mudança de imagem do edifício.</p>
	Refazimento /Substituição	Intervir na obra de maneira análoga ao modo criativo originário. Refundir o velho e o novo sem distingui-los.	-Se tem função de alcançar nova unidade artística, deve ser conservado. Mesmo se configurar uma condenável repriminação. -A matéria é insubstituível quando colaborar como aspecto da imagem.	-Substituição de revestimentos, esquadrias e outros elementos construtivos; - Reconstrução de partes da obra tal como era a original.	Fotos e detalhamentos técnicos	X	<p>1 Esquadrias foram substituídas por novos módulos, em alumínio, com modelo e funcionamento iguais às originais.</p> <p>2 Substituição da cobertura, troca de todas placas e pilaretes;</p> <p>3 Substituição revestimento granito, assentado sobre pastilhas cerâmicas</p>	<p>1 Falso histórico. Cópia no lugar do original.</p> <p>2 Substituir literalmente é um falso histórico. Porém como não atua como imagem da obra, e sim como estrutura, onde a eficácia do seu funcionamento é fundamental. Substituição legitimada por Brandi.</p> <p>3 Falso histórico e estético, pois gerou mudança de imagem do edifício.</p>
	Integração de lacunas	Reconstituição da unidade potencial. Completamento reconhecível de uma visão aproximada, mas invisível à distância.	-Restabelecer uma unidade sem criar um falso artístico. -A restauração deve ser facilmente reconhecível, mas sem infringir a unidade potencial da obra de arte.	Completamento de lacunas no objeto original, tais como: partes do telhado, fachada, revestimentos.	Desenhos técnicos do projeto e fotografias após o restauro.	X	Não foram identificadas lacunas por perdas, portanto este princípio não se aplica neste caso.	-

Fonte: Elaborado pelo autor.

6. Considerações Finais

O presente trabalho propôs um instrumento para análise de intervenções de restauro com o objetivo de verificar a aplicabilidade dos direcionamentos metodológicos da teoria brandiana no restauro da Arquitetura Moderna. Ao identificar possíveis dificuldades para aplicação dos direcionamentos metodológicos de Brandi, podem ser sinalizadas algumas considerações.

A pátina tem como característica o aspecto de envelhecimento da matéria, sendo recomendada sua manutenção, para que sirva de testemunho do tempo. Porém, a Arquitetura Moderna, possui características como o caráter de inovação e pureza formal, por isso, aceitar as marcas do envelhecimento pode gerar um impasse nas decisões projetuais de restauro, pois, diferente da arquitetura antiga, onde tais marcas são aceitas e admiradas, o Moderno gera a expectativa da forma perfeita e nova. Compreende-se que a aceitação da pátina como um traço da história pode ser considerada nos projetos de restauro do Moderno, como respeito pela memória destas edificações, revelando que a passagem do tempo age sobre elas da mesma forma, marcando sua trajetória, e por isso, merece ser preservada.

Em relação ao princípio da adição a recomendação é de que enxertos sejam diferentes esteticamente a fim de marcarem seu lugar na história do monumento. Porém, quando se trata do moderno, essa diferenciação, em termos materiais e visuais, é muito sutil ou pode até nem ocorrer, visto que os materiais e técnicas empregadas na construção destes edifícios são os mesmos, ou semelhantes, aos materiais contemporâneos, dificultando a diferenciação estética.

No que diz respeito aos refazimentos e substituições, observa-se que é uma intervenção que tende a ser recorrente nas obras de restauração da Arquitetura Moderna, pelo fato de reproduzir ou substituir elementos da edificação de forma análoga. Esta prática acaba gerando um falso histórico e, este tipo de intervenção, além de condenável, dificulta sua própria identificação pelo público e também em situações de levantamento técnico para elaboração de projeto de restauração.

Sobre o princípio da integração de lacunas, Brandi recomenda mas, com distinguibilidade. Desta forma, alcança-se a unidade, mas sem gerar um falso histórico ou artístico. A dificuldade de aplicação deste princípio segue o mesmo raciocínio da *pátina*. Ou seja, a integração ficaria visível revelando uma imperfeição da obra, expondo a marca do tempo, intenção nem sempre requerida pelo caráter da imagem pretendida pela Arquitetura Moderna.

A teoria brandiana carrega uma base teórica sustentada em princípios que valorizam o aspecto documental da edificação, com vistas à sua propulsão ao futuro, reconhecendo a importância de cada período vivido pelo monumento. Por tudo isso, a *Teoria da Restauração* de Cesare Brandi demonstra ser um caminho promissor na orientação de projetos de restauração em exemplares da Arquitetura Moderna e que merece ser investigado.

Em relação ao objeto do estudo de caso, a decisão por completar o edifício durante a obra de recuperação, aborda um assunto que fomenta reflexões no campo do patrimônio a respeito da busca pelo retorno da edificação ao seu estado original. Porém, o que se percebe peculiar, no caso do Palácio da Justiça, é o anseio pelo retorno, não do estado original da obra, mas daquilo que constava somente em projeto.

As intervenções realizadas no Palácio da Justiça de Porto Alegre, com a intenção de completar o edifício, ampliaram a análise, não sendo possível verificar e refletir sobre as intervenções do ponto de

vista puramente restaurativo. Diferente do que acontece em obras antigas, o momento de restaurar a Arquitetura Moderna pode apresentar realidades as quais sequer foram consideradas nas formulações e princípios teóricos, como a possibilidade de o autor da obra projetar também o seu restauro.

Por outro lado, é preciso observar os méritos dessa completude do projeto do Palácio. Carlos M. Fayet cumpriu papel de arquiteto e de artista ao revisitar a própria obra e buscou com que esta cumprisse com o que havia sido firmado no projeto original. A obra de recuperação e restauro do Palácio da Justiça desperta julgamentos e críticas que fomentam o debate sobre as intervenções. Essa reverberação é positiva e de grande importância para a formação do pensamento crítico no campo do restauro e preservação da Arquitetura Moderna e joga luz para este tema que tanto carece de reflexão e investigação.

Referências

ALVAREZ, C. **Palácio da Justiça de Porto Alegre: construção e recuperação da arquitetura moderna em Porto Alegre 1952 -2005**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2008.

ALVAREZ, C.; FABRÍCIO, L.; PEREIRA, C. C. (Org). **UM PALÁCIO PARA A JUSTIÇA - AS SEDES DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO SUL**. Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul. Memorial do Judiciário do Rio Grande do Sul. Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura (PROPAR) UFRGS. Porto Alegre, 2012.

ALVAREZ, C.; MELLO, B.; ROSINHA, R. B. **O Projeto de recuperação, restauração e readequação do Palácio da Justiça de Porto Alegre e o papel social do arquiteto**. In PELLEGRINI, Ana Carolina e VASCONCELLOS, Juliano Caldas de (orgs.). Bloco (4): o arquiteto e a sociedade. Novo Hamburgo: Feevale, 2008.

BENEVOLO, L. **História da arquitetura moderna**. 5.ed. São Paulo: Perspectiva, 2016.

BRANDI, C. **Teoria da restauração**. Cotia: Ateliê editorial, 2004.

_____. **Teoria del restauro**. Torino: Giulio Einaudi Editore. 1977.

CARBONARA, G. **Brandi e a restauração arquitetônica hoje**, *Desígnio*, n. 6, p. 35-47. 2006.

_____. **Il restauro del nuovo: problemi generali e il caso del Weissenhof**. In: *Avvicinamento al Restauro. Teoria, Storia, Monumenti*. Napoli: Liguori, 1997.

_____. Prefácio. In: BRANDI, C. **Teoria da restauração**. Cotia: Ateliê editorial, 2004.

CHOAY, F. **Alegoria do Patrimônio**. 4ed. São Paulo: Unesp, 2006.

CUNHA, C. R.; KODAIRA, T. K. O legado moderno na cidade contemporânea: restauração e uso. **8.º Seminário DOCOMOMO Brasil**, 2009.

CURTIS, W. JR. **Arquitetura moderna desde 1900**. Tradução Alexandre Salvaterra – 3 ed. Porto Alegre. Editora: Bookman, 2008.

KÜHL, B. M. et al. **Preservação da arquitetura moderna e metodologia de restauro**. *Revista Pós*. Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP, São Paulo, v. 19, p. 198-201, 2006.

_____. **Os Restauradores e o pensamento de Camilo Boito sobre a Restauração**. BOITO, Camilo. *Os Restauradores*. São Paulo: Artes & Ofícios/Ateliê Editorial, 2008.

_____. **Viollet-le-Duc e o verbete restauração**. VIOLLET-LEDUC, Eugène-Emmanuel. *Restauração*. São Paulo: Artes & Ofícios/Ateliê Editorial, 2006.

LIRA, F.; RIBEIRO, C. **Aula 01: Teoria da Restauração 01**. Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada – CECI, 2016.

LUCCAS, L. H. H. **Arquitetura moderna brasileira em Porto Alegre: sob o mito do " gênio artístico nacional"**. Tese (doutorado) - Faculdade de Arquitetura. Programa de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS, 2004.

MARCHETTO, K. F. **Habitar o Patrimônio Moderno**. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Arquitetura, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, BR-RS, 2017.

MENDES, B.G. **A fenomenologia de Cesare Brandi: temporalidade e historicidade no restauro**. Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades. Niterói, 2012.

OKSMAN, S. **Contradições na preservação da arquitetura moderna**. 2017. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

OLIVEIRA, G. P. C. **Restauro de duas casas modernistas como subsídio para um Método / Giceli Portela Cunico de Oliviera**. – Tese (Doutorado - Área de Concentração: Projeto de Arquitetura) - FAUUSP. São Paulo, 2014.

PEREIRA, C. C.; SZEKUT^a, A. R. **O primeiro palácio moderno de Porto Alegre: documentação, interpretação e lições de arquitetura**. 9º seminário docomomo. Brasil. Brasília, jun. 2011. Disponível em: <<http://www.docomomobsb.org>>. Acesso em: mar. 2021.

SALVO, S. A restauração do arranha-céu Pirelli: a resposta italiana a uma questão internacional. Pós. **Revista de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAU-USP**, n. 19, p. 201-210, 2006.

SZEKUT, A. R. **Vertentes da Modernidade no Rio Grande do Sul: A obra do arquiteto Luís Fernando Corona**. Dissertação de Mestrado em Arquitetura – Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura (PROPAR) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2008.

VIOLLET-LE-DUC, E. E. **Restauro**. Tradução: Beatriz Mugayar Köhl. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2006.

ADAPTAÇÃO DE METODOLOGIA PARA ANÁLISE DE PLANOS URBANOS SOB A ÓTICA DO CONCEITO CIDADE DE 15 MINUTOS

ADAPTATION OF A URBAN PLAN ANALYSIS METHOD FROM THE 15-MINUTE CITY PERSPECTIVE

ADAPTACIÓN DE METODOLOGÍA PARA ANÁLISIS DE LA PLANIFICACIÓN URBANA DESDE LA VISIÓN DEL CONCEPTO DE LA CIUDAD DE LOS 15 MINUTOS

Daniela Pereira Almeida

daniela.almeidap@gmail.com

Cléo Nicolau Adário Lima Nascimento

cleo.nascimento@ufv.br

Ítalo Itamar Caixeiro Stephan

stephan@ufv.br

Maria Isabel de Jesus Chrysostomo

isachrysostomo@ufv.br

RESUMO

O conceito Cidade de 15 Minutos sustenta a ideia de colocar ao alcance das pessoas o acesso às atividades cotidianas a uma distância máxima de suas residências de até 15 minutos de caminhada, ciclismo ou outro modo ativo de deslocamento. Princípios como este, que colocam os pedestres no centro do planejamento, já são considerados há algum tempo em determinadas cidades ao redor do mundo. Diante disso, o presente artigo tem como objetivo traduzir e adaptar uma nova ferramenta para análise de planos urbanos, como Plano Diretor e Plano de Mobilidade Urbana, a partir do conceito Cidade de 15 Minutos. A tradução e adaptação da ferramenta escolhida foi feita com base na metodologia de Georgia Pozoukidou e Zoi Chatziyiannaki e em autores que embasam o campo de estudo de caminhabilidade, assim como no Plano de Portland, cidade que apresenta um histórico de planejamento visto como referência para a mobilidade ativa. Como resultado, propusemos um quadro que lista cada atributo a ser avaliado, com explicações e exemplos. A ferramenta possui estruturação e escala que facilitam a avaliação qualitativa a partir de uma categorização objetiva, mostrando-se um método facilmente adaptável.

Palavras-chave: Cidade de 15 minutos; Plano de Mobilidade; Plano Diretor; Metodologia.

ABSTRACT

The 15-Minute City concept is about people having access to everyday activities within a maximum distance of up to 15 minutes from their homes by walking, cycling or any other active travel mode.

Principles like this, that put pedestrians at the center of planning, are being considered for some time in certain cities around the world. That said, this article aims to translate and adapt a new tool for analyzing urban plans, such as the Master Plan and Mobility Plan, based on the 15-Minute City concept. The translation and adaptation of the chosen tool was based on the methodology of Georgia Pozoukidou and Zoi Chatziyiannaki and on authors who support the walkability field of study, as well as on the Portland Plan, a city that has a planning history seen as a reference for active mobility. As a result, we proposed a framework that lists each attribute to be evaluated, with explanations and examples. The tool has a structure and scale that facilitate the qualitative assessment from an objective categorization, proving to be an easily adaptable method.

Keywords: 15-minute city; Master Plan; Mobility Plan; Methodology.

1. Introdução

O conceito Cidade de 15 minutos busca integrar na prática uma solução que vem sendo apresentada com potencialidade para melhorar a qualidade de vida das pessoas. Desde o ano de 2016, o cientista urbano franco-colombiano Carlos Moreno defende essa proposta que sustenta a ideia de colocar ao alcance das pessoas o acesso às atividades cotidianas a uma distância máxima de suas residências de até 15 minutos de caminhada, por bicicleta ou através de outro modo ativo de deslocamento. Argumenta, assim, que os bairros devem ser completos e socialmente sustentáveis, ou seja, que promovam a oportunidade de encontros e trocas e o consequente senso de participação e engajamento comunitário, além de igualdade de acessos a amenidades urbanas, empregos, dentre outros (MORENO et al., 2021).

Os princípios que compõem esse conceito remetem a estudos já empregados na década de 1960 pela jornalista norte-americana Jane Jacobs. A autora introduziu na temática do planejamento urbano uma abordagem centrada nas pessoas e na ideia de “vila urbana”. Para Jacobs, os bairros com boa diversidade de usos e demais características secundárias, estimulariam e fortaleceriam as relações entre os usuários e deles com os espaços, trazendo maior vitalidade, segurança e conforto para estes locais (JACOBS, 2000).

Assim, valendo-se da ideia central de Jacobs, pesquisadores que continuaram o trabalho em cima desse tema, propuseram os conceitos de Cidades de 20 e 30 minutos, assim como a proposta de Cidade de 15 minutos, formulada por Carlos Moreno e sua equipe. Englobando uma nova perspectiva do chamado crono-urbanismo, que explora a relação espaço x tempo nas cidades, esta última proposta valoriza o tempo de deslocamento para melhorar a qualidade de vida (MORENO, 2021).

A partir de quatro componentes fundamentais (proximidade, densidade, diversidade e ubiquidade), a Cidade de 15 minutos propõe mudar a ênfase do planejamento da acessibilidade do bairro quanto às funções urbanas, incentivando a proximidade e oferta dessas atividades dentro dos próprios bairros (POZOUKIDOU; CHATZIYIANNAKI, 2021). Cria-se, assim, uma cidade policêntrica, cuja alocação otimizada de recursos e o melhor aproveitamento dos espaços permite que as pessoas, ao invés

de despenderem horas de seu dia se deslocando pela cidade, usufruam melhor de seu tempo e do que os locais podem oferecer.

Destaca-se que a retomada desse assunto ocorreu em virtude dos problemas já observados por Jacobs em 1960 ainda se manterem presentes no contexto atual das cidades. Além disso, a crescente demanda em elaborar políticas de planejamento mais adequadas às exigências ambientais (promovendo um uso mais justo, consciente e inclusivo dos espaços), como a urgência de adaptação das cidades às situações de crise de saúde mundial, desencadeada pelo COVID-19, são questões que vêm incentivando o debate sobre a importância dos espaços abertos e sobre a redução dos deslocamentos em meios de transporte superlotados.

O conceito aqui estudado está alinhado, também, à noção de caminhabilidade, o qual, de acordo com Rilová (2020), representa a qualidade que caracteriza o quanto o ambiente considera as várias necessidades dos pedestres em um espaço urbano. Ademais, Annunziata e Garau (2020) apontam que essa ideia tem sido usada como um indicador de usabilidade do ambiente construído para pessoas que caminham com diferentes propósitos.

A distância que o indivíduo percorre a destinações variadas (como lojas, escolas, locais de trabalho, praças etc.) é um dentre muitos dos aspectos que qualificam o quão caminhável uma área urbana é, e é principalmente neste ponto que a Cidade de 15 minutos se alinha à caminhabilidade. Além disso, outra ideia que conecta ambos os conceitos é a de dar maior protagonismo aos pedestres, rompendo com o modelo de cidade que coloca o automóvel como elemento central no planejamento urbano.

Uma aplicação recente do conceito Cidade de 15 minutos pode ser vista nas diretrizes de campanha política e, posteriormente, de planejamento urbano, que a prefeita Anne Hidalgo vem apoiando desde a sua eleição em 2018 em Paris. Em parceria com o pesquisador Carlos Moreno e sua equipe, as propostas para a cidade estimulam a criação de novos núcleos urbanos autossuficientes, com distribuição mais equitativa dos empregos e serviços em cada um de seus *arrondissements*. Além disso, incentivam o transporte ativo, com a promessa do aumento da pedestrianização e a criação de ciclovias em cada rua da capital até 2024, além de proporem a redução de 60.000 vagas de estacionamento para carros particulares (WILLSHER, 2020).

Em algumas cidades esses princípios que colocam os pedestres no centro do planejamento já são aplicados há mais tempo. Um exemplo é o caso de Portland, nos Estados Unidos, cujo Plano Diretor será utilizado como um dos referenciais teóricos neste estudo (PORTLAND, 2012). É possível observar que o Plano de Portland apresenta diretrizes e ações alinhadas ao conceito Cidade de 15 Minutos, apesar de não ter sido baseado nele e de ter vindo de um histórico de planejamento anterior ao conceito aqui estudado.

Por exemplo, o Plano traz como um de seus objetivos que 80% dos habitantes vivam em bairros completos, com acesso seguro a serviços necessários à vida diária em até 20 minutos de sua residência. As diretrizes e ações focam no desenvolvimento principal dos chamados “centros de bairros”, os quais devem ser acessíveis e convenientes para o transporte ativo e apresentar comércio e serviços, além da criação de hortas comunitárias, integração de áreas de parques e natureza, expansão de atividades culturais, dentre outros aspectos (PORTLAND, 2012).

O Plano Portland apresenta estratégias integradas e a serem implementadas em curto prazo, estruturadas nos pilares de Prosperidade, Educação, Saúde e Equidade. É possível observar objetivos de planejamento alinhados ao conceito Cidade de 15 Minutos em quase todos os pilares do plano, porém, é no pilar de Saúde, ou como é chamado no plano, “Cidade Conectada e Saudável”, que isso se faz mais presente:

Uma cidade conectada saudável requer serviços básicos de qualidade: esgoto, águas pluviais, transporte, trânsito, serviços ambientais, parques, recreação, segurança pública e educação. [Com foco em] decisões que beneficiam a saúde e segurança, centros de vizinhança vibrantes e conexões de pessoas e lugares (PORTLAND, 2012, p. 7, tradução nossa).

Em Educação, o plano apresenta o objetivo “Bairros saudáveis”, propondo que todos os jovens vivam em bairros seguros e com moradias de qualidade a preços acessíveis. Devem existir sistemas de apoio abrangentes e coordenados dentro e fora da sala de aula, por exemplo, incluindo mentores, oportunidades para atividades físicas e alimentação saudável, transporte acessível, segurança pública, treinamento de mão de obra e oportunidades de emprego. Ademais, orienta-se utilizar os terrenos e instalações escolares como espaços verdes, jardins comunitários, parques infantis e outros recursos de atividade física para bairros com pouco ou nenhum outro acesso aos espaços verdes. Apesar de não estar conectado ao tema da mobilidade, criar oportunidades de lazer e prática de atividades físicas no bairro é uma forma de torná-lo mais completo e de promover a redução de viagens longas (em transporte particular, por exemplo) para acessar essas destinações (PORTLAND, 2012).

No pilar Prosperidade Econômica, o plano traz como objetivo “Vitalidade dos Negócios na Vizinhança”. Neste objetivo, promove-se a autossuficiência econômica das famílias residentes nos bairros por meio do fortalecimento do desempenho dos varejos locais, aumento da taxa de empregos e negócios e do acesso ao transporte público, o que reduz os custos domésticos ao minimizar os deslocamentos (PORTLAND, 2012).

Por fim, no pilar Cidade Conectada e Saudável, é possível identificar ainda outros objetivos também alinhados ao conceito Cidade de 15 minutos e já mencionados anteriormente. São eles: “Bairros completos”, onde os centros de bairros funcionam como “âncoras”, atendendo ao máximo as atividades cotidianas dos residentes; priorização do transporte ativo e público, onde 70% das viagens para o trabalho devem ser feitas a pé, de bicicleta, transporte público ou através do esquema de caronas; e garantia de segurança e proteção aos habitantes, mantendo a taxa de crimes a um nível baixo com relação

a outros centros de tamanho semelhante, além de uma redução de 50% dos casos de feridos e fatalidades em acidentes de trânsito (PORTLAND, 2012).

Trazendo para o contexto brasileiro, ao analisarmos a Política Nacional de Mobilidade Urbana (BRASIL, 2012), instrumento responsável por tratar especificamente dos ditames sobre esse tema, é possível identificar propostas que abrem caminho para ações relacionadas à Cidade de 15 minutos. Vale mencionar ainda o potencial dos Planos Diretores municipais, que podem trazer disposições mais específicas e concordantes com o conceito em questão.

O estudo de Pozoukidou e Chatziyiannaki (2021), que analisa os planos das cidades de Melbourne, Portland e Paris, apresenta uma metodologia para análise de planos urbanos. Esse método foi o ponto de partida para a presente pesquisa, tendo como orientação o objetivo inicial das autoras supracitadas de avaliar se e como (implícita ou explicitamente) objetivos, medidas e ações de implementação dos planos lidam com as questões que norteiam o conceito Cidade de 15 Minutos.

Baseado na metodologia proposta por Pozoukidou e Chatziyiannaki (2021), o objetivo deste artigo é traduzir e adaptar a ferramenta para análise de planos urbanos a partir do conceito Cidade de 15 Minutos. Pretendeu-se traduzir a metodologia proposta pelas autoras incluindo outros conceitos e teorias de autores de áreas correlatas, de forma que a mesma pudesse ser aplicada a futuras análises de planos municipais brasileiros. Entende-se que, diante da relevância que um planejamento voltado para a Cidade de 15 minutos possui para melhorar a qualidade de vida dos habitantes, aplicar este princípio seria também relevante para a realidade brasileira.

2. Metodologia

A tradução e adaptação da ferramenta foi feita com base na descrição de Pozoukidou e Chatziyiannaki (2021) na tabela apresentada em seu artigo, assim como nas explicações e exemplos que as autoras apresentam nos resultados e discussões.

Sendo o conceito Cidade de 15 Minutos alinhado em diversos momentos com a noção de caminhabilidade, foram acrescentados ainda aspectos na análise, de acordo com autores especialistas nesse campo de estudo e sobre o tema de mobilidade ativa.

Foi usado ainda como referência o Plano de Portland, por ser estratégico e prático (com objetivos mensuráveis) e alinhado ao conceito em questão. O Plano lista ações que devem ser tomadas pelos parceiros (agências ou organizações) em até 5 anos, bem como parâmetros para mensuração e avaliação dos resultados.

A partir de exemplos dos objetivos, diretrizes e ações desse plano e dos fatores de caminhabilidade, alinhados com os pilares usados por Pozoukidou e Chatziyiannaki (2021), foi possível acrescentar diferentes aspectos que poderiam ser analisados em cada item. Assim, ao final dos

resultados, foi gerado um quadro que lista cada atributo a ser avaliado, com devidas explicações e exemplos.

3. Resultados e discussão

A metodologia usada por Pozoukidou e Chatziyiannaki (2021) para avaliação das estratégias de planejamento é estruturada em 3 pilares: inclusão, saúde e segurança, que constituem, de acordo com as autoras, atributos essenciais que “fortalecem o conceito de bairro como um lugar” (POZOUKIDOU; CHATZIYIANNAKI, 2021, p. 4, tradução nossa). Para cada pilar, as autoras propõem atributos de avaliação, classificados em “Planejamento físico” e “Processo de construção e planejamento da comunidade”. Abaixo apresentamos a explicação de cada um dos pilares, bem como dos atributos avaliados em cada um deles.

3.1. Inclusão

Este pilar é focado na segregação espacial, gentrificação e marginalização, dentre outras manifestações espaciais ligadas à exclusão social. Em termos espaciais, deve-se focar em oferecer moradias populares, transporte público e acesso a destinações cotidianas, assim como na “regulamentação e controle de terrenos disponíveis e estoque habitacional” (POZOUKIDOU; CHATZIYIANNAKI, 2021, p. 5, tradução nossa). As autoras incluem, ainda, a questão do Direito à Cidade, como sendo o direito à participação nas tomadas de decisão e na produção do espaço.

3.1.1. Planejamento Físico

a. Habitação

Variedade e acessibilidade de opções de habitação, diminuição e prevenção da segregação espacial. Podem ser avaliadas medidas que tratem sobre:

- Acessibilidade a moradias populares localizadas em áreas urbanas consolidadas, próximas a centros de bairros; e
- Regulamentação e controle de terrenos disponíveis, ou função social da propriedade.

O Plano de Portland (2012) ainda considera o direito de locatários. No plano, o aluguel da moradia é apontado como um excessivo peso quando este custo, somado ao de transporte, representa mais de 50% da renda do indivíduo, o que pode intensificar o risco de gentrificação. Nesse sentido, podem ser observadas ainda medidas que tratem de:

- Direito de locatários quando em virtude de aumentos ou despejos sem causa. Ex.: aumentando o tempo de notificação e exigindo reembolso pelos custos de mudança.

b. Proximidade a serviços

Variedade de serviços no local de residência. Podem ser avaliadas medidas que tratem:

- Distribuição equilibrada de equipamentos públicos no município; e
- Medidas para fomento de distribuição de serviços privados de uso público nos bairros.

c. Proximidade do local de trabalho

- Tempo médio consumido no deslocamento para o trabalho ou distância entre trabalho e casa.
- O Plano de Portland (2012) ainda inclui:
- Parceria com universidades a fim de fomentar programas voltados a empreendimentos para criação de negócios, oportunidades e empregos nos bairros.

d. Densidade de construção

Densidade residencial, com função de vitalidade urbana e de sustento das atividades e amenidades nos bairros. Podem ser avaliadas medidas que tratem sobre:

- Uso de vazios urbanos (edificações e terrenos);
- Densificação populacional de áreas; e
- Fomento para instalação de comércios e serviços em áreas pouco densas.

e. Uso diversificado do solo

Variedade de usos da terra, incluindo habitação. Podem ser avaliadas medidas sobre:

- Fomento para instalação de comércio nos bairros; e
- Zoneamento diversificado.

f. Acessibilidade

Acesso a sistemas de trânsito rápido (trem, metrô, bonde):

- Distribuição equilibrada de paradas de transporte público (para trajeto residência-centro e residência-bairro);
- Melhoria e expansão do sistema de transporte público; e
- Possibilidade de transporte público a preços acessíveis dentro e entre bairros.

Em relação à acessibilidade física, voltada para pessoas com deficiência, o Plano de Portland (2012) prevê:

- Acessibilidade física ao redor de equipamentos e serviços públicos;
- Acessibilidade física em corredores e centros comerciais;
- Acessibilidade física em áreas de moradia popular; e
- Acessibilidade física em paradas de transporte público.

A questão da acessibilidade voltada ao transporte ativo é também considerada por Saelens et al. (2003), a partir dos seguintes parâmetros:

- Poucas vagas para estacionar veículos particulares;
- Facilidade para vencer declividades.

Como complemento a este item, Jacobs (2000) considera a presença de ferrovias, rios, dentre outros elementos, quando não integrados à malha urbana, como barreiras ao livre fluxo de pedestres. Pode, então, ser avaliada a identificação e “contorno” de barreiras, como construção de pontes, passagens de nível, escadas etc., ou galerias e vielas (para quarteirões muito longos).

A percepção de acessibilidade pode ser aumentada a partir da sinergia da microeconomia, como tecido por Netto (2006). O autor aponta que alguns comércios podem ser considerados “complementares” e sua proximidade pode facilitar a ocorrência desse fenômeno. A lógica usada é a de que os indivíduos podem planejar um trajeto no qual otimizam a viagem a fim de desenvolver várias atividades em menor tempo. Por exemplo, caso padaria, farmácia e hortifruti estejam próximos, é provável que o sujeito se planeje para utilizar os três em uma mesma viagem. Assim, ele pode perceber o trajeto como mais acessível quando o esforço para desenvolver as três atividades equivale ao mesmo esforço de realizar somente uma. Nesse caso, pode ser avaliado, então:

- Proximidade entre comércios, ou fomento de desenvolvimento de corredores comerciais, ou centros de bairro.

g. Multimodalidade

Modos alternativos de transporte e suas interconexões. Pode ser avaliado:

- Instalação de infraestrutura para transporte ativo (caminhada e ciclismo) ao redor de paradas e corredores de transporte público e centros comerciais; e
- Instalação de equipamentos e mobiliários urbanos para ciclistas ao redor de paradas e corredores de transporte público e centros comerciais.

3.1.2. Processo de construção e planejamento da comunidade

a. Processos de co-design

Cooperação entre a população e o Poder Público nas tomadas de decisão referentes a projetos urbanos e sociais, visando a produção de espaço. Podem ser avaliados:

- Instrumentos e formas de participação social em projetos urbanos, de novos equipamentos etc.

O Plano de Portland (2012) ainda inclui:

- Metas e políticas de engajamento público, com ênfase na melhor inclusão de pessoas sub-representadas na tomada de decisões;
- Rede de organizações de bairro, com sistema de envolvimento;
- Recrutamento, treinamento e nomeação de membros minoritários, incluindo pessoas com deficiência, para conselhos consultivos a fim de garantir a representação precisa da população diversificada da cidade;
- Criação de fóruns e seleção de locais que sejam culturalmente apropriados.

b. Iniciativas de baixo para cima para a melhoria da qualidade de vida

Iniciativas de organizações não-governamentais, associações ou outros grupos voltados para a inclusão. Podem ser avaliados:

- Fomento e apoio com recursos, infraestrutura e logística de iniciativas de baixo para cima, voltadas para inclusão social, apropriação de espaços, mutirões etc.;

O Plano de Portland (2012) ainda inclui nesse último item:

- Utilização das habilidades e conhecimentos de organizações parceiras, agências e líderes do setor privado para pesquisar e desenvolver ferramentas e métodos inovadores.

3.2. Saúde

Este pilar foca em ambientes urbanos saudáveis, que “continuamente criam e melhoram os ambientes naturais e sociais e expandem os recursos sociais, o que permite que as pessoas se apoiem mutuamente na realização de todas as funções da vida e desenvolvam seu potencial ao máximo” (WHO, 1998 apud POZOUKIDOU; CHATZIYIANNAKI, 2021, tradução nossa). As autoras indicam a adoção de estratégias que reduzam as viagens cotidianas e tornem conveniente a opção pelo transporte ativo ou transporte público, medidas que mudem o padrão de consumo e diminuam a emissão de CO² pelas indústrias e aumento do acesso a alimentos saudáveis e baratos. Destacam, ainda, que, durante a pandemia da COVID-19, o número de indivíduos com acesso restrito a alimentos devido à queda da renda familiar e a problemas na distribuição de alimentos aumentou, o que é especialmente problemático em vizinhanças sem mercados.

3.2.1. Planejamento Físico

a. Proximidade a alimentos frescos, saudáveis e acessíveis

- Fomento à instalação de estabelecimentos de comércio de alimentos nos bairros, como mercados, supermercados, feiras de rua de alimentos in natura e hortifruti, a fim de combater o deserto alimentar;
- Fomento de hortas comunitárias; e
- Concessão de infraestruturas de transporte para distribuição e abastecimento de alimentos na vizinhança, proporcionando espaço para o desenvolvimento de mercados ao ar livre e hortas comunitárias.

b. Proximidade a (equipamentos para) cuidados básicos de saúde

- Distribuição de equipamentos para cuidados básicos de saúde, como UPA e UBS; e
- Expansão e melhoria de programas para prevenção e diagnóstico (“Saúde da Família”, por exemplo).

c. Conectividade e multifuncionalidade de espaços verdes e abertos

Avaliação dos espaços públicos e verdes, que promovam bem-estar social e psicológico e locais para prática de atividades físicas e contribuam para a redução do ruído e manutenção do microclima:

- Quantidade, distribuição e acessibilidade dos espaços públicos e verdes;
- Conectividade dos espaços verdes à malha urbana e ao transporte; e
- Multifuncionalidade desses espaços, principalmente voltado a atividades físicas.

No que se refere aos espaços verdes, King et al. (2002) apresentam a Teoria de Ambientes Restauradores, a qual associa ambientes com características naturais (como a com presença de vegetação e água) à diminuição de estresse. Nesse sentido, podem ser avaliados ainda:

- Manutenção de vegetação de praças e arborização nas vias;
- Fomento a jardins de casas bem cuidados.

d. Mobilidade ativa

Diminuir a duração das viagens, aumentar o transporte ativo e reduzir as viagens com transporte automotivo particular. Podem ser avaliadas:

- Melhoria na infraestrutura para transporte ativo - caminhada: expansão e manutenção de calçadas, implantação de travessias sinalizadas, semáforos etc.; e

- Melhoria na infraestrutura para transporte ativo - ciclismo: implantação e/ou expansão e manutenção de rotas cicláveis, ciclovias etc.

e. Proximidade a oportunidades culturais e recreativas

- Distribuição de equipamentos e mobiliários urbanos que permitam eventos culturais e usos recreativos, como grandes espaços abertos, praças, quadras, vias de caminhada ou ciclismo recreacionais, academias ao ar livre etc.

Ainda considerando características ambientais que induzem à prática de exercícios, destaca-se a Teoria da Definição de Comportamento (tradução livre de *Theory of Behavior Setting*), de acordo com a qual, ambientes que apresentam diversas oportunidades de prática de atividades físicas, como presença de academia a céu aberto, academias convencionais, quadras e trilhas, por exemplo; podem criar uma ambiência socialmente favorável à execução de exercícios físicos (KING et al., 2002). Assim, podem ser avaliados também neste item:

- Fomento a estabelecimentos que promovam a prática de atividades físicas, como academias convencionais, centros de treinamento, fisioterapia etc.

3.2.2. Processo de construção e planejamento da comunidade

a. Cooperação das partes interessadas e da comunidade

Visando o interesse de grupos especiais (crianças, idosos, pessoas com deficiência etc.). Podem ser avaliados:

- Desenvolvimento de programas de saúde com incentivo e acompanhamento de práticas de atividades físicas (“Academia da Cidade – BH”, por exemplo); e
- Integração social dos indivíduos, especialmente daqueles em risco de exclusão social (criação e fomento de Centro Comunitário, Centro Referencial de Atendimento Social, por exemplo).

b. Interação entre cidadãos

Para a criação de atividades culturais e recreativas (jardinagem urbana, equipes de caminhada etc.). Pode ser avaliado:

- Apoio (com editais para captação de recurso, infraestrutura e logística) a ações do setor privado ou de associações que promovam atividades físicas, como corridas, eventos comunitários etc.

3.3. Segurança

Por fim, o pilar Segurança foca em mobilidade ativa e em espaços públicos. A segurança em relação ao primeiro item é alcançada com infraestrutura adequada para a locomoção (calçadas e ciclovias largas, em boas condições, separadas do trânsito de carros) e velocidade do trânsito mais lenta, bem como áreas de paradas de transporte público seguras. Com a pandemia da COVID-19, um novo fator, o de espaço amplo e que permita o distanciamento social, pode ser também levado em consideração. Já em relação a espaços públicos, diz respeito à percepção de segurança e confiança do indivíduo em se locomover por espaços públicos sem ser importunado por outros. Neste sentido, aqui o

enfoque é dado para características de desenho urbano de microescala que possam estar relacionadas à percepção de controle, vigilância e co-presença de outros usuários, ou até de evidências de vandalismo.

Existe uma limitação da influência do espaço urbano na questão da segurança. Neste aspecto, outros fatores têm importante papel, como por exemplo a questão dos riscos maiores ou menores que indivíduos sofrem de estarem expostos a situações de racismo, homofobia ou outros tipos de assédio ou crimes. Assim, cada tipo de violência demanda medidas preventivas específicas, em uma coordenação de esforços em diversas escalas e campos, desde políticas econômicas, sociais e urbanas e questões de gestão pública, a atuações mais justas por parte das polícias do estado, por exemplo. Portanto, apesar do enfoque dado a questões de desenho urbano, deve-se atentar para a necessidade de esforços em outras esferas de atuação a fim de garantir a questão da segurança física e patrimonial.

3.3.1. Planejamento Físico

a. Características urbanas que aumentam a sensação de segurança

- Expansão e melhoria da iluminação urbana para aumento da visibilidade no período noturno; e
- “Olhos na rua” (JACOBS, 2000) - vigilância natural por pessoas que utilizam os espaços.

Acrescentando-se, também, o incentivo a fachadas com janelas voltadas para a rua na escala humana, idealmente até o 3º andar, de acordo com Gehl (2015):

- Fachadas ativas, ou seja, com janelas voltadas para a rua; e
- Desestímulo à ocupação dos pavimentos térreos com estacionamentos.

King et al. (2002) apresentam, ainda, a *theory of environmental incivilities*, alegando que características que representam desordem cívica, como presença de lixos, coisas quebradas, pichações, dentre outras, podem induzir à percepção de insegurança. Neste sentido, podem ser avaliados também:

- Frequência e cobertura de coleta de lixo; e
- Frequência e cobertura de fiscalização e/ou manutenção em vias, calçadas, lotes vazios, praças etc.

Por fim, Bethlehem et al. (2014) propõe que sejam avaliados, dentro da temática de segurança pública, e que também serão incluídos na metodologia de avaliação:

- Responsabilização e fiscalização da qualidade das calçadas;
- Calçadas largas, que acomodam o fluxo de pico com conforto, permitindo espaço entre as pessoas;
- Tráfegos com limite de velocidade adequado (até 30 km/h);
- Presença de dispositivos para desacelerar o trânsito; e
- Presença de travessia de pedestres.

b. Compartilhamento seguro de espaço público

Inclui o espaço viário para atividades culturais e recreativas. Podem ser avaliados:

- Programas de fechamento eventual de vias para usos recreativos, feiras, eventos etc.

c. Distanciamento social (COVID-19)

Tendo sido o artigo escrito em 2020, durante a pandemia da COVID-19, as autoras da ferramenta original tratam nesse item sobre a possibilidade de utilizar o espaço para garantir a distância necessária entre transeuntes. Podendo, assim, ser avaliado:

- Possibilidade de transformar vias em uso exclusivo para pedestres e ciclistas.

d. Mobilidade segura (COVID-19)

- Melhoria das opções de mobilidade segura devido ao COVID-19, ou seja, práticas de compartilhamento de vias.

3.3.2. Processo de construção e planejamento da comunidade

a. Bairros animados

Em termos de variedade de atividades no espaço público.

A segurança em espaços públicos é alcançada através da co-presença de usuários e do uso contínuo em diferentes horários, que depende de um uso misto do solo, com diferentes público-alvo (JACOBS, 2000). Para uso misto do solo, ou diversidade de uso, Jacobs advoga pela preservação de edifícios com diferentes “idades”, permitindo um ambiente variado, no qual há tendência de se instalarem atividades para diferentes públicos. Nesse sentido, a autora objetiva estabelecer uma argumentação contrária à renovação de bairros inteiros, prática comum durante o período no qual escreveu seu texto.

Ainda que não seja exatamente a mesma prática, em muitas cidades brasileiras há bairros sendo “renovados” e constituídos quase inteiramente por condomínios de habitações populares. Dessa forma, a autora defende que haja um equilíbrio entre construções novas e as mais antigas, elemento que também será introduzido na análise:

- Preservação de edifícios de diferentes idades e regulação sobre o solo para que não haja empreendimentos com renovação ou construção de bairros inteiros.

b. Práticas participativas

Inclui pessoas de todas as idades e habilidades em combate ao isolamento físico e social.

3.4. Proximidade geral a comodidades urbanas

Esta é uma categoria extra proposta por Pozoukidou e Chatziyiannaki (2021) para avaliar estratégias que versem sobre o número de "recursos" (destinos cotidianos como comércio, serviços e lazer) na escala do bairro, incluindo locais de trabalho.

3.5. Ferramenta final

O resultado da tradução e adaptação da ferramenta pode ser conferido no Quadro 1. Os itens destacados com cor foram acrescentados a partir da experiência do Plano de Portland e da discussão de

autores que embasam o campo de caminhabilidade e desenho urbano, onde cada tonalidade representa um autor de referência diferente.

Quadro 1: Síntese dos pilares e atributos para a avaliação de planos municipais

PILARES	PLANEJAMENTO ESPACIAL	ATRIBUTOS DE AVALIAÇÃO	EXPLICAÇÃO E EXEMPLOS
Inclusão	Planejamento Físico	Habitação	<ul style="list-style-type: none"> • Variedade e acessibilidade de opções de habitação, diminuição e prevenção da segregação espacial; • Acessibilidade a moradias populares localizadas em áreas urbanas consolidadas, próximas a centros de bairros; • Regulamentação e controle de terrenos disponíveis, ou função social da propriedade. • Direito de locatários quando em virtude de aumentos ou despejos sem causa. Ex: aumentando o tempo de notificação e exigindo reembolso pelos custos de mudança (PORTLAND, 2012).
		Proximidade a serviços	<ul style="list-style-type: none"> • Variedade de serviços no local de residência; • Distribuição equilibrada de equipamentos públicos no município; • Medidas para fomento de distribuição de serviços privados de uso público nos bairros.
		Proximidade do local de trabalho	<ul style="list-style-type: none"> • Tempo médio consumido para se deslocar para o trabalho ou distância do trabalho de casa; • Parceria com universidades a fim de fomentar programas voltados a empreendedores para criação de negócios, oportunidades e empregos nos bairros (PORTLAND, 2012).
		Densidade de construção	<ul style="list-style-type: none"> • Densidade residencial, com função de vitalidade urbana e sustento das atividades e amenidades nos bairros; • Uso de vazios urbanos (edificações e terrenos); • Densificação populacional de áreas; • Fomento para instalação de comércios e serviços em áreas pouco densas.
		Uso diversificado do solo	<ul style="list-style-type: none"> • Variedade de usos da terra, incluindo habitação; • Fomento para instalação de comércio nos bairros; • Zoneamento diversificado.
		Acessibilidade	<ul style="list-style-type: none"> • Acesso a sistemas de trânsito rápido (trem, metrô, bonde); • Boa distribuição de paradas de transporte público (para trajeto residência-centro e residência-bairro); • Melhoria e expansão do sistema de transporte público; • Possibilidade de transporte público a preços acessíveis dentro e entre bairros; • Acessibilidade física ao redor de equipamentos e serviços públicos; • Acessibilidade física em corredores e centros comerciais; • Acessibilidade física em áreas de moradia popular; • Acessibilidade física em paradas de transporte público (PORTLAND, 2012) • Poucas vagas para estacionamento de veículos particulares; • Facilidade para vencer declividades (SAELENs et al, 2003) • Identificação e “contorno” de barreiras, como construção de pontes, passagens de nível, escadas etc., ou galerias e vielas (para quarteirões muito longos) (JACOBS, 2000); • Proximidade entre comércios, ou fomento de desenvolvimento de corredores comerciais, ou centros de bairro (NETTO, 2006).
		Multimodalidade	<ul style="list-style-type: none"> • Modos alternativos de transporte e suas interconexões:

			<ul style="list-style-type: none"> • Instalação de infraestrutura para transporte ativo (caminhada e ciclismo) ao redor de paradas e corredores de transporte público e centros comerciais; • Instalação de equipamentos e mobiliários urbanos para ciclistas ao redor de paradas e corredores de transporte público e centros comerciais.
	Processo de construção e planejamento da comunidade	Processos de co-design	<ul style="list-style-type: none"> • Cooperação entre a população e o Poder Público nas tomadas de decisão referentes a projetos urbanos e sociais, visando a produção do espaço; • Instrumentos e formas de participação social em projetos urbanos, de novos equipamentos etc.; • Metas e políticas de engajamento público, com ênfase na melhor inclusão de pessoas sub-representadas na tomada de decisões; • Rede de organizações de bairro, com sistema de envolvimento comunitário robusto e inclusivo; • Recrutamento, treinamento e nomeação de membros minoritários, incluindo pessoas com deficiência, para conselhos consultivos a fim de garantir a representação precisa da população diversificada da cidade; • Criação de fóruns e selecionar locais que sejam culturalmente apropriados (PORTLAND, 2012).
		Iniciativas de baixo para cima para a melhoria da qualidade de vida	<ul style="list-style-type: none"> • Iniciativas de organizações não-governamentais, associações ou outros grupos voltados para a inclusão; • Fomento e apoio com recursos, infraestrutura e logística de iniciativas de baixo para cima, voltadas para a inclusão social, apropriação de espaços, mutirões etc.; • Utilização das habilidades e conhecimentos de organizações parceiras, agências e líderes do setor privado para pesquisar e desenvolver ferramentas e métodos inovadores (PORTLAND, 2012).
Saúde	Planejamento Físico	Proximidade a alimentos frescos saudáveis e acessíveis	<ul style="list-style-type: none"> • Fomento para instalação de estabelecimentos de comércio de alimentos nos bairros, como mercados, supermercados, feiras de alimentos in natura de rua e hortifruti, a fim de combater o deserto alimentar; • Fomento de hortas comunitárias; • Concessão de infraestruturas de transporte para distribuição e abastecimento de alimentos ao nível da vizinhança, proporcionando espaço para o desenvolvimento de mercados ao ar livre e hortas comunitárias.
		Proximidade a (equipamentos para) cuidados básicos de saúde	<ul style="list-style-type: none"> • Distribuição de equipamentos para cuidados básicos de saúde, como UPA e UBS; • Expansão e melhoria de programas para prevenção e diagnóstico ("Saúde da Família", por exemplo).
		Conectividade e multi-funcionalidade de espaços verdes e abertos	<ul style="list-style-type: none"> • Avaliação dos espaços públicos e verdes, que promovam bem-estar social e psicológico e locais para prática de atividades físicas, além de contribuir para a redução do ruído e manutenção do microclima; • Quantidade, distribuição e acessibilidade dos espaços públicos e verdes; • Conectividade dos espaços verdes à malha urbana e ao transporte; • Multifuncionalidade desses espaços, principalmente voltado à prática de atividades físicas; • Manutenção de vegetação de praças e arborização nas vias; • Fomento a jardins de casas bem cuidados (KING, et al., 2002).
		Mobilidade ativa	<ul style="list-style-type: none"> • Para diminuir a duração das viagens, aumentar o transporte ativo e reduzir as viagens com transporte automotivo particular: • Melhoria na infraestrutura para transporte ativo - caminhada: expansão e manutenção de calçadas, implantação de travessias sinalizadas, semáforos etc.; • Melhoria na infraestrutura para transporte ativo - ciclismo: implantação e/ou expansão e manutenção de rotas cicláveis, ciclovias etc.
		Proximidade a oportunidades culturais e recreativas	<ul style="list-style-type: none"> • Distribuição de equipamentos e mobiliários urbanos que permitam eventos culturais e usos recreativos, como grandes espaços abertos, praças, quadras, vias de caminhada ou ciclismo recreacionais, academias ao ar livre etc.; • Fomento a estabelecimentos que promovam a prática de atividades físicas, como academias convencionais, centros de treinamento, fisioterapia etc. (KING et al., 2002).
		Processo de construção e	Cooperação das partes

	planejamento da comunidade	interessadas e da comunidade	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento de programas de saúde com incentivo e acompanhamento de práticas de atividades físicas. (“Academia da Cidade – BH”, por exemplo); Integração social dos indivíduos, especialmente daqueles em risco de exclusão social. (Criação e fomento de Centro Comunitário, Centro Referencial de Atendimento Social-CRAS, por exemplo).
		Interação entre cidadãos	<ul style="list-style-type: none"> Para a criação de atividades culturais e recreativas (jardinagem urbana, equipes de caminhada etc.). Apoio (com editais para captação de recurso, infraestrutura e logística) a ações do setor privado ou de associações que promovam atividades físicas, como corridas, eventos comunitários etc.
Segurança	Planejamento Físico	Características urbanas que aumentam a sensação de segurança	<ul style="list-style-type: none"> Expansão e melhoria da iluminação urbana para aumento da visibilidade no período noturno; “olhos na rua” - vigilância natural por pessoas que utilizam os espaços; Fachadas ativas, com janelas voltadas para a rua; Desestímulo à ocupação dos pavimentos térreos com estacionamentos (GEHL, 2015); Frequência e cobertura de coleta de lixo; Frequência e cobertura de fiscalização e/ou manutenção em vias, calçadas, lotes vazios, praças etc. (KING et al., 2002); Responsabilização e fiscalização da qualidade das calçadas; Calçadas largas, que acomodam o fluxo de pico com conforto, permitindo espaço entre as pessoas; Tráfegos com limite de velocidade adequado (até 30 km/h); Presença de dispositivos para desacelerar o trânsito; Presença de travessia de pedestres (BETHLEHEM et al., 2014).
		Compartilhamento seguro de espaço público	<ul style="list-style-type: none"> Ação que inclui o espaço viário para atividades culturais e recreativas; Programas de fechamento eventual de vias para usos recreativos, feiras, eventos etc.
		Distanciamento social (COVID-19)	<ul style="list-style-type: none"> Tendo sido o artigo escrito em 2020, durante a pandemia da COVID-19, as autoras da ferramenta original tratam nesse item sobre a possibilidade de utilizar o espaço para garantir a distância necessária entre transeuntes; Possibilidade de transformar vias em uso exclusivo para pedestres e ciclistas.
		Mobilidade segura (COVID-19)	<ul style="list-style-type: none"> Melhoria das opções de mobilidade segura devido ao COVID-19, ou seja, práticas de compartilhamento de vias.
	Processo de construção e planejamento da comunidade	Bairros animados	<ul style="list-style-type: none"> Bairros animados em termos de variedade de atividades no espaço público; Preservação de edifícios de diferentes idades e regulação sobre o solo para que não haja empreendimentos com renovação ou construção de bairros inteiros (JACOBS, 2000).
		Práticas participativas	<ul style="list-style-type: none"> Incluindo pessoas de todas as idades e habilidades em combate ao isolamento físico e social.

***PROXIMIDADE GERAL A COMODIDADES URBANAS:** Esta é uma categoria extra para avaliar estratégias que versem sobre o número de “recursos” (destinos cotidianos como comércio, serviços e lazer) na escala do bairro, incluindo locais de trabalho.

Quadro síntese da tradução e adaptação da ferramenta. Destaque intencional conferido aos itens acrescentados a partir de outros autores. A mudança de tonalidade indica mudança de referência. Fonte: Autores. Adaptado de Pozoukidou e Chatziyiannaki (2021) e outros autores (citados na tabela).

4. Considerações finais

O objetivo deste artigo foi traduzir e adaptar a ferramenta para análise de planos urbanísticos a partir do conceito Cidade de 15 Minutos. A metodologia adotada como base apresenta estruturação e escala que facilitam a avaliação qualitativa a partir de uma

categorização objetiva, mostrando-se um método facilmente adaptável para sua aplicação. Nesse sentido, destaca-se que, a partir das discussões dos conceitos-chave adotados, pode-se complementar o estudo com novos atributos baseados em autores e teorias consagradas e adotadas nos campos de caminhabilidade e mobilidade ativa em geral.

Apesar de não ser um conceito novo, sendo baseado em teorias amplamente estudadas, a Cidade de 15 Minutos apresenta uma abordagem necessária e atual, principalmente considerando os efeitos causados pela pandemia da COVID-19 no espaço urbano e na qualidade de vida da população mundial. Mesmo com o encaminhamento para uma contenção dessa crise sanitária, pode-se observar que certos costumes e orientações adquiridos neste período (e alinhados com o conceito em questão) aparentam terem chegado para ficar.

Entende-se também que este, tal como outros conceitos desenvolvidos em contextos urbanos, sociais e econômicos, diversos à realidade brasileira, deve ser visto de forma crítica. Assim, as práticas adequadas ao contexto específico de aplicação devem vir acompanhadas de reestruturação urbana e políticas necessárias para que seu efeito seja de fato sentido pela população, a fim de diminuir as disparidades sociais, econômicas e culturais refletidas no espaço urbano.

Referências

- ANNUNZIATA, A.; GARAU, C. A Literature Review on Walkability and its Theoretical Framework. Emerging Perspectives for Research Developments. **Computational Science And Its Applications** – Iccsa 2020, [S.L.], p. 422-437, jan. 2020. Springer International Publishing.
- BETHLEHEM, J. R. et al. The SPOTLIGHT VIRTUAL AUDIT TOOL: a valid and reliable tool to assess obesogenic characteristics of the built environment. **International Journal of Health Geographics**. p.1-8, 2014.
- BRASIL. **Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012**. Institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana e determina outras providências. Brasília, DF: Presidência da República.
- CARVALHO, C. H. R. Mobilidade urbana: avanços, desafios e perspectivas. In: COSTA, M. A. (Org.). **O Estatuto da Cidade e a Habitat III: um balanço de quinze anos da política urbana no Brasil e a nova agenda urbana**. 1.ed. Brasília: IPEA, 2016b. cap.14, p. 345-361.
- CHABAUD, D.; MORENO, C.; PRATLONG, F; GALL, C. A collection dedicated to the 15-minute city. **Université Paris 1 Panthéon Sorbonne: Chaire ETI - Entrepreneuriat Territoire Innovation, IAE PARIS SORBONNE BUSINESS SCHOOL**, 2021.
- Confederação Nacional do Transporte (CNT); Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos (NTU). **Pesquisa mobilidade da população urbana 2017**. Brasília: CNT: NTU, 2017. 96 p.
- GEHL, J. **Cidades para Pessoas**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2015. 262 p. (ISBN 978- 85-273-0980-6).
- GRAVES, B. The Shaping of a ‘20-Minute City’. **Governing**, 9 out. 2017.
- JACOBS, J. **Morte e vida de grandes cidades**. Coleção a, São Paulo, WMF Martins Fontes, 2000.
- LEGACY, C.; ROGERS, D.; RUMING, K.J.; COOK, N.T. ‘30-Minute City’? Not in My Backyard! SMART Cities Plan Must Let People Have Their Say. **The Conversation**, 24 mai. 2016.

- KING, AC, STOKOLS, D, TALEN, E. Theoretical approaches to the promotion of physical activity: Forging a transdisciplinary paradigm. **American Journal of Preventive Medicine** 23: 15–25. 2002.
- MORENO, C.; ALLAM, Z.; CHABAUD, D.; GALL, C.; PRATLONG, F. Introducing the “15-Minute City”: Sustainability, Resilience and Place Identity in Future Post-Pandemic Cities. **Smart Cities**, v. 4, n. 1, p. 93–111. jan. 2021.
- MORENO, C. Living in proximity in a living city. **Glocalism: Journal of culture, politics and innovation**, v. 3, p. 1-11, 2021. DOI: 10.12893/gjcpi.2021.3.8
- NETTO, V. M. O efeito da arquitetura: impactos sociais, econômicos e ambientais de diferentes configurações de quarteirão, **Arquitextos**, v. 07907, ano 7, dez. 2006.
- PORTLAND. **The Portland Plan** [Plano Diretor de Portland]. Portland: Departamento de Planejamento e Sustentabilidade da Cidade de Portland, abril de 2012.
- POZOUKIDOU, G.; CHATZIYIANNAKI, Z. 15-Minute City: decomposing the new urban planning eutopia. **Sustainability**, [S.L.], v. 13, n. 2, p. 928, 18 jan. 2021. MDPI AG.
- RIĽOVÁ, K. Walkability research: concept, methods and a critical review of post-socialist studies. **Geografický Časopis - Geographical Journal**, [S.L.], v. 72, n. 3, p. 219-242, 30 set. 2020. Central Library of the Slovak Academy of Sciences.
- SAELENS, B. E. et al. Neighborhood-Based Differences in Physical Activity: An Environment Scale Evaluation. **American Journal Of Public Health**, [s.l.], v. 93, n. 9, p.1552-1558, set. 2003.
- SARKAR, S.; LEVINSON, D.M.; WU, H. How close is Sydney to the vision of creating three 30-minute cities? **The Conversation**, 21 mar. 2019.
- SOUZA, M. L. de. **Mudar a cidade**: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. 6 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. 558p.
- STANLEY, J.; STANLEY, J.; DAVIS, S. **Connecting Neighbourhoods**: The 20 Minute City, Bus and Coach Industry Policy Paper 4; Bus Industry Confederation: Canberra, Australia, 2014.
- VILLAÇA, F. **Reflexões sobre as cidades brasileiras**. São Paulo, SP: Studio Nobel, 2012
- WILLSHER, K. Paris mayor unveils ‘15-minute city’ plan in re-election campaign. **The Guardian**. 2020. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2020/feb/07/paris-mayor-unveils-15-minute-city-plan-in-re-election-campaign>. Acesso em: 11 jun. 2022.